

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AÇÃO COLETIVA: A CONSTRUÇÃO DO
CAPITAL SOCIAL ENTRE OS PESCADORES ARTESANAIS DO
LITORAL NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DIEGO CARVALHAR BELO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES
ABRIL – 2018

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AÇÃO COLETIVA: A CONSTRUÇÃO DO
CAPITAL SOCIAL ENTRE OS PESCADORES ARTESANAIS DO
LITORAL NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DIEGO CARVALHAR BELO

“Tese apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política”.

Orientador: Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES
ABRIL – 2018

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AÇÃO COLETIVA: A CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL ENTRE OS PESCADORES ARTESANAIS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIEGO CARVALHAR BELO

“Tese apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política”.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos (Doutor em Ciência Política)
Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Geraldo Márcio Timóteo (Doutor em Sociologia)
Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro

Profa. Dra. Tatiana Walter (Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)
Universidade Federal do Rio Grande

Dr. Gilberto Moraes de Mendonça (Doutor em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto (Doutor em Ciência Política)
Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro - orientador

Agradecimentos

Agradecer não é uma tarefa fácil, em especial quando você tem muitas pessoas que foram marcantes em sua vida e que contribuíram, cada um a seu modo, para que eu pudesse alcançar todos os meus objetivos. Somente foi possível concretizar mais uma etapa da minha vida, porque tive ao meu lado pessoas que contribuíram valorosamente em diversos âmbitos, pessoal, profissional e acadêmico. Sem estas pessoas não seria possível superar esta árdua, desgastante e desafiadora experiência do doutorado.

Início meus agradecimentos a quem me concedeu o dom da vida, nosso divino Mestre, que me iluminou e guiou e me ofereceu serenidade e paciência para seguir em frente e alcançar meus objetivos e não permitiu que eu desistisse durante os momentos mais difíceis e desafiadores da execução desta tese.

Agradeço a toda a minha família, pois sem eles e sem Deus tudo seria mais difícil. Em especial quero agradecer aos meus pais Isabel Cristina Carvalhar Cerca e Carlos Alberto Franco Belo, aos meus irmãos Carolina e Rafael e aos meus avós Luzia, Natanael Moura e Maria Carolina Franco (vovó Carola, que durante este doutorado realizou seu retorno à pátria espiritual e hoje com certeza vela por nossa família). Agradeço a eles pela dedicação, paciência e amor dispensado, pois esta conquista se deve muito a todos. A eles eu agradeço pelo carinho recebido, pelos conselhos recebidos, pelas orações e por terem acreditado em mim e me dado força para prosseguir em meu caminho.

Agradeço a todos os meus mestres, professores da UENF, por terem contribuído para minha formação intelectual. Em especial quero agradecer ao meu primeiro orientador na universidade, o professor Marcos Pedlowski, que me orientou na graduação e no mestrado, e que contribuiu de forma decisiva para o meu amadurecimento intelectual e pessoal.

Agradeço também, de modo especial, ao meu orientador no doutorado, professor Vitor Peixoto, que foi decisivo para a concretização deste trabalho e um dos maiores responsáveis pela minha formação profissional. Agradeço pela confiança, pela amizade, conselhos e paciência e por ter aceito esta orientação mesmo o meu projeto não sendo da sua área de pesquisa.

Agradeço aos amigos do NERD, Nelson, João Gabriel, Tisse, Ana e Jheniffer, pelos bons momentos que passamos juntos, por terem me acolhido quando o Projeto

PEA-Pescarte encerrou o seu primeiro ciclo e fiquei sem local de trabalho na UENF, pelas trocas de experiências, e principalmente pela contribuição na revisão desta tese, oferecendo sugestões efetivas para a realização deste trabalho. Sendo assim, gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos vocês.

Agradeço a todos os amigos que conquistei no programa e ao longo destes anos na UENF, em especial as minhas eternas amigas desde os tempos da graduação, Kíssila, Natalia, Carine e Naiana. A alegria, bondade e generosidade são características que definem vocês perfeitamente. Agradeço por serem por tanto tempo minhas amigas, por não deixarem nossa amizade se arrefecer com o tempo. Vocês sempre estarão em meu coração.

Agradeço aos amigos e companheiros do Projeto PEA-Pescarte, com os quais convivi por durante dois anos de minha vida e no qual aprendi muito, a Petrobrás que concedeu a minha primeira bolsa no doutorado e, em especial, ao professo Geraldo, que conduz com maestria o Pescarte. Posso dizer que o PEA-Pescarte foi minha primeira experiência profissional, para além da vida acadêmica, pois as atribuições assumidas, que excediam a pesquisa, me ajudaram grandiosamente no meu amadurecimento pessoal, intelectual e profissional. Neste sentido, agradeço ao projeto e a Petrobrás pela bolsa oferecida nos primeiros anos de doutorado, que viabilizou a execução de minha pesquisa. Aproveito o ensejo para agradecer a toda a comunidade de pescadores que nos recebeu de braços abertos, que contribuíram para esta pesquisa e que acreditaram no projeto.

Enfim, agradeço à FAPERJ e a UENF pela concessão da bolsa, após o término do primeiro ciclo do PEA-Pescarte. O auxílio financeiro por meio desta bolsa me permitiu terminar o meu doutorado e me dedicar em tempo integral à tese. Aproveito para agradecer à professora Wânia Mesquita, coordenadora do Programa, que ajudou a viabilizar esta bolsa e que sempre se mostrou solícita a todas as nossas necessidades, minhas e dos meus colegas de programa.

Sumário

Capítulo I - Introdução	1
1.1. Apresentação e objetivos do trabalho	1
1.3. Área de estudo	9
1.4. Objeto de estudo: Atores sociais no espaço da pesca	11
1.4.1. Pescadores Artesanais	12
1.4.2. Colônias de Pesca	14
1.4.3. Os PEAs (Projetos de Educação Ambiental) como um instrumento de presença do IBAMA nos territórios pesqueiros	17
1.4.4. Outros atores e arenas	20
1.5. Organização da tese	22
Capítulo II - O problema da cooperação/ação coletiva	24
2.1. A lógica da ação coletiva em Mancur Olson.....	26
2.1.1. Objeções à teoria da lógica da ação coletiva de Olson	29
2.1.2. Claus Offe: duas lógicas da ação coletiva	31
2.2. Interações sociais na forma de um jogo.....	32
2.2.1. O Dilema do Prisioneiro	34
2.2.2. O “superjogo do Dilema do prisioneiro”: cooperação condicional....	37
2.3. Críticas ao modelo econômico e alternativas para compreensão da lógica da ação coletiva	38
2.3.1. Motivações para cooperar	40
2.3.2. Ação coletiva como um sentido de comunidade.....	44
2.4. Algumas considerações finais sobre o capítulo	46
Capítulo III - Teoria do Capital Social	48
3.1. Capital Social em Pierre Bourdieu: perspectiva do conflito	49
3.2. Capital Social e engajamento cívico em Robert Putnam.....	55
3.3. Capital Social como sinergia entre Estado e sociedade	56
3.4. O paradigma da dádiva e a noção de reciprocidade.....	60
3.5. Capital Social e escolha racional em James Coleman	62
3.5.1. Confiança e reciprocidade na perspectiva da ação racional de Coleman	63
3.6. Reflexões de Ostrom sobre a governança dos recursos comuns ..	67
3.6.1. Capital Social no marco da ação coletiva: a perspectiva de Elinor Ostrom.....	70
3.7. O outro lado do Capital Social.....	73

3.7.1. Capital social negativo: o caso da máfia.....	75
3.7.2. Confiança e “familismo” amoral	77
Capítulo IV - Organização social da Pesca Artesanal.....	80
4.1. Pesca artesanal: comunidade e cultura.....	81
4.1.1. Conceito de comunidade e cultura.....	81
4.1.2. A pesca e o pescador artesanal.....	83
4.1.2.1. A acumulação de capital no setor pesqueiro e a precarização das condições de vida dos pescadores artesanais	85
4.2. Aspectos institucionais e políticos da Pesca no Brasil	87
4.2.1. Ideologia nacionalista e o papel das Colônias de Pescadores	88
4.2.2. Período desenvolvimentista: a criação da SUDEPE e as políticas de amparo financeiro à pesca.....	92
4.2.3. Anos 90: Protecionismo do IBAMA e a “anarquia oficializada”	96
4.2.4. Anos 2000: retorno das teses desenvolvimentistas e a subordinação produtiva dos pescadores pela política do MPA	99
4.3. Participação social na pesca: abordagens a partir da perspectiva do associativismo e do Capital Social.....	101
5.1. Enfoque metodológico da pesquisa.....	105
5.1.1. Censo do PEA-Pescarte	105
5.1.2. Grupos Focais da Pesca.....	108
5.1.3. Entrevistas semiestruturadas com lideranças da pesca	110
5.2. Componentes do Capital Social presentes nas comunidades pesqueiras do litoral do Rio de Janeiro	111
5.2.1. Dimensões do Capital Social: confiança nas instituições	112
5.2.2. Participação dos pescadores nas organizações sociais da Pesca	123
5.2.3. Dimensões do Capital Social: confiança interpessoal e redes.....	145
5.3. A lógica da cooperação: possibilidades e obstáculos na superação dos dilemas participativos	152
5.3.1. Dilemas da participação social: o familismo como entrave a ação coletiva ou como mecanismo de resistência?.....	153
5.3.2. Antecedentes e características de uma comunidade para o estabelecimento de ações coletivas.	165
5.3.3. Motivações para participar: por que alguns pescadores participam mais que outros?	186
Considerações finais	198
Referências Bibliográficas	206

ANEXO I - Censo PEA-Pescarte	216
Bloco identificação socioeconômica e caracterização demográfica ...	216
Bloco Capital Social e laços fracos	218
ANEXO II – Roteiro de perguntas do Grupo Focal	221
ANEXO III – Roteiro entrevista para pescadores que obtiveram os maiores índices de Capital Social	223

Lista de Siglas

ANP – Articulação Nacional de Pescadoras

APESCARPA - Associação de Pescadores Artesanais das Canoas de Rede da Praia dos Anjos

AREMAC - Associação da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CGMAC - Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros

DCP – Departamento de Caça e Pesca

DILIC – Diretoria de Licenciamento Ambiental

DPA - Departamento de Pesca e Aquicultura

DPAq - Departamento de Pesca e Aquicultura

FAO/ONU - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FIPAC - Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo

FIPERJ - Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

GESPE - Grupo Executivo do Setor Pesqueiro

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INEA – Instituto Estadual do Meio Ambiente

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA – Ministério do Meio Ambiente

Monape – Movimento Nacional de Pescadores

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MPP - Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil

PEA – Projeto de Educação Ambiental

PEA-BC – Projeto de Educação Ambiental da Bacia Sedimentar de Campos

PEA-Pescarte – Projeto de Educação Ambiental Pescarte

PNDP – Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca

RESEX Arraial do Cabo – Reserva Extrativista de Arraial do Cabo

SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

Índice de Figuras

Figura 1- Indicador individual de Capital Social por municípios.	124
Figura 2 - Percentual de pescadores filiados à Colônia.	125
Figura 3 - Percentual de pescadores filiados à Associação de Pescadores.	126
Figura 4 - Percentual de frequência nas atividades da Colônia de Pesca.	129
Figura 5 - Percentual de frequência nas atividades da Associação de Pescadores.	130
Figura 6 - Percentual de pescadores que aceitariam fazer parte de uma cooperativa caso fossem convidados.....	133
Figura 7 - Percentual dos pescadores que participam de eventos culturais (festas, danças típicas, grupos musicais, teatro etc.).	137
Figura 8 - Percentual de pescadores que possuem uma religião ou culto.	138
Figura 9 - Percentual de pescadores que participaram de alguma atividade em outras localidades que concentrem pescadores, nos últimos seis meses.	184

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Total de entrevistados no Censo do PEA-Pescarte, por municípios.	106
Tabela 2 – Variáveis utilizadas para a construção do indicador individual de Capital Social	108
Tabela 3 - Média do grau de confiança dos pescadores nas instituições.	112
Tabela 4 - Percentual de entrevistados que participam da Associação de Pescadores.	127
Tabela 5 - Percentual de entrevistados que participam da Colônia de Pesca.	128
Tabela 6 - Grupos e Instituições que os pescadores participam	132
Tabela 7 - razões para fazer parte de uma cooperativa.	134
Tabela 8 - Forma que a Colônia de Pesca é conduzida.	142
Tabela 9 - Forma de participação na Colônia de Pesca.	143
Tabela 10 - Pessoa que você mais confia.	146
Tabela 11 - Pessoa que você mais confia para trazer algum benefício para comunidade.	147
Tabela 12 - Pessoa que você mais confia para acompanhá-lo no seu barco.	148
Tabela 13 - Pessoa que você mais confia para resolver um problema na comunidade.	149
Tabela 14 - A quem o pescador recorre quando não consegue crédito no comércio local.	151
Tabela 15 - Motivos da não participação na Colônia de Pesca.	154
Tabela 16 - Motivos da não participação na Associação de Pescadores.	156
Tabela 17 - componentes e variáveis da gestão compartilhada segundo Plummer e Fitzgibbon (2004)	167
Tabela 18 - Principais alterações percebidas pelos pescadores em sua área de pesca.	168
Tabela 19 - Comparação de média entre grau de escolaridade e o indicador de Capital Social.	187
Tabela 20 - Comparação de média entre nível de renda e o indicador de Capital Social.	187

Tabela 21 - Comparação de média entre o tempo de residência na comunidade e o indicador de Capital Social.	188
--	------------

Índice de Mapas

Mapa 1 - Localização dos municípios confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos	10
Mapa 2 - Localização cartográfica dos municípios do estudo.	10

Resumo

Esta tese tem como principal interesse investigar os dilemas da ação coletiva presentes nas comunidades pesqueiras de municípios confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos, como forma de identificar os elementos de inibição da ação cooperativa. Utilizou-se para análise destes elementos variáveis que medem o acúmulo de capital social nestas comunidades. Assim, o objetivo principal desta tese é diagnosticar e caracterizar o capital social das comunidades pesqueiras, compreendendo os níveis de participação social dos pescadores, identificando as redes sociais existentes entre os pescadores, os níveis de confiança interpessoal e com as organizações e grupos sociais que interferem na organização social da pesca. Deste modo, este trabalho pretende avançar no estudo da organização social da pesca de importantes municípios confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos, no litoral do estado do Rio de Janeiro. A metodologia empregada neste estudo consistiu no uso de dados quantitativos extraídos do Censo da Pesca, realizado pelo Projeto PEA-Pescarte. O estudo utilizou também de dados qualitativos gerados a partir de grupos focais realizados com os pescadores pelo Projeto PEA-Pescarte e de uso de entrevistas semiestruturadas realizadas junto a pescadores que se destacam nas comunidades pela intensa participação nas organizações sociais da pesca. Os resultados apontam para ausência de uma cultura da participação em que pese o alto grau de confiança depositado nas organizações pesqueiras, como a Colônia. Deste modo, os achados empíricos relativos ao associativismo da pesca da Bacia Sedimentar de Campos atestam que as Colônias e Associações não são espaços democráticos de participação, que promovam a inclusão dos pescadores nos processos decisórios. Outrossim, a definição de capital social que vincula confiança, associação e eficiência não pode ser aplicada no contexto social da pesca, visto que a confiança, expressa em certas instituições como a colônia, não se traduz em maior participação. Na maioria dos casos, esta população possui com as organizações sociais uma relação clientelística. Ademais, em que pese à propagação de associações na pesca, a parcela de pescadores não integrados é alta em razão da falta de condições objetivas de alcançar tal integração e pela baixa disposição para participar. Percebe-se uma ausência de solidariedade cívica e um comportamento que se assemelha ao comportamento típico do “familismo amoral”. A analogia com o termo se sustenta visto que todo empreendimento coletivo dos pescadores está restrito à esfera privada em razão dos altos custos existentes na generalização de iniciativas coletivas, devido às precariedades materiais que impedem os pescadores de alcançar a integração social.

Palavras-chave: Pesca Artesanal, Capital Social, Ação Coletiva, Familismo Amoral.

Abstract

This paper's main concern is to scrutinize the dilemma of the collective action existing in the fishing communities of municipalities adjoining the *Bacia Sedimentar de Campos* (Sedimentary Basin of Campos), as a way of identifying elements of inhibition of the cooperative action. In order to analyze these elements, variables that measure the accumulation of these communities social capital were utilized. Therefore, the main objective of this work is not only diagnosing and characterizing the social capital of fishing communities, but also understanding the levels of social participation of fishermen, identifying the social networks among fishermen, levels of interpersonal trust and of reliability on social organizations and groups that interfere in the social organization of fisheries. Thus, this work intends to advance in the study of the fishing social organization of important confrontational municipalities of the "Bacia Sedimentar de Campos", on the coast of the state of Rio de Janeiro. The methodology applied in this study consisted in the use of quantitative data extracted from the Fishing Census, carried out by the PEA-Pescarte Project. The study also made use of qualitative data generated from focus groups performed with fishermen by the PEA-Pescarte Project and use of semi-structured interviews with fishermen who stand out in the communities for their intense participation in social fisheries organizations. The results point to the absence of a participation culture in spite of the high degree of trust placed in fishing organizations, such as the Colony of Fishing. Thereby, the empirical findings related to the fishing associativism of the "Bacia Sedimentar de Campos" attest that the Colonies and Associations are not democratic spaces of participation that promote the inclusion of the fishermen in the decision processes. Likewise, the social capital definition, which links trust, association and efficiency, cannot be applied to the social context of fishing, since trust, expressed in certain institutions such as the Colony, does not translate into greater participation. In most cases, this population has a clientelistic relationship with these social organizations. Furthermore, notwithstanding the propagation of fishing associations, the number of non-integrated fishermen is high due to the lack of straightforward conditions to reach such integration and also due to the low disposition to take part in that process. It can be noticed an absence of civic solidarity and a behavior that resembles the "amoral familism". The analogy with the term "amoral familism" is supported because every collective enterprise of the fishermen is restricted to the private sphere on account of the high costs of generalizing collective initiatives, due to the material precarity that hinders the fishermen of achieving social integration.

Keywords: Artisanal fishing, social capital, collective action, amoral familism

Capítulo I - Introdução

1.1. Apresentação e objetivos do trabalho

Esta tese tem como principal interesse investigar os dilemas da ação coletiva presentes nas comunidades pesqueiras de sete municípios¹ confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos (RJ) como forma de identificar os fatores de inibição da ação cooperativa, realizados por meio da análise de variáveis que medem a formação do capital social nestas comunidades. Assim, este trabalho tem como objetivo diagnosticar e caracterizar o capital social de comunidades pesqueiras, compreendendo os níveis de participação social dos pescadores, identificando as redes sociais existentes entre os pescadores, os níveis de confiança interpessoal e com as organizações e grupos sociais que interferem na organização social da pesca. Deste modo, esta tese pretende avançar no estudo da organização social da pesca de importantes municípios situados na região litorânea do estado do Rio de Janeiro.

Estes municípios são objeto de ação do projeto PEA-Pescarte por se situarem em área limítrofe à Bacia Sedimentar de Campos, o que os torna área de influência das atividades da Petrobrás. Neste sentido, o projeto é uma condição exigida para o licenciamento ambiental de empreendimentos marítimos de produção de petróleo e gás natural localizados nesta bacia sedimentar².

De 2014 a 2016, o projeto PEA-Pescarte realizou um Censo da Pesca, que atualizou dados produzidos pelo Diagnóstico Participativo do PEA-BC³. A realização do Censo faz

¹ Os sete municípios que foram objeto da pesquisa são: Campos dos Goytacazes, Arraial do Cabo, Cabo Frio, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, Macaé e Quissamã.

² Este foi o primeiro critério de escolha dos municípios alvos do projeto. Seguindo este critério de escolha, o plano de trabalho do Pescarte propôs inicialmente inserir mais três municípios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Armação dos Búzios; no entanto, as discussões suscitadas na “Reunião Temática sobre Pesca e Educação Ambiental na Bacia de Campos” apontaram a necessidade de um redimensionamento espacial, restringindo o projeto a municípios que apresentavam maiores vulnerabilidades diante dos impactos produzidos pela atividade petrolífera. Agregou-se, ainda, a este critério, outros que foram decisivos para escolha destes municípios, como volume de pescado desembarcado, número de pescadores e renda familiar (PEA-PESCARTE, 2013).

³ O Diagnóstico Participativo do PEA-BC é um relatório realizado pelo Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) junto à população dos municípios diretamente afetados pelas atividades da indústria petrolífera. O diagnóstico teve como objetivo realizar uma contextualização do histórico dos municípios frente à sua relação com a indústria de petróleo e gás, identificando os níveis de relacionamento dos municípios com as atividades e impactos das operações da bacia petrolífera. Estes dados ofereceram

parte de uma das estratégias metodológicas do projeto e subsidiou uma série de estudos relativos à pesca da região nestes dois últimos anos, incluindo esta tese, que baseou parte de suas análises nos dados produzidos pelo Censo do projeto.

Embora o projeto seja uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental do IBAMA, em decorrência dos impactos produzidos pela cadeia produtiva do petróleo na região da Bacia Sedimentar de Campos, a aplicação do Censo não se restringiu aos grupos de pescadores artesanais diretamente afetados pela produção de petróleo e gás (pescadores marítimos), isto é, as análises abrangeram pescadores de todos os ambientes de pesca – continentais e marítimos.

Dito isto, esta tese tem como marco teórico três importantes eixos de estudo para análise do tema: teoria da ação coletiva, teoria do capital social, com especial destaque para as perspectivas que relacionam o capital social com as teorias da ação coletiva e os estudos sobre a realidade da pesca e sua organização social.

A teoria da ação coletiva enfoca o problema da cooperação - ou problema da ação coletiva⁴ - que deflagra atualmente um debate fundamental no pensamento social por conceber um dilema que a teoria da escolha racional e dos jogos expressa de forma objetiva: existe uma relação inversa entre a ação individual guiada por estratégias racionais para a realização de interesses pessoais e a disposição de colaborar com outras pessoas.

Deste modo é exposto o dilema da ação coletiva: ou bem os indivíduos buscam a maximização dos seus interesses ou bem colaboram na maximização dos benefícios coletivos. Diante de tal dilema, algumas teorias têm sustentado que a ação coletiva não pode ser promovida a menos que os indivíduos sejam incentivados a cooperar, por meio de incentivos seletivos que são oferecidos na forma de bens individuais ou de sanções (Olson, 2011). No entanto, um conjunto de investigações empíricas tem demonstrado a existência de uma variedade de empreendimentos de ação coletiva que buscam atender aos interesses comuns. Diante desta comprovação empírica, surge a questão de que as teorias da ação coletiva tentam responder: se é mais conveniente não cooperar, agindo de modo egoísta, quando é que a cooperação surge na vida humana? Ou, por que os

informações que foram base para a formulação de um Programa de Educação Ambiental para a Bacia de Campos (PEA-BC, 2012).

⁴ Os termos ação coletiva e cooperação são considerados pela literatura como análogos. John Elster (2007, p. 425) define o problema da ação coletiva em termos da relação entre eleições individuais e resultados coletivos. Em outros termos, a ação coletiva é uma escolha realizada por um grupo de pessoas de uma conduta individual que melhor proporciona um bem coletivo.

indivíduos decidem empreender ações coletivas para atender a interesses comuns, quando possuem incentivos para não cooperarem.

Neste sentido, a revisão teórica desta tese apresenta marcos teóricos que expõem a problemática da ação coletiva, destacando certas posições teóricas que consideram pouco racional a cooperação (HARDIN, 2001; OLSON, 2011) e outras que consideram a cooperação como um dilema de ação coletiva que pode ser resolvido (AXEROLD, 1984; OSTROM, 2005; TAYLOR, 1987, 1991). Sendo assim, todas as posições teóricas da ação coletiva possuem a mesma pergunta norteadora: quais são os fatores que determinam a possibilidade de ações coletivas entre os indivíduos?

Parte da literatura pressupõe que o capital social traz consigo um conjunto de elementos que podem ser a chave para a resposta desta questão norteadora. O capital social é entendido como laços e redes baseados na confiança, reciprocidade e cooperação, seja em nível individual, grupal, comunitário ou nacional. A literatura especializada no tema tem focado que tais laços e práticas têm como resultado os benefícios coletivos, sejam em nível comunitário e nacional (perspectiva mais positiva do capital social) ou em nível restrito a grupos e redes (perspectiva que apresenta o lado negativo do capital social, em razão dos benefícios estarem limitados aos grupos e redes, não se estendendo para o restante da sociedade). Os benefícios coletivos auferidos por meio do capital social se traduzem em recursos materiais e simbólicos e estão presente em instituições, organizações e redes de relações (Putnam, 2000; Coleman, 1990; Ostrom, 2005). Os elementos básicos que definem o conceito são derivados da antropologia e são estudados com o fim de entender distintos fenômenos sociais presentes no comportamento humano e no tecido social.

Desta maneira, com a presente investigação, será possível conhecer em profundidade as características das distintas relações sociais presentes nas comunidades pesqueiras estudadas, as relações dos indivíduos entre si, e sua relação com as organizações coletivas, bem como dar-se-á enfoque na investigação acerca da solidez e da debilidade dos elementos que constituem o capital social nas comunidades pesqueiras. Para fins desta investigação, considera-se o capital social como um enfoque teórico e metodológico. Como enfoque teórico, o capital social terá o apoio de teorias que enfocam a problemática da ação coletiva. Como enfoque metodológico, optou-se pelo capital social como ferramenta metodológica a partir da operacionalização de suas dimensões, que são compostas por variáveis como confiança, cooperação,

reciprocidade, redes sociais, participação, cada uma possuindo seus respectivos indicadores.

A partir destes marcos teóricos foi construído o problema de investigação, assim como a proposta metodológica deste trabalho. De acordo com a discussão suscitada nestes marcos teóricos, procurou-se analisar as formas de ação coletiva existentes nas comunidades pesqueiras e verificou-se que tais comunidades apresentam dilemas cooperativos semelhantes aos encontrados pelo estudo de Banfield (1958) em áreas rurais do sul da Itália: não há nas comunidades pesqueiras uma disposição assumida em participar de atividades públicas, pois grande parte dos pescadores não acreditam nas vantagens decorrentes da participação em ações associativas e comunitárias. A descrença em soluções advindas da participação, bem como as dificuldades objetivas impostas pela rotina de trabalho no mar e as privações de todas as ordens levam a maioria dos pescadores a uma decisão racional que corresponde à dedicação exclusiva dos interesses e necessidades da família e dos mais próximos.

Ademais, as concepções de capital social adotadas nesta tese visam compreender as formas de participação social e a natureza dos laços sociais engendrados pelos pescadores artesanais em suas interações cotidianas. Constatou-se, no estudo empírico, que os mecanismos que constituem o capital social funcionam de modo irregular nas comunidades, com elevada presença de um componente como a confiança e baixa presença de outros, como a participação ativa. Sendo assim, a capacidade de formação de redes sociais para além dos laços familiares é restrita como ficou demonstrado pelos dados de sociometria do Censo PEA-Pescarte. Faltam a estas comunidades incentivos seletivos, no sentido dado por Olson (2011), para estimular formas de participação mais ativas dos pescadores.

Algumas das concepções de capital social aqui apresentadas se distanciam do objeto aqui analisado, precisamente aquelas derivadas dos trabalhos de Putnam (2000) que concebem um valor positivo como um bem que gera benefícios coletivos ampliados a toda sociedade por articular duas dimensões, que para Putnam (2000) estão presentes em sociedades que apresentam melhor desempenho socioeconômico: confiança e participação. Estas duas dimensões foram analisadas na tese e se constatou que a existência de laços de solidariedade entre grupos pequenos, presentes nas comunidades pesqueiras, não é condição suficiente para a adoção de formas de participação e ação pública. Ademais, a confiança em certas instituições com forte lastro nas comunidades, como a Colônia, não gera compromissos participativos, no sentido de

envolver os pescadores em formas mais ativas de participação. Neste sentido, Tonnies (1973) afirma que uma participação mais ativa dos indivíduos pode assumir formas comunitárias e associativas, quando estes indivíduos buscam modificar a realidade em que vivem.

Vale aqui mencionar que o conceito de participação é utilizado por este trabalho em um sentido meramente instrumental, porquanto sua adoção visa ajudar no esforço analítico de explicação dos mecanismos pelos quais se vinculam os sujeitos. Sendo assim, o conceito foi utilizado para colaborar no empenho de observação empírica dos mecanismos que constituem o capital social. De modo complementar, a opção pela teoria do capital social se explica pela possibilidade que este marco teórico apresenta na solução de dilemas cooperativos. Assim, procurou-se identificar, junto com uma teoria complementar que versa sobre o gerenciamento comum de recursos explorados por comunidade tradicionais, como é o caso dos pescadores artesanais, potencialidades e características que possam estar presentes nestas comunidades para solução de tais dilemas, que em última instância significaria o reforço nas ações coletivas.

Dentro da perspectiva da investigação, o terceiro aporte teórico desta tese se refere à realidade da pesca artesanal, sobretudo o estudo dos aspectos sociais, culturais e econômicos presentes nas comunidades pesqueiras. No Brasil, a pesca artesanal se torna tema de importantes investigações a partir da década de 50, por meio de trabalhos descritivos e empíricos produzidos por antropólogos e geógrafos humanos que se ocuparam em descrever os aspectos da distribuição e do modo de vida de pescadores artesanais em estudos realizados nos estados do Rio de Janeiro e de Santa Catarina. Tais pesquisas constituíram um campo de estudos e investigação denominado de “socio-antropologia das comunidades marítimas” (Diegues, 1995).

As justificativas para a especialização dos estudos da pesca em uma socio-antropologia das comunidades marítimas são, na definição de Diegues (1995), em razão do “particularismo” das comunidades marítimas, que nas palavras do autor se relaciona “com o ambiente físico do mar, marcado pelas mudanças sazonais importantes, por fenômenos atmosféricos que operam transformações rápidas no corpo d’água e colocam continuamente em risco a vida dos que nele trabalham” (DIEGUES, 1995, p. 19). O autor agrega ainda que “estas características fazem parte do objeto de estudo das Ciências Naturais, mas são as práticas sociais, econômicas e simbólicas da ‘gente do mar’ sobre a realidade física o objeto da sócio-antropologia marítima” (DIEGUES, 1995, p. 19).

Diante do exposto, desde o início do século XX as comunidades de pescadores artesanais de nosso país vem se tornando produto de um processo organizacional-institucional, que promoveu a criação das Colônias de Pesca pela Marinha do Brasil, como instrumento de organização e doutrinação da classe pesqueira para servir a um projeto político-ideológico de modernização do país conduzido pelo Estado. Assim, o Estado vem estipulando normativas e regulamentos para organizar e moldar aspectos relativos ao trabalho da pesca.

Em definitivo, há nos territórios pesqueiros a presença de diversas organizações sociais constituídas muitas delas pelo Estado, como é o caso das próprias Colônias de Pesca. Grande número de trabalhos relativos à organização social da pesca relatam a existência de conflitos entre as comunidades pesqueiras e as organizações estatais e privadas que afetam o modo de vida dos pescadores artesanais. Os conflitos existentes nos territórios pesqueiros da Bacia Sedimentar de Campos (litoral do estado do Rio de Janeiro), registrados em diferentes fóruns de discussão sobre a pesca - muitos deles conduzidos por algumas destas organizações como o IBAMA e a Petrobrás - afetam diretamente o labor da pesca artesanal.

Neste sentido, um aspecto importante da investigação é saber se há (e quais são) respostas e formas de organização dos pescadores frente a esta situação e quais os fatores que podem osbruir a capacidade de organização dos pescadores artesanais. Por estas razões que um dos interesses desta tese é conhecer com maior profundidade as relações de conflito e acordo entre estes atores presentes nos territórios pesqueiros.

Tais propostas de investigação darão conta de entender as relações sociais presentes nas comunidades pesqueiras, assim como também quais são as bases e os motivos da união e desunião entre os pescadores artesanais da região do estudo. Ademais, será também analisado as relações de confiança e cooperação com as organizações sociais da pesca. Em função do que foi aqui exposto, esta tese se orienta em torno das seguintes questões de pesquisa:

- Quais elementos sociais e processos organizativos impactam no processo de participação social dos pescadores artesanais?
- Essas reações ou assimilações do impacto configuram formas de ação coletiva?
- Existe alguma forma de articulação entre as dimensões do capital social, confiança e participação nas comunidades pesqueiras estudadas?

- Quais são os conjuntos de motivações que favorecem a integração de forma ativa dos pescadores em ações coletivas?

1.2. Justificativa do estudo

Esta tese nasceu de uma pesquisa desenvolvida dentro do projeto PEA-Pescarte⁵, um dos Programas de Educação Ambiental (PEA) que foi consolidado por meio de um convênio celebrado entre a UENF⁶ e a Petrobrás⁷, tendo o IBAMA como órgão licenciador. A pesquisa que originou o projeto desta tese foi iniciada no PEA-Pescarte por meio de uma bolsa de doutorado concedida pelo projeto para execução de uma atividade de pesquisa que tinha como finalidade subsidiar, em conjunto com outras pesquisas, os processos de intervenção social junto às comunidades pesqueiras que se situam nos municípios confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos. Sendo assim, a presente pesquisa colaborou com subsídios necessários para o estudo e caracterização do público alvo do PEA-Pescarte, os pescadores artesanais e suas famílias.

A meta de intervenção social nas comunidades pesqueiras, estabelecida pelo PEA-Pescarte, tem como escopo a consolidação da emancipação social do pescador artesanal, por meio da transformação destes em atores protagonistas na construção de ideias e alternativas para solução dos principais problemas sociais que marcam a

⁵ O PEA-Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA. O projeto se estabeleceu como “uma proposta para o planejamento, implantação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de um projeto de intervenção junto às comunidades pesqueiras residentes na Bacia de Campos (BC) com a participação de municípios previamente selecionados por estarem inseridos em área de influência das atividades realizadas na região pela empresa Petrobras” (PEA-PESCARTE, 2013). Ele nasceu a partir de uma Nota Técnica do IBAMA (CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/2010), dos resultados apresentados no Diagnóstico Participativo do PEA-BC e como resultados das discussões conduzidas na “Reunião Temática sobre os projetos de Educação Ambiental e a Pesca Artesanal na Bacia de Campos no âmbito do Licenciamento Ambiental das Atividades Marítimas de Petróleo e Gás”, que foi promovido pela CGPEG/IBAMA e pelo Grupo de Trabalho Articulador do Fórum do PEA-BC, ocorrido em setembro de 2013, que passou a ser denominado de “Projeto de Educação Ambiental PEA-PESCARTE” e inserido na Linha de Ação A da referida Nota Técnica. Com isso, o PEA-Pescarte apresenta como escopo de atuação o planejamento e desenvolvimento de um projeto de intervenção junto a estas comunidades. A intervenção social proposta pelo projeto PEA-Pescarte visa criar espaços de participação e diálogos entre os pescadores, inserindo-os nos debates acerca das alternativas para a solução dos problemas socioeconômicos que atingem a pesca artesanal na Bacia Sedimentar de Campos (PEA-PESCARTE, 2013).

⁶ A UENF, por meio da equipe de docentes envolvida na tarefa de coordenação e pesquisa, em conjunto com outros pesquisadores, discentes e técnicos sociais, é a responsável pela execução do projeto PEA-Pescarte.

⁷ A Petrobrás é a empresa responsável pelo projeto e exerce a tarefa de avaliação e monitoramento das atividades conduzidas pelo projeto.

realidade da pesca. Assim, o processo de intervenção social orientado pelo projeto PEA-Pescarte assume um viés participativo, que visa o empoderamento dos sujeitos da pesca, como forma de combater processos de discriminação e exclusão social no qual estes grupos estão expostos.

Foi no âmbito desta iniciativa que o presente estudo se consolidou como um projeto de tese, oferecendo elementos de reflexão na análise das potencialidades e desafios impostos à consolidação dos processos participativos no âmbito da pesca, que visem fomentar entre os pescadores artesanais da Bacia Sedimentar de Campos uma sólida organização comunitária.

O estudo da organização coletiva das comunidades pesqueiras se justifica em razão dos crescentes conflitos que envolvem a apropriação dos espaços de pesca pela indústria de exploração de petróleo e gás. Neste sentido, o modo de vida dos pescadores artesanais vem sendo afetado pelo avanço de empreendimentos econômicos que impõem severos desafios à sobrevivência material e cultural destas populações. Assim sendo, a sobrevivência tanto material (referente ao ofício de pescador artesanal) quanto cultural dos pescadores artesanais depende tanto de fatores externos como adoção de políticas públicas, criação de marcos legais e de processos econômicos, quanto de fatores internos a estas comunidades, como a organização social e o capital social.

Ademais, o modo de vida dos pescadores artesanais está sendo crescentemente interpelado e questionado pela forma como os processos de modernização econômica vem se constituindo no Brasil ao longo dos anos. Frente a estes processos de mudanças, tem se produzido, em diferentes lugares e em âmbito nacional, um incremento das formas de participação social dos pescadores, nas quais muitas são resultados das experiências desenvolvidas pela Comissão Pastoral da Pesca (CPP) ao longo de décadas. Destaca-se como experiência de organização dos pescadores o Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil (MPP), o Movimento Nacional de Pescadores (Monape) e a Articulação nacional das Pescadores (ANP).

Por um lado, se verifica um importante aumento no grau de articulação e organização dos pescadores, especialmente em âmbito nacional, a partir das experiências destes movimentos; mas por outro lado, diversos estudos têm apresentado um quadro de fragilidades no tocante ao associativismo da pesca, que dificultam a adesão da maioria dos pescadores a práticas associativas. Para literatura, tais fragilidades são decorrência da ausência de espaços reais de participação e decisão, apesar das inúmeras supracitadas experiências associativas na pesca. Além disso, o expressivo número de

associações no âmbito da pesca não tem se decantado em um maior empoderamento da população de pescadores, em face do modo como as relações sociais são gestadas no âmbito destas entidades, onde é comum o estabelecimento de comportamentos políticos tradicionais expressos, por exemplo, no clientelismo.

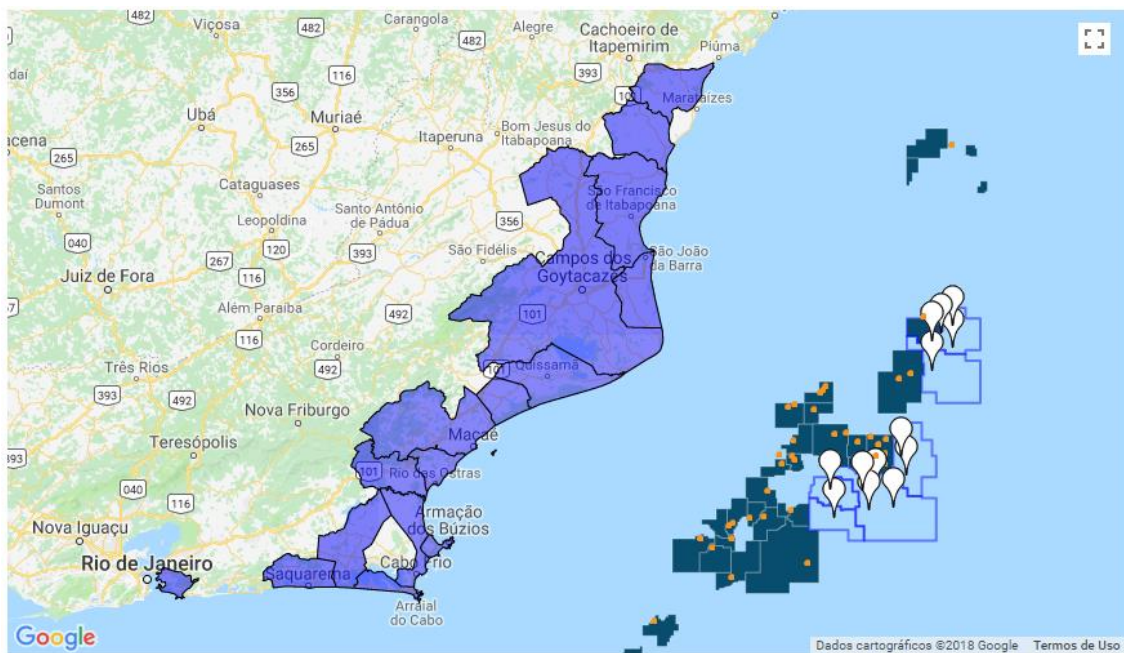
Esta comprovação empírica demonstra a necessidade de solidificação da organização comunitária dos pescadores artesanais, isto é, a necessidade de envolver diretamente os atores sociais no desenvolvimento de um processo participativo, que busque a colaboração e o compartilhamento de ações e compromissos entre os pescadores artesanais, entre as comunidades pesqueiras e destes com o Estado e os movimentos sociais.

Neste sentido, partindo da compreensão apresentada pelos postulados teóricos do Capital Social e das teorias da Ação Coletiva, propugna-se que as relações sociais baseadas na confiança, na colaboração e no respeito às normas geram ganhos ao nível dos indivíduos e da comunidade, fomentando o interesse individual e coletivo. No marco desta tese, a abordagem teórica do Capital Social e da Ação Coletiva se explica como uma opção para o entendimento das formas de associativismos dos pescadores artesanais da Bacia Sedimentar de Campos e as condições e potencialidades destas comunidades para criar e desenvolver formas próprias de representação.

1.3. Área de estudo

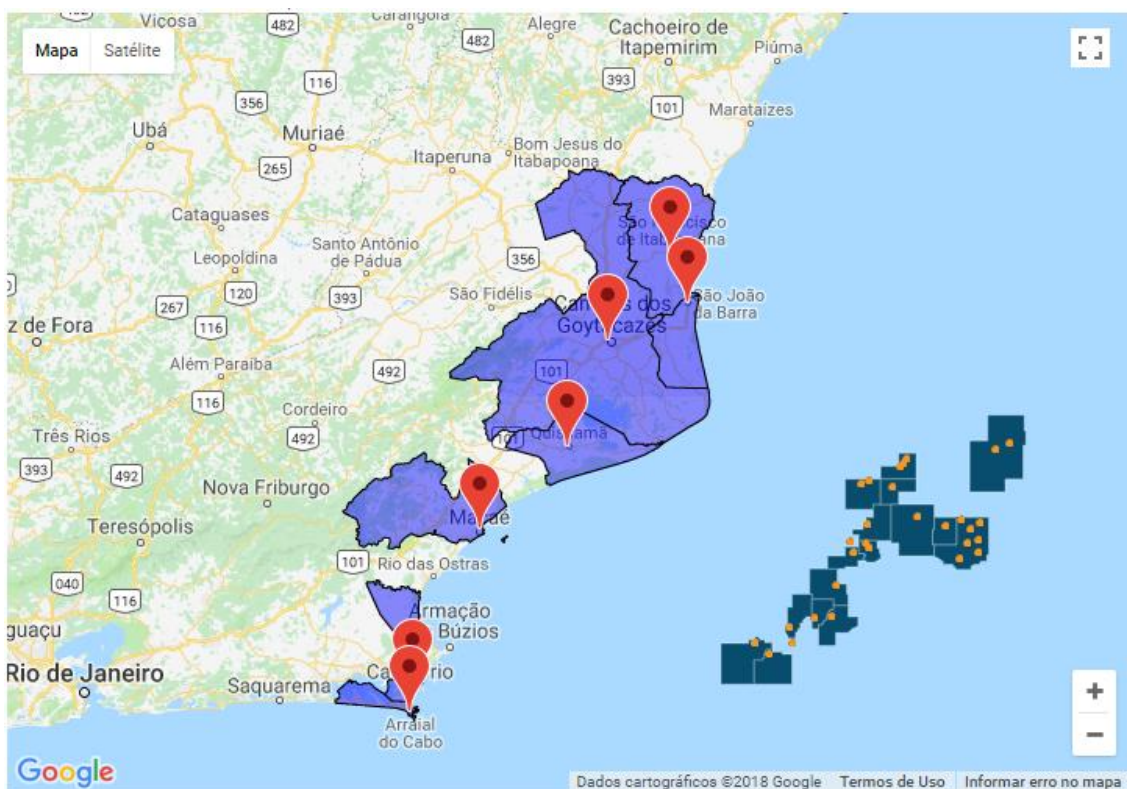
A área de estudo desta pesquisa compreende sete municípios confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos, localizados no litoral do estado do Rio de Janeiro, que integram o projeto PEA-Pescarte. Os setes municípios são: Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, Quissamã e Macaé, situados na região norte do estado do Rio de Janeiro, Cabo Frio e Arraial do Cabo, localizados na região dos lagos.

Mapa 1 - Localização dos municípios confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos



Fonte: <http://pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=bacia-campos>

Mapa 2 - Localização cartográfica dos municípios do estudo.



Fonte: <http://pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-area-abrangencia&id=6>

A Bacia Sedimentar de Campos é uma das mais importantes áreas sedimentares exploradas pela indústria petrolífera no Brasil, responsável por mais de 80% do petróleo e gás natural produzido no Brasil. Sua extensão cobre uma área compreendida entre o sul do estado do Espírito Santo e o centro norte do estado do Rio de Janeiro, correspondendo a cerca de 100 mil quilômetros quadrados. Desde a descoberta de imensa jazida de petróleo, na década de 70, os municípios da região experimentam um súbito crescimento econômico e urbano, produzindo significativas mudanças na estrutura econômica e social da região (SOUZA; TERRA, 2015). Todavia, o mais significativo impacto produzido pela economia do petróleo foi na arrecadação orçamentária de alguns dos municípios, como Campos dos Goytacazes, Macaé e Quissamã, o que os permitiu figurarem no ranking das maiores receitas de Royalties e participações especiais do país (SERRA; TERRA; PONTES, 2006). Não obstante o impacto positivo observado nas receitas orçamentárias municipais, o modelo de desenvolvimento da indústria do petróleo apresentou, desde cedo, um caráter seletivo que contrapõe a demanda por emprego qualificado nas indústrias da cadeia petrolífera aos elevados índices de desemprego e subemprego que afetam a maioria da população, em sua maior parte formada por imigrantes atraídos pelas oportunidades profissionais abertas em razão da industrialização da região (SOUZA; TERRA, 2015).

1.4. Objeto de estudo: Atores sociais no espaço da pesca

No uso dos espaços de pesca convivem e habitam diferentes atores de distintos grupos sociais interessados na exploração dos recursos naturais ou na utilização do espaço para fins profissionais ou de lazer. As relações entre estes atores sempre esteve permeada por relações de poder nas formas de apropriação dos recursos naturais em disputa por estes grupos. Cada ator em disputa pelo espaço promove uma variedade de ações para a apropriação do espaço e utilização dos recursos naturais. Neste sentido, a prática pesqueira é vivenciada por uma diversidade de atores, como pescadores, Colônia de Pesca, Associações de pescadores, poder público municipal, órgãos fiscalizadores, empresas de exploração de recursos naturais e cada um deles se relaciona, notadamente, com os espaços de pesca, materializando ações específicas para a delimitação do território e, desta forma, adotando percepções diversificadas em relação ao uso dos espaços.

Para compreender os conflitos entre os atores, esta tese recorreu a um enfoque teórico que se propõe a compreender como as instituições, entendidas como regras do jogo de uma sociedade, influem nas decisões dos atores. Este enfoque é denominado de “jogos ocultos” e foi proposto por George Tsebelis (1998) para explicar o comportamento aparentemente irracional de determinados atores em uma interação conflitiva.

A tese dos jogos ocultos, proposta por Tsebelis (1998), pressupõe que determinados atores optam por escolhas que podem parecer subótimas, porque o ator busca a maximização de suas escolhas em uma arena que não é aquela em que a escolha aparentemente subótima se deu. Em outras palavras, em variados jogos o jogador está inserido dentro de uma rede de jogos (interações) que possuem variadas arenas ou que possui uma arena superior em que às regras são variáveis. Deste modo, a escolha aparentemente subótima ocorre em uma arena que não é a principal, como uma estratégia do jogador para buscar escolhas ótimas na arena central ou naquelas em que o ator possui o controle sobre as regras do jogo. Tais jogos ocultos revelam que os fatores contextuais ou institucionais possuem fundamental importância na escolha das estratégias dos jogadores. Em um dos casos de Jogos ocultos, Tsebelis (1998) descreve a influência que o contexto exerce sobre as estratégias dos atores. Este tipo de jogo é denominado por ele de “jogos em múltiplas arenas”. Em outros casos, denominado de “projeto institucional”, o autor descreve a possibilidade dos jogadores de alterarem as regras do jogo para ampliarem as opções disponíveis.

Posto isto, faz-se necessário realizar uma descrição dos atores que estão presentes no contexto social da pesca e o formato da interação entre eles, destacando os conflitos presentes nos territórios da pesca e as múltiplas arenas com que estes conflitos se desenvolvem.

1.4.1. Pescadores Artesanais

As ciências sociais têm se ocupado do fenômeno da pesca, a longo da segunda metade do século XX (Diegues, 1995), adotando-a como um objeto de estudo por meio de diversas temáticas que em sua totalidade realizam uma análise completa de todos os aspectos que interessam a ciências sociais, em especial à antropologia marítima ou da pesca. Parte dos estudos considera a pesca como um sistema econômico, abordando aspectos da identidade produtiva dos pescadores e as relações que estabelecem em

seu meio econômico, social e cultural, assim como buscam estudar os agentes sociais e as atividades relacionadas à pesca tal como o processo de transformação dos produtos. Alguns destes estudos utilizam-se de um enfoque marxista, em que o eixo principal de análise é o materialismo histórico e dialético. Este enfoque analisa as sociedades pesqueiras a partir da premissa de que elas são parte do sistema capitalista de produção, considerando assim a inserção do pescador no processo de acumulação de capital, com diferenciação no acesso aos meios de produção e divisão do trabalho entre os pares.

Outro enfoque dos estudos da pesca se centra nos aspectos culturais e identitários. Este enfoque considera que a atividade produtiva define em termos culturais e identitários as características próprias deste grupo. O pescador é, então, visto como parte de uma comunidade, com uma cultura específica. Nestes estudos, abordam-se aspectos relativos aos saberes e tradições da pesca, bem como as relações de parentesco. Outros estudos ainda assumem como foco de análise a problemática de gênero na pesca, abordando o rol exercido pelas mulheres na sociedade pesqueira.

Várias razões podem ter suscitado a proliferação de estudos no campo da pesca artesanal, dentre elas pode-se argumentar que as sociedades pesqueiras possuem considerável importância econômica e social, haja visto que a pesca está entre as quatro maiores fontes de fornecimento de proteína animal para o consumo humano (DIAS NETO, 2010a, p. 36).

O incremento de políticas voltadas para o setor pesqueiro, especialmente após a criação da SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) nos anos 60 (DIAS NETO, 2010a) é outra razão para o aumento do número de estudos voltados à atividade pesqueira. O padrão destas políticas tem reforçado de maneira considerável o desenvolvimento de um capitalismo pesqueiro nas regiões costeiras, que vem transformando as relações sociais dos pescadores e diversificando os processos de trabalho. Este elemento tem também reforçado a intervenção do Estado no setor pesqueiro.

A partir do que foi aqui mencionado, é importante revisar algumas das definições relativas às características da pesca artesanal⁸. A pesca artesanal ou também chamada de pesca de pequena escala é uma categoria de pesca que possui aspectos econômicos e finalidades próprias, que se diferencia de outras modalidades de pesca como a pesca científica, pesca amadora, pesca de subsistência e pesca industrial/empresarial (DIAS

⁸Uma descrição mais extensa acerca das características da pesca e do pescador artesanal foi realizada no terceiro capítulo deste trabalho.

NETO, 2010a). A classificação exposta por Dias Neto (2010a) tem como base a legislação nacional que delimita as características da pesca artesanal e a diferencia de outras modalidades. Importante frisar que a classificação realizada pelo autor, seguindo os parâmetros jurídicos, diferencia a pesca artesanal da pesca de subsistência, que são por vezes confundidas pela literatura.

Sendo assim, a definição jurídica de pesca artesanal é dada pela Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, assim como regulariza as atividades pesqueiras, e substitui o Código de Pesca de 1967. Esta lei define a pesca artesanal como uma modalidade de pesca comercial, diferente da pesca de subsistência, considerada não comercial como a pesca amadora e científica. Segundo o artigo 8º da referida Lei, a pesca artesanal é de natureza comercial e se define como sendo uma modalidade de pesca *“praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”*. Difere da pesca industrial porque esta é exercida mediante um regime de contratação de trabalho ou de parceria por cotas-partes e pode utilizar-se de embarcações de médio e grande porte. No entanto, esta definição não exclui a pesca artesanal de ser praticada também com a finalidade de subsistência, podendo ser também por vezes uma alternativa sazonal realizada por trabalhadores agrícolas (Dias Neto, 2010a, p. 108).

Na literatura destaca-se a definição que Diegues (1983) realiza da pesca artesanal. Neste sentido, o autor define a pesca artesanal como um processo de trabalho que tem como unidade de produção a família e como característica básica o controle dos meios de produção (materiais de pesca, como redes, anzóis, tarrafas etc.) pelo próprio pescador executor do processo de captura do pescado. Um fato digno de nota nesta definição é que a embarcação não é considerada um meio de produção, mas um meio de deslocamento, que pode ser arrendado, como geralmente se faz na agricultura. Assim como na agricultura, o arrendamento do barco é pago com parte da produção (Dias Neto, 2010a, p. 108).

1.4.2. Colônias de Pesca

A primeira Colônia de Pesca foi criada no Brasil em 1818 por Dom João VI, na Enseada das Garoupas, município de Porto Belo, no estado de Santa Catarina e foi

denominada de Nova Ericeira. Potiguar Junior (2008) afirma que a criação da Colônia foi uma tentativa frustrada do monarca português de organizar os pescadores para impedir a sua organização autônoma, já que estes estavam insatisfeitos com a entrada no país de pescadores portugueses e com a predileção que estes possuíam do Estado.

Contudo, somente a partir do início do século XX que a maior parte das Colônias de Pesca foi fundada por meio da ação da Marinha de Guerra do Brasil. Sendo assim, a criação das Colônias ocorreu em meio a um contexto de aumento do controle estatal sobre os recursos naturais explorados. No início do século XX, os recursos naturais, em especial os recursos pesqueiros, eram considerados de alto potencial exploratório, motivando o Estado a regulamentar a utilização dos mesmos por meio da composição de agências governamentais, que tinham a função de coordenar o desenvolvimento da atividade pesqueira no país. Para tanto, foi criada em 1910 (e extinta em 1918) a agência de inspeção da pesca, que se limitava à pesquisa de espécies Marinhas (SILVA; CARDOSO, 2015).

O avanço na regulamentação do Estado sob os recursos pesqueiros tinha como objetivo proteger as zonas de pesca criadas ainda na segunda metade do século XIX como a primeira ação de controle e regulação da costa brasileira. A ação de proteção do território marítimo advinha da necessidade de assegurar controle sobre os recursos considerados de alto potencial exploratório, mas foi reforçada após a eclosão da Primeira Guerra Mundial (RAMALHO, 2014; SILVA; CARDOSO, 2015) A tarefa de controle e proteção do território foi assumida pela Marinha do Brasil⁹, que empreendeu um ambicioso projeto de inspeção e regulação da costa brasileira, tendo como instrumento as Colônias de Pesca, que começaram a ser criadas em 1919 por meio da expedição comanda pelo Capitão de mar e guerra Frederico Villar, que a bordo de um cruzador, chamado de José Bonifácio, percorreu a costa brasileira com intuito de organizar sob a batuta da Marinha a classe pesqueira, por meio da criação das Colônias de Pesca (CALLOU, 2006; RAMALHO, 2014).

Assim, as Colônias são uma instituição que, sob a égide do Estado, nasceram da necessidade de proteger a costa brasileira, pois se considerava que os pescadores eram os homens mais qualificados para atuar na defesa de nosso litoral. Esta percepção era proveniente do fato do pescador possuir um preciso conhecimento empírico do litoral, na medida em que trabalhavam no ambiente aquático e conheciam aspectos práticos da

⁹As razões para o pioneirismo da Marinha de Guerra do Brasil na defesa e controle da costa brasileira, no início do século XX, são expostas na segunda Seção do capítulo 4.

navegação. Ademais, o litoral brasileiro era extenso para permitir um controle direto da Marinha, que não possuía pessoal suficiente para atuar na patrulha da costa. Deste modo, a Marinha percebeu que seria fácil organizar e convencer os pescadores a atuarem junto com ela na defesa do território brasileiro, pois este esforço significaria para o próprio pescador a proteção do seu ambiente de trabalho e de seu modo de vida (SILVA; CARDOSO, 2015).

A partir da década de 1930, com o governo Vargas, as Colônias de Pesca passaram por profundas mudanças, tanto na sua constituição, quanto na agência governamental responsável pela sua supervisão e monitoramento. Por meio do Decreto nº 23-134/33 foi criada a Divisão de Caça e Pesca, cujo principal objetivo era gerenciar as atividades de pesca no Brasil. Segundo Ramalho (2014), a tutela da classe pesqueira é transferida do Ministério da Marinha para o Ministério da Agricultura, que preparou o primeiro Código de Pesca, colocando a responsabilidade pelas políticas do setor na Divisão de Caça e Pesca, agregada a este ministério. Esta alteração possuía a clara intenção de reduzir o controle que a Marinha possuía sobre as zonas de pesca, desde a ação de colonização dos territórios de pesca empreendida por Villar. Toda ação do governo a partir deste período tem como meta a institucionalização do trabalho do pescador, como forma de conversão da força de trabalho do pescador para a indústria pesqueira. Assim, em todo este período a regulação pública sobre a pesca tinha como objetivo assegurar o processo de acumulação de capital no setor (RAMALHO, 2014; SILVA; CARDOSO, 2015). Neste contexto, o Estado inicia uma política de crédito ao setor pesqueiro que se concentra na indústria de pesca em detrimento da pesca de pequena escala, visando atender apenas aos requisitos dos empresários do setor, no que se refere à extensão do financiamento de projetos de plantas de empresas de pesca, instalações de armazenamento e até montagem de pequenas indústrias (SILVA; CARDOSO, 2015).

Os anos subsequentes são marcados pelo mesmo padrão de intervenção do Estado na pesca, com adoção de uma política desenvolvimentista que afeta o setor, por meio da assistência financeira para o fomento de uma indústria pesqueira, o que significou para o pescador artesanal a sua conversão paulatina em força de trabalho para a indústria e a perda da autonomia que caracteriza a pesca artesanal.(DIAS NETO, 2010a; MENDONÇA; VALENCIO, 2008). Este padrão de regulação pública somente foi interrompido com a emergência, nos anos 90, das políticas neoliberais que afetaram a capacidade de financiamento público para o contínuo incremento do processo de acumulação de capital da indústria de captura e processamento pesqueiro (DIAS NETO,

2010a). Somente com a alteração da correlação de forças após a vitória de Lula, nas eleições de 2002, que as teses desenvolvimentistas retornaram para pauta das políticas públicas, com a orientação de investimentos ao setor da aquicultura e a subordinação produtiva do pescador agora a política conduzida pela Secretaria de Pesca e Aquicultura, transformada em Ministério anos mais tarde (DIAS NETO, 2010b; MENDONÇA; VALENCIO, 2008)

Por outro lado, a ideia comum que se faz das Colônias de Pesca é a que elas possuem nos territórios de pesca onde atuam o propósito de coordenar o processo de organização social dos pescadores, estabelecendo um propósito social comum que agrega a classe pesqueira com objetivo de melhorar a vida dos membros da comunidade. De fato, quando uma Colônia de Pesca é estruturada para se voltar ao bem da comunidade de pescadores, é possível se alcançar resultados efetivos, uma vez que uma ação conjunta permite a associação emergir do anonimato e ter uma maior expressão social, política e econômica. No entanto, as Colônias foram criadas no Brasil sobre a tutela do Estado com a finalidade de organizar a classe pesqueira para consecução de um projeto estranho aos interesses e necessidades dos pescadores. Como produto da inspiração do Estado, as Colônias incorporaram a mesma gramática do autoritarismo que marca a cultura política no Brasil. Sua estreita ligação com o Estado subordinou a classe pesqueira a uma entidade desprovida de identidade com a sua base social, tornando-se, assim, difícil conceber as Colônias como entidades de domínio dos pescadores. Como assevera Ramalho (2014, p. 39), dissociada dos interesses dos pescadores, as Colônias foram um instrumento do poder público que condenou o pescador a uma relação de tutela e clientelismo, dificultando o processo de participação popular.

1.4.3. Os PEAs (Projetos de Educação Ambiental) como um instrumento de presença do IBAMA nos territórios pesqueiros

Um terceiro e importante ator que atua hoje nos territórios pesqueiros são os PEAs - Projetos de Educação Ambiental: projetos ambientais que fazem parte das condicionantes de uma licença ambiental. Os PEAs são especificamente ações mitigadoras aplicadas no âmbito da socioeconomia dos municípios afetados pelos impactos ambientais de um empreendimento econômico (MENDONÇA, 2015). Se constituem como instrumentos de ação do IBAMA, conduzidos pela CGMAC

(Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros), coordenação ligada à DILIC (Diretoria de Licenciamento Ambiental).

À diferença de outros projetos e serviços públicos, os PEAs possuem uma proposta educacional e não assistencial, afinada com os pressupostos da justiça ambiental, em contraposição ao discurso de eficiência do mercado na gestão dos recursos naturais. Portanto, estas ações possuem claras orientações políticas e pedagógicas, que foram elaboradas pelo IBAMA nos anos 90 e conformam o que se chama de Educação no Processo de Gestão Ambiental. Nas orientações da CGMAC, os PEAs constituem um espaço dentro da Gestão Ambiental que organiza processos de ensino-aprendizagem, construídos em parceria com os sujeitos alvos do projeto (MENDONÇA, 2015).

O trabalho de orientação pedagógica, conduzido pelos PEAs, visa capacitar grupos sociais para o enfrentamento com outros atores, notoriamente as empresas de petróleo, que estão em disputa com estes grupos pelo controle dos espaços e dos recursos naturais (SERRÃO; LOUREIRO, 2011). Assim, os PEAs atuam no sentido de promover uma consciência crítica acerca dos agentes, instituições e fatores sociais que geram os impactos, para que eles percebam os conflitos ambientais em que estão inseridos (MENDONÇA, 2015).

Sendo assim, é importante salientar que a proposta de educação ambiental crítica, formulada pelo IBAMA, se insere em um contexto de disputa ideológica entre dois projetos político-pedagógicos oferecidos as populações afetadas diretamente pelas ações de empresas de exploração de recursos naturais, como os pescadores artesanais. O projeto conduzido pela CGMAC se insere em um marco político institucional que aposta no Estado como regulador das atividades econômicas e promotor do bem estar das populações, em especial aquelas interpeladas em sua tradicionalidade por processos econômicos da modernidade capitalista. Assim, este projeto carreado pela CGMAC defende o fortalecimento da gestão pública no Brasil e é consolidado por meio do licenciamento ambiental federal, onde os PEAs atuam promovendo a gestão ambiental por meio de ações educativas, consorciadas com as teses da educação ambiental crítica, que é por sua vez derivada dos postulados da justiça ambiental, como já mencionado anteriormente (SERRÃO; LOUREIRO, 2011).

O outro projeto, em oposição ao propugnado pelos formuladores da educação ambiental crítica no Brasil, deriva dos princípios e diretrizes da Responsabilidade Social, empregados por empresas privadas por meio de programas voluntários de educação ambiental, que valorizam as parcerias entre a iniciativa privada e sociedade civil. Estes

projetos surgem em um contexto de expansão de uma nova sociabilidade, propugnada pelas teses da Terceira Via, que propõem uma alternativa aos efeitos perversos gerados pelo neoliberalismo implementado como agenda política dos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (Estados Unidos) e experimentados inicialmente no Chile após o golpe militar de Pinochet. A Terceira Via, formulada pelo sociólogo inglês Anthony Giddens, é uma proposta teórica e uma agenda política que pretende enfrentar tais efeitos negativos, associando as premissas básicas do neoliberalismo à proposta de bem estar social defendida pela social democracia. Entretanto, em oposição ao clássico reformismo social democrata, as propostas da Terceira Via, implementadas por meio dos princípios da Responsabilidade Social, não vê o Estado como instituição eficaz na implementação de políticas públicas de bem estar social, propagando a tese da ineficiência estatal. Ao contrário de um Estado forte, as teses da Terceira Via propõem o estabelecimento de parcerias entre as empresas privadas e a sociedade civil organizada, para promoção de ações sociais (SERRÃO; LOUREIRO, 2011).

Neste sentido, a arena de disputas na qual está inseridos os PEAs e as populações afetadas pelas ações das indústria petrolífera, como os pescadores artesanais, é uma das múltiplas arenas onde a disputa por um projeto político ideológico entre mercado e agências estatais se manifestam. Em outro termos, a disputa político ideológica em que os formuladores dos Projetos de Educação Ambiental do IBAMA se colocam com setores do mercado é uma arena principal de conflitos que se manifesta em arenas secundária por meio da ação dos PEAs nas comunidades de populações afetadas pela indústria petrolífera. Como nos jogos ocultos de Tsebelis (1998), o conflito possui diferentes dimensões ou arenas, que atuam como estratégias para se alcançar *play offs* maiores na arena principal ou originária do conflito, como se a estrutura do conflito fosse formada por diferentes estruturas encaixadas umas nas outras, como uma *boneca russa*. A analogia com a boneca russa é pertinente, pois se pode considerar a arena principal, no caso específico aqui tratado o conflito ideológico entre os dois projetos, como a dimensão interna da boneca e as demais bonecas como as arenas intermediárias ou secundárias. Na arena secundária, os PEAs e as ações de educação ambiental das empresas privadas se utilizam do conflito potencial que envolve as comunidades afetadas pelas atividades econômicas da indústria para potencializar resultados na arena que envolve um contexto de disputa ideológica. Pode-se conceber também o contexto ideológico de disputa dos dois projetos como uma macroarena que integra todo o encaixe das demais arenas e manifesta as ideologias de cada grupo.

1.4.4. Outros atores e arenas

Há ainda um conjunto de múltiplas arenas na disputa pelos espaços e recursos da pesca. Nestas arenas os conflitos se manifestam seja na relação entre empresas e populações locais, afetadas pelas atividades de extração petrolífera, onde estão inseridos também os pescadores artesanais, sejam na relação entre os PEAs e as populações locais ou sejam na relação direta entre os PEAs e as indústrias petrolíferas.

Na relação conflitiva entre pescadores artesanais e empresas petrolíferas destaca-se a interferência que a indústria do petróleo exerce de forma expressiva no modo de vida destas populações tradicionais. Depoimentos produzidos por pescadores em fóruns de discussão da pesca ou em diagnósticos construídos por Projetos de Educação Ambiental acusam a indústria petrolífera de apropriação do espaço marítimo para instalação de plataformas que criam áreas de exclusão da pesca, além de acidentes provocados por embarcações das empresas (PEA-BC, 2012). Os conflitos entre a indústria do petróleo e os pescadores produzidos pela apropriação e controle do espaço marítimo está nas três fases que compõem a atividade petrolífera: a) sísmica; b) perfuração de poços; e c) produção, escoamento e desativação das estruturas submarinas. Na primeira fase, a atividade de sísmica impacta a pesca artesanal em razão da criação de zonas de exclusão da pesca, que restringe a atuação das embarcações de pesca. A ordem dos conflitos produzidos na segunda fase da exploração petrolífera, a perfuração de poços, corresponde à ameaça de sobrevivência dos pesqueiros naturais, porquanto, os poços são comumente perfurados nestas áreas. Por fim, na última fase da atividade petrolífera, produção, escoamento e desativação das estruturas submarinas, os conflitos são registrados quando estas estruturas são implantadas próximas aos recifes. Esta última fase é a mais grave dos conflitos, pois gera contendas permanentes com os pescadores, em razão da instalação de áreas permanentes de exclusão de pesca ao redor das plataformas (WALTER, 2004)

Há também no interior dos grupos de pesca notórios conflitos, registrados entre pescadores de diferentes tipos de pesca e de diferentes tamanhos de embarcações. Além de conflitos entre comunidades de pescadores, pelo controle de áreas de pesca, fato bastante recorrente no município de Arraial do Cabo. Toda esta ordem de conflitos foi registrada por espaços de discussão realizados pelo Projeto PEA-Pescarte, como os Grupos Focais que o projeto conduziu nos municípios confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos. Os conflitos estão na origem dos problemas que os pescadores relatam

constantemente nestes espaços e afetam diretamente a reprodução social da pesca, ao comprometer o estoque de pescado produzido. Os conflitos mais eminentes se processam pelo uso do espaço marinho entre pescadores artesanais e outros agentes, que interferem na dinâmica da pesca, tais como a indústria de petróleo e gás, a pesca industrial, em especial a pesca que é realizada em traineiras. Os pescadores de Campos dos Goytacazes, Cabo Frio e Macaé são, a partir das informações levantadas por grupos focais realizados pelo PEA-Pescarte, os mais sensíveis aos impactos produzidos pela indústria, em razão da proximidade com as atividades desenvolvidas pela produção de petróleo e gás.

Nos municípios de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana os pescadores estão mais sensíveis aos impactos do Porto do Açú, que também gerou conflitos no uso do espaço marinho, visto que o porto foi construído sobre pesqueiros naturais, inviabilizando a pesca de diversas espécies como o camarão. O porto ainda é apontado como responsável pela salinização das águas das lagoas da região, comprometendo a pesca de águas interiores. Esta última apresenta uma ordem de problemas diferentes, que estão relacionados aos impactos da poluição de lagoas e rios (assoreamento do rio, despejo de resíduos industriais nos rios, salinização de lagoas e despejo de esgoto doméstico em rios e lagoas).

A presença da pesca industrial nos territórios pesqueiros tradicionalmente ocupados pela pesca artesanal é outra fonte de conflitos presente nos depoimentos de pescadores em espaços como os Grupos Focais, e apontada como um problema à manutenção da atividade dos pescadores artesanais, pois, a pesca predatória realizada e a sua escala colocam sob risco os estoques pesqueiros existentes. Além disso, a área de exclusão no entorno das plataformas, afeta os pesqueiros da região e foi indicada como um elemento importante na mudança das condições de pesca na região.

Outra fonte de conflito é registrada entre os pescadores artesanais e as entidades representativas da pesca, como as Colônias de Pesca e as Associações¹⁰. Neste sentido, os grupos focais conduzidos pelo PEA-Pescarte registraram conflitos entre pescadores e lideranças da pesca, com alguns participantes relatando a falta de representatividade de algumas destas lideranças e entidades. Ficou, assim, evidente que em determinados municípios a Colônia não é uma instituição representativa na busca de meios para superar as questões que afligem a classe pesqueira. Os pescadores creditam

¹⁰ Na análise dos dados foi realizada uma descrição mais profunda da relação entre as entidades representativas da pesca e os pescadores artesanais.

a baixa participação junto a esta instituição à ausência de um trabalho de mobilização por parte da mesma.

1.5. Organização da tese

Esta tese está dividida em seis capítulos, incluindo esta introdução, que se refere ao capítulo 1. O capítulo 2 versa sobre um dos eixos teóricos do estudo: a teoria da ação coletiva. Neste capítulo foram apresentados os diferentes enfoques teóricos que tratam do problema da ação coletiva (ou problema da cooperação) como a teoria da escolha racional, a teoria dos jogos, o dilema da ação coletiva na perspectiva de Mancur Olson e as perspectivas críticas ao enfoque da escolha racional. Assim, realizou-se, neste capítulo, uma revisão que analisou as diversas soluções que historicamente foram propostas para o dilema da ação coletiva e que se tornaram mais reconhecidas nas ciências sociais contemporâneas. Os caminhos percorridos por estas soluções para compreender parte da cooperação presente na vida social, destacando suas potencialidades, bem como suas limitações e as críticas realizadas em razão destas deficiências foram destacadas neste capítulo.

No terceiro capítulo foi realizada uma abordagem acerca das principais concepções da teoria do capital social, com o objetivo de mostrar que estas concepções apresentam fatores que facilitam a solução de determinados dilemas cooperativos, engendrados pela teoria da ação coletiva. Assim, foram apresentadas as perspectivas de Robert Putnam, James Coleman e Elinor Ostrom que tratam o capital social na sua versão positiva como um bem que gera benefícios coletivos ampliados para a sociedade. Por outro lado, foi apresentada também uma versão do conceito que sustenta que o capital social pode produzir efeitos negativos para a coletividade, como a perspectiva crítica de Pierre Bourdieu e os estudos que relacionam capital social e máfia de Diego Gambetta, bem como o estudo de Banfield que busca relacionar o subdesenvolvimento de regiões rurais do sul Itália com a ausência de um capital social comunitário.

O capítulo quatro versa sobre o estudo da organização social da pesca, apresentando os aspectos sociais, culturais e políticos da pesca artesanal no Brasil. Para tanto, o capítulo realizou uma extensa descrição acerca da pesca artesanal e do processo de transformação na qual ela foi sujeitada pela interferência do poder público, que se iniciou com a criação das primeiras Colônias de Pesca, no início do século XX. Ademais, apresentou-se neste capítulo um panorama histórico, mostrando as principais formulações de políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro e o contexto político

institucional em que elas foram gestadas e implementadas.

O capítulo cinco apresenta o enfoque metodológico escolhido pelo estudo e traz os resultados da pesquisa. Na primeira seção da análise dos dados foi realizada uma análise de aspectos do capital social presentes nas comunidades pesqueiras, como confiança nas instituições que afetam a realidade social da pesca, nível de participação social dos pescadores em diferentes grupos e instituições da pesca, bem como uma caracterização dos principais grupos sociais da pesca. Ao final desta Seção foi realizada uma análise dos dados de sociometria que medem a extensão das redes sociais dos pescadores, bem como o nível de confiança interpessoal. Na segunda Seção deste capítulo foi realizado um esforço no sentido de analisar os fatores e motivações que promovem ações coletivas e a natureza dos principais laços de solidariedade dos pescadores artesanais; ao mesmo tempo que foram analisados os fatores de inibição da ação coletiva, verificando também possibilidades e condições para construção de ações coordenadas que visem à autogestão dos recursos comuns explorados. Para análise das possibilidades e alternativas que estão sendo gestadas nas comunidades pesqueiras para o fortalecimento de ações comuns, deu-se ênfase na análise da presença de um PEA da Petrobrás nas comunidades pesqueiras, o PEA-Pescarte.

Por fim, no último capítulo (considerações finais) foram retomadas as principais questões deste estudo, bem como foi realizado um aprofundamento das análises realizadas durante o capítulo cinco, realizando uma síntese dos elementos constantes no trabalho.

Capítulo II - O problema da cooperação/ação coletiva

O problema da cooperação, ou também denominado de problema da ação coletiva, tem sido objeto de numerosos estudos na área da sociologia, das ciências políticas e da economia. Desde esta perspectiva, diversos investigadores procuraram explicar fenômenos sociais tais como o comportamento do consumidor, a conduta do eleitor, as revoluções políticas, os fenômenos organizacionais, etc. (PLUT, 2005). Estes estudos possuem vários enfoques, mas grande parte deles tem consagrado o método econômico da escolha racional¹¹. O pressuposto básico deste método incide sobre a ideia de que os indivíduos desenvolvem suas ações guiados por escolhas racionais e egoístas¹². Assim, para atender aos seus objetivos egoístas, os indivíduos devem (i) contar com um conjunto de preferências consistentes, ou seja, ordenadas entre si; e (ii) ao selecionar tais preferências, eles devem buscar os meios mais adequados para maximizar os seus benefícios. Assim, as pessoas se tornariam racionais na medida em que seriam capazes de assegurar e garantir os seus interesses (AGUIAR, 1991; SIMON, 1986; TAYLOR, 1987). Segundo Simon (1986), no comportamento racional o indivíduo decide apenas o seu conjunto de preferências. Escolhidas as preferências, o comportamento racional passa a ser determinado exclusivamente pelas características do ambiente em que ele ocorre¹³.

Outro enfoque importante do problema da ação coletiva é a teoria dos jogos, que analisa a interação social dos indivíduos a partir de um jogo onde há duas opções: 1) cooperar e 2) não cooperar com o oponente do jogo. Esta teoria postula que indivíduos reunidos em grupos que apresentam maior cooperação de seus membros recebem um

¹¹ Segundo Elster (2007), a teoria da escolha racional se baseia no pressuposto de que os agentes são racionais e, portanto, adotam crenças racionais derivadas das opções que os agentes possuem ao seu alcance. Sendo assim, uma ação se torna racional quando satisfaz três requisitos básicos: a ação deve ser ótima dada as crenças e preferências dos agentes; as crenças devem ter o melhor respaldo possível das provas e as provas devem ser resultantes de uma inversão ótima do recolhimento de informações.

¹² O comportamento racional de um indivíduo se dá em um sentido *restringido* (TAYLOR, 1991; AGUIAR, 1991). Por *restringido* deve-se entender que a escolha das preferências ocorre dentro de limites impostos pelas características do ambiente em que ocorre o comportamento racional (SIMON, 1986).

¹³ Este tipo de comportamento racional é denominado por Simon (1986) pelo termo de “racionalidade substantiva” ou maximizadora e foi desenvolvido no âmbito da teoria neoclássica para explicar o comportamento dos agentes racionais que são capazes de antecipar os resultados de suas ações como forma de maximizar os seus interesses. Como alternativa a esta visão, Simon propõe o conceito de “racionalidade limitada”, a partir da análise da dinâmica do sistema econômico, que é marcado por constantes mudanças não somente na ação dos agentes econômicos como também no próprio ambiente, o que torna a capacidade de predição dos eventos futuros impossível, em razão das incertezas sobre as condições futuras do ambiente em que atua os agentes econômicos.

conjunto de benefícios superiores àqueles de grupos menos cooperativos. No entanto, esta mesma teoria aponta que benefícios individuais podem ser alcançados se os indivíduos souberem explorar com eficiência a cooperação dos demais membros do grupo, favorecendo assim a evolução de formas de interação social não-cooperativas.

Aqui o “problema da ação coletiva” se coloca como o problema do “carona”, como apontado por Aguiar (1991). Este problema se apresenta quando o interesse privado obstrui a obtenção do bem público. Da mesma forma, para Taylor (1987) o problema da ação coletiva ou do carona está relacionado ao fracasso dos indivíduos egoístas e racionais em promover o interesse comum, levando, como será explicado mais a frente pela teoria dos jogos, a uma irracionalidade coletiva, que acabará por promover um resultado global indesejável.

Diante do que foi exposto até o momento, pode-se afirmar que a tentação por não cooperar é sempre grande em um mundo de egoístas e especialmente quando se pode aproveitar da cooperação dos demais (AGUIAR, 1991; AXEROLD, 1984; KOLLOCK, 1998; PORTILLO, 2013). Isto ocorre com maior relevo no mercado de bens públicos, pela característica central deste mercado: o bem público é ofertado de modo conjunto (o consumo deste bem é realizado simultaneamente pelos indivíduos), deste modo, não há exclusão de ninguém do consumo do bem (SAMUELSON, 1954, p. 387). Assim, é possível consumir o bem sem precisar cooperar pela obtenção deste bem. Surge, deste modo, o fenômeno do “carona”. Imaginem uma organização sindical que luta por aumentos salariais ou uma associação que busca benefícios para uma classe ou comunidade que representa. Independentemente de quem colabora com as ações coletivas empreendidas por estas organizações, os benefícios conquistados serão repartidos com todos. Assim, um trabalhador que participou da greve ou das ações sindicais se beneficiará do aumento salarial da mesma forma que um indivíduo que não participou. Ou um morador de um bairro que não vai às assembleias da associação do bairro se beneficiará das melhorias no bairro, conquistadas pela associação, de igual modo que um indivíduo que participou assiduamente das reuniões e ações da associação.

O problema do carona explica parte deste comportamento racional e egoísta, próprio de indivíduos que se ocupam preferencialmente com eles mesmos. Mas ainda que pareça certo afirmar que os homens agem preferencialmente no sentido de maximizar os seus próprios interesses egoístas, a cooperação sempre esteve presente na vida humana e foi o pilar de fundação de nossa civilização, bem como possui um papel

fundamental na organização de todas as formas de vida não humana, desde a vida celular até a de organismos vivos mais complexos. É sobre esta constatação que surge a questão central debatida pelas teorias da ação coletiva: quando que a cooperação surge na vida humana ou como se desenvolve a cooperação quando os indivíduos possuem claros incentivos para agir egoisticamente.

2.1. A lógica da ação coletiva em Mancur Olson

Em sua obra *A lógica da ação coletiva*, publicada em 1965, Mancur Olson apresenta como argumento central a tese de que os indivíduos racionais e egoístas não cooperam com o grupo para obtenção de um bem coletivo ao menos que haja incentivos individuais para tanto, que são oferecidos na forma de um bem privado (positivos) ou na forma de uma coação (negativos). Para o autor, o tamanho do grupo influi na capacidade de organizar a ação coletiva para obtenção do bem coletivo, visto que, quanto maior for o grupo, menores serão os incentivos individuais para conseguir o bem coletivo. Em outras palavras, em grupos pequenos é mais vantajoso se organizar para conseguir o bem público, a não ser que se ofereça ao indivíduo um incentivo individual ou se obrigue o indivíduo a participar, mediante uma coação.

Para Olson (2011) a decisão de cooperar é sempre para os indivíduos racionais um cálculo de custo-benefício. Seria este comportamento racional dos agentes que determinaria o fracasso da organização coletiva nos grandes grupos, dado que há uma relação entre o tamanho dos grupos, a porção de benefício líquido que cada indivíduo do grupo recebe e os custos de participação. Assim, quanto maior for o grupo menor será a quota de benefício líquido que cada indivíduo recebe na repartição do bem. Em outros termos, o benefício líquido auferido por cada indivíduo tende a diminuir na medida em que mais pessoas estão envolvidas na participação, enquanto os custos de participação (dinheiro, tempo, etc.) permanecem fixos. Deste modo, seria mais vantajoso não cooperar, acredita Olson, deixando que outros façam.

Ao considerar os diferentes tamanhos de grupos, Olson (2011) estabelece uma tipologia dos grupos. Os grupos pequenos são chamados por ele de “privilegiados” e se caracterizam por ser

(...) um grupo em que cada um de seus membros, ou pelo menos um deles, tem um incentivo para se esforçar para que o benefício coletivo seja provido mesmo que ele tenha de arcar sozinho com todo o ônus. (OLSON, 2011, p. 62).

Os grupos que não são privilegiados são denominados por Olson de “grupos latentes”. A principal característica destes grupos é a impossibilidade de perceber se um indivíduo colabora ou não, o que favorece a atuação dos “caronas”, visto que, ao ser imperceptível a contribuição, ninguém reagirá se um indivíduo não contribuir, portanto, os indivíduos não terão incentivos para colaborar com o grupo. Assim, Olson agrega outro motivo para o fracasso dos grupos latentes, além do benefício líquido individual ser menor: os indivíduos se sentem mais motivados a explorar a cooperação dos outros, porque é mais fácil passar despercebido se não colabora. Por exemplo, em uma associação que possui um número grande de membros, é mais difícil para os líderes terem o controle dos membros que participam assiduamente das reuniões e atividades da associação, assim, um indivíduo pode deixar de comparecer às reuniões e atividades sem ser notado.

Olson (2011) identifica outra categoria de grupos, os intermediários. Esta categoria de grupo se encontra entre os grupos privilegiados e os latentes, por não serem pequenos demais para que algum membro obtenha parte suficientemente grande dos benefícios que o incentive a cooperar para a obtenção do benefício coletivo, mesmo que ele tenha que arcar como todo ônus sozinho, mas também não são suficientemente grandes ou latentes para que um indivíduo possa passar por despercebido se não colabora com o grupo.

Olson ainda agrega outra característica a este tipo de grupo:

(...) em tal grupo, um benefício coletivo pode ser obtido ou pode não ser, mas nenhum benefício coletivo jamais será obtido sem alguma coordenação ou organização grupal. (OLSON, 2011, p. 62)

Por sua característica, os grupos intermediários precisam apenas de um impulso organizativo para deixarem de ser latentes, basta incentivar a cooperação da maioria do grupo, que se tornará vantajoso para os demais fazer o mesmo.

Há ainda um terceiro argumento na teoria de Mancur Olson que deve ser aqui mencionado. Para Olson (2011), outra dificuldade se soma aos grupos grandes: os custos de organização. Assim, o autor considera que quanto maior for o grupo, maior serão os custos de organização. Em outras palavras, quanto maior o grupo, maior serão as dificuldades de organizar os membros do grupo, devido à grande quantidade de

conexões que se deve estabelecer para lograr a cooperação de todos. Provavelmente este seja o argumento de Olson que possui menos objeções entre os autores que realizaram substanciais críticas à sua teoria e foi confirmada nas análises dos dados, extraídos do Censo realizado pelo PEA-Pescarte.

A tese da influência do tamanho do grupo no nível de participação se aplica a realidade da organização social da pesca artesanal da Bacia Sedimentar de Campos. Os dados verificados por este estudo apontaram que as Associações de Pescadores agregam um quantitativo de membros menores do que as Colônias de Pesca, entretanto, a intensidade da participação é maior nas primeiras. Dado o fato de que nas Associações o número de pescadores filiados é menor, os custos envolvidos na organização são conseqüentemente menores, facilitando a ação coletiva. Sendo assim, as Associações de Pescadores são mais eficazes na hora de mobilizar seus membros para busca do bem coletivo, pois nestas entidades os interesses comuns estão mais bem alinhados do que nas Colônias, onde a filiação dos pescadores responde a uma necessidade que está vinculada a formalização profissional.

Entretanto, Olson (2011) se depara com uma aparente contradição em seu argumento: o fracasso dos grupos grandes e a existência de grupos grandes eficazes na hora de organizar os seus membros para a obtenção de bens públicos. Olson (2011) resolve esta aparente contradição por meio da teoria do subproduto. Segundo o autor, algumas organizações possuem capacidade para mobilizar a cooperação de seus membros por meio de “incentivos seletivos”. A tese que Olson (2011) defende afirma que os indivíduos em grupos grandes somente são estimulados a cooperarem quando recebem incentivos para tal. Assim, não é a necessidade do bem coletivo que explicaria a cooperação dos indivíduos nos grandes grupos, mas sim, os “incentivos seletivos” que os grupos grandes oferecem para obrigar os indivíduos a cooperarem. Em outros termos, a cooperação não nasce do interesse pelo bem coletivo; ela é subproduto de alguma outra função que a organização desempenha. Sendo assim, a mobilização é efeito secundário do interesse pelo incentivo seletivo. Os indivíduos não entram em uma organização grande procurando conquistar bens coletivos, mas em busca de incentivos privados que o façam colaborar com a organização. Deste modo, um sindicato pode mobilizar o apoio dos trabalhadores oferecendo incentivos seletivos, tais como segurança no trabalho ou serviços variados (serviços médicos, descontos em consultas médicas, planos de saúde etc.) ou pode obriga-los a cooperar por meio de uma coação.

Os incentivos seletivos podem ser negativos ou positivos. Os positivos estão ligados a um bem privado que é oferecido ao indivíduo para que ele coopere como, por exemplo, dinheiro, segurança no trabalho que uma organização sindical pode oferecer, acesso a direitos e benefícios sociais, como os oferecidos pelas Colônias de Pesca aos pescadores, etc. Estes incentivos positivos são de ordem econômica, mas existem os incentivos positivos de ordem social, por exemplo, a amizade, a solidariedade e mesmo o valor moral da cooperação. Por sua vez, os incentivos negativos são formas de coação exercidas sobre o indivíduo para obrigá-lo a cooperar (OLSON, 2011).

2.1.1. Objeções à teoria da lógica da ação coletiva de Olson

As principais críticas ao trabalho de Olson destacam os limites do modelo econômico de custo-benefício para compreender o problema da ação coletiva. Oliver & Marwell (1988) observaram que não existe uma ligação necessária entre o tamanho do grupo e se ele é privilegiado ou intermediário. Isto é, grupos privilegiados podem ser grandes e grupos pequenos podem ser intermediários ou latentes. O importante, como também observou Taylor (1987), é a existência de um subgrupo disposto a oferecer o bem coletivo. Neste sentido, Taylor (1987) esclarece que um grupo privilegiado, dada as características descritas por Olson, é um subgrupo dentro de um grupo maior, formado por um conjunto de indivíduos que consideram valer a pena fornecerem uma parte do bem coletivo por si mesmos. Mas isto não garante, esclarece ainda o autor, a provisão de bem coletivo para o grupo, uma vez que haverá interação estratégica entre os subgrupos existentes, e nem todos os subgrupos estão dispostos a prover o bem público. Assim, a provisão de bens coletivos pode se tornar incerta, característica dos grupos intermediários, o que demonstra que um grupo considerado “privilegiado” é um grupo dentro do qual há também um grupo “intermediário” (TAYLOR, 1987).

Outra crítica importante aos argumentos de Olson (2011), formulada por Taylor (1987), se refere ao efeito do tamanho do grupo na ação coletiva. Para Taylor, no mercado dos bens públicos, o benefício líquido individual diminui com o tamanho do grupo somente se houver uma união imperfeita ou algum grau de rivalidade na obtenção do bem público. Dada as características de um bem público, já mencionadas no início do capítulo, o consumo individual de um bem público não pode sofrer redução com aumento do número de pessoas que compartilham deste bem. Assim, a redução do benefício individual pelo incremento de pessoas no consumo deste bem somente ocorre quando

há algum tipo de rivalidade na sua obtenção (isto geralmente ocorre com bens que podem sofrer colapso). Um exemplo de bem comum que pode sofrer colapso são os recursos pesqueiros que em virtude da pesca predatória, denunciada por uma série de pescadores ouvidos nos Grupos Focais do PEA-Pescarte, encontram-se na situação de escassez.

Este dilema tem sido vivenciado cotidianamente por pescadores entrevistados pelo presente estudo, em especial os que trabalham nos ambientes continentais, como rios, lagunas e lagoas, por estarem estes ambientes mais expostos a uma série de danos ambientais que ocasionaram a redução da oferta do recurso explorado (o pescado). Não obstante a degradação dos ambientes continentais ser mais severa, o dilema enfrentado pelos pescadores atinge todos os ambientes de pesca quando a exploração comercial do recurso rompe com o equilíbrio ecológico promovendo uma exploração do mesmo acima da capacidade de renovação dos estoques naturais.

Ademais, Taylor também considera o modelo teórico de Olson pouco realista (limitação que o próprio Olson reconhece), por construir uma análise estática da interação social¹⁴, visto que neste modelo

O indivíduo supostamente faz uma única escolha, de uma vez por todas, de quanto contribuir para o bem público. Mas no mundo real a maioria das interações são dinâmicas. A escolha de contribuir e quanto contribuir é recorrente. Há uma interação ao longo do tempo entre escolhas diferentes dos indivíduos. E as preferências intertemporais do indivíduo (...) importam (TAYLOR, 1987, p.11)

A teoria do subproduto de Olson também sofreu críticas por parte de Taylor, devido a sua incapacidade de explicar o modo como os grupos surgem (TAYLOR, 1987). De modo similar, Elster (1991, p. 40–41) afirma que a teoria da oferta de incentivos seletivos não pode ser a solução geral para o problema da ação coletiva, pois a formação de uma organização coletiva que distribui incentivos seletivos aos seus membros já pressupõe um problema anterior de ação coletiva, que a teoria necessita explicar. Sendo assim, a teoria do subproduto pode apenas explicar como a organização coletiva se mantém ao longo do tempo, mas não como ela foi formada.

¹⁴ Como bem observou Aguiar (1991, p. 9), a teoria dos jogos resolve esta debilidade, ao conceber dois aspectos da cooperação que Olson negligencia: o caráter dinâmico e estratégico da ação coletiva. E como bem especificou Taylor (1991), Olson não apresenta nenhuma teoria da interação estratégica dentro dos grupos sociais.

2.1.2. Claus Offe: duas lógicas da ação coletiva

A perspectiva teórica construída por Olson é confrontada por Clauss Offe e Wiesenthal (1984) quando estes designam os grupos de interesse a partir da diferença de classe. Na crítica formulada por Offe & Wiesenthal (1984), Olson concebe a ação coletiva como “grupos de interesses” que atuam sobre uma lógica da ação coletiva que é indistinta para todos os grupos sociais. Olson concebe, assim, uma forma orgânica pura de representação, que expressa uma instrumentalidade de modo perfeitamente neutro, que segundo Offe e Wiesenthal (1984) obscurece a percepção sobre a realidade de classe, igualando os desiguais. Há, para Clauss Offe e Wiesenthal (1984), um conjunto de relações de poder implícitas na ação dos grupos, que torna inviável conceber as formas políticas como neutras, mas que, ao contrário, são planos para o reconhecimento de determinados interesses de classe. Há um entrosamento entre as relações de poder entre as classes, os conflitos de classe e forma política que gera distintas lógicas de ação coletiva, ou seja, formas distintas de organização e ação de grupos (Offe e Wiesenthal, 1984).

Visto deste modo pelos autores, os sindicatos e as empresas, juntamente com suas associações, expressam duas lógicas de ação diferentes, por um lado o capital expressa uma racionalidade individualista e uma forma monológica de ação coletiva, enquanto que os sindicatos expressam uma lógica mista: uma do capital, descrita inicialmente e outra dialógica, que produz um papel mais ativo dos sindicatos na definição e transformação dos interesses do trabalho. Assim, tensiona-se uma lógica própria da burocracia e outra da democracia interna (Offe e Wiesenthal, 1984).

A existência destas tensões nos sindicatos decorre das dificuldades de se construir uma ação coletiva de modo dialógico. Por sua vez, as dificuldades em se construir uma lógica de ação coletiva que reforce a democracia interna e redefina a identidade do trabalhador decorre das ambiguidades produzidas em termos da consciência e os interesses reais do trabalhador, a despeito dos interesses que eles venham a manifestar. Esta ambiguidade decorre do fato de que a força de trabalho viva (a força de trabalho do trabalhador) é indivisível e não líquida, isto é, a força de trabalho é um atributo imanente do trabalhador, inseparável dele, tornando assim o trabalhador o sujeito e ao mesmo tempo o objeto das relações de troca no âmbito do contrato de trabalho. Esta individualidade inseparável da força de trabalho é o que causa a relação de poder entre capital e trabalho; uma correlação negativa de poder com o qual o trabalhador não pode

fundisse sem se associar. A formação de sindicatos e outras formas de associação dos trabalhadores é uma resposta não somente teórica, mas também histórica, da associação que já se havia produzido pelo capital (Offe e Wiesenenthal, 1984).

A forma dialógica da ação coletiva é assim um esforço de comunicação e organização coletiva, produzida pelos sindicatos, para superação das “ambiguidades estruturais da consciência de classe operária”, redefinindo os interesses reais do trabalhador, antes orientados pelo interesse do capital em face da dominação cultural, para interesses de sua classe, aglomerando os interesses individuais do trabalhador com os interesses coletivos da própria situação de classe e superando a divisão dos trabalhadores, produzida pela competição por uma solidariedade de classe (Offe e Wiesenenthal, 1984).

Por sua vez, a teoria da “lógica da ação coletiva” de Olson é capaz apenas de descrever a organização de grupos cujos interesses já estão cristalizados dentro das regras do jogo político, ou seja, cujos conflitos de classes já fazem parte das formas políticas existentes, mas impossível de perceber o segundo nível dos conflitos de classes, aquele referido às formas políticas, isto é, dos conflitos negligenciados pelas formas políticas tradicionais, que negam a própria existência das “distorções de interesses assimétricos” entre capital e trabalho. Assim, a forma específica que apresenta a prática associativa dos trabalhadores, bem como os problemas organizacionais específicos presentes na “lógica da ação coletiva” dos trabalhadores, negligenciada pela teoria da ação coletiva de Olson, busca revelar o segundo nível do conflito, que ultrapassa uma lógica da organização baseada na maximização dos interesses reais dos grupos sociais, para, como diz Offe e Wiesenenthal (1984, p. 93) *“colocar-nos em uma posição a partir da qual possamos ver melhor o que realmente queremos obter”*; em outras palavras do autor buscar *“modos de ação coletiva que permitam uma concepção mais ‘confiável’ e menos distorcida do seu interesse”*.

2.2. Interações sociais na forma de um jogo.

Uma outra abordagem, representada na literatura, concebe o problema da ação coletiva como um jogo onde, em cada rodada, os participantes adotam uma estratégia na interação com seus oponentes (AGUIAR, 1991; AXEROLD, 1984; KOLLOCK, 1998; PORTILLO, 2013; TSEBELIS, 1998). Em particular, os jogadores podem adotar duas estratégias básicas, cooperar (C) e não cooperar (D). Quando as interações ocorrem em

pares de jogadores, o resultado de cada interação é determinado pela estratégia adotada por cada indivíduo envolvido na interação. As recompensas alcançadas por cada estratégia são representadas pela matriz seguinte:

	COOPERAR (C)	NÃO- COOPERAR (D)
COOPERAR (C)	R	O
NÃO-COOPERAR (D)	T	P

Fonte: adaptado de Axelrod (1984)

Cada um dos elementos do quadro (R, T, O, P^{15}) representam os valores obtidos por cada jogador (*payoffs*) que utiliza a estratégia de ação localizada na coluna da esquerda, quando se enfrenta com o jogador localizado na linha acima. Para melhor esclarecimento, considera-se um jogador que utiliza a estratégia de ação cooperativa (C). Quando este se enfrenta com um jogador que utiliza a mesma estratégia de cooperação, os resultados obtidos por ele são representados pela letra *R*. Em outro exemplo, toma-se a letra *T*, esta representa os valores obtidos por um jogador que decide não cooperar quando o outro coopera.

Como são observados quatro diferentes resultados (R, T, O, P), é possível definir quatro diferentes jogos: cooperar quando o outro coopera (CC); cooperar quando o outro não coopera (CD); não cooperar quando o outro coopera (DC); e não cooperar, seguindo a decisão do outro de também não cooperar (DD). Como tem demonstrado vários autores, a estratégia que obtém os melhores resultados é a de não cooperar explorando a cooperação do outro (DC) (AGUIAR, 1991; AXEROLD, 1984; KOLLOCK, 1998; PORTILLO, 2013; TSEBELIS, 1998). Entretanto, esta estratégia só obtém êxito nas primeiras rodadas, quando o jogador explora a confiança dos outros jogadores, porque a tendência verificada nas próximas rodadas é do outro jogador se vingar desistindo de

¹⁵ As letras R,T,O,P são fórmulas mnemônicas que designam um tipo de *payoff* obtido por cada jogador em cada uma das estratégias possíveis. Assim sendo, R é uma letra mnemônica para Recompensa, enquanto que P denota Penalidade, O deriva de Otário e T é mnemônica de Tentação (TSEBELIS, 1998). Na versão em inglês, é usada a letra S ao invés da letra O, como referência a “sucker” (otário).

cooperar. Neste caso, se verifica uma situação de mútua deserção onde ambos os competidores acumulam os piores resultados.

A teoria dos jogos demonstrou que o ato de cooperar soma sempre mais resultados positivos aos jogadores do que o ato de não cooperar. Assim, a relação R, T é sempre maior que a relação O, P . Em particular, quando se tem a relação $R > T > O > P$ o jogo é definido como de harmonia, onde cooperar é sempre a melhor estratégia independentemente da estratégia do outro e, portanto, a cooperação evolui sem permitir a exploração (AGUIAR, 1991; TSEBELIS, 1998). A inversão das desigualdades anteriores produz o conflito entre o bem público e o bem individual, implicando na dificuldade de promover a cooperação.

2.2.1. O Dilema do Prisioneiro

Diversas foram as situações hipotéticas introduzidas pela literatura para ilustrar o dilema da cooperação na teoria dos jogos. Porém, estes jogos representam qualquer situação social simétrica entre dois indivíduos, quando as suas ações possíveis são cooperar ou não-cooperar. Não obstante, a teoria da ação coletiva tem difundido nas últimas décadas uma forma de jogo denominado como “dilema do prisioneiro”. Este tipo de jogo foi descoberto em 1950 por Merrill Flood e Melvin Dresher. Entretanto, foi W. Tucker que batizou o jogo com este nome ao dar suporte literário a história contada no jogo (AGUIAR, 1991; TSEBELIS, 1998)

O jogo expõe uma hipotética situação em que duas pessoas comentem um crime e são presos e colocados em celas separadas para evitar a comunicação entre eles. Como foram perspicazes na hora de se livrarem das evidências que poderiam condená-los, a polícia aplica um jogo cognitivo em que a decisão de entregar o companheiro ou não determinará a sua pena. Para tanto, a polícia pressiona a cada um para que delate o companheiro, argumentando que o seu companheiro já o fizera e que, portanto, convém a ele fazer o mesmo para que sua pena seja reduzida. Se cada um procede como quer a polícia, e delata o companheiro, a pena total de 20 anos é reduzida pela metade, por sua colaboração com a polícia. Se nenhum deles delata, a polícia tão somente poderá condená-los a 5 anos de encarceramento, pela ausência de provas materiais. Porém, se um delata e o outro não, o que delata recebe como prêmio a liberdade e o outro é condenado a 20 anos de prisão. Assim, este jogo expressa a fórmula $T > R$ e $P > O$, portanto, $T > R > P > O$. Desta maneira, não cooperar é a melhor estratégia independente

do que o outro faça. A aceitação deste jogo entre os investigadores está no fato que ele exhibe as maiores dificuldades para o surgimento da cooperação. Por este motivo que grande parte da problemática cooperativa tem sido realizada ao redor deste dilemático jogo.

No entanto, se a estratégia de deserção (não cooperar) é a que melhor se apresenta no horizonte dos indivíduos, quando é que a cooperação surge? O dilema do prisioneiro mostra que do ponto de vista individual a deserção é a melhor estratégia, mas que a cooperação é a solução mais satisfatória para ambos os jogadores. Deste modo, pode-se redefinir a questão e perguntar por que os jogadores não cooperam se sabem que esta é a estratégia mais satisfatória para todos. Na forma como o dilema do prisioneiro está montado a deserção é a estratégia mais viável, porque representaria menos riscos do ponto de vista individual, visto que os jogadores estão incomunicáveis e não se pode prever a decisão do outro. Mas se os jogadores pudessem se comunicar? Poderia ambos estabelecer um acordo de cooperação mútua? Mas neste caso a desconfiança entre os jogadores poderia fazer um deles desertar na medida em que não confiam que o outro irá cumprir o acordo.

Neste sentido, Taylor (1987) apresenta argumentos para solucionar o problema da cooperação deflagrado pelo dilema do prisioneiro. Ele denomina de “soluções internas” um conjunto de modificações que se operam no jogo, mediante alterações nas preferências e crenças dos participantes do jogo como, por exemplo, a construção da confiança mútua onde prevalecia a desconfiança entre os participantes do jogo. Entretanto, Axerold (1984) vai demonstrar, em sua obra “La evolución de la cooperación”, que somente a repetição do jogo poderá criar soluções internas satisfatórias que modifiquem a preferência dos indivíduos pela deserção, isto é, em um plano real, somente se os indivíduos voltarem a se encontrar e interagirem repetidas vezes é que poderá surgir a disposição para cooperar.

No esquema explicativo montado por Axerold (1984) a cooperação surge e pode evoluir baseada na reciprocidade. Seu esquema explicativo possui três considerações fundamentais: 1) os indivíduos podem distinguir seus oponentes de maneira que, em cada rodada do jogo, podem tomar a decisão de cooperar ou não cooperar dependendo do rival, ao invés de utilizar a mesma estratégia independentemente do oponente; 2) os indivíduos guardam na memória as estratégias utilizadas pelos outros indivíduos em interações passadas, podendo utilizar estas informações para atuar em rodadas futuras; 3) dois indivíduos podem voltar a se enfrentarem em uma rodada futura, de maneira que

explorar a cooperação do outro pode implicar que este deixe de cooperar em futuras rodadas. Valendo-se deste esquema explicativo do jogo, Axerold (1984) convidou um grupo de pessoas a se enfrentarem em torneios computacionais, parecidos com torneios de xadrez por computador, como forma de estudar o comportamento das pessoas em situações reais onde se aplica o dilema do prisioneiro. Após inúmeras rodadas, as estratégias dos jogadores foram variadas e a ganhadora, que somou o maior número de pontos, foi uma das mais simples de todas, chamada de “toma lá dá cá”. Esta estratégia coopera na primeira interação e na rodada seguinte faz o que o outro jogador fez na rodada anterior, assim ela atua por reciprocidade, sendo gentil no início, mas respondendo ao seu oponente na mesma moeda nas rodadas futuras. Estes resultados permitiram concluir que dois indivíduos que se enfrentam utilizando esta estratégia cooperam mutuamente e, deste modo, a cooperação por reciprocidade evolui sempre que se parte de uma condição inicial de suficiente cooperação. Foram três as estratégias adotadas por “toma lá dá cá” que demonstram o seu êxito: reciprocidade, clareza nas pautas de comportamento e indulgência (capacidade de perdoar os que mudam de opinião e decidem cooperar). Estes três comportamentos, junto com a possibilidade dos indivíduos voltarem a se encontrar, favorecem o surgimento da cooperação “em um mundo de egoístas não submetidos a uma autoridade central” (AXEROLD, 1984, p. 15).

Segundo Axerold (1984), a cooperação por reciprocidade evolui em três etapas: 1) no início a cooperação pode surgir em um mundo que impera a desconfiança e os interesses egoístas, no seio de grupos pequenos que realizam a cooperação com base na reciprocidade, ou seja, cooperam sempre que os outros façam o mesmo; 2) após a fase inicial, a cooperação, baseada na reciprocidade, evolui em ambientes dominados por outras estratégias menos cooperativas; 3) no final é que a cooperação, baseando-se na reciprocidade, consegue se proteger da invasão de outras estratégias menos cooperativas, demonstrando ser “coletivamente estável”¹⁶.

¹⁶ A noção de estabilidade coletiva é derivada do conceito de “estratégia evolutivamente estável” introduzida na biologia evolucionista por Maynard Smith e é um modelo que supõe que existe uma população de indivíduos usando uma determinada estratégia. Esta estratégia será evolutivamente estável se for capaz de se perpetuar no tempo sem se tornar vulnerável a uma estratégia alternativa a ela. Assim, ela será coletivamente estável se nenhuma estratégia for capaz de invadi-la.

2.2.2. O “superjogo do Dilema do prisioneiro”: cooperação condicional

Como demonstrado por Axerold (1984) a cooperação por reciprocidade permite compreender uma parte substancial da cooperação cotidiana humana. Entretanto, um dos limites do esquema explicativo de Axerold (1984) reside no fato de que seus testes foram feitos em situações onde se enfrentam apenas dois jogadores. Segundo Taylor (1987), este modelo é particularmente eficiente para entender o comportamento cooperativo de certas espécies animais, mas possui limitações para compreensão da interação humana, pois no mundo das interações sociais os indivíduos se relacionam com um número extenso de outros indivíduos. Assim, Taylor (1987) demonstrou que a cooperação pode surgir no jogo com n jogadores, que ele passou a denominar de “superjogo do Dilema do Prisioneiro”, sempre que um dos jogadores adote a estratégia de cooperadores condicionais. Para que a cooperação ocorra, afirma Taylor, é necessário que a cooperação de cada jogador esteja condicionada à de todos os outros jogadores. Assim, mesmo quando haja alguns jogadores que insistem na deserção incondicional ao longo de todo o superjogo, a cooperação poderá ser racional para o restante dos jogadores, desde que haja alguns jogadores que cooperam condicionalmente com outros jogadores. Em outras palavras, a estabilidade da cooperação depende da existência de um subgrupo de jogadores que se dispõe a cooperar para que a cooperação evolua, independente da estratégia cooperativa que se adote. Assim, ao se optar pela estratégia cooperativa o jogador deve ter o conhecimento da estratégia utilizada pelos outros jogadores nas rodadas anteriores e procurar os jogadores que cooperaram para cooperar com eles; basta, portanto, saber se houve um certo número de jogadores que possuem o histórico da cooperação.

Um dado adicional importante é que esta exigência de conhecimento da ação dos outros jogadores existe com maior possibilidade nos grupos menores. Quanto maior for o grupo, menos estável se tornará a cooperação:

A cooperação pode ser sustentada somente se os cooperadores condicionais estiverem presentes e os cooperadores condicionais devem ser capazes de monitorar o comportamento de outros. Claramente, tal monitoramento torna-se cada vez mais difícil à medida que o tamanho do grupo aumenta (...). É mais provável que seja possível o monitoramento em um grupo muito pequeno, especialmente com lenta mudança de membros, ou em uma comunidade (TAYLOR, 1987, p. 105).

Taylor (1987) acredita que a estabilidade da cooperação dependa do conhecimento que cada indivíduo possui do outro. Isto ocorre com maior possibilidade em grupos menores ou em comunidades, pois nelas, independentemente do tamanho que elas tenham (embora sejam em sua maioria relativamente pequenas) a qualidade da relação entre os seus membros torna a cooperação mais viável. Neste sentido, Taylor coloca um problema em dimensões similares a de Olson: o fracasso da ação coletiva em grupos grandes. Se bem os dois concordem com esta tese, as causas sugeridas por Taylor diferem das de Olson. O fracasso dos grupos grandes, para Taylor, não se encontra na redução do benefício líquido auferido por cada indivíduo, mas na dificuldade de estabelecer conexões entre os indivíduos para organizar a ação coletiva. Assim, os grupos grandes tendem ao fracasso em razão da incapacidade destes grupos de construir uma unidade associativa entre todos os seus membros. Deste modo, a cooperação não depende somente da relação custo-benefício, mas, sobretudo da cooperação dos demais, embora Taylor acredite que em grupos de dimensão intermediária (o que inclui a maioria das comunidades) algum tipo de sanção deve ser aplicada (positiva ou negativa) para facilitar a cooperação condicional.

Até o momento, foram apresentados modelos explicativos que tratam os indivíduos que participam das ações coletivas como sujeitos racionais e egoístas em um sentido restringido, mas na seção seguinte serão apresentados outros modelos explicativos e traçadas críticas ao modelo econômico exposto nesta seção.

2.3. Críticas ao modelo econômico e alternativas para compreensão da lógica da ação coletiva

Um aspecto da crítica à teoria da eleição racional, assinalado por Aguiar (1991) é que nós indivíduos não possuímos conhecimento nenhum acerca das preferências individuais de cada pessoa para entender como ela maximiza os seus interesses. Neste sentido, o indivíduo obtém apenas informações sobre as preferências individuais por meio das escolhas levadas a cabo pelos indivíduos, mas não se conhece o conteúdo real, os motivos que configuram a ação e os conceitos e valores que conduzem a ação. Simon (1986) ratifica as objeções de Aguiar à teoria da eleição racional, afirmando que podemos prever as escolhas que os indivíduos farão, especialmente em situações em que a resposta racional dos indivíduos a uma situação é particularmente óbvia, mas não é possível apreender nada dos processos cognitivos do indivíduo.

Segundo a teoria econômica, a eleição racional consiste no indivíduo poder comparar, entre todas as alternativas ao seu alcance, aquela que maximize seus interesses. Para tanto, supõe-se que para maximizar os seus interesses, os indivíduos tenham maximizado antes a informação (AGUIAR, 1991). Mas isto dependeria de um contexto de informação perfeita e de ausências de incertezas quanto ao futuro. Portanto, a teoria da escolha racional é simplificadora da realidade social, na medida em que reduz a complexidade da vida real a um simples cálculo de custo-benefício.

Simon (1986) ressalta que a capacidade cognitiva dos indivíduos é limitada diante de uma vida real que obriga a execução de cálculos complexos para se alcançar a maximização¹⁷. Assim sendo, a tarefa de maximização dos interesses egoísta se torna impossível. E, portanto, Simon propõe entender a conduta humana por meio de um modelo de satisfação dos seus interesses e não de maximização. Destes dois modelos (satisfação e maximização), derivam dois tipos de racionalidades, de acordo com Simon, a racionalidade substantiva e a processual. A racionalidade substantiva se refere àquela consagrada pela teoria da escolha racional, já aqui mencionada, que nas palavras de Simon (1986, p. 133) alude a um comportamento “apropriado para alcançar metas dadas dentro dos limites impostos pelas condições e restrições dadas”. Já a racionalidade processual se concentra no processo de tomada de decisões. Neste sentido, ser racional significaria tomar decisões adequadas que busquem soluções satisfatórias e não maximizadoras dos interesses. Enquanto a racionalidade substantiva se preocupa com os resultados (alcançar as metas escolhidas), a racionalidade processual se preocupa com o processo e incorpora um mecanismo de aprendizagem na qual o importante é aperfeiçoar, diante dos próprios erros, os procedimentos de solução de problemas (SIMON, 1986).

Em seu estudo, Simon demonstra que empresas adotavam um comportamento processualmente racional em preferência à racionalidade substantiva. Somente quando estas empresas encontravam procedimentos apropriados para solução de problemas concretos é que buscavam a maximização de seus benefícios. Na busca de um método processualmente racional para solução de problemas, as empresas se conformavam

¹⁷ Como dito anteriormente, a teoria racional se baseia no pressuposto de que os agentes econômicos são racionais. O pressuposto de racionalidade é, para a teoria neoclássica, o pressuposto de maximização de preferências, portanto, um agente se torna racional se é um maximizador de preferências. A noção de maximização está incorporada na noção de ótimo. Neste sentido, uma opção é somente ótima quando for tão preferível quanto qualquer outra opção.

com soluções satisfatórias e não pretendiam soluções que fossem “substantivamente ótimas” (Simon, 1986, p. 153).

Outro aspecto importante a ser mencionado é a distinção entre racionalidade e egoísmo, que a teoria econômica considera como traços inseparáveis da conduta do *homo economicus*¹⁸. Alguns autores assinalam que uma conduta humana pode ser racional – no sentido de buscar os meios mais adequados para maximizar o conjunto de preferências consistentes escolhidas pelo indivíduo - mas o seu objetivo principal está orientado para aumentar os benefícios do grupo, isto é, a racionalidade não conduz apenas a uma ação de cunho egoísta, mas pode envolver um comportamento mais altruísta, de quem considera como dever moral a cooperação, sem se importar com os custos de sua ação. A partir destas considerações pode-se pensar nas diferentes categorias de motivações que podem mobilizar as pessoas a cooperarem umas com as outras.

2.3.1. Motivações para cooperar

Autores como Oliver e Marwell (1988) têm afirmado que o êxito da ação coletiva está determinado pela existência no interior do grupo de uma “massa crítica”, que na definição dos autores corresponde a um “conjunto de pessoas capazes de financiar por sua conta o bem público” (p.6). A “massa crítica” é um subgrupo formado por pessoas já mobilizadas que influenciam a ação dos demais membros do grupo, produzindo um efeito bola de neve que elimina a presença dos “caronas”. A tese da “massa crítica” impõe mais uma objeção à teoria olsoniana, porque descarta a relação entre o tamanho do grupo e a capacidade de organização da ação coletiva. Sendo assim, o fator decisivo para a ação coletiva não é o tamanho do grupo, mas a existência do subgrupo interessado em financiar o bem público. Nos termos apresentados por Oliver e Marwell (1988), seriam os grupos maiores os que possuiriam a maior possibilidade de surgimento deste subgrupo, porquanto, os grupos maiores teriam mais recursos totais e, portanto, maiores possibilidades de êxito na ação coletiva.

¹⁸ Segundo Bresser Pereira (2009), o conceito de “*homo economicus*” é um pressuposto derivado da escola clássica, proposto por Stuart Mill, que tem como objetivo explicar o comportamento racional egoísta dos agentes econômicos. Uma vez que a teoria econômica constrói seus postulados a partir do método hipotético-dedutivo, a explicação da realidade se fundamenta em princípios – pressupostos – a partir do qual o economista deriva modelos para explicar as realidades econômicas. Neste sentido, a economia clássica deriva logicamente toda a sua análise econômica do pressuposto do “*homo economicus*”, isto é, do indivíduo racional egoísta cujo comportamento é totalmente previsível.

No entanto, a tese de Oliver e Marwell também possui limitações, pois não explica como a “massa crítica” se forma, isto é, quais motivações e sob quais condições um conjunto de pessoas se tornam uma massa crítica dentro de um grupo, desencadeando o processo de ação coletiva. Neste ponto Olson teria sua réplica, pois o surgimento da massa crítica pode ser aplicado pela sua teoria dos incentivos seletivos, tanto em termos econômicos quanto sociais. Imaginem se um conjunto de pessoas se mobiliza para alcançar um prestígio moral ou social muito alto. Esta iniciativa pode influenciar a decisão da maioria restante a assumir os custos da mobilização para alcançar o mesmo prestígio conquistado pelo subgrupo que se mobilizou primeiro.

Por outro lado, a tese dos incentivos seletivos coloca um problema para a teoria da escolha racional, que é tratar todos os indivíduos como iguais, motivados por um conjunto de interesses que se reduz a uma mesma variável, a um mesmo equivalente universal, que é o dinheiro. No entanto, ao contrário do que prega a teoria da escolha racional, as ações dos indivíduos não são motivadas por interesses quantificáveis e homogêneos, de modo que a ação coletiva que se trata de explicar não possui origem em uma única ordem de motivações, que se explica unicamente pela distribuição de incentivos seletivos. Mas há outras prioridades que guiam a ação humana, como a busca por reconhecimento social e poder, o amor, a simpatia ou as emoções, que não são levadas em conta pela teoria da escolha racional e que se consideradas colocam em risco a sua aplicabilidade.

Para compreender a ação coletiva é preciso levar em conta que certas motivações humanas não estão reduzidas a um cálculo racional, mas que há indivíduos que atuam em razão de seus valores morais, sem levar em conta as consequências esperadas de sua ação. São casos extremos de “cooperadores incondicionais”, como bem apontou Elster (2007). Em outros termos, determinados indivíduos adotam uma estratégia cooperativa não por crer que ela será melhor para os seus interesses individuais, mas porque são kantianos¹⁹, pessoas movidas por um dever. Seguem o que acreditam ser moralmente correto, sentem-se pessoalmente obrigados a fazê-los, independente dos riscos e dos custos de sua ação.

De uma perspectiva pluralista, Elster (2007) tipificou as motivações humanas em três categorias centrais: interesses, paixões e razão. O interesse se refere à busca de vantagens pessoais ou grupais, que podem ser expressas na forma de dinheiro, poder,

¹⁹ O termo “Kantiano” é utilizado para caracterizar indivíduos que aderem à moral como lei universal, isto é, refere-se as pessoas de comportamento moralista.

honra e status. A paixão, por sua vez, expressa motivações viscerais, onde estão incluídas as emoções e as sensações como a fome, a sede, os desejos sexuais, o estado de dor, de intoxicação por consumo de drogas, ânsias pelas drogas e até mesmo a loucura. As paixões podem criar um estado de descontrole que subverte as deliberações racionais. A razão está, em oposto, relacionada a um comportamento de imparcialidade, motivado por preocupações concernentes ao bem comum e aos deveres e direitos individuais e coletivos. Assim, pode-se considerar a razão como “uma motivação, idealmente, desapaixonada e desinteressada”, que se refere a “motivações de longo prazo, distintas das inquietudes (míopes) de curto prazo” (Elster, 2007, p. 96). Neste sentido, o imperativo kantiano é um comportamento movido pela razão, assim como os deveres morais e religiosos.

A razão conduz a ação humana com base em princípios e normas, mas pode estar também permeada por emoções, por exemplo, em diferentes situações a lealdade a uma causa possui um fundo emocional, ainda que a ação esteja baseada na razão. As decisões racionais também podem estar permeadas pelas emoções quando, por exemplo, a busca pelo lucro se torna um desejo ou uma ânsia pelo dinheiro.

O interesse, por outro lado, liga-se a ação racional que supõe uma escolha deliberada do indivíduo que pretende aumentar os benefícios e melhorar os seus interesses. A ideia da ação racional pressupõe que todos os indivíduos possuem as mesmas capacidades cognitivas para eleger os meios menos custosos e mais práticos para alcançar os fins desejados ou, então, para atuar estrategicamente para alcançar vantagens em relação aos adversários e/ou estabelecer alianças pragmáticas com os outros.

Elster (2007) agrega uma série de outros motivos capazes de suscitar um comportamento cooperativo. O primeiro deles se refere a um comportamento cooperativo onde os indivíduos não atuam motivados pelos custos e benefícios para si mesmos. Indivíduos que possuem este comportamento se dividem em duas categorias: dos “utilitaristas plenos” e dos “utilitaristas desinteressados” (p. 430). Ambas as categorias de indivíduos cooperam somente com o objetivo de aumentar o benefício médio do grupo sem se preocupar com o benefício individual. A diferença entre eles reside no fato dos “utilitaristas desinteressados” não contabilizarem os custos pessoais da sua cooperação. Assim, os “plenos” levariam em conta os custos de cooperar, mas os “desinteressados” cooperam independente dos custos serem elevados para eles. A única situação que obrigaria um “utilitarista desinteressado” a se abster de cooperar seria

quando sua ação provocasse prejuízos para os outros (p.431). Em várias situações os utilitaristas são impulsionados a cooperar incentivados pela ação dos “cooperadores incondicionais”. Quando o comportamento utilitarista não se desenvolve autonomamente, exige-se um conjunto de cooperadores incondicionais que arriscam a cooperação inicial sem se preocuparem com as consequências de sua ação e nem com a quantidade de outros cooperadores.

Outra categoria de cooperadores, tipificada por Elster (2007), diz respeito a cooperadores motivados pela observação da cooperação dos outros ou pelo conhecimento de que os cooperadores podem observa-los. Um subconjunto destes indivíduos baseia a sua cooperação no princípio da equidade: cooperam por não considerarem correto que o custo da cooperação recaia somente sobre outros. Por fim, há ainda uma última categoria de cooperadores que se unem a um movimento somente com o propósito de buscar satisfação com a própria ação (não pensam nos resultados finais da cooperação, apenas nos “benefícios de processo”), ou ainda há pessoas que se unem buscando benefícios morais e não materiais, como promover a consciência ou o caráter (Elster, 2007).

Para esta perspectiva a ação coletiva está determinada por uma variedade de motivações que não são meramente racionais ou baseadas em um jogo de interesses e estratégias. Pessoas que aderem a um movimento político, que enfrentam as forças policiais do Estado ou realizam atos violentos elegem de modo racional este curso de ação por considerarem que os benefícios que poderão alcançar são superiores aos riscos que enfrentarão. Mas nem todas as pessoas se envolvem a um movimento calculando o custo-benefício da sua ação, ao contrário, há certas pessoas que se mobilizam respeitando uma ordem de princípios e/ou paixões. Ao tratar a temática da ação coletiva é preciso pensar ainda que diferentes pessoas assumem o custo de uma mobilização inicial por possuir motivos que diferem do restante dos indivíduos que finalmente decidem se mobilizar. Os agentes motivados por cooperadores precedentes geralmente despertam o interesse na cooperação por observar a cooperação dos outros e poder assim calcular o custo benefício de sua ação. Assim, o interesse racional e egoísta pode se desenvolver em um grupo de pessoas motivado pela atuação de uma massa crítica, que age, em muitos casos, de modo desinteressado, buscando os benefícios coletivos da sua ação ou agindo em acordo com um dever constituído pelo seu processo de socialização. Assim, a maioria de indivíduos em uma organização coletiva podem se tornar cooperadores apenas pelo interesse desperto pela atuação da

massa crítica, ou pode somente perseguir o princípio da equidade, no sentido dado por Elster, e considerarem injusto se beneficiar dos benefícios públicos enquanto outros assumem os custos da cooperação sozinhos.

Esta perspectiva pluralista das motivações se converge com a ideia de Granovetter (1991) de que os indivíduos que compõem um coletivo de interesses comuns possuem diferentes “umbrais de ação coletiva”. Granovetter (1991) introduz na discussão da lógica da ação coletiva o conceito de “umbral” para compreensão dos determinantes da participação, que de acordo com este autor depende do tamanho do subgrupo disposto a cooperar antes que outros façam. Granovetter (1991), neste sentido, comparte com Oliver e Mawell (1988) a ideia de que haverá sempre um conjunto pequeno de pessoas dentro de um movimento ou grupo maior, ou até mesmo uma única pessoa, disposta a lançar-se antes dos demais à ação coletiva, precedendo a qualquer cautela sobre custos, enquanto outros somente cooperam quando o número de participantes envolvidos na ação coletiva seja suficiente para que os benefícios líquidos comecem a superar os custos líquidos. Em outras palavras, alguns indivíduos só tomarão a decisão de cooperar quando o número de cooperadores iniciais, isto é, a massa crítica seja grande o suficiente a ponto de reduzir os riscos e aumentar as possibilidades de êxito da ação coletiva. O conceito de umbral, portanto, se refere à quantidade de pessoas necessárias para que a massa crítica possa influenciar a decisão dos demais membros do grupo. Dependendo do tipo de motivação para ação coletiva a massa crítica é praticamente nula, como no caso dos kantianos puros.

2.3.2. Ação coletiva como um sentido de comunidade

Taylor (1991) incorpora na discussão acerca da lógica da ação coletiva o conceito de “comunidade”, ao considerar que a ação coletiva está determinada pelas condições estruturais e situacionais da vida comunitária. A comunidade, para Taylor (1991) possui três propriedades básicas: 1) crenças e valores compartilhados por todos os seus membros; 2) relações e vínculos diretos e amplos e 3) prática da reciprocidade. A partir de uma análise da revolução francesa, russa e chinesa, Taylor concebe que a unidade defensiva frente ao regime senhorial motivou a ação revolucionária das comunidades aldeãs. A condição estrutural dada pelo sistema econômico das comunidades, no qual a posse das terras era exercida de forma coletiva, assim como alguns outros bens privados

possuíam regulação comunal, proporcionou a base para ação coletiva, incluindo a ação coletiva revolucionária, rebelde e de outras mobilizações populares.

Recuperando os postulados da teoria olsoniana, Taylor (1991) considera que a ação coletiva somente possui êxito fora de grupos intermediários (Olson considera que ação coletiva possui maiores possibilidades de êxito em grupos intermediários) se for resultado da cooperação condicional²⁰ (a cooperação de um indivíduo está condicionada a cooperação dos demais indivíduos). Deste modo, cooperar se torna racional quando se tem a certeza que outros estão cooperando. A cooperação condicional é mais provável de ser racional em pequenos grupos do que em grandes grupos, afirma Taylor (1991). Sendo assim, a cooperação terá mais êxito quando as relações entre as pessoas possuírem as características de uma comunidade, ou seja, em uma situação comunitária resulta sempre mais racional participar de toda ação coletiva, porque a comunidade tem a sua disposição um conjunto de sanções informais que podem exercer pressão sobre os membros resistentes à cooperação.

Em síntese, Taylor (1991) considera que o sucesso da ação coletiva está determinado por duas condições básicas, dadas pela vida comunitária: a cooperação condicional e a efetividade das sanções aplicadas na regulação da vida comunal. Tais sanções assumem um caráter negativo como a reprovação pela decisão de não cooperar (em determinadas comunidades muito fechadas a reprovação equivale a uma morte social) feita pelos companheiros pode incentivar o indivíduo a participação na ação coletiva. Em alguns casos de comunidades menos fortes (onde os incentivos seletivos não eram efetivos e as relações sociais estavam demasiadamente mediadas por grandes donos de terra) a mobilização social era proporcionada pela ação de empresários políticos que organizavam as ações comunais.

Deste modo, a comunidade deve ser entendida como um corpo único, um “único homem” com valores comuns independentes das motivações pessoais de cada membro. Assim, a ação coletiva não é produto de indivíduos isolados atuando de acordo com seus interesses racionais (egoístas ou altruístas) ou em conformidade com um dever pessoal, mas de indivíduos que atuam como membros de uma comunidade semelhante, que pelo uso de incentivos seletivos regula a vida dos indivíduos de modo a facilitar a cooperação.

²⁰ Tese demonstrada por Taylor no “superjogo do dilema do prisioneiro”, onde interagem n pessoas (TAYLOR, 1987; 1991).

2.4. Algumas considerações finais sobre o capítulo

As críticas realizadas aqui ao modelo econômico de interpretação da lógica da ação coletiva não possuem o objetivo de desqualificar o trabalho realizado por estes autores, em especial o trabalho de Olson. Sabe-se que grande parte das ações coletivas são imposições verticais realizadas por empreendedores da ação coletiva. De fato, sempre haverá quem manda e quem obedece dentro da sociedade. Como exemplo, pode-se citar os sistemas de impostos do Estado, as sanções dos sindicatos contra os fura-greves ou as punições dos partidos políticos a parlamentares que se opõem às orientações do líder no parlamento. Até mesmo a interação entre nações hoje está submetida a uma autoridade central, que media conflitos relacionados a negociações sobre tarifas aduaneiras e a conflitos territoriais (AXELROD, 1984). O próprio Olson (2011) também cita como exemplo de ações coletivas impostas verticalmente o uso estratégico de incentivos seletivos por parte de empresários da ação coletiva, como no caso do lobby de empresas privadas. Os empresários políticos são nas palavras de Olson “um inovador com incentivos seletivos” (p.177) que organizam a ação coletiva facilitando, como defende Taylor (1991), a cooperação condicional. E a advertência olsoniana sobre o tamanho do grupo pode ser comprovada em evidências empíricas que atestam os êxitos da ação coletiva em grupos pequenos constituídos em comunidades (TAYLOR, 1987; 1991), ainda que nem sempre o efeito do tamanho do grupo tenha relação com os custos e benefícios da ação coletiva.

Outrossim, a noção de incentivos materiais e imateriais na teoria de Olson sofreu demasiada crítica por sua suposta redução do conceito a tipos materiais ou econômicos de incentivos. Mas como menciona Nogueira (2007), no conceito de incentivos seletivos, Olson abarcava qualquer bem de natureza imaterial que pode ser desejado pelos indivíduos como, por exemplo, valores culturais, estados emocionais, objetivos éticos, compromissos, confiança, altruísmo. Assim, a perspectiva pluralista das motivações para ação coletiva não pode ser considerada como uma objeção ao conceito de incentivos seletivos, mas antes uma ampliação deste conceito. Taylor (1991) é quem melhor trabalha o conceito de incentivos seletivos imateriais para explicar as bases sociais da comunidade que favorecem a ação coletiva. Deste modo, os incentivos seletivos imateriais como valores comuns, confiança e reciprocidade estão na base de formação de uma comunidade e conseqüentemente da ação coletiva. Outros incentivos seletivos como as sanções negativas e positivas aplicadas na regulação da vida comunal

funcionam para manter e reforçar a cooperação dos indivíduos e evitar que surjam motivações para as pessoas desertarem da ação coletiva.

Por outro lado, Taylor (1987; 1991) traz elementos para compreensão da ação coletiva que têm sido esquecidos pelas teorias econômicas e políticas como a recuperação do conceito de comunidade, derivado da antropologia. Por meio deste conceito, é possível compreender o desenvolvimento da ação coletiva como produto da reciprocidade de um grupo de pessoas animado por redes sociais, que Taylor já havia desenvolvido no superjogo do dilema do prisioneiro de n indivíduos. Assim, como afirma Rennó (2001), a reciprocidade se define pela crença que os atores têm de que seu comportamento confiante será recompensado e que, portanto, a interação poderá criar um padrão duradouro que torna a cooperação mais viável.

O conceito de comunidade, embora originário da antropologia, se desenvolveu na sociologia para explicar as relações sociais entre os indivíduos e a base destas relações que está em um entendimento partilhado e em obrigações recíprocas. Este conceito de comunidade deu espaço para pensar a influência do meio sobre as decisões que são levadas a cabo pelos indivíduos que não são exclusivamente motivadas pelo interesse egoísta no seu próprio bem-estar. Portanto, desta oposição à explicação unilateral do comportamento humano pela concepção econômica do "*homo economicus*" surge no debate acadêmico a tese de um novo capital, o capital social, que realça o peso das estruturais sociais e institucionais na coordenação da ação humana, em especial, da ação coletiva e na solução dos problemas de coordenação revelados pela teoria dos jogos.

Capítulo III - Teoria do Capital Social

O termo capital social foi introduzido na sociologia por Pierre Bourdieu e James Coleman para se referir ao aspecto de formação do capital que não leva em consideração puramente a sua forma econômica, mas também a forma cultural e social. Sendo assim, os dois pensadores construíram uma argumentação que se concentra em analisar os aspectos da inserção de indivíduos em redes de relações sociais estáveis, como os ganhos obtidos por cada ator a partir da sua inserção nos grupos sociais e as externalidades positivas geradas para os membros dos grupos. De acordo com Higgins (2005), a análise do capital social é um questionamento do reducionismo imposto pela teoria econômica na análise das relações sociais, que considera apenas a existência do capital na sua forma econômica, reduzindo, deste modo, as relações sociais às trocas mercantis, onde os agentes econômicos procuram maximizar os seus interesses. As demais formas de capitais por não serem de natureza econômica são negligenciadas nas análises econômicas, reduzindo o escopo de interpretação da realidade social.

A noção de capital social reformula uma questão que percorre a sociologia desde os seus primórdios: os ganhos possíveis por meio da inserção em redes de sociabilidades. Em outras palavras, são as externalidades positivas advindas de formas variadas de sociabilidades, que estavam já sistematizadas nas contribuições teóricas de autores clássicos, como Durkheim, por meio de sua preocupação em promover a coesão social como antídoto a anomia desagregadora e por meio dos conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica, e em Marx na diferenciação entre classe em si e classe para si e na sua preocupação quanto à transformação do proletariado em um ator coletivo que assumisse o seu papel histórico de classe revolucionária (Portes, 2000).

Portes e Sensenbrenner (1993) destacam quatro grandes fontes de capital social. A primeira se encontra no conceito de “introjeção de valores” (value introjection) que deriva de postulados de Durkheim e de alguns aspectos da análise de Weber que enfatizam o caráter moral das transações econômicas que são guiadas por valores morais, apreendido durante o processo de socialização do indivíduo. Os autores consideram a introjeção de valores como a primeira fonte de capital social “porque leva os indivíduos a se comportarem de maneiras diferentes da ganancia nua; tal comportamento torna-se então apropriado por outros ou pela coletividade como um recurso” (Portes e Sensenbrenner, 1993, p. 1323 e 1324)

A segunda fonte de capital social está inscrita na ideia de transações de reciprocidade, derivados dos estudos sobre a dinâmica de grupo de George Simmel. Segundo Simmel, a vida social é formada por um conjunto de favores trocados pelos indivíduos que não estão reduzidos a formas econômicas de trocas, mas envolvem outros elementos como informação, aprovação, reconhecimento e outros itens valorizados nas relações sociais. A diferença desta forma de transação para o conceito formulado por Durkheim consiste no fato de que para este último as transações ocorrem como uma obrigação moral do grupo mais elevada, enquanto que para Simmel as transações de reciprocidade buscam fins egoístas (Portes e Sensenbrenner, 1993).

A terceira fonte de capital social deriva da noção de “solidariedade limitada” preconizada por Marx na sua tese da ascensão da consciência proletária e da transformação dos trabalhadores em uma classe para si. Por fim, a última fonte de capital social pode ser percebida na distinção clássica feita por Weber entre racionalidade formal e substantiva nas transações de mercado e está sistematizada no conceito de “confiança executória”. A racionalidade substantiva segue uma orientação particularista que beneficia grupos particulares, já a racionalidade formal está associada a transações baseadas em normas universalistas definidas coletivamente (Portes e Sensenbrenner, 1993)

3.1. Capital Social em Pierre Bourdieu: perspectiva do conflito

Bourdieu (1980) define o capital social como um conjunto agregado de recursos potenciais ou reais conquistados pelos indivíduos mediante a sua inserção em uma rede estável de relações que tenham certo grau de institucionalização, de conhecimento mútuo e de reconhecimento. O capital social permite a cada um dos membros de uma relação social certo “credencial”, que concederá direito ao crédito, na forma de diversos capitais partilhados pelo grupo: capital financeiro, cultural, tecnológico, jurídico, organizacional, comercial e simbólico. Essas relações podem ser mantidas apenas em um estado prático, por meio de trocas materiais e simbólicas, que necessitam do reconhecimento da proximidade dos membros de um determinado grupo. Ao pressupor a proximidade, tais relações não dependem diretamente do compartilhamento de relações objetivas no espaço físico ou no mesmo espaço econômico e social. Essas relações podem ser também socialmente instituídas e garantidas a partir de redes sociais (família, escola, tribo) que dão ao indivíduo o reconhecimento do pertencimento ao grupo (BOURDIEU, 1980)

Deste modo, o capital social é uma espécie de recurso do qual o indivíduo ou o grupo dispõe, que pode ser mobilizado em benefício dos indivíduos ou classe social que compõem o grupo, por meio de uma rede de ajuda mútua. O capital social é para Bourdieu (1980) propriedade do grupo ou da rede de relações, servindo como base de acumulação do grupo que concede as pessoas empoderamento diante da competição social.

Como alternativa ao economicismo, Bourdieu propõe uma ciência que analisa o capital em todas as suas formas a partir das relações de poder, característico de cada forma. Daí a análise bourdiesiana se estender para o estudo de outras formas de capital, como o capital cultural e social (Higgins, 2005)

Entretanto, Portes (2000) chama atenção para o fato de que, na perspectiva de Bourdieu, o capital social, assim como todas as demais formas de capital, é convertido em capital econômico, que ele próprio definiu como trabalho humano acumulado. Em última análise, os atores se utilizam dos capitais mobilizados para alcançar recursos de ordem econômica. Deste modo, um agente pode utilizar o seu capital social para alcançar recursos econômicos, que permitirá ainda alcançar outro tipo de capital, como por exemplo, o capital cultural, por meio de contatos com especialistas ou pessoas cultas, ou por meio da filiação em instituições que lhe dê certo credencial, como títulos ou diplomas.

Portes (2000), analisando Bourdieu, ainda lembra que, embora o resultado do capital social e cultural seja sua conversão ao capital econômico, estas formas de capital derivam de processos diferentes. As transações próprias de capital social, por exemplo, se caracterizam por horizontes mais incertos e necessitam da confiança mútua e de obrigações tácitas, embora possam envolver quebra das expectativas de reciprocidade.

Por sua vez, o capital cultural é produto de três processos: 1) é objetivado pela posse de bens culturais; 2) institucionalizado pelos títulos e diplomas; e 3) encarnado no indivíduo na forma do Habitus. Sendo assim, é importante ressaltar as principais características do conceito de Habitus. Para tanto, o Habitus é a possibilidade, a maneira de falar, de pensar e de agir condicionada pela posição que o indivíduo ocupa dentro da estrutura social. Deste modo, o habitus é um conjunto de disposições que o indivíduo incorpora a partir das condições estruturais de classe ou etnia, e que define o seu horizonte cultural, deste modo, o habitus é um *“sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas*

estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações [...] (Bourdieu, 2009, p. 87)

O habitus é a incorporação da coletividade no indivíduo. Em razão do habitus, se torna inviável explicar a subjetividade humana como uma consciência pura (a subjetividade do indivíduo). Pelo contrário, a subjetividade é socializada, formada pelo consentimento dos indivíduos às normas sociais de cada grupo ou classe (Bourdieu, 2009). Assim, o sujeito habituado percebe e aprecia respondendo a sua subjetividade própria, mas também de acordo com a subjetividade coletiva. O habitus opera este ajustamento incosciente das estruturas subjetivas com as estruturas objetivas (Bourdieu, 2002).

O habitus estrutura as práticas sociais da mesma maneira que define as possibilidades dos indivíduos de acordo com a posição social que ele ocupa na sociedade. Neste sentido pode-se falar do habitus como capital (Bourdieu, 2002) na medida em que o agente define suas ações a partir das situações que se apresentam e segundo as representações que possui das mesmas. Portanto, o habitus é a possibilidade de ação e invenção, necessidade, recurso e limitação. Em outras palavras, o habitus como capital é um conjunto de possibilidades que aguardam o indivíduo dentro do meio social em que ele nasce, entre elas as possibilidades que definem a cooperação e a confiança entre os agentes, que caracterizam as relações sociais formadoras de capital social. Desta forma, o habitus pode ser visto também como capital social, na medida em que operacionaliza relações sociais que geram acúmulos de capital social para os indivíduos que interagem entre si.

O capital cultural e social não são produtos apenas do Habitus, mas se desenvolvem também dentro dos campos sociais. A teoria do Campo é um complemento da teoria do Habitus. Na teoria, da estrutura unitária do espaço social, o habitus é produto da socialização do indivíduo na sua posição social, nas condições de existência que ele vive e nos efeitos cumulativos. Nesta teoria o habitus gera as práticas, mas na teoria do campos, as práticas sociais não são o resultado do Habitus, mas da interação entre o Habitus e o Campo.

O campo é um espaço de diferenciação, de relações de poder que o caracterizam, e de disputa pelos recursos e posições, onde ocorre as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais. É no interior de cada campo (campo econômico, científico, cultural, esportivo, etc.) que se dá as relações de dominação entre os dominadores que exercem o poder simbólico, por meio de sistemas simbólicos (estruturas de comunicação

e instrumentos de conhecimento) e os dominados que se conformam com a dominação, concordando com as posições dos primeiros. Deste modo, as regras (doxas) e valores difundidos nos campos não são impostos, mas aceitos como verdades, concordando com a ordem social estabelecida e legitimada por meio de uma violência simbólica (BOURDIEU, 2002, 2005).

A capacidade de acúmulo de força dos agentes dentro do campo é dada pela posse dos capitais de cada campo. Assim, para cada campo há um capital específico que deve ser acumulado afim de que o seu detentor possa assumir a posição de dominância. Embora cada tipo de capital seja específico de cada campo, o capital social é uma forma de capital existente em todos os campos. Ele permite aos indivíduos obterem recursos por meio das relações sociais (BOURDIEU, 2005)

A preocupação de Bourdieu na teoria do Habitus e do Campo é demonstrar que o “conformismo lógico”, produzido pela conformação quanto a dominação, reforça as desigualdades, na medida em que ajuda a explicar e legitimar as diferenças sociais existentes no interior dos campos (Bourdieu, 2002). Por exemplo, existe um sistema simbólico que sustenta a Meritocracia, ao fazer com que um operário de uma fábrica, que realiza um trabalho manual, concorde que um advogado ou executivo ganhe mais do que ele, pelo discurso do mérito ou da capacidade inata. Especialistas, portanto, são mobilizados para explicar as razões de uma sociedade individualista, hierarquizada, com altas diferenças salariais e sem condições de atingir o pleno-emprego.

Da mesma forma, Bourdieu pensa o Capital Social como um fator gerador de ganhos pessoais que reproduz as diferenças sociais, reduzida a dimensão individual, não como um atributo do indivíduo, mas como um recurso apropriado pelo indivíduo numa relação social

A noção de capital social impôs-se como o único meio de designar o fundamento de efeitos sociais que, mesmo sendo claramente compreendidos no nível dos agentes singulares - em que se situa inevitavelmente a pesquisa estatística -, não são redutíveis ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente determinado. Tais efeitos [...] são particularmente visíveis em todos os casos em que diferentes indivíduos obtêm um rendimento muito desigual de um capital (econômico ou cultural) mais ou menos equivalente, segundo o grau em que eles podem mobilizar, por procuração, o capital de um grupo (família, antigos alunos de escolas de "elite", clube seletivo, nobreza, etc.) mais ou menos constituído como tal e mais ou menos provido de capital (Bourdieu, 1980)

Bourdieu revela, no primeiro parágrafo do seu breve texto “o capital social: notas provisórias”, a natureza do Capital Social, como um ativo impessoal, pertencente ao grupo e não reduzido às propriedades individuais que oferece vantagens aos agentes sociais, sejam indivíduos, famílias ou grupos melhor relacionados. Dito de outra forma, a desigualdade na posse de capitais culturais ou econômicos se deve em partes ao “*grau em que eles (os indivíduos) podem mobilizar, por procuração, o capital de um grupo*”. As diferenças sociais, longe de representar diferenças de méritos, são produtos das possibilidades dos indivíduos de mobilizarem o capital de um grupo (Bourdieu, 1980).

Assim, a pobreza pode ser observada pela perspectiva das redes sociais, e de como estas podem influenciar o acesso a recursos diversos para um grupo de pessoas melhor posicionadas na estrutura social, e de como as famílias e grupos que se encontram em posições sociais onde é baixo o capital econômico e cultural tendem a estar imersas em redes menos densas e por este motivo reproduzem processos de exclusão social. Ou seja, indivíduos que possuem um grande capital econômico ou cultural e estejam dispostos a partilhar seu capital no grupo formam entre si redes sociais mais densas, que permite aos seus membros ascender a um número maior de vantagens do que as redes sociais formadas por pessoas com menos capital econômico ou cultural. Assim, como notou Bourdieu (1980, p. 1) “*os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que o torna possível*”, isto é, a quantidade de capital (econômico, cultural, simbólico²¹) disponibilizado nas redes sociais em favor de outrem é que torna possível a solidariedade do grupo. Assim sendo, a baixa disponibilidade de capitais variados nas redes enfraquece os laços de solidariedade, reduzindo a disposição dos agentes em cooperar. O raciocínio é simples: quanto menos capital disponível no grupo, menor a expectativa de alcançá-lo, deste modo, menos motivado o agente estará para cooperar, no intuito de alcançar este capital. Isto fica demonstrado em estudos que comparam os rendimentos de famílias e comunidades e as disposições de cooperar em redes sociais comunitárias ou familiares, como o estudo de Basso (2006) que analisou o capital social entre trabalhadores rurais na microrregião de Três Passos/RS.

Basso (2006) demonstrou que as possibilidades de construção de capital social dependem do contexto social e político de cada região e do contexto socioeconômico

²¹ O capital simbólico é o próprio prestígio gerado pela participação em grupos raros ou seletos (Bourdieu, 1980).

das famílias. Deste modo, o autor verificou que famílias com trajetórias maiores de pobreza apresentam baixa disposição para se envolverem em ações comunitárias, tendo por consequência um nível de confiança, solidariedade e cooperação muito baixa, o que dificulta a construção de um capital social entre estas famílias. Como num círculo vicioso de baixa confiança descrito por Putnam (2000), no seu estudo sobre as regiões da Itália moderna, a baixa confiança gera menor participação em ações comunitárias, o que pode reforçar as situações de pobreza e exclusão social destas famílias.

Estudos como este demonstram que as pessoas que podem ou sentem a necessidade de confiar recebem maior colaboração e se veem beneficiadas pela rede social em que se inserem²². Deste modo, famílias e grupos que percebem maiores benefícios no envolvimento em redes sociais tendem a confiar mais nas pessoas, porque esperam mais dos outros. Por outro lado, famílias ou comunidades em estado de vulnerabilidade social não esperam benefícios de outros em função do seu histórico de pobreza e, deste modo, tendem a confiar menos nas possibilidades geradas pelas ações em redes.

Uma substancial crítica ao conceito de Capital Social de Bourdieu considera que o autor está extremamente focado numa perspectiva marxista de luta de classes (RECUERO, 2009), e é criticado por diversos autores pelo caráter individualista que concedeu ao Capital Social, como uma capacidade do indivíduo de mobilizar os recursos de capital social pela posse dos grupos ou redes sociais. Nesta perspectiva marxista, a mobilização dos recursos de capital social na posse das redes se efetiva no interior das lutas de classes. Recuero (2009) afirma que o conceito de capital social de Bourdieu possui três componentes: 1) os recursos de posse de um indivíduo que o conecta a um determinado grupo; 2) as relações que um determinado ator é capaz de mobilizar; 3) o reconhecimento mútuo dos participantes de um grupo. O reconhecimento que o indivíduo carrega ao se inserir em determinadas redes ou grupo sociais se transforma em capital simbólico, que objetiva as diferenças de classes. À diferença de Marx, Bourdieu considera que o conflito de classe se dá também na disputa pelo capital simbólico, não somente econômico. Na verdade, a posse do capital econômico ou cultural mobilizado pelos recursos de capital social, ligado à posse das redes sociais, se transforma em capital simbólico, porque concede prestígio e status sociais (RECUERO, 2009).

²² A confiança é, segundo Putnam (2000), a expectativa de reciprocidade que pessoas de uma comunidade têm acerca do comportamento de outra pessoa.

3.2. Capital Social e engajamento cívico em Robert Putnam

Embora a noção de capital social tenha sido inaugurada nas ciências sociais pelos estudos de James Coleman e Pierre Bourdieu, foi com Robert Putnam que o conceito ganhou centralidade, por meio do seu estudo sobre as comunidades cívicas da Itália moderna abordando o conceito como um fator de democratização e desempenho das instituições. Putnam realizou uma abordagem institucional-culturalista do Capital Social definindo-o *“como certas características das organizações sociais, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade e facilitam as ações coordenadas”* (PUTNAM, 2000, p. 177).

A principal contribuição do conceito de Putnam está em demonstrar a importância de fatores institucionais no desenvolvimento econômico. Putnam (2000) demonstrou a relação da modernidade econômica e do desempenho institucional com a existência de uma comunidade cívica em regiões do norte da Itália. Esta demonstração tenta responder à pergunta inicial realizada pelo autor e possibilitada pelo gesto do Parlamento Italiano que, em 1970, outorgou autonomia a todas as províncias italianas e a mesma instituição política a todas elas. Deste modo, Putnam se deparava com a questão de como as diferentes províncias italianas exibiam desempenhos institucionais e econômicos variados, apesar de possuírem o mesmo desenho institucional. A resposta de Putnam está nas diferenças socioculturais entre as províncias do sul e do norte. Por meio de um indicador de desempenho institucional, que o autor deu o nome de “comunidade cívica”, foi possível afirmar que onde há um maior engajamento cívico da população, onde as relações políticas se desenvolvem em um sentido horizontal, fundamentadas em regras de confiança e colaboração, haverá um melhor desempenho das instituições e conseqüentemente um maior desenvolvimento socioeconômico. A maior participação cívica dos cidadãos do norte do país promoveu um estoque mais amplo de capital social, que é o próprio indicador de “comunidade cívica”, segundo Putnam (2000), para o desempenho econômico e institucional desta parte da Itália.

Reis (2003) chama atenção para o fato de que o termo Capital Social não é central na análise de Putnam, aparecendo em substituição ao conceito de “comunidade cívica”, criado para analisar a relação entre participação e desempenho institucional. Putnam apresenta o conceito como um facilitador da cooperação voluntária, que instaura a confiança dos agentes na reciprocidade das ações dos demais, permitindo um círculo virtuoso de democracia, onde confiança interpessoal gera disposição para participar, que

gera melhor desempenho institucional, que irá produzir mais confiança. Sem uma definição clara, segundo Reis (2003), Putnam recorre à definição de Coleman sobre o capital social, ao eleger a perspectiva da ação racional deste autor.

Esta vertente culturalista do capital social apresentada por Putnam considera o capital social como atributos culturais de uma determinada comunidade ou região, que define o comportamento econômico dos indivíduos. Nesta perspectiva, o capital social não é um conceito introduzido nas ciências sociais para definir um fenômeno novo, mas sinônimo de valores culturais e confiança, o que excluiria a necessidade do próprio conceito.

Reis (2003) tece algumas críticas ao trabalho de Putnam por considerar que o autor construiu um conceito vago de Capital Social, que admite fenômenos de natureza distinta, desde variáveis estruturais, como sistemas e normas, a variáveis atitudinais, como confiança. Esta imprecisão no conceito é uma das principais críticas ao trabalho de Putnam, promovida por diversos autores. Neste sentido, Fernandes (2002) afirma que Putnam estabelece uma definição fluida e abrangente do conceito de Capital Social, tornando-o amplo e difuso, por conceber tanto redes sociais de confiança e solidariedade densas e complexas, quanto redes de relações informais.

Em oposição à Bourdieu (1980), que concebe a formação do capital social pela ação deliberada dos agentes em investir os recursos gerados pelas redes sociais na melhoria ou manutenção da sua posição social, Putnam (2000) considera o termo como um traço cultural ligado à trajetória histórica de uma dada comunidade ou região. Diferente de Coleman (1988), que adota uma categoria moralmente neutra, o capital social em Putnam (2000) carrega uma positividade que faz com que o autor e seus seguidores continuem convencidos de que o associativismo produz hábitos de cooperação e que as redes sociais e as normas, ao menos em certos tipos de grupos, podem favorecer a confiança e o compromisso cívico que as democracias saudáveis necessitam (FOLEY; EDWARDS, 1998).

3.3. Capital Social como sinergia entre Estado e sociedade

Putnam (2000) havia considerado a existência de duas formas de capital social, considerando o caráter multidimensional que o conceito apresenta. A primeira forma é do capital social “comunitário”, e a segunda do capital social “de ponte”. A primeira forma é um tipo de capital social baseado nos fortes laços sociais internos de grupos que

possuem homogeneidade socioeconômica, enquanto que a segunda forma, o capital social de ponte, é formado pela interação de distintas redes de indivíduos em posições sociais semelhantes, como, por exemplo, interações com conhecidos de outras comunidades. Esta classificação está presente também nos trabalhos de Grootaert, Jones e Woolcock (2003), que explicam que estas duas formas de capital social produzem relacionamentos em sentido horizontal, conectando indivíduos em status sociais semelhantes.

Uma outra perspectiva considera as relações verticais do capital social, destacando uma dimensão “institucional” ou “de conexão”. Esta perspectiva foi apresentada por Peter Evans (1997) e seus colaboradores e consiste em mostrar que o capital social se origina da conexão entre os cidadãos comuns e indivíduos que detêm poder, tais como representantes de instituições públicas, burocratas do governo e de instituições privadas. Algumas análises dos tipos de capital social vertical se referem ao conceito “bonding” (aquilo que une), como as encontradas nas análises de Woolcock e Narayan (2015). Entretanto, este conceito foi usado com diferentes definições, por exemplo, em Putnam ele se refere ao capital social de nível comunitário, portanto, seu uso pode gerar dúvidas quanto ao tipo de capital social que está sendo empregado.

Esta associação entre sociedade civil e instituições formais dotam os grupos sociais de maior capacidade de agir coletivamente em prol dos seus interesses. Essa relação é permitida a partir de uma sinergia, formada quando instituições e sociedade compartilham interesses em comum, mas que somente é capaz, na medida em que o Estado é dotado de autonomia, ou seja, quando sua autoridade é exercida por meio de um aparato burocrático rígido e se insere na sociedade civil de uma forma colaborativa, formando com setor privado e sociedade civil laços informais de confiança e cooperação para o alcance dos objetivos propostos nas políticas públicas.

Deste modo, a autonomia do Estado, como ator central na elaboração de políticas públicas, é determinada pela conexão com as estruturas sociais formadoras da sociedade civil. O estudo de Evans (1997) foi realizado tendo como base a análise de políticas de países em desenvolvimento, para demonstrar a centralidade das instituições, especialmente a burocracia estatal, na formação do capital social, com vistas à promoção de políticas públicas, que se realiza por meio desta sinergia entre dois atores sociais: Estado e sociedade civil. O autor analisou, na década de 90, as experiências de políticas públicas de seis países: Zaire, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Índia e Brasil. Para analisar

estes países, Evans (1997) estabeleceu uma tipologia da capacidade de autonomia dos Estados no desenvolvimento de políticas voltadas para o desenvolvimento industrial.

No Zaire, ele encontrou um tipo predatório de Estado, onde a combinação de violência repressiva e relações com setores específicos do mercado impedia a formação de uma agenda de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento industrial. Ali, o Estado estava cooptado por grupos de interesses particulares, que conduziam o Estado para repressão dos grupos de oposição. Nos casos do Japão, Coreia do Sul e Taiwan, Evans (1997) e seus colaboradores identificaram uma forma de Estado considerada desenvolvimentista, onde o desenvolvimento industrial foi comandado pelo próprio Estado, a partir de políticas que permitiram captar recursos e racionalizar a administração pública. Estes países são o exemplo mais evidente de autonomia do Estado e sinergia com a sociedade civil. Ali, o Estado conseguiu impor uma postura autônoma diante dos grupos de interesses específicos, como grupo do mercado, adotando uma postura de rigor e independência com relação ao setor empresarial, que permitiu diminuir a proteção ao mercado interno e, ao mesmo tempo, estimular a competitividade da indústria nacional no mercado externo.

Por sua vez, a Índia e o Brasil representam casos intermediários, porquanto, há nestes dois países um certo grau de autonomia do Estado, no caso brasileiro relatado por autores como Evans (1997) que mostra a existência de ilhas de excelência na administração pública, que permitiram a criação de políticas de desenvolvimento econômico. Assim, no Brasil (caso análogo ao da Índia) o serviço público é coabitado por duas lógicas diferentes na administração pública: uma que permite a criação de políticas de Estado, formada por uma burocracia estatal especializada e outra integrada sob a lógica da política, que atende aos interesses particularistas de setores políticos, na maioria dos casos ligados às lideranças oligárquicas.

No caso indiano, Evans (1997) descaracteriza uma imagem construída daquele país, que considerava a Índia como um Estado predatório, aos moldes do Zaire. Evans (1997) encontrou no Estado indiano uma burocracia mais próxima do ideal weberiano do que no Brasil, embora as políticas de desenvolvimento industrial tiveram maior sucesso no Brasil do que na Índia, porque neste último país a elite rural teve um papel mais predominante sobre o Estado, o que dificultou a concretização do projeto industrial.

O trabalho de Evans (1997) e de seus colaboradores é mostrar, por meio da análise dos casos observados, que a sinergia entre Estado e sociedade pode induzir a criação de capital social, que favorecerá a implementação de políticas públicas. Na

caracterização de sinergia que cria capital social, Evans (1997) e seus colaboradores definiram dois tipos: sinergia de complementariedade e a que eles chamam de “encaixe” (embeddedness). Na abordagem de complementariedade há uma clara divisão de tarefas entre Estado e sociedade na relação entre os dois, onde o primeiro fornece uma série de bens e serviços que irão complementar o trabalho realizado pelos atores privados, alcançando uma eficiência no trabalho maior do que o trabalho individual dos atores.

Por sua vez, na abordagem de “encaixe” há a formação de laços que irão conectar o cidadão com o Estado, ultrapassando a divisão Estado-sociedade. Neste caso, se pressupõe a existência de alta confiança dos agentes privados entre si e estes com o Estado para a criação de redes de cooperação que diminuam a distância entre o Estado e a sociedade. Evans (1997) propôs uma análise que entendesse as duas formas de sinergia como processos necessários para se atingir o grau de cooperação entre as duas esferas, com vistas à criação de capital social. A complementariedade formaria as bases objetivas da cooperação entre governo e cidadão, enquanto que o “encaixe” criaria as normas que contribuiriam para o fortalecimento da relação e proporcionaria ganhos futuros. Deste modo, a segunda forma de sinergia é a que reproduz o capital social, porque institui as condições para ele, como a criação de normas e instituições que garantam a continuidade das redes formadas na sociedade civil e sua parceria com o Estado.

Por outro lado, Evans (1997) apresenta uma segunda abordagem em seus estudos, que se refere às circunstâncias sociais e políticas que colaboram ou obstruem a promoção da sinergia. A questão que Evans (1997), em colaboração com outros pesquisadores, se coloca é saber se o estoque de capital social já acumulado é determinante para a sinergia ou os arranjos institucionais são fatores mais proeminentes para as possibilidades de sinergia. Em outras palavras, a sinergia depende primeiramente do capital social pré-existente ou das características das instituições?

Há duas formas de abordar esta questão. Na primeira, baseada nos atributos internos, acredita-se que as características sociais, como uma cultura cívica consolidada, baixos níveis de desigualdade de renda e regimes políticos democráticos, são elementos essenciais para se estabelecer relações positivas entre Estado e sociedade. Esta abordagem é defendida por Putnam (2000) em seu trabalho de análise dos aspectos culturais e institucionais da Itália moderna. Entretanto, Evans (1997) enfatiza que esta visão carrega um forte estoque de pessimismo, porque ao considerar que os aspectos

culturais são essenciais para a produção da sinergia, regiões e países que não possuem uma tradição cívica estariam fadados ao fracasso. A segunda abordagem, proposta por Evans, ao qual ele chama de “construtibilidade”, se afasta da culturalista de Putnam. Nesta abordagem, as possibilidades de sinergia dependem de rearranjos institucionais ou mudanças organizacionais, que podem criar pontes de capital social entre Estado e sociedade em contextos de baixa mobilização social.

Um exemplo de sinergia bem sucedida entre Estado e sociedade civil, em um contexto de instituições públicas coercitivas e corruptas, é demonstrado no trabalho de Fox (1996) no México. Ali, movimentos sociais e trabalhadores se associaram a atores externos, como esferas do Estado e organizações privadas na construção de laços de confiança e solidariedade, para superar o problema da falta de organização das populações locais. Deste modo, Fox exemplifica a necessidade da associação destes indivíduos com atores externos ao mostrar que *“espaços de reflexão de grupos criados por Comunidades Eclesiais de Base ou campanhas de alfabetização incentivaram a ação coletiva, pois influenciaram a maneira como as pessoas pensam sobre o mundo.”* (FOX, 1996, p. 1098).

3.4. O paradigma da dádiva e a noção de reciprocidade

A teoria da ação coletiva, desde a teoria dos jogos, tem enfatizado a noção de reciprocidade para explicar o ato cooperativo das pessoas. Apesar da sua larga utilização pela teoria dos jogos, o conceito de reciprocidade foi introduzido nas ciências sociais por meio do clássico trabalho de Marcel Mauss, publicado originalmente em 1924 e intitulado “Ensaio sobre a dádiva”. Nele Marcel Mauss constrói as bases do capital social por meio do conceito de reciprocidade. A dádiva, segundo Mauss (2003), é um “sistema de prestações totais” caracterizado por relações de reciprocidade, que envolve três dimensões: dar, receber e retribuir, que se desenvolve em relações de sociabilidade primária. A dádiva desenvolve uma fundamentação não utilitarista que se caracteriza a partir de trocas simbólicas, que envolvem uma quantidade considerável de prestações de todo o tipo que se originam na forma de doações aparentemente gratuitas de presentes, mas que envolvem a obrigação posterior de retribuir de modo equivalente, com usura, o bem recebido. Portanto, a dádiva é um elemento estruturante do plano social, por constituir os laços de sociabilidade primária, que facilitam a cooperação entre

os membros. Segundo Caillé (1998), a dádiva é um conjunto de relações de sociabilidade primária baseada em laços de confiança entre os indivíduos, portanto, fundamental para compreender as origens do conceito do Capital Social. Neste sentido, Portes (2000) afirma que os recursos obtidos por meio do capital social possuem, do ponto de vista do receptor, o caráter da dádiva.

O paradigma da dádiva, criado inicialmente pela obra seminal de Marcel Mauss e posteriormente desenvolvido por uma série de autores reunidos em torno da *Revue du Mauss*, surge nas ciências sociais com a proposta de superar as antinomias entre os dois paradigmas dominantes das ciências sociais: o individualista e o holista²³. A dádiva se constitui como um novo paradigma de caráter relacional, que acusa os paradigmas holista e individualista de serem unidimensional e reducionista na explicação da realidade social. Segundo Caillé (1998), o paradigma holista “reifica e hipostasia a totalidade”, reduzindo toda a ação a uma obrigação dada pela coerção, enquanto que o individualista faz o mesmo com o indivíduo, reduzindo a ação ao mero interesse egoísta. Por sua vez, o paradigma da dádiva propõe uma teoria pluridimensional da ação social, que mescla as dimensões dos dois paradigmas dominantes: obrigação e liberdade, interesse e desinteresse (Caillé, 1998, p.6). Obrigação e liberdade, interesse e desinteresse são quatro móveis da dádiva (por extensão quatro motivações da ação humana) que formam duas oposições básicas. Dito de outro modo, a dádiva mescla lógicas opostas:

a dádiva não é passível de interpretação nem na linguagem do interesse, nem na da obrigação, nem na do prazer, nem mesmo na da espontaneidade, já que não é senão uma aposta sempre única que liga as pessoas, ligando simultaneamente, e de uma maneira sempre nova, o interesse, o prazer, a obrigação e a doação (CAILLÉ, 1998, p. 26)

Assim, o princípio que fundamenta a cooperação entre as pessoas é uma combinação de liberdade e obrigação, interesse e desinteresse, que possibilita a realização de interesses comuns. Mas estas dimensões que formam a ação da dádiva se manifestam com vigor dentro da sociabilidade primária, onde “as relações entre as

²³ O paradigma individualista concebe a realidade social como produto da ação racional e egoísta dos indivíduos, enquanto que o holista assume que a sociedade (estrutura social) define o comportamento individual. Segundo Caillé (1998), o paradigma individualista postula “que os indivíduos existem empiricamente, e possuem valor normativo, antes da totalidade que formam”, enquanto que o paradigma holista postula o inverso, que “o laço social sempre está dado de saída e preexiste ontologicamente à ação dos sujeitos sociais” (CAILLÉ, 1998).

peças são ou devem ser mais importantes do que os papéis funcionais que elas desempenham” (CAILLÉ, 1998, p. 25), dado que na vida econômica predomina o interesse instrumental e na vida do Estado, a obrigação imposta pelo Direito moderno que é “igualmente irredutível ao âmbito das relações entre as pessoas” (CAILLÉ, 1998, p. 26).

Deste modo, o paradigma da dívida se relaciona ao conceito de capital social, porque a dívida, enquanto interesse e desinteresse, liberdade e obrigação se constituem como uma “cadeia de (inter) dependências e relações de confiança” (CAILLÉ, 1998, p. 14). Portanto, a dívida é uma ação executada em rede, que possui como nexos causais a confiança: “essa aliança generalizada que constitui as redes, atualmente como nas sociedades arcaicas, só se cria a partir da aposta da dívida e da confiança.” (CAILLÉ, 1998, p. 14).

3.5. Capital Social e escolha racional em James Coleman

Outro autor fundamental para compreender os postulados teóricos do Capital Social é James Coleman (1988). Para Coleman (1988), o Capital Social é complementar à teoria da ação racional. De acordo com esta perspectiva, o capital social se definiria por suas funções análogas a outros tipos de capital e por ser um ativo de tipo público que permite a obtenção de certos bens que seriam impossíveis sem ele. Segundo Marrero (2006), Coleman tenta superar e combinar as perspectivas sobressocializadoras e subsocializadoras defendidas pelas teorias econômicas e sociológicas, construindo um conceito de capital social como parte inerente da estrutura das relações sociais, que funciona como um facilitador de algumas ações de atores, sejam eles individuais ou coletivos. Portanto, o capital social para Coleman (1988) não é um atributo dos indivíduos e nem parte dos instrumentos físicos de produção, mas derivado das relações entre os atores, entre atores e grupos e entre grupos e associações e do comportamento tanto vertical como horizontal praticado dentro das entidades.

Uma outra característica fundamental do Capital Social incorporado pelas teses de Coleman e Bourdieu é a sua intangibilidade. A intangibilidade do capital social deriva do seu aspecto relacional, isto é, o capital social somente pode ser encontrado nas estruturas das relações sociais. Deste modo, os dois autores identificam as relações sociais como recursos de capital dos quais o indivíduo se apropria para obtenção de

outros bens que se apresentam na forma de capital humano, financeiro e cultural. Bourdieu destaca, como enfatizado por Higgins (2005) e Portes (2000), o caráter de conversibilidade do capital social. O capital social é em essência um meio para obtenção de outros capitais, isto é, ele se converte em outros capitais que são o objetivo final do indivíduo.

Marrero (2006) identifica na teoria de Coleman três fontes de produção de capital social, que originam formas distintas: 1) expectativas de reciprocidade e credibilidade das estruturas sociais e das pessoas; 2) canais de informação que são de importância para possibilitar as ações dos indivíduos; e 3) normas e sanções que podem ser restritas e facilitar a tomada de decisões.

As concepções de Coleman coincidem, segundo Marrero (2006), com as de Bourdieu ao conceder ênfase aos rendimentos econômicos do capital social, que seriam, na perspectiva de Coleman, análogas, porém não iguais, ao capital físico e humano. Por outro lado, à diferença de Bourdieu, Coleman não reconhece aspectos da apropriação privada das redes sociais como mecanismo que concede vantagens aos indivíduos na competição social. Marrero (2006) lembra ainda que em Coleman o capital social é “aprobemático”, ou seja, seus benefícios são sempre legítimos.

Para Foley e Edwards (1998), o capital social em Coleman é uma categoria “moralmente” neutra por não possuir nenhuma concepção normativa na sua definição, diferente de correntes teóricas como a de Putnam (2000) e seus seguidores, que estabelecem uma visão normativamente positiva do conceito.

Por seu turno, Recuero (2009) afirma que Coleman concebe uma definição de Capital Social a partir de uma perspectiva estrutural sem, no entanto, desenvolver as características e as implicações da construção ou da ausência do recurso. Recuero (2009) soma a esta crítica o fato de Coleman estabelecer uma definição imprecisa do conceito de Capital Social, por juntar variados tipos de elementos.

3.5.1. Confiança e reciprocidade na perspectiva da ação racional de Coleman

Coleman (1988), a exemplo de Marcel Mauss, também exerceu um esforço de afinar os dois grandes paradigmas das ciências sociais em uma teoria sociológica da ação social. Para ele, é o capital social que une o paradigma da ação racional com as concepções que defendem a influência da estrutura social sobre o comportamento dos indivíduos. Neste sentido, Coleman afirma que “a concepção de capital social como

recurso para a ação é uma forma de introduzir estrutura social no paradigma da ação racional” (COLEMAN, 1988, p. 95). Assim, Coleman articula os pressupostos da ação racional e das estruturas da organização social, concebendo o capital social como um recurso e também como um bem público, que deve ser condensado em uma estrutura social. O capital social é recurso derivado das estruturas sociais porque provém da interação entre os indivíduos. São as estruturas que condensam elementos (relações de autoridade, confiança, normas de reciprocidade, sanções, informação, etc.) que podem constituir o capital social. Neste ponto é que está radicado a singularidade do capital social. À semelhança da tese de Bourdieu, Coleman concebe que estes elementos são estruturantes das ações dos indivíduos e que, por sua vez, são estruturados pela interação com outros indivíduos.

São estes elementos, que estruturam a ação dos indivíduos e constituem o capital social, que permitem entender como a cooperação evolui entre indivíduos racionais. Neste sentido, Millán (2015) afirma que as relações de autoridade são as que melhor expressam a distinção entre os componentes que estruturam a interação e a ação racional individual. Elas definem a estrutura da interação e facilitam o acesso a outros recursos e bens que os indivíduos podem controlar. A existência deste recurso permite gerar capital social e alcançar metas de benefício comum (MILLÁN, 2015).

O capital social permite vincular os interesses individuais dos agentes racionais com metas e objetivos comuns que facilitam a cooperação. Assim, os problemas de coordenação revelados pela teoria dos jogos possuem sua solução na tese do capital social. Millán e Gordon (2004) formularam um exemplo que ajuda a entender as soluções apresentadas pelo capital social ao problema da ação coletiva: cinco vizinhos que decidem se reunir para reformarem as suas casas, dividindo o serviço por turno em cada uma delas. A cooperação é facilitada neste caso se todos cumprirem o acordo de ajuda mútua que prevê o intercâmbio de bens (no caso o trabalho de cada indivíduo) e do direito de controle da ação. Este último se constitui como um recurso que promove relações de autoridade. No caso do exemplo exposto aqui, o dono de cada casa assume no momento da reforma da sua casa a autoridade para coordenar as ações dos outros (MILLÁN; GORDON, 2004).

Este exemplo é um caso típico descrito pelo dilema do prisioneiro. O que impede que um dos vizinhos, depois de sua casa reformada, decida não colaborar com os demais para obter máximo proveito da cooperação? Considerando que os atores do exemplo são indivíduos racionais, a tentação por desertar é maior após a sua casa ter sido

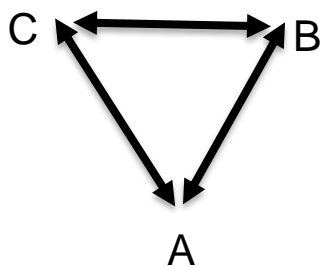
reformada. Mas o que impediria os indivíduos de tomarem esta decisão? O paradigma da dívida ofereceu uma resposta a esta questão. O único meio de fugir as aporias do dilema do prisioneiro, diria Marcel Mauss, é estabelecer a confiança entre os atores em jogo, apostando na dívida para criar a confiança. Caillé (1998) lembra que Marcel Mauss havia oferecido esta solução observando as sociedades indígenas, onde a solução do conflito passa por “apostar na aliança e na confiança, e concretizar a aposta por meio de dívidas que são símbolos – performadores – dessa aposta primeira. Ou recair na guerra” (CAILLÉ, 1998, p. 10). Traduzindo para a linguagem do capital social, a solução dada ao dilema do prisioneiro, onde as ações dos indivíduos são sempre imprevisíveis, passaria pela decisão de confiar ou desconfiar totalmente. Se a decisão de confiar gera reciprocidade se estabelece um sistema de interação confiável, no mesmo modelo da dívida. Entretanto, a decisão unilateral de confiar, segundo Millán (2015), pode ser descrita em termos da relação de custo e benefício, que não está previsto no paradigma da dívida. O indivíduo racional confia avaliando os riscos de uma traição do outro agente. Se considerar que o custo da traição é comparativamente baixo, então o ator racional toma o risco de propor uma interação de confiança. No entanto, não é a confiança que determina a interação. Ela é um recurso que o indivíduo utiliza como uma aposta na cooperação, mas a cooperação somente pode se manter de maneira estável no tempo se a confiança for recíproca, ou seja, se o outro agente decidir também por confiar em você. Em outras palavras, é a reciprocidade que permite que a interação não se esgote com o ato imediato do intercâmbio (dar-receber), mas que gere obrigações para o futuro (retribuir). Assim, a confiança é incapaz de se sustentar ao longo do tempo sem que haja reciprocidade.

D’Araujo (2003) define a confiança como a expectativa da reciprocidade. Neste sentido, Coleman (1988) apresenta um modelo de explicação da interação recíproca: se A faz algo para B e confia que B retribuirá no futuro, isso cria uma expectativa em A e uma obrigação por parte de B de que retribua a confiança gerada por A. Coleman considera esta obrigação como um crédito rotativo (“credit slip”) que detém A que pode ser compensado dependendo do desempenho de B.

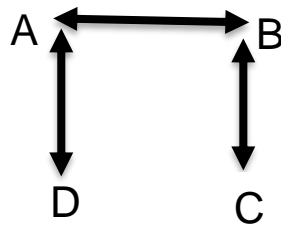
No entanto, a reciprocidade depende de dois elementos básicos: o nível de “confiabilidade do ambiente social” e a extensão das obrigações (Coleman, 1988). A confiabilidade e a extensão das obrigações dependem da efetividade de normas de reciprocidade e confiança e a existência de sanções que tornam as obrigações mais densas e seu cumprimento mais previsível. A efetividade das normas de reciprocidade

se reforça mediante o que Coleman chama de “clausura das redes sociais”, isto porque uma condição suficiente para o surgimento de normas eficazes é a ação que impõe efeitos externos a outros, ou seja, a existência de sanções que obriguem o cumprimento das normas. Precisamente, em estruturas sociais fechadas as sanções são mais efetivas.

O grau de enclausuramento das estruturas sociais é ilustrado pelas figuras abaixo, baseadas no modelo construído por Coleman (1988, p. 106).



(Fig. 1)



(Fig. 2)

Fonte: Baseado em Coleman (1988)

Na figura 1, o número de relações entre os indivíduos é maior, o que implica um enclausuramento maior e uma quantidade maior de capital social. Neste tipo de estrutura social, a possibilidade de estabelecer sanções para o cumprimento das obrigações de reciprocidade entre os indivíduos é muito maior. Neste exemplo, A pode impor sanções a B e a C ou a ambos. Ao mesmo tempo em que B e C podem combinar para impor sanções coletivas a A, a fim de restringir a sua ação. Mas no exemplo da figura 2, A somente pode impor sanções a B e D, mas não a C. E uma vez que B e D não possuem relação entre si não podem combinar para impor sanções a A.

Quanto mais relações recíprocas existem entre os membros de uma rede, mais robusta será esta rede e, por conseguinte, mais créditos rotativos poderão estar disponíveis aos indivíduos. Deste modo, quanto mais capital social for acumulado em uma rede, mais recursos e rendimentos o indivíduo obtém e, conseqüentemente, mais recursos retornam para rede à disposição de todos.

Ao vincular capital social, cooperação e benefícios individuais, Coleman (1988; 1990) demonstra que o Capital Social é relacional e não individual, ou seja, o capital social é um recurso que facilita a cooperação e está disponível para todos os indivíduos, não

constituindo um bem apropriado individualmente, mas que facilita a obtenção de bens individuais, na forma de créditos rotativos, que aumentam e se sustentam na medida em que a cooperação é facilitada. À diferença do capital humano, cujas propriedades são inerentes ao indivíduo (conhecimento, inteligência, educação), o capital social é um meio de acesso a determinados recursos que podem ser apropriados individualmente, mas que não estão em controle do indivíduo e originalmente não foram produzidos individualmente (MILLÁN, 2015).

Ao evidenciar sua natureza relacional, Coleman (1988; 1990) expõe a natureza de bem público do capital social. Este atributo pode ser evidenciado por um dos exemplos exposto pelo autor acerca da atuação de grupos clandestinos de estudantes sul-coreanos que promoviam um ativismo radical e tinham como base da sua união as relações preexistentes estabelecidas no local de origem destes estudantes. Deste exemplo denota-se que o capital social é um bem público, por facilitar tanto metas individuais como coletivas. Neste sentido, o capital social ajudaria a resolver os problemas de ação coletiva dos grupos sociais.

Embora Coleman tenha oferecido relevantes contribuições teóricas para compreender o capital social a partir do marco da ação coletiva, serão os trabalhos de Elinor Ostrom e T. K. Ahn que irão enquadrar o conceito ampliado de capital social nos marcos deste debate conceitual.

3.6. Reflexões de Ostrom sobre a governança dos recursos comuns

Robert Axelrod em sua obra *“The Evolution of Cooperation”* propôs a ideia de que a cooperação pode evoluir em um jogo típico do dilema do prisioneiro por meio de sequências de ações cooperativas nas primeiras e segundas rodadas do jogo. A solução dada por Axelrod (1984) ao problema da cooperação deflagrado pelo dilema do prisioneiro foi a inspiração de Ostrom para escrever *“Governing of the commons: the evolution of institutions for collective action”* e responder ao provocativo artigo escrito por Garret Hardin²⁴ em 1968, que defende ser insolúvel o problema da cooperação em um ambiente de exploração de recursos comuns. Ostrom (2005) irá defender a proposição,

²⁴ Para ilustrar o que chama de “tragédia dos comuns”, Hardin concluiu que os indivíduos tendem a aumentar seus comportamentos egoístas quando se encontram em uma situação de escassez na exploração de um recurso natural ou um bem comum, o que poderá levar o indivíduo a deserção, ou seja, desistir da cooperação. Tal atitude tem como consequência o esgotamento dos recursos pela aceleração da degradação do bem (HARDIN, 2001).

com base em evidências empíricas, de que as ideias defendidas por Hardin não se aplicam a todos os casos de exploração de recursos comuns.

Nem todos os usuários de recursos naturais são incapazes de mudar suas restrições, enquanto os indivíduos forem vistos como prisioneiros, as prescrições políticas tomarão como referência esta metáfora. Por isso prefiro abordar a questão de como incrementar as capacidades dos participantes para mudar as regras coercitivas do jogo a fim de alcançar resultados distintos das tragédias implacáveis (OSTROM, 2005, p. 33)

Assim, Ostrom (2005) contradiz as argumentações dos teóricos do jogo do prisioneiro que consideram que as restrições do jogo são imutáveis. Inspirada pelas descobertas de Axerold (1984), Ostrom (2005) sugere que as soluções propostas por estes teóricos não são as únicas vias capazes de resolver os problemas que enfrentam aqueles que se apropriam dos recursos comuns. A autora propõe uma solução alternativa, consistente com a gestão coletiva dos recursos comuns, onde os sujeitos estabelecem “contratos vinculantes” que os obriguem a se comprometerem com as estratégias cooperativas. Para tanto, afirma a autora, é necessário criar uma estrutura institucional que permita a repartição equitativa dos rendimentos, bem como os custos da exploração dos recursos comuns, no qual levará um “*jogo de execução autofinanciada do contrato*”, que permite aos contratantes possuir um maior controle sobre as decisões de uso e apropriação do recurso. Para Ostrom, os interesses dos negociadores irão conduzi-los ao controle mútuo das ações, reportando as infrações de modo que se cumpra o contrato. Isto se torna viável, porquanto a construção coletiva do acordo e do benefício comum se constitui em um próprio incentivo para garantir o cumprimento do contrato, enquanto que uma agência externa teria que despender uma ampla e custosa infraestrutura para manter o controle e a vigilância na lógica da centralização ou da privatização. Em um “jogo de execução autofinanciada do contrato” na administração e no manejo dos recursos, permitem que os participantes exerçam um maior controle nas decisões e que se instituem mecanismos e formas de controle próprios, mais eficazes e efetivos.

Neste tipo de jogo, planteado por Ostrom (2005), os participantes desenham seus contratos com informações locais e próprias, o que permite o reconhecimento dos conhecimentos que os sujeitos possuem do seu território e dos recursos existentes nele. No caso dos pescadores artesanais, este mecanismo de autogestão dos recursos pode ser facilitado pelo extensivo conhecimento que o pescador possui do território e dos recursos que ele explora. Neste sentido, se permite o entendimento dos pescadores

como sujeitos políticos que possuem a capacidade de relacionar-se de maneira racional e sustentável com seu entorno.

Deste modo, o problema que Ostrom (2005) coloca é o de organização: “como mudar a situação em que os exploradores do recurso atuam de maneira independente a outra em que adotam estratégias coordenadas para obter melhores benefícios comuns ou para reduzir os danos. Isto significa necessariamente uma organização” (p. 78). O problema de como se transpor de uma situação para outra é um problema típico de ação coletiva, que para a autora se resolve, solucionado estes problemas: 1) provisão de um novo conjunto de instituições; 2) estabelecimento de compromissos críveis; e 3) supervisão mútua dos compromissos estabelecidos. O resultado na solução destes problemas permite entender como é que as organizações que exploram recursos comuns lograram formas e instituições próprias que sobrevivem por muito tempo. Desta maneira, a autora defende que as teorias da ação coletiva tradicionais delimitam a sua análise a uma estrutura que é subjacente ao jogo do dilema do prisioneiro, que por isto mesmo reduzem a análise a um único nível que não dá conta de estudar este tipo específico de instituições. Frente a uma diversidade de experiências que não se enquadram nos marcos teóricos clássicos da ação coletiva, Ostrom propõe uma “investigação que consiste em começar desde um conjunto alternativo de pressupostos iniciais” (p. 88), adotando como estratégia de investigação “identificar aqueles aspectos de contexto físico, cultural e institucional que com certa probabilidade influem na determinação daqueles que participarão em uma situação, as ações que podem levar a cabo e seus custos” (p. 99).

Assim que Ostrom (2005) se volta a uma análise institucional histórico onde foi possível encontrar as respostas para aquelas situações onde os exploradores dos recursos comuns têm criado, aplicado e supervisionado suas próprias regras para o controle dos recursos comuns e, com eles, não lograram que as instituições criadas sobrevivam ao passo do tempo. A autora assinala, por meio dos casos analisados em seu livro (a tendência comunal na Suíça, a irrigação de hortas na Espanha e a irrigação nas Filipinas) sete princípios que caracterizam estas instituições: limites claramente definidos; coerência entre as regras de apropriação e provisão, arranjos de eleições coletivas, supervisão e sanções graduadas, mecanismos para a resolução de conflitos e reconhecimento mínimo de direitos de organizações e entidades.

No marco deste debate, Ostrom introduz uma discussão acerca do papel que o capital social possui na coordenação de ações voluntárias que atendem as necessidades

de gestão compartilhada dos recursos comuns. Assim sendo, far-se-á agora uma revisão do enquadramento teórico do conceito de capital social realizado pela autora no marco das teorias da ação coletiva.

3.6.1. Capital Social no marco da ação coletiva: a perspectiva de Elinor Ostrom.

A despeito do pioneirismo de Coleman no tratamento do capital social sobre a perspectiva dos dilemas da ação coletiva, Ostrom é quem mais reforçou o papel que possui o capital social na resolução de tal dilema teórico. Deste modo, Ostrom e Ahn (2003) assumem como Capital Social quase tudo aquilo que facilita a coordenação de ações voluntárias para atender aos problemas comuns. O capital social seria então a solução para os problemas de coordenação deflagrados pela teoria dos jogos.

Vemos o capital social como um fator crucial para todos os cientistas sociais e geradores de políticas, em seu esforço por compreender e promover maneiras mais efetivas de solucionar problemas de ação coletiva em todas as facetas da vida econômica e política (Ostrom; Ahn, 2003, p. 167)

Assim, Ostrom e Ahn (2003) concebem o capital social como um conceito encarnado em diferentes formas sociais, que são, segundo os autores, importantes para o entendimento da ação coletiva: 1) confiança e normas de reciprocidade; 2) redes de participação civil; 3) regras ou instituições formais e informais. Da mesma forma que Coleman, a força conceitual do Capital Social, envolvendo estas três formas, se radica tanto na inclusão das instituições quanto na importância que os autores concedem a relação entre estas três formas de capital social. À semelhança de Putnam (2000), Ostrom & Ahn (2003) também consideram a confiança como um fator chave que facilita a cooperação voluntária, embora não identifiquem a confiança numa relação linear com as redes cívicas. Ostrom e Ahn, ao contrário de Putnam, colocam relevante peso sobre a perspectiva neoinstitucional.

Não obstante as diferenças entre os autores, Ostrom (2005) identifica na obra de Putnam importantes contribuições ao enfoque do capital social no marco da teoria da ação coletiva. Para Putnam (2000), a reciprocidade generalizada é fundamental para limitar de modo eficiente as condutas oportunistas, conduzindo a um incremento nos níveis de confiança de quem havia participado de uma relação de reciprocidade repetidas vezes. Em outras palavras, as densas redes sociais da sociedade civil, que nos termos

da teoria dos jogos incrementa a repetição e nos termos de Coleman o enclausuramento das redes, também podem afetar positivamente os níveis de confiança, já que os indivíduos confiam pela possibilidade de se verem novamente.

As redes e as associações cívicas geram incentivos para que os indivíduos continuem confiando nas pessoas, na medida em que proporcionam interações repetidas (Ostrom e Ahn, 2003). Mas a confiança e a reciprocidade não nascem somente da interação repetida, dependem também de contextos institucionais que são capazes de influir no comportamento dos indivíduos ao estabelecer mecanismos de recompensa e castigos, por meio de regras que podem modular os efeitos positivos da confiança, gerando benefícios coletivos (OSTROM, 2005). Mas as regras e instituições são formas de capital social que dependem para o seu êxito de como são aplicadas na realidade, o que envolve outro problema de ação coletiva de maior nível: a aplicação justa das regras (Ostrom e Ahn, 2003). Assim, Ostrom & Ahn (2003) enfatizam o papel das leis e normas formalizadas na geração de incentivos para ação coletiva. Portanto, o conjunto de normas formais que configuram um sistema político, por exemplo, podem facilitar ou obstruir os esforços dos indivíduos em resolver de modo voluntário seus problemas de ação coletiva (Ostrom e Ahn, 2003). Assim, o “império da lei”, como afirmam Ostrom & Ahn (2003), em um contexto de regime democrático e governos bem estruturados é fonte valiosa de capital social (Ostrom e Ahn, 2003).

Entretanto, nenhuma regra formal é capaz de ser aplicada na prática, porque seu desenho não permite compreender no todo como dever ser sua aplicação. Assim, os indivíduos tendem a construir uma versão prática das regras formais como forma de orientar os assuntos cotidianos. Tais regras práticas (*Working rules*), ou também chamadas de regras de uso, e o empenho que os indivíduos manifestam por construí-las são formas de capital social, desde que elas não contradigam a dimensão jurídica formal e venham a ser usadas por um grupo como forma de controle sobre outro (Ostrom e Ahn, 2003). Assim, as regras práticas ajudam a manejar os problemas de ação coletiva, desde que os indivíduos invistam no seu desenho, revisão, vigilância e na aplicação de sanções (OSTROM, 2005; OSTROM; AHN, 2003). Dado que não existe uma garantia de êxito em tais regras, é necessário um empenho em sua afinação e consolidação. Mas seu desenvolvimento requer um conjunto de variáveis, tais como condições ambientais, tradições culturais, capacidade de monitoramento e sanção, bem como a existência de mecanismos de resolução de conflitos (OSTROM, 2005; OSTROM; AHN, 2003). As regras possuem relações com padrões de atividade em diferentes níveis, incluindo as

atividades cotidianas até as atividades constitucionais que criam e recriam os padrões gerais de autoridade em uma sociedade. Isto implica que o tipo de regras que precedem as que estão sendo construídas depende do gênero de normas e padrões de reciprocidade já existentes, que podem afetar o modo como as novas regras estão sendo construídas (OSTROM, 2005; OSTROM; AHN, 2003) e como consequência, a confiança e reciprocidade de um nível pode afetar o outro. Assim, os padrões de confiança e reciprocidade dependerão dos tipos de regras elaboradas em um sistema de governo.

Para Ostrom (2005), o capital social não é o único fator capaz de afetar a capacidade dos indivíduos para resolução dos dilemas da ação coletiva. Alguns outros fatores contextuais também afetam a capacidade de solução dos problemas da ação coletiva. O primeiro fator, exposto pelos autores, é a natureza do bem em torno do qual os indivíduos interagem, se ele é comum ou público. A natureza do bem influi na capacidade de realização da ação coletiva, dado o fato de que um recurso de um acervo comum, a diferença de um bem de natureza pública, pode sofrer esgotamento com o seu uso (os peixes de um rio podem esgotar, por exemplo). Assim, deve-se buscar distintas estratégias, as quais estão também influenciadas pelas regras de produção e regulação destes bens. Outro fator que afeta o contexto de realização da ação coletiva é a capacidade dos indivíduos para modificar a estrutura de uma determinada situação. Neste sentido, Ostrom & Ahn (2003) afirmam que a produção de regras capazes de modificar as estruturas é mais eficiente do que estimular dinâmicas conflitivas que tendem a exacerbar os problemas de ação coletiva (por exemplo, conflitos derivados pela disputa de poder político que não estão regulados pelas regras da democracia). Como consequência, uma maneira eficiente de resolução dos problemas de ação coletiva é modificar as estruturas das suas próprias situações, criando, deste modo, novos incentivos que são factíveis de serem vigiados pelos participantes (Ostrom e Ahn, 2003). O empenho na construção de novas regras proporciona um ambiente para geração de Capital Social que estimula a cooperação social. Assim, novas regras geram capital social e proporcionam a solução dos dilemas da ação coletiva.

Em suma, Ostrom (2005) coincide com outros autores como Putnam (2000) e Coleman (1988;1990) ao estabelecer um vínculo entre Capital Social e cooperação social, embora as perspectivas de cada um sejam diferentes: enquanto Ostrom (2005) parte de uma visão neo-institucional, Coleman aborda a perspectiva da escolha racional e Putnam traz uma abordagem comunitária do capital social. No entanto, todos coincidem que o capital social se produz e reproduz mediante o fomento da confiança e

da reciprocidade, ainda que possa haver distintas motivações para a confiança e a reciprocidade: utilitárias (Coleman), comunitárias (Putnam) e institucionais (Ostrom). Para estes autores, o capital social embora proporcione benefícios individuais, possui uma natureza de bem público ao estar presente nas relações sociais e não nos atributos individuais. Eles ainda coincidem que como outras formas de capital, o social é produtivo, porque eleva as possibilidades de cooperação entre os indivíduos, logrando, deste modo, fins comuns.

Entretanto, esta visão não é compartilhada por todos os autores que estudam a temática do Capital Social. Autores como Andriani (2013), Gambetta (2000, 2005), Bourdieu e Wacquant (2005), Portes (2000) e Warren (2004) apontam que o capital social pode produzir efeitos negativos para a sociedade.

3.7. O outro lado do Capital Social

A maior parte das críticas fomentadas ao conceito de Capital Social está vinculada ao fato de que o conceito não possui apenas externalidades positivas, como algumas correntes supõem, precisamente os seguidores dos trabalhos de Putnam, mas que há um lado obscuro no conceito, pelo fato de ele poder também gerar efeitos negativos (Portes, 2000). O Capital Social, como já mencionado, assume diferentes formas como “vínculos”, “redes”, “regras e instituições”, “confiança e reciprocidade” que podem ocorrer de diferentes maneiras e sentidos, produzindo efeitos negativos ou positivos, dependendo das configurações que assumem. Os exemplos são variados dentro da sociedade: a mobilização de um grupo profissional para conquistar pressupostos públicos que não se estende a outros grupos profissionais; a mobilização de moradores de uma comunidade para reivindicar melhorias para a sua comunidade; e o exemplo mais evidente deste lado obscuro do capital social: a atuação da máfia, que gera redes de benefícios materiais e simbólicos que ficam retidos entre os seus membros, com grandes externalidades negativas para o restante da sociedade.

Um dos autores que assinalou os efeitos negativos do Capital Social foi Bourdieu, em conjunto com Wacquant, ao considerar o Capital Social a partir do conjunto de recursos ligados à posse de uma rede social, que causam efeitos nocivos àqueles que não possuem capacidade de mobilização das redes em igual medida que outros (Bourdieu e Wacquant, 2005). Assim, para esta visão, o Capital Social pode gerar

desigualdade ou reforçá-las, porque as redes possuem diferentes níveis de poder e influência e o acesso a elas está distribuído de forma desigual na sociedade. Deste modo, as desigualdades se acentuariam, porque o poder das redes está determinado pela posse de outros capitais, como o humano, cultural ou financeiro (Bourdieu e Wacquant, 2005)

Entretanto, esta visão possui uma séria debilidade analítica: ao estabelecer uma vinculação estreita entre capital social e desigualdade social, esta visão gera uma falta de clareza acerca do que é o atributo do capital social, o bem em si mesmo, e o que é a estratificação social em geral, um fenômeno mais amplo. Em outras palavras, esta vertente crítica do capital social confunde o bem, o capital social em si, com a sua distribuição. É notório que haja uma desigual capacidade de acesso às redes e que no interior destas haja uma distribuição desigual dos recursos disponíveis a cada indivíduo, mas a teoria não atenta para o fato de que as redes, quaisquer que sejam os recursos disponíveis nelas, possibilitam aos indivíduos alcançar certos fins que não seriam possíveis de serem alcançados unicamente por suas posições sociais ou meios pessoais. Assim, não é o capital social que promove a desigualdade social, mas a presença de fatores como variáveis estruturais que promovem a concentração de recursos no âmbito das conexões sociais. A concentração de capital social ocorre da mesma forma que em outros capitais, como o financeiro e o humano. E da mesma forma que investir na educação, por exemplo, resulta na redução das desigualdades sociais, investir no fortalecimento dos vínculos sociais de populações empobrecidas resultaria na melhor distribuição do capital social e na redução das desigualdades. É preciso, pois, identificar as variáveis que influenciam a concentração do capital social. Neste sentido, os contextos institucionais são importante fonte de análise da concentração do capital social (Ostrom e Ahn, 2003), visto que as instituições facilitam a concentração ou a sua melhor distribuição na sociedade.

Ao constatar que o capital social não é a fonte em si das desigualdades sociais, não se tem como pretensão reduzir o poder de explicação das teorias que apontam o lado obscuro do conceito. Precisamente, existem fontes de informações empíricas que constataam que redes sociais podem gerar externalidades negativas (Portes, 2000; Warren, 2004). A maior parte destas pesquisas empíricas inclui o capital social dentro de uma perspectiva individualista, ou seja, ele é mobilizado para conquistar benefícios exclusivos aos membros do grupo, não se estendendo à toda comunidade. Todavia, neste caso não seria factível atribuir um valor negativo às externalidades produzidas pelo

capital social, mas tratá-lo como uma dimensão neutra que pode ser orientado tanto no sentido de gerar benefícios exclusivos a um grupo específico quanto para gerar benefícios mais amplos para toda comunidade. Por outro lado, há exemplos mais drásticos em que a estrutura relacional das redes pode gerar danos a outros, ocasionando, neste caso, externalidades negativas. É o caso das máfias.

3.7.1. Capital social negativo: o caso da máfia

A máfia é um exemplo notável do lado negativo do capital social (ANDRIANI, 2013; GAMBETTA, 2000, 2005). Segundo Gambetta (2005), a máfia é “uma indústria que produz, promove e vende proteção privada” (p.25). O mecanismo que a máfia instituiu de proteção privada é, segundo Gambetta (2000), produto da falta de confiança entre os agentes das transações, próprio das regiões do sul da Itália onde este fenômeno se desenvolveu. Assim, não somente a máfia é produto da desconfiança, mas também estimula a desconfiança para criar e desenvolver seu mercado. Ademais da falta de confiança, as instituições estatais não funcionam como deveriam funcionar, não garantem o cumprimento das normas que estabelecem transações econômicas. Em suma, para Gambetta (2000) é na coexistência destas circunstâncias que a máfia se desenvolveu: falta de confiança, concorrência nociva e abstenção em concorrer nos casos onde seria benéfico a concorrência.

Gambetta (2000, 2005) realizou uma prolixa investigação acerca do surgimento e do funcionamento da máfia, não somente na Itália, mas também em outros países como os Estados Unidos, Rússia e Colômbia. No seu livro *“La máfia siciliana: el negocio de la protección privada”*, Gambetta se aprofunda nas causas que explicam o surgimento e consolidação da máfia na Sicília, sul da Itália. As causas para este fenômeno, que Gambetta apresenta neste livro, estão na origem do subdesenvolvimento da região sul da Itália. A questão do subdesenvolvimento do sul da Itália frente à pujança econômica do norte percorreu vários estudos da economia do desenvolvimento e Gambetta (2000) foi o primeiro autor a se deparar com este “enigma empírico”: por que as duas regiões da Itália apresentam desempenhos tão diferentes em termos de desenvolvimento econômico e social? Gambetta buscou a explicação para este fenômeno na ideia da confiança, antes mesmo da popularização deste tema pelos trabalhos de Putnam (2000) e Banfield (1958), postulando a hipótese de que a debilidade deste recurso no sul da Itália é a explicação para a persistência do subdesenvolvimento desta região, em que

pese o fato desta região estar inserida em um país que cresceu rapidamente após a Segunda Guerra Mundial. Não obstante a ausência generalizada de confiança, tanto nas instituições, quanto nas formas de cooperação extensas, e a ausência de sistemas críveis e efetivos de aplicação da lei, o sul da Itália conseguiu manter uma estrutura social relativamente estável, impedindo uma dissolução social ainda mais profunda. A explicação que o autor encontra para esta aparente contradição está na atuação da máfia, nesta região da Itália.

Deste modo, para Gambetta (2000) a máfia representa a quintessência desta estrutura social e se desenvolveu explorando a falta de confiança por meio da promoção da proteção privada. Ao mesmo tempo que o mecanismo da proteção privada reforça a desconfiança, foi capaz também de garantir a estabilidade daquela estrutura social e um mínimo de atividade produtiva. Mas de que modo isto foi possível? Como demonstrou Gambetta (2005), os mafiosos são empresários da proteção e desenvolvem sua atividade para garantir transações tanto legais quanto ilegais, nos quais é preciso que haja uma demanda disposta a pagar por estes serviços²⁵. No entanto, para que a proteção seja eficaz é preciso que o mafioso demonstre que está em condições de prestar o serviço. Para tanto, foi preciso que a máfia criasse um sistema de lealdades e obrigações que somente é possível fomentando redes de amizade e laços familiares, o que explica a prática de organização em famílias, chamadas de “famílias mañosas”. A sustentação de um sistema de lealdades e obrigações somente é possível a partir do cumprimento dos pactos (a honra), de práticas coercitivas e da manutenção da ordem, tanto no interior das organizações como no contexto social em que a máfia atua. A este respeito, Gambetta (2005) frisa que em “regiões em que a máfia é administrada com eficiência, os problemas da lei e da ordem e os riscos públicos se mantêm sobre controle” (p. 29). Um exemplo citado por este autor é o baixo índice de consumo de drogas na Sicília.

Na prática, a máfia se aproveita da “força dos laços fracos” e explora a falta de confiança generalizada da população para criar redes restritas de amizade e de obrigações. Assim, o sucesso da máfia está nos estreitos vínculos construídos localmente por meio dos quais ela cria os sistemas de lealdade e obrigações. Uma observação importante a este respeito está na auto intitulação desta organização como “cosa nostra”, observação feita por Gambetta (2005), o que significa que a “coisa é

²⁵ Gambetta é enfático em afirmar que quando não há demanda por proteção os mafiosos a criam, recorrendo a diferentes práticas, entre elas a extorsão.

nossa, não sua”. Ao mesmo tempo, a máfia cria pontes com grupos externos e entre redes diferentes, estendendo suas conexões fora do círculo inicial e aumentando sua influência sobre toda a sociedade. Historicamente, estas redes surgiram em substituição aos sistemas de aplicação da lei que eram ineficazes nestas regiões da Itália e se tornaram o mecanismo mais eficiente de manutenção da ordem social, construindo o que poderia ser chamado de “governança comunitária” alternativa, que substitui as redes comunitárias formadas pela confiança generalizada, típicas do norte da Itália (ANDRIANI, 2013; GAMBETTA, 2000, 2005).

3.7.2. Confiança e “familismo” amoral

Outro estudo que explorou o tema da desconfiança generalizada foi realizado por Banfield (1958), em uma vila rural, que ele chamou de Montegrano, na região sul da Itália. Ali, Banfield constatou a existência de um *ethos* social que limita a cooperação ao âmbito dos interesses imediatos das famílias. Para dar conta de explicar este *ethos*, Banfield (1958) criou a expressão “familismo amoral”, para designar um comportamento de solidariedade e sentimento de pertencimento que não se prolonga para fora do ambiente familiar. A tese deste autor é que este *ethos* impedia as pessoas de agirem coletivamente em benefício do bem comum; não há colaboração que extrapole os limites da solidariedade familiar. Para Reis (1995) o “familismo amoral” de Banfield representa um “desajustamento aos novos tempos”: o abandono de comportamentos mais modernos de associação para a defesa do bem comum e o enfraquecimento de laços sociais mais amplos que o da família em razão da extinção da extensa família tradicional.

Para Banfield (1958), o “familismo amoral” se diferencia do individualismo, que permite uma expansão da solidariedade cívica. No “familismo”, os indivíduos se voltam para os problemas e necessidades imediatas da família. Assim, o *ethos* familista tornaria impossível a vida social, que era garantida apenas pela presença do Estado Italiano que garantia a obediência à ordem pública e supria a comunidade de bens públicos. O tecido social estava assim preservado pelas mãos do Estado, que impedia uma total degeneração daquela sociedade a uma condição próxima ao estado natural hobbesiano²⁶.

²⁶ É importante frisar que o Estado cumpre na visão de Banfield (1958) o mesmo papel que cumpre a máfia, na visão de Gambetta (2000), em outras regiões do sul da Itália. Isto sugere uma importante questão, em tese resolvida por Gambetta (2000): porque a vila rural estudada por Banfield (1958) não vivenciou o mesmo fenômeno da máfia como em outras regiões do sul da Itália? A solução exposta por

A explicação dada por Banfield (1958) ao comportamento que ele denominou de “familismo amoral” partiu da compreensão acerca das “*condições culturais, psicológicas e morais da organização de caráter político e de outros tipos*” daquela sociedade. Em suma, como afirma Reis (1995), Banfield buscou compreender os elementos pré-contratuais da solidariedade. Neste sentido, o autor retirava o foco da análise das escolhas dos atores, preocupando-se menos em entender a lógica da ação que explica a ausência de uma cultura cívica, para focar nos fenômenos e situações que explicam a decisão destes atores. Apesar de não ter sido a intenção de Banfield (1958), ao analisar o comportamento dos moradores de Montegrano, ele acaba por descrever um comportamento que se enquadra no dilema da ação coletiva e que se mostra tão racional quanto à ação de uma associação para defesa de bens coletivos e individuais compartilhados: as pessoas em Montegrano não acreditavam nos benefícios e vantagens que pudessem extrair da participação na esfera pública. As pessoas se recusavam a fazer parte de ações coletivas e a tomar parte nas decisões de ordem pública porque acreditavam ser mais urgente a dedicação aos interesses mais imediatos da família, considerando assim, o custo da associação mais elevado que o seu benefício. Assim, ainda que não fosse sua intenção, os achados empíricos de sua pesquisa apontam para uma perspectiva analítica próxima à da escolha racional.

Banfield (1958) considerava, no entanto, que este “ethos familista” era transitório e que um “ethos associativo”, que já estava institucionalizado em outras regiões da Itália, em especial no norte do país, pudesse ser estendido àquela região ainda imersa no “familismo”, que superaria este *ethos* pelo avanço da modernidade econômica e cultural e pelo trabalho de lideranças políticas de fora, combinada com projetos educacionais que pudessem modificar as disposições psicológicas e morais dos habitantes daquela região. Vale destacar que o trabalho de Banfield (1958) foi realizado em uma época em que a ideologia desenvolvimentista ganhava força no meio político e intelectual e o

Gambetta (2000) é a seguinte: baseado nos postulados teóricos de Leopoldo Franchetti, Gambetta (2000) considera que há três conjuntos relacionados de causas para o surgimento da máfia. O primeiro é eminentemente político e está relacionado à ausência de sistemas críveis e efetivos de justiça e de aplicação da lei. O segundo tem a ver com a falta de confiança no Estado e nas relações econômicas formais, que gera um ambiente de incertezas, estagnação econômica e relutância em formas de cooperação extensas. A terceira causa é deduzida das evidências apresentadas por Franchetti e está relacionada às oportunidades de mobilidade social. Em outras palavras, onde a máfia se desenvolveu há uma combinação entre falta de confiança e mobilidade social viável. Onde a mobilidade social é viável e desejável, mas não há confiança nas instituições políticas e econômicas, a máfia apresenta incentivos para que o indivíduo ascenda socialmente sobre seus pares. Por outro lado, no caso da vila rural estudada por Banfield, há um contexto que combina ausência de confiança com fortes restrições à mobilidade social, não oferecendo nenhum incentivo aos indivíduos para ascenderem à custa dos seus pares, mas gerando simplesmente um quadro social profundamente fragmentado e marcado por grande miséria.

próprio Banfield se apresentava como partidário desta ideologia ao manifestar um otimismo pela transição da região de Montegrano à modernidade.

O estudo de Banfield (1958) não esteve livre de críticas, direcionadas principalmente para a existência de ambiguidades no seu modelo explicativo, posto que, ora o “familismo amoral” era utilizado como variável explicativa do sistema social de Montegrano, ora era interpretado como sendo fruto de fatores, tais como condições econômicas de estagnação, mudanças na estrutura das famílias tradicionais e até mesmo fatores demográficos como a alta taxa de mortalidade da população daquela região. Seguindo a mesma postura de Reis (1995), a ambiguidade do conceito pode nos ajudar a escapar de explicações monocausais para os fenômenos estudados, além de oferecer pistas analíticas para compreender a influência de estruturais econômicas e culturais sobre a ação dos indivíduos. Neste sentido que o conceito de “familismo amoral” deverá ser utilizado por este trabalho. Afastando-se de qualquer interpretação pejorativa que o conceito possa produzir, o objetivo deste trabalho não é estabelecer um traço psicológico e moral da população de pescadores artesanais estudada por meio do comportamento familista, mas entender a influência de princípios morais e estruturas econômicas sobre as escolhas feitas pelos indivíduos.

A existência de fatores econômicos explicados por Reis (1995) para as causas do comportamento familista ajuda a pensar o problema da escassez de recursos como fator de corrosão da solidariedade cívica e de prevalência dos interesses imediatistas. É neste sentido que o trabalho faz uso do conceito, repensando-o a luz dos problemas básicos da ordem social, para compreender os fatores que levam as populações pesqueiras a manifestar um “ethos familista”.

Capítulo IV - Organização social da Pesca Artesanal

As comunidades de pescadores se constituem em torno da atividade laboral da pesca e é em função desta atividade que os pescadores desenvolvem e definem as suas características próprias, constituindo, deste modo, sua identidade e sua cultura.

Neste sentido, a tradição cultural das comunidades pesqueiras foi ao longo do último século interpelada pelos processos de modernização conduzidas por meio de políticas que norteavam um projeto de desenvolvimento nacional. Em outras palavras, as comunidades pesqueiras vivem um processo de profundas mudanças, que tem como base a institucionalização do trabalho e a transformação das forças produtivas da pesca. As técnicas de pesca, as espécies pescadas, as relações com o mercado, as possibilidades de construção de laços comunais, a disponibilidade dos recursos historicamente explorados pelo trabalho e a regulação da atividade pesqueira são aspectos fundamentais que estão sofrendo mudanças em razão do processo de modernização econômica. Tal processo se vê marcado, por um lado, pela pauta do sistema econômico, ao sujeitar o trabalho às regras do mercado capitalista, e por outro, pelo dilema de manter as particularidades de sua cultura própria, protegida das transformações que a modernidade carrega ou se integrar com a cultura dominante.

Como bem menciona Mendonça e Valencio (2008), as estratégias políticas que vem sendo adotadas para regulação da pesca objetivam interpelar o valor tradicional da pesca artesanal pelo avanço da modernidade, apresentando como atrasado os traços da tradição. Deste modo, por meio da ideologia do progresso que promete controlar os processos de transformação impingidos pela modernidade a partir dos benefícios prometidos por ela, se fomentam novos significados, relações e tecnologias como alternativa a um tipo de organização social que não seria mais capaz de promover o desenvolvimento humano e a proteção dos recursos naturais (MENDONÇA; VALENCIO, 2008). Sob o argumento de que a pesca vem contribuindo para a degradação ambiental, o Estado impõe uma série de arcabouços legais que possui a finalidade de constranger os pescadores em sua atividade, enquadrando práticas que são produtos da tradição. Neste sentido, Diegues (2000) afirma que a modernização das técnicas pelo desenvolvimento do mercado capitalista na pesca é vista pela concepção tecnocrática e neoliberal como solução para o problema da conservação ambiental. A racionalidade do mercado seria o fator capaz de promover um uso racional dos recursos naturais e assim garantir a conservação do meio ambiente.

Mendonça e Valencio (2008) afirmam que a ideologia da modernidade contrapõe, de modo discursivo, a dinâmica social da pesca, cujas bases estão na vida comunitária, com um modelo de vida societária impingido pela modernidade e apresentado como sofisticado frente ao estilo de vida simples da comunidade, que representaria o atraso. Tal modelo é incorporado pelo Estado e vem configurando, nas últimas décadas, as políticas públicas para o setor da pesca.

Deste modo, o objetivo deste capítulo consiste em descrever o processo de transformação que sofre a pesca desde a interferência do Estado neste setor, que começa com a criação das primeiras Colônias de Pesca no início do século XX para estabelecimento do controle da costa brasileira. Para tanto, discutir-se-á neste capítulo o panorama histórico de formulação e implementação das políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro e o contexto político e institucional em que tais políticas foram gestadas e executadas pelo poder público.

4.1. Pesca artesanal: comunidade e cultura

Os pescadores constituem um grupo de indivíduos que exercem uma determinada atividade produtiva que é definidora de características próprias em termos culturais. Deste modo, os pescadores não conformam um agrupamento de indivíduos isolados, mas podem constituir uma comunidade com uma cultura específica. Deste modo, este tópico tem como objetivo realizar uma revisão teórica sobre o conceito de comunidade e de cultura, bem como descrever os elementos que a literatura especializada aponta como definidores da pesca artesanal.

4.1.1. Conceito de comunidade e cultura

O conceito de comunidade pode possuir diversos sentidos, que variam desde a ideia de agrupamento humano, até a ideia de grupos caracterizados por uma forte coesão social e compartilhamento de interesses comuns. Para Tonnies (1973), as comunidades são grupos sociais que possuem um sistema de regulação simples e têm como base o compartilhamento de interesses e vontades comuns. Pode-se compreender a comunidade como uma “vida real e orgânica”. Em outros termos, a comunidade implica “possessão e gozos mútuos” de bens comuns, e se rege de acordo com o direito comum e obrigatório, que atua como um conjunto de normas coercitivas que regulam a vida

conjunta. Deste modo, as raízes da comunidade estão na família, nas relações de parentesco e de vizinhança, formas de interação delimitadas geograficamente por uma área espacial circunscrita.

Tonnies (1973) formulou o conceito de comunidade em oposição ao de sociedade. Neste sentido, a sociedade, para Tonnies (1973) se baseia na formação ideal e mecânica de laços, onde a regulação da convivência se funda em vontades arbitrárias, que possuem na legislação política sua garantia e na opinião pública sua justificação. A sociedade “é um grupo de homens que [...] não estão organicamente unidos, mas organicamente separados” (TONNIES, 1973, p. 106). Diferente da comunidade onde os homens estão unidos, “apesar de toda separação”, na sociedade os homens “estão separados, apesar de toda ligação” (p.106). Deste modo, a sociedade está caracterizada pela multiplicação de grupos e instituições sociais que estabelecem uma forma de coesão mecânica, baseada na interdependência e não mais na homogeneidade cultural, que caracteriza a comunidade. Este processo se dá pela intensificação da divisão social do trabalho que promove a diferenciação da sociedade em segmentos sociais com interesses próprios.

McGodwin (2002) também diferencia o conceito de sociedade do de comunidade. Para o autor a comunidade é constituída por um grupo social unido pela proximidade geográfica, que estabelece uma interação contínua, compartilha sentimentos de identidade, interesses, valores e possui instituições governamentais e um patrimônio cultural e histórico próprio. Nesta linha, o autor define a cultura como sendo uma invenção humana que busca satisfazer as necessidades do homem e está em constante elaboração. Neste sentido, a cultura compreende os conhecimentos compartilhados por uma determinada comunidade, bem como as crenças religiosas, visões de mundo, valores, padrões comportamentais, meios de subsistência predominantes e a forma de organização social, econômica e política. Portanto, a cultura conforma um projeto ideal sobre as formas de convivência que são transmitidas de geração em geração e que são capazes de se adaptar e se modificar, ainda que esta mudança não signifique uma alteração radical no modo de vida dos indivíduos, mas uma mudança no projeto ideal como antecipação das mudanças provocadas por necessidades mais práticas e imediatas.

Por sua parte, a sociedade é definida, para McGodwin (2002), como sendo um grupo de indivíduos que interagem de forma contínua e que possuem uma pauta de

interação estabelecida, mas que não possuem necessariamente uma mesma base identitária.

Assim, o conceito de comunidade compreende um processo de constituição de uma identidade comum, que integra os indivíduos em um lugar, em um determinado território. Sendo assim, a identidade é constituída pela relação com os elementos que formam este território, assim como ocorre com os pescadores artesanais.

4.1.2. A pesca e o pescador artesanal

O que caracteriza a pesca enquanto atividade artesanal é o domínio que o pescador possui sobre o processo de fabricação do seu material de trabalho. De acordo com Diegues (1995), a essência da pesca artesanal está no conjunto de conhecimentos que o pescador possui acerca do meio ambiente e das condições naturais, físicas e biológicas que estão na base da organização social da pesca. Deste modo, segundo Diegues (1983) a pesca artesanal “só poderá ser entendida em relação às condições naturais em que ocorre a reprodução biológica das espécies Marinhas” (p. 107), por se tratar de uma atividade econômica cuja base está na “exploração de recursos móveis e que se reproduzem de uma maneira cíclica” (p. 107). Assim, as estratégias de apropriação dos recursos naturais e o manejo dos ecossistemas pela atividade pesqueira são definidos por meio dos conhecimentos que os pescadores possuem do meio ambiente em que atuam como, por exemplo, o conhecimento acerca das percepções sobre as variações sazonais, identificadas pelos pescadores por meio do comportamento de diferentes espécies (Moura; Marques, 2007)

A pesca marítima possui ainda particularidades nas formas de apropriação socioeconômica e cultural do meio natural em razão da especificidade do ambiente marítimo, que é ecologicamente distinto do ambiente continental (SILVA, 1972, p. 27). As especificidades do ambiente marítimo estão relacionadas ao alto grau de imponderabilidade e de risco e pelo fato de o mar ser um espaço de apropriação comum dos seus recursos, o que torna ao mesmo tempo o mar um espaço de competição pelo controle de seu território. Neste sentido, os pescadores desenvolvem mecanismos de controle do espaço marítimo, por meio da “transmissão hereditária ou comunitária de ‘locais de pesca” (SILVA, 1972, p. 27). Estas características estão na base das limitações impostas pelo meio natural ao processo de acumulação da atividade pesqueira.

Neste sentido, dada a grande importância que o ambiente natural e físico assume na

reprodução social da pesca, Maldonado e Santos (2006) argumentam que a atividade pesqueira possui uma racionalidade diferente da racionalidade do capitalismo. Os recursos pesqueiros não surgem como resultado do trabalho humano, pois ao contrário da produção industrial, a reprodução dos objetos de trabalho – o pescado – se realiza segundo as leis de reprodução biológica. Assim, o crescimento da produção é limitado pela capacidade de carga do ambiente no qual ocorrem, impondo limites ao tamanho dos estoques capturáveis. A atividade do pescador é limitada por um teto máximo e sua produção imposta pelo meio ambiente, o que se contrapõe à própria dinâmica do capitalismo em sua tendência ao crescimento econômico ilimitado.

Por outro lado, as flutuações nos estoques pesqueiros possuem fatores que extrapolam as limitações naturais e podem ser decorrentes de desequilíbrios ambientais ocasionados por atividades antrópicas, causando imprevisibilidade na obtenção de rendas futuras, o que torna a pesca uma atividade marcada por incertezas econômicas. Os problemas decorrentes de incertezas econômicas são agravados em razão das limitações da capacidade organizativa das populações pesqueiras, fator que impossibilita a superação do quadro de carência socioeconômica que caracteriza boa parte desta população (Maldonado e Santos, 2006).

Allut (2000), por sua vez, concebe como problemática a interação entre o pescador e o meio ambiente, em razão da necessidade que tem o pescador de interpretar o entorno natural com a finalidade de criar condições de acesso e atuação sobre o meio em que ele trabalha. Esta interação problemática é ao mesmo tempo importante fonte de cultura e conhecimento que possibilita o pescador apreender aspectos do meio ambiente a partir da interação conflitiva com ele. A natureza dos problemas enfrentados pelo pescador determina suas necessidades cognitivas, um conjunto de percepções, saberes e habilidades necessárias ao pescador para enfrentar os problemas advindos da interação conflitiva com o meio ambiente (Allut, 2000, p. 103 - 104)

Devido à grande influência que os fatores físicos e naturais exercem sobre a atividade pesqueira, há uma correlação direta entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e sociais da pesca com as características dos ecossistemas explorados (Diegues, 1983). Assim, dada a heterogeneidade do litoral brasileiro quanto às condições do ecossistema, o desenvolvimento da atividade pesqueira se deu historicamente de forma desigual entre as regiões brasileiras. No litoral sul e sudeste, por exemplo, as

condições físicas²⁷ favoreceram o aparecimento de grandes concentrações de pescado, permitindo a exploração em larga escala deste recurso, o que contribuiu para o desenvolvimento de uma forma de organização social da produção distinta da pequena pesca artesanal.

No entanto, os fatores de ordem histórico-econômica foram mais decisivos na formação da indústria pesqueira nestas regiões, em comparação com a predominância da pequena produção pesqueira no Norte e Nordeste do país. Tais fatores de ordem histórica estão relacionados aos ciclos mais pujantes da economia nacional, como a cultura do café e a indústria. Neste sentido, Silva (1972) esclarece que as vantagens naturais da região sul e sudeste não foram suficientes para determinar a pujança econômica da pesca desta região e a carência da região Nordeste, isto porque apesar do maior volume de produção do sul e sudeste, as espécies pescadas no Nordeste, como a lagosta, possuem maior valor comercial que a sardinha e os outros produtos do sul. A relação de troca é potencialmente favorável ao Nordeste, mas a carestia de tecnologia industrial e de transporte impediu que o Nordeste retirasse proveito desta vantagem comercial (SILVA, 1972). A concentração de capital no setor pesqueiro nas regiões sul e sudeste se refletiu na formação de empresas capitalistas de pesca e em grandes portos pesqueiros. Aliado a estes fatores, a partir da década de 60, a indústria pesqueira se concentrou nesta região após a concessão de incentivos fiscais do Estado (Diegues, 1983).

4.1.2.1. A acumulação de capital no setor pesqueiro e a precarização das condições de vida dos pescadores artesanais

²⁷ As condições físicas do litoral da região sul-sudeste favoreceram o aparecimento de espécies de pescado que constituem a base da produção pesqueira como a sardinha, a pescadinha, a corvina e a merluza. A sardinha é o peixe mais pescado no Brasil. Já no Nordeste predominam a lagosta, o cherne, o badejo, a garoupa, o pargo e a cavala, que são espécies com menor abundância no mar brasileiro (Silva, 1972). Segundo Silva (1972), a extensão da plataforma continental do litoral da região centro-sul explica o aparecimento destas espécies com maior valor comercial. A região centro-sul possui 35% de plataforma continental com apenas 28% da linha da costa, enquanto que o litoral do Nordeste possui 30% de Plataforma continental, mas abrange 46% da linha da costa. Além disso, a plataforma do sul é “um terraço sedimentar sem contenção, e se alastra até 120 milhas, enquanto que no Nordeste é um terraço contido por barreira de recife, e se alarga de apenas 30 milhas. As plataformas estreitas, contidas por barreiras, são de fundo duro, irregular, coralíneo ou calcário, enquanto que as plataformas de terraço são suaves tapetes revestidos de lama e areia” (SILVA, 1942, P. 30). Adiciona-se à característica da plataforma continental, o fato do centro-sul ser beneficiado pelo fenômeno da ressurgência, que é efeito dos ventos Nordeste de verão que lançam as águas costeiras para o largo, propiciando a subida, por meio do talude, das águas profundas, promovendo, assim, a fertilização da plataforma.

O passo inicial para a formação das empresas capitalistas no setor pesqueiro é o surgimento da pesca em traineiras, como bem explicou Diegues (1983). Ainda que a organização produtiva das traineiras não constituísse um empreendimento capitalista-empresarial, pois os donos dos meios de produção ainda participavam do processo de trabalho, como mestre ou patrão de pesca, o surgimento das traineiras marca, como descreve Diegues (1983), o rompimento com a pesca em pequena escala e ocorre, principalmente, em razão do desenvolvimento da indústria de conserva de sardinha. Neste sentido, a pesca de traineira

significou não somente a utilização de equipamentos possantes, como também a exploração dos mares mais distantes com uma unidade de produção onde a divisão do trabalho era mais diversificada que pesca das canoas e jangadas até então dominante no litoral brasileiro (DIEGUES, 1983, p. 120)

Esta modalidade de pesca tornou o trabalho mais complexo, influenciado pelo desenvolvimento das indústrias enlatadoras de sardinhas: “apareceu então o armador, que possuía várias traineiras, onde colocava, como mestre, parentes, conhecidos ou vizinhos” (DIEGUES, 1983, p. 122).

Além do desenvolvimento da indústria de sardinha, outro fator que contribuiu para o surgimento das traineiras no litoral sudeste do Brasil, em especial nas cidades de Santos e do Rio de Janeiro, foi a desestruturação da pequena pesca, que era realizada na forma de companhias²⁸, por descendentes açorianos, no litoral do estado de Santa Catarina. A desestruturação desta forma de produção pesqueira ocorreu motivada pelo aumento da migração da mão de obra agrícola para pesca, em decorrência de problemas estruturais na agricultura como o esgotamento dos solos, a contaminação recorrente das lavouras por pragas e os baixos rendimentos auferidos com esta atividade. Com o aumento da mão de obra na pesca²⁹, os conflitos oriundos das disputas por espaços de pesca se acentuou, bem como os recursos pesqueiros sofreram esgotamento dos seus estoques,

²⁸ Segundo Diegues (1983), Companhia (companhia) é o nome dado ao grupo ou sociedade de pescadores que realizam o trabalho da pesca em conjunto em uma embarcação determinada e são remunerados pelo seu trabalho por meio do sistema tradicional de partilha do produto final capturado.

²⁹ O aumento do número de pescadores (ex-agricultores) alterou profundamente a estrutura tradicional das companhias, que se constituíam em unidades de produção compostas por membros da mesma família. Surgiram, como descreve Diegues (1983), grandes arrastões de praia e fusões entre companhias, originando companhias ampliadas, que exerceram grande pressão sobre os estoques pesqueiros do litoral de Santa Catarina.

gerando um contexto social ainda mais dramático do que o verificado no trabalho agrícola.

Parte da mão de obra encontrou na migração para outros estados da região, em especial para o Rio Grande do Sul, a solução para esta situação. Esta mão de obra de imigrantes na pesca do Rio Grande do Sul era utilizada como camaradas em companhias organizadas por pescadores proprietários de embarcações de pesca. Na maioria dos casos, estes pescadores eram explorados pelos donos das embarcações, reproduzindo as mesmas condições de penúria que os obrigaram a migrar de sua região de origem.

Parte desta mão de obra excedente foi atraída pela pesca de traineiras de Santos e do Rio de Janeiro, mas as condições de trabalho não se alteraram em razão da migração desta mão de obra, agora para a região sudeste. Neste contexto, (DIEGUES, 1983, p. 125) descreve a situação de vida dos trabalhadores das traineiras da região sudeste do país nos seguintes termos:

grande parte dos catarinas foram obrigados a morar nos escuros e barulhentos porões das traineiras, amarrados na sujeição dos embarques, que só abandonaram por outro embarque em barcos cujas partes eram consideradas mais compensadoras (DIEGUES, 1983, p. 125).

Embora os traços característicos das traineiras não fossem de uma empresa capitalista como mencionado anteriormente, a concentração dos meios de produção nas mãos dos donos das traineiras e a baixa remuneração paga aos tripulantes em razão da grande oferta de mão de obra favoreceram a concentração de capital e o surgimento de empreendimentos capitalistas onde finalmente os donos do capital se dissociaram do processo de trabalho, “passando a desempenhar o papel de administrador e vendedor da produção que é desembarcada pelos seus prepostos ou mestres” (Diegues, 1983, p. 126).

Dito isto, passa-se agora para uma descrição histórica da implementação de políticas públicas para o setor pesqueiro e o contexto político em que tais políticas foram idealizadas e implementadas.

4.2. Aspectos institucionais e políticos da Pesca no Brasil

O Estado brasileiro buscou conduzir, historicamente, por meio de um tutelamento político, a ação dos pescadores artesanais, segundo os interesses das elites econômicas

e de instituições públicas como a Marinha. Neste sentido, as políticas de intervenção e tutelamento se estenderam para as organizações de classe dos pescadores artesanais, como as Colônias de pescadores e Associações. A ação de intervenção do Estado nas organizações corporativas da pesca está vinculada a um projeto político e ideológico que tem base na ideologia desenvolvimentista, que fundamenta um projeto de nação. Assim, o tutelamento do Estado possuía uma direção específica: conduzir os pescadores à modernidade, transformando a força de trabalho da pesca inicialmente em reserva da Marinha e posteriormente em mão de obra para os empreendimentos capitalistas da pesca (primeiramente para servir à pesca industrial e mais recentemente à aquicultura).

Deste modo, o fio condutor do Estado no controle das Colônias, na formulação de leis e códigos para pesca e na criação de órgãos e instituições governamentais voltadas ao controle das políticas do setor pesqueiro, foram as ideias de modernidade e desenvolvimento, apresentadas como uma ideologia unificadora dos interesses gerais da nação, que representaria os interesses de todas as classes sociais e não somente das elites econômicas que tinham, no entanto, o papel de comandar este processo de desenvolvimento (PORTELA JUNIOR, 2014; REIS, 1995). A pesca se torna um reflexo desta concepção de Estado que foi anunciada pelos seus defensores como condição necessária para a superação da nossa condição de nação subdesenvolvida. Sendo assim, os tópicos seguintes apresentam uma descrição das políticas de Estado voltadas ao setor pesqueiro.

4.2.1. Ideologia nacionalista e o papel das Colônias de Pescadores

As políticas públicas para o setor pesqueiro têm como base de sustentação a exploração dos recursos marinhos, por uma lógica de modernização da atividade pesqueira, que para os pescadores artesanais significou a sua subordinação ao Estado e suas instâncias de poder. E em outros casos, tais políticas buscaram a extinção da forma de pesca artesanal, para transformação desta mão de obra em reserva para o mercado.

A primeira intervenção realizada pelo Estado nas comunidades pesqueira ocorreu sob a batuta da Marinha de Guerra, com interesses explicitamente militares, mas permeados de aspectos sociais e econômicos e pela ideologia nacional-desenvolvimentista (CALLOU, 2006; DIEGUES, 1995; RAMALHO, 2014) que carregava um projeto civilizatório para o país, que tinha no controle da pesca a mola propulsora de

“consolidação do poder militar do Estado e de seus interesses societários de modernidade, traduzidos na necessidade de se ter uma considerável reserva naval” (Ramalho, 2014, p. 34).

O projeto de poder militar da Marinha tinha como objetivo inicial a recuperação do seu prestígio, perdido pela não adesão à proclamação da república e pelos conflitos com o governo nacional.³⁰ Para tanto, a Marinha estipulou alguns planos e metas, dentre eles – o que interessa ao escopo deste trabalho – o plano de nacionalização da pesca, como meta para alcançar o controle sobre toda a região costeira do país (CALLOU, 2010).

No entanto, o projeto de nacionalização da pesca necessitava de uma forte ideologia que justificasse tal empreendimento e conquistasse a adesão do governo brasileiro. A Marinha foi buscar na ideologia nacional-desenvolvimentista a justificativa para o controle da pesca e subordinação da população pesqueira a um projeto civilizatório que era carreado por esta ideologia, mas que significava o controle sobre o território pesqueiro e sobre os recursos marinhos. Um dos aspectos do discurso de defesa da nacionalização da pesca estava voltado para necessidade de desenvolvimento de uma indústria pesqueira que revertesse as importações de pescado, que supriam uma demanda nacional que não era produzida inteiramente pela pesca artesanal de pequena escala praticada no país (Ramalho, 2014).

O ideal nacionalista oferecia ainda duas outras justificativas: nacionalizar a pesca, combatendo a força que os pescadores estrangeiros, situados no Brasil, tinham sobre os territórios pesqueiros e defender a costa contra invasão estrangeira, posicionamento que foi reforçado com a eclosão da I Guerra Mundial (1914- 1918)

Essa marcante presença de imigrantes e a I Guerra Mundial foram elementos justificadores da estratégia operada por um discurso nacionalista advindo da Marinha, com capacidade de conquistar simpatias na opinião pública, políticos do Senado e da Câmara Federal, e no próprio poder executivo federal. (Ramalho, 2014, p. 34).

Neste contexto de disputa pela Marinha de um projeto nacional para o Brasil, surge um personagem fundamental para concretização destes planos: o capitão-de-mar-e-guerra Frederico Villar. Entre os anos de 1909 e 1910, Villar se especializou na Europa, Japão e Estados Unidos no conhecimento sobre o funcionamento da indústria da pesca,

³⁰ O mais eminente conflito entre os comandantes da Marinha e o governo nacional ocorreu em 1893, deflagrando a chamada Revolta da Esquadra que tinha como objetivo derrubar o governo do presidente Floriano Peixoto. Neste contexto, a Marinha era vista como uma instituição saudosista da monarquia e inimiga da república (RAMALHO, 2014).

com o objetivo de implantar no Brasil uma indústria semelhante a destes países (CALLOU, 2010). A partir de 1919, Villar iniciou seu maior empreendimento: percorrer a costa brasileira, a bordo do Cruzador José Bonifácio, com intuito de reunir e organizar os pescadores, por meio da criação de Colônias de Pesca³¹. As Colônias teriam, na visão de Villar, uma presença estratégica onde eram criadas, de conceder apoio ao projeto de Villar de controle das regiões costeiras. Neste sentido, as Colônias se tornavam braços operacionais da Marinha, ainda que tenham sido apresentadas como “entidades de classe dos pescadores” (CALLOU, 2010).

Ademais, as Colônias possuíam um papel fundamental na consolidação do projeto nacionalista da Marinha e de Villar ao exercer um papel de apoio à ação social, administrativa e militar do governo. Neste sentido, na visão de Villar, as colônias assumiriam um papel de integração das populações locais ao projeto nacional de desenvolvimento e modernização, ocupando um espaço deixado pelo poder público local, que sofria de uma ineficiência administrativa, por estar capturado pela lógica política dominante no interior brasileiro, o mandonismo, das velhas oligarquias rurais (Ramalho, 2014). Deste modo, o projeto nacionalista, empreendido por Villar e que vinha sendo debatido por intelectuais da época como Oliveira Vianna, Silvio Romero e Nina Rodrigues, era uma oposição ao principal produto da república, o federalismo. O federalismo, era visto por Oliveira Vianna como uma configuração institucional que concedia excessivos poderes às elites políticas locais, que mantinham sobre seu controle uma massa de pessoas desprovida de qualquer sentido de civilização, “ignorante” e “inculta”, incapaz de lidar com seu próprio destino e que, portanto, estava subjugada por mandões locais que a mantinha na ignorância para apropriar-se de sua força de trabalho. Cabia a um projeto nacional desenvolvimentista, capitaneado pelo poder central, desarticular o poder destes clãs rurais, que fracionavam a nação em feudos locais que alimentavam o familismo enquanto forma de solidariedade, sendo incapazes de promover um sentido de nação e agregar os interesses gerais do povo (RAMALHO, 2014)

De fato, a cruzada empreendida por Frederico Villar buscava levar às comunidades pesqueiras um projeto civilizatório, que tinha como objetivo instruir e sanear aquela

³¹ O esforço de Frederico Villar resultou na criação de 800 Colônias de pesca, que reuniu aproximadamente 100 mil pescadores e na criação de mais de mil escolas primárias, além de postos de saneamento e na condução de projetos de instrução profissional, de combate à verminose e outras doenças (CALLOU, 2010).

população considerada “inculta”, levando a ela as conquistas da civilização e da modernidade. Para tanto, um empreendimento como este que buscava levar aos homens do mar um projeto civilizatório só poderia ser executado exercendo-se controle sobre eles, subordinando-os ao Estado e à organização capitalista do trabalho, com o grave risco de perderem o direito de trabalharem na pesca se não se sujeitassem a este projeto. Tal atitude era discursivamente justificada pela necessidade de saneamento moral desta população “incivilizada”, que ainda não estava moralmente comprometida com os interesses da pátria e desqualificada para servir como reserva naval, que poderia ser útil em tempos de guerra e para a defesa da nossa costa (Ramalho, 2014; Callou, 2010).

A integração dos pescadores às Colônias teve, portanto, o objetivo de subordinar esta população a um projeto civilizatório. Deste modo, as Colônias possuíam nas comunidades pesqueiras o papel de organizar os pescadores para execução dos interesses do Estado, resultando na falta de compromisso destas associações com os interesses reais dos pescadores. Os pescadores, assim, não tiveram nas entidades da pesca um instrumento de apoio à participação popular, relegando a um papel secundário nas atribuições destas entidades à tarefa de representação de classe (Ramalho, 2014).

Contudo, foi sob a ingerência do Estado Novo, implantado na década de 30, que o controle sobre o trabalho e o trabalhador da pesca se intensificou, para possibilitar o avanço de um projeto nacional de caráter mais capitalista. Para alicerçar este processo, o governo de Getúlio Vargas exerceu uma forte intervenção do Estado na economia e no trabalho, que tinha como principal objetivo conduzir uma ação tuteladora sobre o trabalhador, por meio da submissão do trabalho ao capital e da repressão e subordinação dos sindicatos ao Estado. No caso da pesca, o Estado dividiu entre a Marinha e o Ministério da Agricultura as ações de controle sobre este setor. O Ministério da Agricultura, por meio do Departamento de Caça e Pesca (DCP) ficou responsável pelas políticas de fomento ao setor, enquanto que a Marinha manteve sob sua autoridade o cadastramento dos pescadores e de seus barcos.

A criação do DCP subordinou todas as entidades da pesca (Confederação Geral dos Pescadores Brasileiros, criada em 1920, Federações da Pesca e as Colônias de Pescadores) ao controle exercido pelo Ministério da Agricultura. Neste contexto, ocorreu a elaboração do primeiro código voltado à atividade pesqueira, o Código de Caça e Pesca, criado pelo Decreto nº 23.672/34. O decreto é um marco legal no tutelamento político exercido pelo Estado sobre a atividade de pesca. No seu artigo 12, o Decreto

estipula que “todo o pescador profissional é obrigado a fazer parte da Colônia em cuja zona reside” (BRASIL, 1934) com a pena de ser proibido de pescar caso não se formalize. O artigo 15 do referido código reforça a regulamentação autoritária do Estado brasileiro sobre a pesca ao estipular que “as Colônias Cooperativas de Pescadores reger-se-ão por estatutos elaborados pela Confederação Geral dos pescadores do Brasil e aprovados pelo ministro da Agricultura” (BRASIL, 1934)

Em 1938, foi elaborado pelo DCP uma nova lei de regulamentação da atividade pesqueira, que foi denominada de Código da Pesca, implementada pelo Decreto-lei nº 794, de 19 de outubro de 1938. O novo Decreto-lei reforça uma noção já incorporada no Decreto de 1934 que se relaciona à proteção dos recursos pesqueiros, estabelecida como deveres do pescador como pode ser verificado no artigo 14: “constituem deveres do pescador zelar pela defesa e conservação da fauna e flora aquáticas” (BRASIL, 1938). O novo código estabelece também um controle de viés policialesco à atividade do pescador como está referido no artigo 76, onde consta que os funcionários responsáveis pela fiscalização da pesca “são equiparados aos agentes de segurança pública e oficiais de justiça, sendo-lhe facultado o porte de arma de defesa [...]” (BRASIL, 1938).

Em suma, todo arcabouço jurídico deste período foi construído tendo como meta a institucionalização do trabalho do pescador, o que significou a perda da sua autonomia política e sua paulatina conversão em força de trabalho para a indústria da pesca. Assim, a pesca se tornou objeto de políticas de modernização cujo foco é a industrialização do setor pesqueiro. A partir da década de 60 os esforços de industrialização da pesca foram concentrados pela SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), que teve o papel de fomentar a criação de uma classe empresarial no setor pesqueiro que ainda se configurava pela pesca artesanal de pequena escala.

4.2.2. Período desenvolvimentista: a criação da SUDEPE e as políticas de amparo financeiro à pesca

Da década de 30 até o início da década de 60, o controle sobre o setor pesqueiro foi dividido entre o Ministério da Agricultura e a Marinha³². Com a criação da SUDEPE, em

³² Em razão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e da declaração oficial de guerra à Alemanha, Itália e Japão, em 1942, a subordinação dos pescadores e de suas organizações foi transferida do Ministério da Agricultura para Marinha, por meio do Decreto nº4.890, de outubro de 1942 (BRASIL, 1942). Neste contexto de conflito, o controle estratégico da Marinha sobre os pescadores tinha como finalidade utilizar esta mão de obra como forças auxiliares da Marinha no monitoramento da costa brasileira, para identificação de possíveis navios e aviões inimigos.

1962, este controle passa definitivamente para o Ministério da Agricultura. A criação da SUDEPE e, posteriormente, a promulgação do Decreto-Lei Nº 221/67, que instituiu um novo Código da Pesca, foram marcos de uma política desenvolvimentista voltada ao setor pesqueiro. Neste período o governo demonstrava prioridade pelo setor da pesca, reconhecendo-a como indústria de base, o que garantia a ela amparo financeiro do Estado, por meio de linhas oficiais de créditos, a partir de financiamentos do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento) e do Crédito Rural³³ (Dias Neto, 2010a; Silva, 1972). Junto com a criação da SUDEPE, o governo, neste período, instituiu ainda os Planos Nacionais de Desenvolvimento da Pesca (PNDPs), voltados em especial para o desenvolvimento da indústria pesqueira (Dias Neto, 2010a)

O Decreto de 1967 estabeleceu normas para o exercício da atividade pesqueira, reforçando o controle do Estado sobre os pescadores e suas organizações. Em 1975 o governo militar instituiu um novo estatuto para Federações de Pesca, por meio da Portaria nº 323 de junho de 1975. Com esta portaria, o governo militar reforçou o controle do Estado sobre as entidades corporativas da pesca, mantendo as Colônias vinculadas às Federações e à Confederação Nacional dos Pescadores, que estão sob a tutela do Estado, conforme pode ser verificado no artigo 1º que estipula que as Federações são constituídas pelas Colônias de Pescadores e subordinadas à Confederação Nacional dos Pescadores e no artigo 5º que estabelece que “toda Colônia de Pesca, legalmente constituída, é automaticamente filiada à Federação do respectivo estado” (BRASIL, 1975).

No que concerne à atuação da SUDEPE, autores como Dias Neto (2010a) e Silva (1972) avaliam que, apesar de alguns resultados positivos na gestão da pesca, o desempenho da SUDEPE foi bastante controverso. Segundo estes autores, a SUDEPE privilegiou os interesses da pesca industrial, em detrimento dos interesses dos pescadores artesanais. A maior parte dos recursos, oriundos dos incentivos fiscais, repassados pela autarquia ao setor pesqueiro, se concentraram no âmbito da indústria, enquanto que com a pesca artesanal a SUDEPE exercia uma relação de tutela:

“A definição de normas ou regulamentação para a pesca artesanal era dominada pela utilização de critérios técnicos, já para a pesca empresarial, outros fatores eram considerados mais relevantes que os critérios técnicos” (Dias Neto, 2010a, p. 124)

³³ Segundo Silva (1972), a atividade de captura e transporte do pescado eram consideradas atividades agropecuárias, o que justificava a utilização do Crédito Rural no setor de pesca.

Além do fato das prioridades da SUDEPE estarem vinculadas aos interesses do setor industrial, o órgão teve suas ações limitadas em razão de problemas estruturais, administrativos e gerenciais. Estes problemas são decorrentes, como explica Dias Neto (2010a) e Silva (1972), da baixa institucionalização do órgão, que nunca foi capaz de “reunir um conjunto de valores próprios que conformasse um perfil, uma autoimagem infundida e negociada com o ambiente” (Dias Neto, 2010a, p. 123); e dos conflitos dentro da estrutura dos processos decisórios, visto que sua capacidade orçamentária estava vinculada às decisões tomadas em outras esferas do Estado, o que limitava sua capacidade de ação, sobretudo na contratação de quadros técnicos. Soma-se a isto a falta de escritórios especializados em projetos pesqueiros que retardaram a aplicação dos recursos e do fato dos quadros dirigentes da SUDEPE quase nunca corresponderem aos atores que conformam a clientela preferencial do órgão (Silva, 1972; Dias Neto, 2010a).

Além dos problemas estruturais, Dias Neto (2010a) avalia que o fracasso do modelo adotado pela SUDEPE tem relação com o inadequado uso dos incentivos fiscais e creditícios, que eram alocados segundo os interesses imediatistas do setor da pesca industrial; com o pouco apoio que o órgão concedeu a pesca artesanal ou de pequena escala, que absorve a maior parte da mão de obra do setor; com os escândalos de corrupção; e, principalmente, com o incentivo que o órgão deu a exploração indiscriminada do recurso pesqueiro, resultando na sobrepesca e, conseqüentemente, na escassez das principais espécies de peixes³⁴.

Com relação aos Planos Nacionais de Desenvolvimento da Pesca (PNDPs), Dias Neto (2010a) ressalta que foram as principais ações executadas pela SUDEPE neste período com vistas à promoção do desenvolvimento da pesca nacional, mas que sua efetiva implementação foi obstruída em razão da “falta de estrutura operacional, aliada à instabilidade administrativa da SUDEPE” (Dias Neto, 2010a, p. 126). O autor complementa o diagnóstico que evidencia o fracasso dos PNDPs destacando que “no caso da pesca o amadorismo ou a falta de compromisso com a coisa pública, foram traços predominantes” (p.126), conforme foi evidenciado pela avaliação realizada na execução do terceiro PNDPs.

³⁴ Dias Neto (2010a) ressalta que no início dos anos 90, ao final da atuação da SUDEPE, 80% dos recursos pesqueiros já estavam completamente explorados, sobrepescados ou totalmente comprometidos.

Por sua vez, os incentivos fiscais e creditícios direcionados para a pesca tiveram um mau desempenho, como as outras políticas criadas para o setor. Segundo Silva (1972) houve uma concentração geográfica dos recursos oriundos dos incentivos fiscais e creditícios.

A Lei nº 221 [...] sobretudo pelo caráter anárquico e velocíssimo de sua aplicação transfigurou, mas também desfigurou a Pesca Brasileira. Em primeiro lugar, couberam ao Centro-Sul do país 80% dos recursos; em segundo, ao camarão couberam 80% desses 80% (SILVA, 1972, p. 27)

Além da sua concentração geográfica, a maior parte destes recursos foi destinada aos setores ligados à pesca industrial, preterindo importantes setores da pesca nacional, como o artesanato pesqueiro.

Neste sentido, Diegues (1983) afirma que o setor industrial foi favorecido pelo montante maior de recursos sem, contudo, realizar investimentos necessários que os capacitassem a operar para além da plataforma continental. Os recursos foram destinados, como afirma Diegues (1983), para compra e importação de barcos, equipamentos e infraestrutura que eram destinados à pesca costeira que não extrapolava os limites da pesca continental. Soma-se a isto, o fato, segundo o mesmo autor, de que muitos dos empresários que receberam incentivos fiscais não possuíam experiência no setor da pesca e foram atraídos somente pelo dinheiro fácil concedido pela SUDEPE. Prova disto é o alto número de falência de empresas que receberam os incentivos fiscais da SUDEPE, em torno de 40% das 131 empresas beneficiadas (Diegues, 1983).

No âmbito do Estado, somente a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi uma medida convergente com os interesses da pesca artesanal ao garantir a autonomia das organizações de pesca. O artigo 8 da Constituição, em seu parágrafo único, estabeleceu que as organizações de Pesca, como as Colônias, passam a ter as mesmas disposições de uma organização sindical, sendo, portanto, vedado ao Estado interferir na sua constituição e organização. Pela primeira vez a Constituição Federal estende esta garantia às organizações de pesca (BRASIL, 1988). A garantia de autonomia das Colônias frente ao Estado é reforçada pela promulgação da Lei 11.699 de 2008, que regulamenta o parágrafo único do artigo 8 da Constituição de 1988, estabelecendo no seu artigo 10 que as Colônias e demais entidades de pesca são reconhecidas pelo Estado como órgãos de classe dos pescadores artesanais, sendo também consideradas

como organizações autônomas, como garante o artigo 50 da referida lei, vedando ao Poder Público, bem como às federações e à Confederação Nacional dos Pescadores, a interferência na sua organização (BRASIL, 2008)

4.2.3. Anos 90: Protecionismo do IBAMA e a “anarquia oficializada”

A extinção da SUDEPE ocorreu em 1989 e coincidiu com a fase de início das reformas neoliberais do Estado brasileiro. No entanto, à revelia das políticas de desmonte da estrutura do Estado, o governo, no setor pesqueiro, optou por reforçar o controle e fiscalização do Estado sobre os recursos naturais, com a criação do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), vinculado inicialmente ao Ministério do Interior e, posteriormente, em 1992, ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), quando este foi criado. O Instituto incorporou na sua estrutura administrativa e gerencial todas as atribuições que eram da antiga SUDEPE. No entanto, o IBAMA assumiu um compromisso com a recuperação dos recursos pesqueiros em situação de sobrepesca ou ameaçados de extinção, passando a considerar os recursos pesqueiros como parte integrante dos recursos naturais brasileiros e que, como estes, tornaram-se protegidos pelo Estado brasileiro (Dias Neto, 2010a).

Deste modo, o IBAMA conseguiu, entre 1989 a 1997, empreender uma política negociada com o setor pesqueiro que viabilizou medidas de gestão aplicadas na recuperação de importantes estoques pesqueiros, como foi evidenciado por Dias Neto (2010b):

Em decorrência do posicionamento de adotar medidas fortes, conseguiu (o IBAMA), a partir do segundo ano, reverter à tendência de queda da produção total e, em seguida, recuperá-la (Dias Neto, 2010b, p. 68).

Estes avanços foram alcançados apesar da resistência de parte do setor pesqueiro que se sentiu afetada pela política preservacionista do IBAMA. O Instituto, no entanto, enfrentou uma série de desgastes em decorrência dos conflitos com outras instâncias do Poder Executivo, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Indústria e do Comércio Exterior, pelo controle da política de gestão dos recursos pesqueiros (Dias Neto, 2010a). Adiciona-se aos conflitos pela competência da política de pesca, as fragilizações que o IBAMA sofreu em razão da política de desmonte

do Estado colocada em prática pelo aprofundamento das reformas neoliberais. Neste sentido, Dias Neto (2010a) resume a situação enfrentada pelo IBAMA:

Os desgastes do Instituto, o acirramento de posições da coalizão de usuários dos recursos, com visão de curto prazo, associados com grupos de interesse dentro do governo que buscavam reabilitar o espaço perdido com a extinção da SUDEPE, somado à desinformação de parte da sociedade, mas também, e principalmente, dos tomadores de decisão contribuiu para o fortalecimento dessas coalizões insatisfeitas (Dias Neto, 2010a, p. 140).

A capacidade de ação do IBAMA foi fragilizada ainda mais a partir de 1995 com a criação do GESPE (Grupo Executivo do Setor Pesqueiro), vinculado ao Ministério da Agricultura (MAPA) e do DPA (Departamento de Pesca e Aquicultura), em 1998. Com a criação destes dois órgãos, o IBAMA perdeu parte de suas competências. Para o GESPE, foi transferida a competência relacionada ao fomento da atividade pesqueira, deixando para o IBAMA e o MMA as competências relacionadas com as políticas de preservação ambiental, conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Já a criação do DPA gerou uma sobreposição de competências entre o IBAMA e o MAPA, visto que o DPA possuía competências semelhantes com o Departamento de Pesca e Aquicultura (Depaq) do IBAMA (Dias Neto, 2010a). De acordo com Dias Neto (2010b), a criação do DPA, por meio do Decreto Nº 2.681, de 21 de junho de 1998, introduziu mudanças nas competências relacionadas com a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros. A primeira mudança, afirma Dias Neto, é de ordem legal e constitucional e está relacionada com a divisão das competências entre o MMA e o MAPA. A segunda, de ordem conceitual, deriva da primeira e divide a competência da gestão do uso dos recursos pesqueiros pelas características dos estoques: aqueles considerados sobre pescados ou ameaçados de sobre pesca ficaram sobre a gestão do IBAMA, enquanto que aqueles considerados subexplorados ou inexplorados, transacionais e migratórios passaram para a competência do DPA. A terceira mudança significativa foi a transferência para o DPA da autorização de arrendamento de barcos de pesca estrangeiros por empresas ou armadores nacionais (Dias Neto, 2010b).

A criação do GESPE atendeu às pressões de setores da atividade pesqueira pela retomada de políticas de amparo financeiro ao setor. Assim, foram reestabelecidos os incentivos ao óleo diesel, em 1997, e disponibilizado para pescadores, armadores e associações linhas de créditos de programas já existentes como o Pronaf (Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda) (Dias Neto, 2010a).

O IBAMA e, por extensão, o MMA sofreram com problemas de gestão provocados pela falta de apoio dos outros órgãos competentes, como o DPA. Neste sentido Dias Neto (2010a) esclarece que:

O MMA/IBAMA passou a não ter acesso aos Mapas de Bordo, fundamental para a avaliação da situação dos estoques sob sua competência. Na realidade, o DPA simplesmente não vem se empenhando para a aplicação dos mapas na maioria das principais pescarias Marinhas. A área ambiental também não tem recebido informações sobre a frota legalmente licenciada pelo DPA, as quais são indispensáveis ao controle e à fiscalização do uso sustentável dos recursos pesqueiros (Dias Neto, 2010a, p. 144/145).

Dias Neto (2010a) assevera que a política de divisão de competências na gestão dos recursos pesqueiros se seguiu por toda a década de 90, compreendendo em maior parte o governo Fernando Henrique Cardoso, e se estabeleceu de modo confuso com edições de decretos que reelaboravam constantemente as divisões de competências, gerando sobreposições de competências, decisões que afetavam aspectos definidos em lei³⁵ e conflitos entre as instâncias do Poder executivo, estabelecendo um quadro institucional que o autor denominou de “anarquia oficializada”.

Desde sua criação, em 1998, até sua extinção, em 2003, o DPA colheu apenas fracassos em sua gestão. O órgão não foi capaz de promover grandes realizações para a pesca, principalmente, no que concerne a evolução da produção pesqueira, fato que pode ser comprovado pelo relatório do IBAMA “estatística da pesca 2007 Brasil: grandes regiões e unidade da federação” que aponta para uma estagnação da produção pesqueira entre os anos de 1998 e 1999, e uma modesta retomada do crescimento da produção nos anos subsequentes, com uma queda em 2003, último ano de atuação do órgão (IBAMA, 2009, p. 20).

³⁵ Um exemplo de alteração ilegal provocada pelo estabelecimento do Decreto que instituiu o DPA foram as mudanças na organização e manutenção do Registro de Pesca e a concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da pesca, que alterou aspectos que foram definidos por lei (Dias Neto, 2010b).

4.2.4. Anos 2000: retorno das teses desenvolvimentistas e a subordinação produtiva dos pescadores pela política do MPA

Em 2003 com o início do governo Lula, o DPA foi extinto e cedeu lugar à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, vinculada à Presidência da República (SEAP/PR), que foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura, em 2009. De acordo com Dias Neto (2010b), a SEAP recuperou o modelo da SUDEPE ao restabelecer uma política de incentivos e subsídios fiscais e creditícios ao setor pesqueiro, atraindo a confiança de empresários que lucraram com este modelo no passado sem, contudo, estarem vinculados diretamente com a atividade pesqueira. Dias Neto (2010b) esclarece ainda que a adoção de políticas de subsídios e de benefícios sociais oferecidos aos pescadores artesanais como, por exemplo, o seguro desemprego em períodos do defeso³⁶, contribuiu, direta ou indiretamente, por elevar os desvios na concessão de tais benefícios, em razão da apropriação de recursos públicos por quem não tem direito. Tais desvios eram reforçados pela ineficiência da legislação (entidades de classes, como as Colônias, são as responsáveis pela apresentação da demanda, que não reflete em todos os casos a realidade) e pelo controle inadequado realizado pelo Estado na utilização dos subsídios. Um exemplo é o desvio do combustível para outras finalidades que não eram a da pesca (Dias Neto, 2010b).

Segundo Mendonça e Valêncio (2008), a SEAP foi criada em um cenário de expansão da aquicultura e da retomada das políticas desenvolvimentistas pelo governo do presidente Lula. A Secretaria passou a ter, como menciona Ramalho (2014) “o papel de articulação de políticas para a produção pesqueira, com ênfase para o setor aquícola” (Ramalho, 2014, p. 54). Os planos nacionais de incentivo à produção pesqueira e aquícola, como o *Mais Pesca e Aquicultura*, lançados em 2008, pelo governo Lula, e o *Plano Safra da Pesca e Aquicultura*, lançados em 2012 e 2014, pelo governo Dilma Rousseff, tinham como objetivos a ampliação dos parques aquícolas em lagos e represas e o estímulo às exportações de produtos oriundos da aquicultura (Ramalho, 2014).

Adiciona-se a isto o fato de que a SEAP foi criada incorporando uma ideologia difundida pela FAO/ONU (Organização das Nações Unidas para Alimentação e

³⁶ Segundo a Lei 11.959, de 29 de Junho de 2009 o defeso é “a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes” (Brasil, 2009). De modo geral, o defeso é a limitação de um período fixo anual de reprodução ou recrutamento (período juvenil das espécies, quando elas atingem um certo tamanho e maturidade reprodutiva e retornam ao estoque adulto) das espécies de peixes e crustáceos.

Agricultura) que concebe a aquicultura como alternativa econômica e produtiva, apresentada como única via de “sustentabilidade da pesca”, à depressão provocada nos estoques pesqueiros naturais, possibilitando, discursivamente e de modo aparente, uma solução aos problemas de reprodução econômica da pesca artesanal. No entanto, Mendonça e Valencio (2008) revelam que o mote principal desta ideologia não é uma alternativa de sustentabilidade da pesca artesanal, mas um mecanismo de sua extinção. Neste sentido, os autores evidenciam que a política do governo Lula na gestão da pesca propõe uma progressiva conversão da pesca artesanal em produção aquícola, promovendo conseqüentemente a conversão do pescador artesanal em aquícultor ou em força de trabalho para o setor

O governo Lula, na sua primeira gestão, propôs uma política de crédito para o setor pesqueiro incentivando uma progressiva conversão da atividade pesqueira artesanal para a aquícultura em todo o território nacional. Partiu do argumento que tal política vinha como alternativa aos pescadores artesanais cujas espécies em que se baseiam sua atividade encontram-se, segundo critérios técnicos, sobreexploradas. Mas cabem divergências quanto aos métodos e as interpretações acerca do que se considera sobreexploração no contexto da questão ambiental no Brasil (Mendonça e Valencio, 2008, p. 112)

A transformação da SEAP em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em 2009, reforçou a política de ordenamento pesqueiro que já vinha sendo executada, que visava à promoção e ao desenvolvimento de uma aquícultura empresarial no Brasil. A agenda do Ministério incluía como meta para o setor pesqueiro a sua modernização e inserção no mercado global, contemplando um discurso que articula as retóricas do desenvolvimento sustentável e dos ganhos sociais positivos obtidos por meio da aquícultura, apresentada como fonte de geração de emprego e renda e promotora de equidade e cidadania (Mendonça e Valencio, 2008). Neste sentido os autores esclarecem que

A política de pesca que vem sendo pensada e implementada a partir da SEAP tem seu eixo assentado na utilização de recursos tecnológicos e científicos e uma prática produtiva de alta escala para o mercado global e nacional, e sua formulação e operacionalização se dão por meio do uso do poder institucional por elites empresariais do setor (Mendonça e Valencio, 2008, p. 111)

Apesar da retórica de inclusão social e desenvolvimento sustentável, a promoção da aquícultura pelo governo brasileiro apenas reforça o processo de acumulação do capital

no setor pesqueiro ao dar prioridade aos empreendimentos empresariais, na medida em que retira o pescador da lógica da atividade extrativa de pequena escala e o insere em uma lógica estranha de trabalho, que desarticula um modo de vida tradicional e libera sua força de trabalho para servir aos empreendimentos capitalistas do setor aquícola.

Em suma, desde a SUDEPE até o MPA, a política brasileira para o setor pesqueiro tem consagrado a tese do desenvolvimento nacional e da modernização tecnológica para justificar o apoio concedido a empreendimentos de cunho capitalista em detrimento da pesca de pequena escala e a conversão dos trabalhadores autônomos em força de trabalho para estes empreendimentos.

4.3. Participação social na pesca: abordagens a partir da perspectiva do associativismo e do Capital Social.

Os vários estudos na pesca têm descoberto um cenário de baixa participação social, determinado por fragilidades no associativismo entre os pescadores. Isto fica evidente pelos diagnósticos que demonstram distanciamento destes indivíduos com relação aos movimentos sociais, associações e cooperativas, o que acaba por determinar um afastamento deles com as relações que poderiam assegurar os seus interesses de melhor qualidade de vida.

A discussão acerca do desenvolvimento local na pesca por meio de instâncias como o associativismo requer a análise de múltiplos aspectos, sociais, políticos, econômicos, mas também dos fatores culturais e simbólicos que envolvem o associativismo. Neste sentido, Rattner (1996) defende que o capital social está correlacionado à cultura, pois o fortalecimento da cultura popular é elemento-chave, na sua interpretação, para promoção da identidade coletiva e, conseqüentemente, do próprio capital social. A cultura é geradora de valores comuns que propiciam a coesão social, o espírito de ação coletiva e de participação, sedimentando o caminho para a democracia nas relações entre os indivíduos. Assim, não se pode perder de vista que na base do associativismo na pesca deve estar o resgate e valorização da identidade cultural e profissional dos pescadores artesanais.

Neste sentido, Milani (2004) entende que o capital social, como sendo compromissos cívicos e normas de confiança mútua, é balizado pelas relações com os movimentos sociais e associações. Assim, o autor sustenta que o capital social é construído numa relação sinérgica entre grupos organizados e a população e depende simultaneamente

de um ambiente social e político capaz de favorecer o entendimento entre as pessoas e reconhecer a posição de cada um nos espaços de negociação e deliberação e do que o autor chama de “processo de construção e legitimação do conhecimento social” (MILANI, 2004, p. 111), que tem a ver com o compartilhamento do conhecimento e das informações.

O conceito de Milani (2004) sobre o capital social, entendido como “somatório de recursos inscritos nos modos de organização cultural e política da vida social de uma população” (p. 111) mostra a influência de Putnam nestes estudos, o que pode ser sugestivo para o estudo do contexto social da pesca lançar mão das categorias apresentadas por estes autores, principalmente das perspectivas entorno do associativismo e do capital social.

Para tanto, apoiando-se na literatura existente acerca do capital social na pesca, o estudo destas categorias apresentadas deve levar em consideração o entendimento da organização política na pesca e o papel que possuem entidades como as Colônias junto aos pescadores na superação dos problemas socioeconômicos vivenciada pela maioria das comunidades pesqueiras do Brasil. Nos estudos de organização política é mostrado empiricamente que o associativismo é um mecanismo fundamental para promover as relações de comunicação, interação social, necessárias para fortalecer ou fomentar a organização política.

Potiguar Junior (2008), no estudo sobre o associativismo entre pescadores do nordeste paraense, demonstrou a relação entre o estoque acumulado de capital social e o grau de associativismo dos pescadores. Em seu estudo o pesquisador identificou diversas fragilidades do associativismo decorrentes de práticas e relações políticas clientelistas, praticadas pelas Colônias de Pesca e incorporadas pelos pescadores por meio de sua característica imediatista, além da falta de preocupação dos dirigentes e dos próprios pescadores com as relações sociais desenvolvidas antes, durante e depois do processo organizativo e a inexistência de objetivos comuns entre os membros da comunidade. Segundo Potiguar Junior (2008) isto demonstra a baixa disposição dos pescadores em participar ativamente das associações e organizações sociais; o baixo grau de colaboração e fortificação das organizações representativas destes trabalhadores, evidenciando, deste modo, um baixo acúmulo de capital social e também a invisibilidade política destas comunidades. Leitão e Maneschy (1996) também trataram da invisibilidade do pescador no estudo da organização política. Segundo as autoras, a

invisibilidade reflete na fragilidade da organização dos pescadores, tornando-os incapazes de se mobilizarem para construir a sua representação política.

Potiguar Junior (2008) chama atenção para o fato de que esta invisibilidade é consequência da forma como o associativismo entre os pescadores foi criado, com a formação das Colônias de pesca, da Conferência Nacional dos Pescadores e de federações estaduais a partir de atos unilaterais do governo. Este autor considera que a participação política é ínfima entre os pescadores, apesar do grande número de sindicatos e associações da pesca, o que parece ser um paradoxo se considerássemos que o número de instituições representativas seria um indicador de participação política. Mas o que se evidencia é que estas instituições são criadas com o objetivo de angariar benefícios aos seus dirigentes e/ou são fruto de disputas internas em Colônias ou outras associações. Mesmo a participação oficial dos pescadores nestas instâncias de representação não mostra um quadro de grande mobilização da classe pesqueira, ao contrário, muitos pescadores que participam das colônias e associações não possuem muita clareza do que sejam estas instituições e recebem uma ideia de que suas funções se reduzem a obrigações de caráter paternalista e assistencialista (POTIGUAR JUNIOR, 2008).

A pesquisa desenvolvida por Basso (2006), realizada em comunidades rurais do Rio Grande do Sul, mostra que os indivíduos destas comunidades não possuem uma prática de participação em organizações coletivas. Segundo o autor, a causa para a ausência de uma cultura da participação entre estes indivíduos está nos altos índices de pobreza verificados nestas comunidades. Portanto, as possibilidades de construção do capital social dependem do contexto social e político de cada região e do contexto socioeconômico das famílias. Basso (2006) também demonstra que as famílias que se engajam em organizações coletivas conquistam um estoque de capital social a partir do exercício da solidariedade e da cooperação, permitindo assim, uma nova forma de inserção social destes sujeitos no processo de desenvolvimento local, por meio de um aumento do poder de barganha frente às imposições do mercado.

Por outro lado, os estudos sobre o capital social e o associativismo na pesca também revelam casos de sucesso, como o estudo de Santos (2014), que analisou as 203 possibilidades na mobilização de recursos de capital social por meio da normatização de acordos de pesca, no marco da coordenação econômica de grupos de pesca para a pesca e consumo compartilhado dos recursos. Esta coordenação, afirma o autor, é uma realidade possível devido à capacidade organizativa e institucional das comunidades

pesqueiras da Amazônia Oriental, na região do Baixo Tocantins, que foi por ele pesquisadas. A formação do capital social nestas comunidades de pesca se torna evidente por meio da coordenação econômica entre os ribeirinhos, dos elos de solidariedade social e do fortalecimento dos laços de confiança.

É interessante notar que estas populações ribeirinhas adquiriram uma capacidade organizativa como forma de enfrentar uma crise surgida pelo barramento do rio Tocantins realizado pela construção de uma usina hidrelétrica na década de 80 e pelos efeitos da prática da pesca predatória na região. Este trabalho mostrou que o associativismo é uma ferramenta eficaz na superação de problemas das populações tradicionais, mas que sua construção depende, na maioria dos casos, da atuação de agentes externos que criam pontes de capital social com as comunidades, superando as barreiras impostas ao associativismo, em especial, a barreira da miséria.

Capítulo V - Análise e discussão dos dados

5.1. Enfoque metodológico da pesquisa

Com objetivos de recolher informações necessárias que respondem as questões propostas nesta tese e de construir um corpo de dados consistentes, foi utilizado um conjunto de técnicas de pesquisa, que serviram em determinados momentos do trabalho para triangular dados com vistas a reforçar a validade das informações obtidas. Destarte, a metodologia empregada nesta tese fez uso tanto de dados quantitativos, quanto de dados qualitativos.

5.1.1. Censo do PEA-Pescarte

Os dados quantitativos utilizados pela pesquisa foram extraídos do Censo PEA-Pescarte, para a execução de uma pesquisa com intuito censitário, cujo propósito era alcançar toda população de pescadores artesanais investigada. Para execução de um método censitário foi realizado um esforço de mapeamento de todos os indivíduos identificados como pescadores artesanais ainda que, possivelmente, este esforço não tenha sido suficiente para alcançar toda a população alvo da investigação. Sendo assim, os dados quantitativos trabalhados pela presente pesquisa foram extraídos de uma base de dados populacionais e não derivados de estudos inferenciais, cujos métodos estatísticos utilizados objetivam a caracterização da população a partir da seleção de uma amostra (parte representativa desta população).

Posto isto, o questionário³⁷ do PEA-Pescarte, denominado de “diagnóstico socioeconômico das comunidades pesqueiras da Bacia de Campos”, foi projetado com vistas a analisar, de forma multifacetada, a realidade dos pescadores artesanais nos municípios de atuação do projeto. Deste modo, o recenseamento da população de pescadores artesanais obteve dados referentes a diversas categorias: demografia; perfil socioeconômico; trajetória profissional; características da atividade pesqueira; capital social e laços fracos; relações de gênero e segurança alimentar. O Censo, conduzido pelos técnicos de campo do projeto, foi realizado entre novembro de 2014 e janeiro de

³⁷ Todo procedimento analítico de aplicação e tabulação de dados foi realizada pela equipe técnica do Projeto PEA-Pescarte. Nas variáveis do questionário que permitem o tratamento estatístico foram construídas tabelas e gráficos, utilizando principalmente a análise de frequência.

2016, tendo sido aplicado 3.478 questionários domiciliares, abrangendo um total de 10.082 pessoas recenseadas, que estão ligadas direta ou indiretamente a pesca (Tabela 1). O Censo ainda mapeou um total de 154 localidades de pescadores³⁸, divididas nos sete municípios que conformam o Projeto.

Tabela 1 - Total de entrevistados no Censo do PEA-Pescarte, por municípios.

Município de Estudo	Nº de famílias	Nº de pessoas
Campos dos Goytacazes	586	1.643
Macaé	302	841
São Francisco de Itabapoana	1.020	3.055
São João da Barra	481	1.272
Arraial do Cabo	391	1.096
Cabo Frio	548	1.738
Quissamã	150	437
Total	3.478	10.082

Fonte: Produzido pelo PEA-Pescarte. Atualizado em 2017.

Com vistas a responder as questões da pesquisa, foram utilizadas um maior número de variáveis provenientes do bloco “Capital Social e Laços Fracos”, e algumas variáveis de outros blocos. Por meio das variáveis deste bloco, a pesquisa verificou o nível de acúmulo de capital social nas comunidades pesqueiras, por meio da análise de dados referentes à organização social, tais como: o grau de envolvimento comunitário; a participação política dos pescadores nas instituições associativas; a participação em eventos culturais; e os níveis de confiança dos pescadores entre si e nas instituições representativas da pesca.

Para analisar a interação social entre os pescadores, foram utilizadas as variáveis que expressam a participação do indivíduo em instituições associativas, a frequência da

³⁸ O mapeamento inicial do Projeto PEA-Pescarte havia catalogado um total de 26 comunidades de pescadores nos 7 municípios. Entretanto, em razão da dispersão geográfica dos pescadores, que não se concentram unicamente na costa, mas em áreas periféricas das cidades e no em torno de lagoas e rios, o Projeto decidiu mapeá-los por localidades, definindo como localidade a reunião em uma mesma área geográfica de três ou mais famílias de pescadores. Assim, chegou-se a um total de 154 localidades, nos 7 municípios que conformam o Projeto.

participação nestas instituições, a forma da participação e as razões para não participação. Ademais, foram utilizadas também as variáveis do tipo “participação em eventos culturais”, “participação em atividades de outras localidades”, redes de ajuda mútua (que identificam as redes que o indivíduo recorre em casos de necessidades), e “avaliação do trabalho da Colônia e das Associações”. Estas variáveis ajudaram a identificar as redes sociais existentes nas comunidades e a intensidade da participação dos pescadores em atividades comunitárias. Foram utilizadas também variáveis do bloco de caracterização demográfica como religião do indivíduo para identificar a presença e influência dos grupos religiosos na vida das comunidades.

Os níveis de confiança interpessoal e dos pescadores nas instituições e grupos foram analisados tendo também como instrumento o questionário do Projeto PEA-Pescarte e as variáveis do bloco de capital social e laços fracos. Para análise dos níveis de confiança nas instituições e grupos, as variáveis utilizadas neste estudo identificam o grau de confiança dos pescadores, utilizando uma escala de 0 a 10, onde 0 é “nada confiável” e 10 é “muito confiável”. Já como forma de analisar a confiança interpessoal foram utilizados os dados da medida de sociometria. A sociometria é uma ferramenta analítica que mede as relações interpessoais em geral e as relações em situações de escolha particular. O teste sociométrico aplicado pelo questionário do Censo PEA-Pescarte permite identificar as semelhanças e distâncias dos pescadores em determinada localidade ou comunidade, demonstrando, deste modo, as redes entre os indivíduos.

O primeiro tratamento dado às variáveis presente no bloco de capital social e laços fracos foi a construção de um Indicador de Capital Social que agregou variáveis do tipo (V1) frequência nas reuniões de instituições associativas (Colônia, Associação de pescadores, Associação de marisqueiras, Associação de Aquicultores, Associação de moradores, Sindicatos, Cooperativas e Partidos Políticos), (V2) Participação nas reuniões das Colônias e Associações, (V3) nível de participação nas reuniões da Colônia e Associações, (V4) Participação em eventos culturais. Para construir o Indicador de Capital Social atribuíram-se valores às variáveis que o compõem, como pode ser observado na tabela 2:

Tabela 2 – Variáveis utilizadas para a construção do indicador individual de Capital Social

V1- Frequência nas reuniões de instituições associativas	Valor	V2- Participação em Colônias e Associações	Valor
Todas	2	Sim	1
Quase todas	1	Não	0
Quase nunca	0,5		
Nunca (ou não sabe da existência)	0		
V3- Nível de participação nas Colônias e Associações	Valor	V4- Participação em atividades culturais	Valor
Participo diretamente das decisões	3	Sim	1
Participo como ouvinte	1,5	Não	0
Não participo	0		

Fonte: Variáveis retiradas do Censo do PEA-Pescarte.

Tabela elaborada pelo autor

As respostas oferecidas pelos pescadores foram quantificadas, utilizando-se o programa estatístico SPSS (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais). Deste modo, foi possível estabelecer um índice de capital social de cada pescador artesanal, que pode variar de 0 a 25. Assim, quanto mais próximo de 25, maior o nível de capital social acumulado pelo indivíduo. Subsequentemente, os valores somados foram agrupados em cinco categorias: Baixo Capital social (0 a 5 pontos); Médio-baixo capital social (6 a 10 pontos); Médio capital social (11 a 15 pontos); Médio-Alto capital social (16 a 20 pontos) e Alto capital social (21 a 25 pontos).

5.1.2. Grupos Focais da Pesca

O grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa que busca coletar dados por meio de interações grupais, pretendendo deste modo, compreender as percepções, atitudes e representações dos grupos sociais e de cada um dos participantes do grupo. Um dos objetivos da técnica consiste na problematização sobre um determinado tema ou foco (BACKES et al., 2011). Assim, o grupo focal visa reproduzir as interações sociais da realidade, a partir dos confrontos de percepções e representações sociais. No esforço de caracterização desta técnica, Backes et. al. (2011) postulam que se trata de uma entrevista em grupo, onde participantes possuem a liberdade para explorar seus pontos de vista, a partir da exposição feita pelo mediador de um determinado tema ou problema. Os participantes podem formular suas próprias respostas e perguntas na interação com o outro e atingem um nível de reflexividade que outras técnicas não oferecem,

permitindo, assim, explorar determinados níveis de entendimento inalcançáveis pelas demais técnicas (BACKES et al., 2011).

Posto isto, este trabalho se utilizou dos dados e informações geradas por Grupos Focais realizados pelo projeto PEA-Pescarte nos municípios que conformam o projeto. Foram realizados um total de 28 Grupos Focais³⁹ nos sete municípios, divididos em quatro categorias (pescadores, mulheres, jovens e misto⁴⁰). Para os objetivos deste estudo, foram considerados apenas os dados dos grupos focais realizados com os pescadores e os dados do grupo misto.

Para execução da atividade, foi elaborado, pela equipe de pesquisadores do projeto, um roteiro único de perguntas a fim de que a condução dos grupos focais tivesse uma formatação única, que unificasse a linguagem e a técnica de dinâmicas de grupo, para que os dados posteriormente pudessem ser comparados por municípios. A elaboração do roteiro pautou-se em temas propostos pelo Diagnóstico Participativo do PEA-BC e seguiu, conforme consta no relatório final de análise dos dados dos Grupos Focais, quatro estágios: 1º) realização de um levantamento acerca das potencialidades e problemas das comunidades assistidas pelo projeto; 2º) realinhamento dos temas tratados pelo Diagnóstico Participativo – PEA -BC aos objetivos propostos pelo projeto PEA-Pescarte; 3º) debate e finalização dos pontos relativos aos três eixos temáticos: renda e mercado; organização social; e expectativas em relação aos projetos de mitigação ambiental; 4º) construção do roteiro que procurou integrar os três eixos temático (PEA-PESCARTE, 2015).

Todavia, para execução dos objetivos da presente pesquisa foram considerados apenas os dados referentes ao eixo temático de organização social, que ajudam a responder às questões de pesquisa tratadas neste trabalho. As questões tratadas no eixo de organização social versaram sobre a confiança dos pescadores nas suas entidades representativas e a confiança interpessoal, expressa pelos laços de solidariedade existentes nas comunidades pesqueiras. Neste sentido, foi selecionado um conjunto de falas que expressa a ótica dos participantes acerca das instituições que interagem com os pescadores, em especial a Colônia, e o papel que elas desempenham nesta relação. Algumas falas foram também selecionadas por expressarem a natureza

³⁹ Os grupos focais foram realizados em novembro de 2014, no final de março e durante o mês de abril de 2015.

⁴⁰ O Grupo Focal Misto foi realizado um dia depois dos demais Grupos Focais e reunia indivíduos das outras três categorias.

dos laços sociais predominantes nas comunidades pesqueiras, permitindo, assim, compreender as formas de ação coletiva e seus possíveis dilemas, bem como o grau de envolvimento dos pescadores em ações comunitárias. A pesquisa utilizou-se também de um conjunto de falas que ajudam a compreender a natureza dos conflitos existente entre os diversos atores que atuam e interagem nos territórios pesqueiros.

Por fim, algumas falas dos grupos focais foram utilizadas com intuito de se realizar uma triangulação com os dados do Censo PEA-Pescarte, referentes ao grau de confiança dos pescadores em diferentes instituições. Com o universo de opiniões e pontos de vistas, buscou-se analisar aspectos da relação dos pescadores com estas instituições, que não são passíveis de serem captadas pelas técnicas de pesquisa quantitativas.

5.1.3. Entrevistas semiestruturadas com lideranças da pesca

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com pescadores artesanais que são lideranças nas comunidades pesqueiras, com o objetivo de conhecer as motivações que fazem com que estes indivíduos tenham maior inclinação do que os demais pescadores para participar ativamente em organizações sociais e assumir posições de liderança em sua comunidade ou município. A decisão de realizar estas entrevistas surgiu quando a pesquisa verificou que um percentual alto de pescadores possui no indicador de capital social baixo índice individual. Apenas 62 indivíduos possuem um índice médio de capital social (11 a 15 pontos) e somente três possuem um índice médio-alto de capital social (16 a 20 pontos); destes três, dois obtiveram 17 pontos no índice e um obteve 16 pontos. Dos 62 indivíduos que atingiram um índice médio de capital social, apenas quatro alcançaram a maior pontuação neste índice, 15 pontos.

Os setes pescadores que obtiveram os maiores índices de capital social (de 15 a 17 pontos) foram procurados pela pesquisa para responderem a um roteiro de entrevista pré-estabelecido com perguntas que visam entender o ponto de vista dos atores, captar e compreender as suas atitudes, condutas, valores e motivações. As entrevistas com estes indivíduos objetivam compreender o papel que eles assumem nas comunidades pesqueiras, bem como as motivações que explicam sua maior inclinação à participação social. A opção pela entrevista semiestruturada⁴¹ se justifica por ser esta um importante

⁴¹ As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas em profundidade, empregando-se uma pauta de perguntas diretamente vinculadas aos objetivos da avaliação, sendo conduzidas, na sua maioria, por meio de perguntas abertas. As entrevistas foram gravadas e no decorrer da gravação foram feitas anotações

instrumento de verificação da ótica dos entrevistados e também por ser um importante recurso para a análise de discursos. Neste sentido, as entrevistas visam responder a seguinte questão, suscitada pelo baixo número de pescadores que obtiveram altos índices de participação no indicador de capital social: Por que estes indivíduos possuem maior inclinação para participação social do que a maioria dos pescadores artesanais?

Daqueles pescadores procurados pela pesquisa, quatro se mostraram disponíveis para participar das entrevistas; um é liderança da pesca de Cabo Frio, presidente de uma associação de pescadores, outro foi, por vários anos, líder de Cooperativa de pesca e de Colônia em Macaé e dois são dirigentes de uma associação de pescadores de Arraial do Cabo. As entrevistas foram conduzidas entres os meses de janeiro, fevereiro e março de 2017.

5.2. Componentes do Capital Social presentes nas comunidades pesqueiras do litoral do Rio de Janeiro

A pesquisa desenvolveu um conjunto de análises acerca das percepções que têm os pescadores sobre aspectos presentes nas comunidades e que são importantes para a conformação do Capital Social, como confiança nas instituições presentes na realidade da pesca, nível de participação dos pescadores em instituições sociais da pesca, qualidade da participação e caracterização dos principais grupos sociais de que os pescadores participam. Na última Seção será realizado também uma análise de dados de sociometria para verificação da extensão das redes sociais dos pescadores, como forma de analisar os níveis de confiança interpessoal. Neste sentido, concebe-se o Capital Social como um elemento fundamental para promover ações com objetivos de participação cidadã.

em um caderno de campo. Depois da transcrição foi feito o processo de confronto da transcrição com as notas do caderno de campo. Com base nesta técnica foi feito um agrupamento dos dados e das principais variáveis por categoria para possível identificação de padrões de respostas entre os diferentes entrevistados. Para o efeito, fez-se a construção de tabelas analíticas para facilitar a organização das informações, e novamente realizou-se a análise para se identificar a existência de padrões comuns de respostas presentes ou não entre as entrevistas.

5.2.1. Dimensões do Capital Social: confiança nas instituições

Nesta Seção foram analisadas questões relativas à confiança que os pescadores depositam nas instituições presentes nas comunidades pesqueiras. Para análise dos níveis de confiança, as variáveis utilizadas neste estudo identificaram o grau de confiança dos pescadores, utilizando uma escala de 0 a 10, onde 0 é “nada confiável” e 10 é “muito confiável”. A confiança é um aspecto importante para conformação do capital social entre os pescadores, porque é um indicador da disposição que os pescadores possuem para se envolver na colaboração com outras pessoas ou grupos.

Na tabela a seguir é exposto o grau de confiança dos pescadores nas instituições e grupos que se relacionam com a pesca. O grau de confiança foi medido por meio da média das notas de cada pescador em cada uma das instituições.

Tabela 3 - Média do grau de confiança dos pescadores nas instituições.

Grau de Confiança	Média	N	Desvio-Padrão
Tripulantes da mesma embarcação	9,0	2.008	2,0
Igreja	9,0	2.773	2,2
Universidade	8,1	2.140	2,5
Capitanias dos Portos	7,3	2.612	3,0
Colônia de Pesca	7,0	2.775	3,2
Ministério da Pesca e Aquicultura	6,7	2.305	3,2
IBAMA	5,9	2.867	3,5
FIPERJ	5,9	473	8,3
INEA	5,6	1.992	3,5
Associação de Pescadores	5,5	1.122	3,8
Petrobrás	5,5	2.692	3,6
Prefeitura	4,0	3.008	3,5

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

No que tange aos dados concernentes ao nível de confiança depositado nas instituições, aquelas que obtiveram uma média de confiança menor foram a Prefeitura

(4.0), a Petrobras (5.5), a Associação de Pescadores (5.5), o INEA (5.6), a FIPERJ (5.9) e o IBAMA (5.9).

O nível de confiança se relaciona ao grau de proximidade das relações sociais, assim, relações mais estreitas e mais constantes podem melhorar o grau de confiança entre os agentes, da mesma forma que a natureza e a extensão das relações são uma boa medida para avaliar o grau de confiança. Deste modo, a pouca confiança no poder público local pode ser produto de um afastamento com relação à prefeitura e uma não aceitação das políticas públicas promovidas por este órgão. No entanto, vale mencionar que a confiança é uma expectativa de reciprocidade, ou seja, a decisão em cooperar depende que todos estejam dispostos à cooperação, assim, onde há baixa disposição para cooperação (capital social baixo) é mais racional não cooperar, porque, como afirmam Santos e Rocha (2011), sem a confiança não haverá credibilidade nas promessas feitas pelos atores. Assim, pode-se avaliar que a desconfiança no poder público municipal é grande em virtude do seu baixo desempenho institucional, verificado pela percepção de que as políticas públicas não atendem a suas demandas e de que a corrupção permeia grande parte da política, ou seja, enquanto o poder público municipal não responder satisfatoriamente às demandas da população não haverá disposição, por parte dos pescadores, em confiar nas suas ações. A falta de confiança no poder público municipal ficou expressa nas seguintes falas dos grupos focais da pesca:

(...) Nenhum órgão ajuda o pescador. A secretaria de pesca não faz nada pro pescador. (pescador A. de São João da Barra)

(...) nós não temos político, não temos prefeitura que ajuda. Porque nós somos minoria, porque se juntasse os pescadores de Cabo Frio e Arraial todo, seríamos mais dois mil, três mil. (pescador M. de Cabo Frio)

Teve um senhor que conseguiu os toneis que tavam tudo abandonados para que fosse feito os cativeiros do camarão, iam ser reproduzidos em laboratório tudo direitinho e depois iam jogar na lagoa a quantidade na hora que os camarões se tornassem juvenis. Só precisava da prefeitura para liberar um documento, sei lá o que e a prefeitura não liberou nada. A prefeitura não quer ajudar o pescador. (pescador R. de Cabo Frio)

A prefeitura só procura prejudicar nós. Ajudar mesmo, não ajuda em nada. A prefeitura de Quissamã só promete, mas não cumpre nada. (pescador M. de Quissamã)

Estou tentando fazer uma organização dentro da associação dos barcos de Boca Aberta, como eu estou como segundo

secretário, mas infelizmente não existe uma política no município de atenção ao pescador. A gente procura as entidades que dizem nos representar, mas não tomam providências. Se fizessemos parte da 'manta' a coisa teria sido resolvida. (...)mas infelizmente, no nosso município, você está dentro de uma reserva extrativista, desde setenta e sete, mas não tem uma regra dirigida, não existe vontade do município para que isso aconteça. Direitos iguais para todos. Não. Se você fizer parte da 'manta' você tem todo direito adquirido, se você não fizer parte, for do geral, você não consegue resolver pendência nenhuma. (pescador H. de Arraial do Cabo)

Deste modo, foi possível inferir que a confiança dos pescadores depende do desempenho institucional das organizações que atuam nas comunidades pesqueiras. Isto explicaria, portanto, a alta confiança em instituições como as universidades (8,1) Capitania dos Portos (7,3) e Colônia de Pesca (7,0). A avaliação destas instituições revela que a proximidade dos atores com a comunidade e o desempenho do trabalho realizado por elas gera os níveis de confiança elevados que se verificam nos dados da tabela, assim como, o desempenho institucional fraco, pela ineficiência e corrupção, gera a desconfiança nas instituições, como parece ser o caso da Prefeitura. Deste modo, ao apontar os níveis de confiança, os pescadores estão avaliando o desempenho dos atores sociais que possuem significativa influência nas comunidades pesqueiras. Quanto ao Ministério da Pesca e Aquicultura, a relativa confiança depositada nesta instituição pode ser produto do reconhecimento das políticas desenvolvidas por este órgão, no âmbito da pesca artesanal.

No que se refere à avaliação das Colônias de Pesca, os dados do Censo apontam para uma elevada confiança dos pescadores na instituição (média de 7,0). Não obstante, as respostas auferidas nos grupos focais revelam que a confiança com relação ao trabalho da Colônia é variável entre os grupos e também dentro de cada grupo. Em algumas falas, ficou evidente que a Colônia possui atribuições meramente burocráticas, por meio do auxílio a questões legais como a emissão de documentos comprobatórios do ofício de pescador e até mesmo no oferecimento de alguns serviços de atenção médica, como ficou expresso nas considerações dos seguintes pescadores:

A Colônia disponibiliza tratamento dentário e médicos e a Associação Mista de Pescadores com material de pesca.” (pescador A. C. de Macaé)

“A Colônia está no mesmo sistema de ajuda. O presidente dá autorização para ver se tem alguém acamado.” (pescador H. de Macaé)

“A colônia dos pescadores funciona como uma ‘espécie de INSS’ (pescador J. H. de Campos)

A Colônia não se mete em nada, não (na fiscalização da pesca). Ela é só para agir documento de defeso. (pescador J. de São João da Barra)

(...) a colônia serve assim, para atender a um documento para o pescador. (pescador A. de São João da Barra)

(...) a colônia ajuda com os documentos nossos, mas é só isso. A gente paga uma mensalidade por mês, de 15 reais por mês, doze meses no ano. Ai se a gente precisar de documento ela ajeita (pescador Z. de Campos).

Eu não tenho nada pra reclamar da minha colônia. Por que que eu não tenho? Por quê? Essa situação que aconteceu foi fundada uma associação lá. Muitos caíram. Maioria caíram. Filiaram a associação e hoje, pelo que eu vejo ninguém tem benefício nenhum. É negócio de documento. tem pescador lá... a carteira da CEAB, ela é renovada todo ano. Toda data do seu aniversário ela é renovada. Então, tem pescador que relaxa, deixa passar. (pescador J. H. de Campos)

Nos Grupos Focais de São João da Barra, Arraial do Cabo, e em parte dos integrantes dos Grupos Focais de Campos dos Goytacazes e Macaé, as falas dos pescadores denotam a ausência de representativa das Colônias. Em São Francisco de Itabapoana, por exemplo, foi possível verificar um baixo grau de confiança na Colônia expresso pela percepção da falta de uma contrapartida da Colônia as contribuições monetárias destinadas pelos pescadores à entidade. Assim, pode-se inferir que há em São Francisco de Itabapoana uma quebra na expectativa de reciprocidade entre pescadores e instituição representativa. Em Macaé, também foram registradas falas críticas ao papel da Colônia:

“A Colônia só ajuda no tempo de eleição.” (pescador R. de Macaé).

A Colônia é um mistério. As coisas boas que tem lá só ficam pra eles. (pescadora E. de São João da Barra)

A colônia não se interessa muito pelo pescador, não. Eu acredito que o interesse da Colônia é só neles mesmos. (pescador A. de São João da Barra)

Eu acho... acho não, tenho certeza que a Colônia daqui não é amigável, ela não é transparente de forma alguma. Basta ir lá falar com alguém ou algum funcionário e pergunta pra eles quantos pescadores tem cadastrados aqui em São João da

Barra e eles nunca vão informar. Não são transparentes. Tem várias pessoas são... recebem benefícios da pesca, mas na verdade não sabem nem limpar peixe, nunca pescaram um peixe. Qualquer informação que você for lá, buscar lá, eles não são abertos. (pescadora R. de São João da Barra)

Na Colônia tem até vários benefícios, mas o problema que eles não têm interesse para ajudar o pescador. Eles ficam na deles, “quetinhos”. (pescador J. de São João da Barra)

Na verdade eu nem sei de que forma são os recursos que vem para ela (Colônia), mas muita das vezes, o atendimento dela para o pescador não é 100%, porque vejamos agora esta situação de muitas pessoas ficarem pendente, de não receberem o defeso. Ai a gente vai ver a origem. É porque não fez cadastro disso. É porque a carteirinha da CEAP não veio. E a gente é pendente a ele (colônia). É associado. É associado. A gente espera por quem? É por eles. (...) eu não acho que haja uma grande cooperação das colônias, das associações, principalmente lá da associação. (...) a gente contribui com a colônia e com associação, então era pra gente ter um atendimento melhor. No entanto, muita das vezes deixa a desejar (pescador J. B. de Campos)

(...) tudo que eu tenho foi daqui que saiu, oh (mostra o braço). tudo que eu tenho. A colônia não me ajudou em nada. (pescador J. J. de Campos)

Nós não temos representatividade nem dentro da Colônia, nem dentro da fundação e nem mesmo do nosso direito de ir e vim. A Marina é dos pescadores. Não. A marina é dos atravessadores e da fundação que é a Fipac, pelo qual cem por cento era da Colônia. A Colônia infelizmente entregou cinquenta por cento. Agora no início de dois mil e quinze entregaram o resto. Nós não temos mais direito de nada. (pescador E. de Arraial do Cabo)

(...) não presta conta de nada (a Colônia). Não presta conta de nada. Todo dinheiro que entra nenhuma delas (se referindo as associações e a Colônia) presta conta. (pescador M. de Arraial do Cabo)

Cadê a presidente da colônia? Sumiu. Na última eleição outro ganhou e não pode tomar posse porque ela sumiu. Ninguém acha ela. (pescador L. de Arraial do Cabo).

A colônia de Arraial do Cabo não faz porque não quer. Ela tem condições de ajudar o pescador no conserto de barco. (pescador H. de Arraial do Cabo).

(...) e outro lado, o da Colônia. Tem de um tudo e ao mesmo tempo não tem nada pra gente. A gente fica isolado num canto. E quando as vezes uma Colônia não tem nada e a gente e o pescador é ajudado em muitas coisas, muitas coisas mesmo. E aqui nada a gente recebe. Eu quero dizer é... migalha, não. É.. material de pesca... (pescador F. de Arraial do Cabo)

A Colônia... quando você vai pescar a Colônia não te dá um rádio de comunicação pra você vê... você vê que posição que você vai pescar. 'tá, tá aqui seu rádio, qualquer coisinha você comunica'... (pescador B. de Arraial do Cabo)

A quebra na expectativa de reciprocidade entre Colônia e pescadores gera um ambiente de desconfiança e instabilidade que condiciona a quebra na legitimidade destas instituições. A ausência da confiança vem gerando instabilidades e tensões, pelo menos com uma parcela dos pescadores. Algumas destas tensões têm contornos mais graves, como é o caso de Arraial do Cabo. Neste município, embora os dados confluem com os outros municípios, há particularidades que aumentam a tensão entre representantes e pescadores.

Neste sentido, o grupo focal deste município captou a existência de um conflito de natureza litigiosa entre Colônia e grupos de pescadores, que envolveu ameaças por parte de representantes da Colônia a pescadores que denunciaram a existência de práticas ilícitas por parte das lideranças da Colônia.

(...) eu denunciei a Colônia pelo que está acontecendo lá e a Polícia Federal está em cima e mandou me chamar e hoje venho sendo ameaçado. (...) Mandaram eu tomar cuidado, porque o que estava fazendo eu não sabia com quem eu estava me metendo. A coisa é muito mais séria do que eu pensava. (pescador G. de Arraial do Cabo)

A fala do pescador M. expõe de forma detalhada o conflito que envolveu um grupo de pescadores contra a presidente da Colônia de Arraial do Cabo, em uma das últimas eleições ocorridas na instituição:

O presidente da Colônia, ele tem que prestar conta de tudo que entra e que sai de três em três meses ou de seis em seis. Ela já vai pra cinco ou seis anos ali e ela nunca fez uma prestação. Ela continuou no cargo. Fizemos uma eleição, ela botou quatro policial à paisana ali dentro pra não deixar o pescador ir pra não deixar votar na chapa dois, só na chapa um. eu entrei com a viatura embarrerei e falei que ia ter chapa um e chapa dois sim, que ia ter eleição. A eleição foi feita pacificamente, pelo incrível que pareça. (O candidato de oposição venceu) (...) Venceu com cinquenta e poucos votos de diferença. Todos os pescador que votou ficou no local, eles contaram um por um. Saiu dali eleito. Sabe o que aconteceu? Ela armou (...) uma falsa ata (...), levaram pro Rio pra uma tal desembargadora. Essa falsa ata entrou no escritório dela dez horas da manhã. Onze horas da manhã ela já tinha dado eleição ganha pra (presidente da Colônia), sem sequer antes ler o outro lado, entendeu? (...) O pescador reuniu em assembleia, fez a intervenção, entrou eu (...); o pescador escolheu que (a presidente da Colônia) vai sair em assembleia e você, você, você vai tomar conta. Fizemos uma ata, levamos pro cartório. O cartório aqui tinha por obrigação de analisar a ata até trinta dias. Levou trinta e três, trinta e seis. Fomos pro ministério público. O ministério público tá até hoje, até hoje pra dá... pra mandar a gente tomar posse e não manda. Até hoje. Desde agosto do ano passado (ano de 2014). (pescador M. de Arraial do Cabo)

Por outro lado, pode-se argumentar que o município de Arraial do Cabo é um caso peculiar na análise da teoria da participação social, visto que conta com cerca de 18 associações de pesca, além de uma Colônia de Pesca, segundo informações coletadas no grupo focal de pescadores. Todavia, a percepção dos pescadores, demonstrada em espaços de discussão que o Projeto PEA-Pescarte conduziu, aponta para a ausência daquilo que Lavalle; Houtzager e Castello (2006) consideram ser o vínculo representativo entre representantes e representados, um compromisso representativo genuíno dos líderes de associações, na identificação com o seu representado. Outrossim, a experiência de Arraial do Cabo demonstra, como apontado por Baquero (2003), que a existência por si de associações e sua expressão numérica não é um fator de renovação da cultura política, ao contrário, as associações tendem a refletir e amplificar os traços dominantes da cultura tradicional. Assim, em contato com uma cultura política pouca afeita às relações democráticas, tais atores sociais tendem a se apropriar da gramática do clientelismo que domina esta cultura.

Este dado traz consigo uma série de questionamentos sobre a confiabilidade de respostas sobre confiança como apontou Lundasen (2002) dada a polissemia do conceito ou mesmo uma característica de receio dos respondentes de surveys realizados em comunidades pequenas, onde o contato é muito próximo com membros das Colônias.

Outra prática comum das Colônias relatada por alguns pescadores nos grupos focais foi a concessão de documento de pesca a pessoas que não exercem a profissão de pescador, como pode ser evidenciado pelas falas abaixo, que mostram também o envolvimento político de determinadas lideranças e ex-lideranças da pesca com a política partidária:

A colônia sabe quem é pescador e quem não é. Ela sabe ali. O problema na época, quando estava aqui o falecido..., ex-presidente da Colônia⁴² (...) eu falei com ele: 'olha se tá envolvido com política, eu to fora'. Então, este falecido William ele puxou muito pro lado da política. E puxando pro lado da política, botou muita gente de fora na Colônia. Foi o que aconteceu com isso ai. Muita gente que não era pescador, gente que é açougueiro, gente que é limpador, gente que é carroceiro. Entendeu? Misturou tudo. É a mesma coisa... tem gente que é mulher de pescador, que é marisqueira... marisqueira tudo bem... mas tem mulher de pescador que não é marisqueira e está filiada a Colônia. (pescador L. de São João da Barra)

⁴² Pescador L. faz referência à Colônia de São João da Barra e não de Campos onde ele era filiado.

Um caso dissonante é o de Cabo Frio, onde se projeta uma relação de maior confiança da comunidade pesqueira com a nova administração da Colônia:

(...) hoje (o presidente da Colônia) está tentando levantar a Colônia, mas estão todas as portas fechadas. (...) O novo grupo responsável pela colônia de Cabo Frio está melhorando a situação dos pescadores, e as pessoas estão voltando a acreditar na Colônia (pescador M. de Cabo Frio).

Devido ao impacto sofrido de gestores passados que o (presidente da Colônia), o (outro membro da Colônia), decidiram pegar a Colônia. Não é para fazer o que as gestões fizeram... aquela porcaria que as gestões passadas fizeram. 'vamos levantar a Colônia'. É o que está acontecendo. O grupo que tá aqui está levantando a Colônia e isto não é a curto prazo, isto é a longo prazo. Nós temos que entender isto. E eles precisam de ajuda. Nós que chegamos todo mês com a mensalidade, temos que ajudar. Então, o que quer dizer: todo mundo tá lutando pra trazer a dignidade da Colônia de volta. (pescador L. de Cabo Frio)

A confiança na Colônia pode ser reestabelecida mediante um compromisso representativo genuíno estabelecido pela liderança. As primeiras evidências permitem afirmar que a nova liderança vem atuando por meio deste compromisso. Entretanto, o reestabelecimento da confiança na representação da pesca contrasta com a baixa confiança revelada no nível interpessoal. Neste sentido, as teorias da sociedade cívica argumentam que a colaboração horizontal dentro de associações livres e democráticas fomenta a confiança interpessoal (BAQUERO, 2003). Deste modo, é possível que o reestabelecimento de relações democráticas na gestão da Colônia venha promover a confiança interpessoal ainda precária em Cabo Frio.

Por outro lado, a avaliação de algumas instituições merece maior destaque, como é o caso da Fiperj. Os dados apresentados na tabela mostram um desconhecimento maior dos pescadores quanto à existência desta instituição, visto que apenas 473 pescadores souberam avaliá-la, e com alto desvio-padrão, ou seja, pouco se pode dizer acerca da nota em si. Não obstante a baixa avaliação, o fato de haver tão pouco conhecimento da instituição já denota uma baixa presença da Fiperj nas comunidades de pescadores.

No que concerne à avaliação da Petrobras, as causas da baixa confiança podem ser verificadas nos resultados obtidos pelos grupos focais. De acordo com os grupos focais, a desconfiança com a empresa é gerada pelos conflitos com os pescadores no uso do espaço marinho. Os pescadores sensíveis às transformações causadas pela indústria petrolífera são aqueles que pescam em alto mar nos territórios que são ocupados pelas plataformas petrolíferas.

(...) existe também o raio de uma sonda. São duas empresas que tem um impacto ambiental muito grande. Ninguém toma uma providência. Portanto a sísmica, são duas empresas que estão aí fazendo que tem diagnóstico de todos os danos causados. O IBAMA liberou os caras pra fazer. Nós comunidade estamos sabendo depois que eles estavam operando. Aonde que eles operam? Trinta quilômetros da Ponta do Focinho, parte mais rasa setenta metros, parte mais funda só Deus sabe. (...) O raio da sísmica bate ali e os peixes fogem tudo. (pescador E. de Arraial do Cabo)

A origem do conflito com a Petrobrás está na criação das áreas de exclusão de pesca, em torno das plataformas, que gerou o deslocamento da atividade de pesca para áreas mais distantes da costa, causando uma sobrecarga de trabalho e aumento dos gastos com infraestrutura dos barcos que deverão se deslocar a distâncias maiores. Os conflitos com a empresa são ainda fruto das atividades de sísmicas, que na avaliação dos pescadores interferem na dinâmica Marinha ao afugentar os peixes do seu habitat tradicional, o que também obriga os pescadores a se deslocarem para áreas mais afastadas da costa. Outros relatos ainda se incorporam no inventário de conflitos entre os pescadores e a Petrobrás como, por exemplo, os acidentes com os navios da empresa e a destruição de materiais de pesca em função da sobreposição dos espaços marinhos pela pesca artesanal e pela atuação da indústria petrolífera.

O baixo nível de confiança apontado para as Associações de Pescadores também tem suas causas reveladas pelos grupos focais dos municípios de Arraial do Cabo e Campos dos Goytacazes.

(...) A verdade é que o pescador está vivendo esta realidade, esta grande crise, esta grande dificuldade e enfim, o pescador está de certa forma sem peixe e sem quase quem o socorre. Porque entre tantas pessoas que já foram na associação de pescadores aonde a gente é associado... a gente já ouvi vários e vários projetos e em muitos deles a gente depositou uma fé. (pescador J. B. de Campos).

O presidente da associação não é nem pescador. hoje ele nem mora mais lá (Farol). Como que um presidente de uma associação de um lugar, mora no outro? (...) O governo federal deposita uma verba na associação pra ajudar o pescador. Pescador é sacrificado. Todo ano o governo federal deposita. Só que ele falou que esse dinheiro não é pra botar na mão de pescador. E esse dinheiro vai pra onde? Eu quero saber. Não tem nada lá (na associação). Eu quero saber quem um dia teve rede boa dada pela associação de pescador. Porque dá. O governo federal dá. (pescador J. J. de Campos)

(...) Eu não acho que haja uma grande cooperação das colônias, das associação, principalmente lá da associação. (pescador J.

B. de Campos)

(...) a solução pra essas associações é que você tem que fazer uma nova associação. (...) os pescadores de Monte Alto pra cá tão todos desacreditados, então vamos fazer o que se não tem associação, não tem nenhum representante que o pescador possa se apoiar. (pescador L. de Arraial do Cabo).

(...) o pessoal está desacreditado das associações também. a verdade é essa. (pescador G. de Arraial do Cabo)

Os grupos focais revelaram, no tocante as causas da desconfiança com relação às Associações de Pescadores, a ausência de representatividade das mesmas, que é produto da falta de transparência e baixa adesão dos pescadores às estas instituições.

No que se refere à confiança depositada no IBAMA e no INEA, revelou-se que os pescadores possuem baixa confiança nestas instituições (a confiança média do IBAMA foi de 5,9 e do INEA de 5,6). Neste sentido, com base nos dados dos grupos focais, a falta de confiança é produto da descrença acerca da capacidade destas instituições de resolver os problemas ambientais que afetam a pesca, especialmente aqueles pescadores de águas interiores, que são mais sensíveis às variações no ambiente em razão da degradação ambiental, percebendo apenas ações destes órgãos voltadas para coibir as suas atividades, como ficou evidente nas seguintes falas:

O que mais me atrapalha é esta discórdia ai... tanto pescado ai proibido. Tanta proibição. É proibição de rede, é proibição de a gente ir ali pescar. Colocaram proibições em várias áreas. E agora inventaram a proibição de várias espécies de peixe. E como é que a gente vai sobreviver assim? (pescador M. de Cabo Frio fazendo referência as proibições impostas à atividade pesqueira pelo INEA)

Agora tem uma média de muitos peixes dentro da lagoa que nós não podemos pescar mais. Tem muitos peixes que agora vão ser cortados. Essa lei nova que tá vindo agora e não vamos poder pescar mais. Então, eu acho como que é que o pescador vai sobreviver? (pescador J. C de Quissamã)

(...) eu acho que só tem fiscalização para gente que tá ai sofrendo. Para essa cambada ai não tem fiscalização, não. Porque olha só: essa lagoa ficou pior, porque a lagoa começou a ficar braba e ruim depois que fechou a Álcalis, porque enquanto a Álcalis estava lá dando calcário tinha peixe, tinha camarão a balde. Na época que a Álcalis estava a todo vapor, a lagoa ficava limpa. (pescador R. Cabo Frio)

sabe o que é isso daí? Isso daí é aquela corja que só tem fiscalização e justiça para pobre. Para rico não tem. Essa corja de governo que vendeu a Álcalis. Enquanto tava no governo, os ladrões... tava tudo trabalhando, depois que os ladrões passou, primeira coisa que o INEA fez foi proibir o calcário. Como que sua empresa vai trabalhar sem o seu produto? Não tem como. Então pegaram e fecharam a Álcalis. (Pescador L. de Cabo Frio)

Ontem mesmo estava conversando com um amigo. O amigo chegou pra botar o carro dele no cais. O cara é pescador, o policia veio e multou o carro do cara. E ali sempre foi área de pescador. Sempre foi área do pescador. Ali a Marina é do pescador. o policial foi lá multou o carro do cara. Eu chamei o colega, falei: 'corre aqui que o cara vai chamar o reboque pra levar o seu carro'. (...) então tá cada dia mais difícil a pesca. Eles estão encurralando a gente. Estão encurralando a gente que qualquer dia eles vão colocar lá na frente da porteira lá que o pescador não entra, só turista. (pescador A. de Arraial do Cabo)

(...) os caras (IBAMA) não deixam botar o pegador porque é problema ambiental, mas aí os caras vem com sonar, não é problema ambiental pro IBAMA. Não é. sonar não é. sonda também não é problema ambiental (para o IBAMA, segundo o pescador). Óleo Diesel também não é não. Motor ai de três, quatro, cinco, seis cilindros ai que solta aquela... de óleo, também não é problema ambiental não. Problema ambiental é o pegador⁴³ que a gente bota. (pescador C. de Arraial do Cabo)

No que se refere às categorias “tripulantes da mesma embarcação” e “igreja” os dados do Censo revelam um alto nível de confiança nestes grupos (ambos obtiveram uma média de confiança de 9). No caso dos “tripulantes da mesma embarcação”, o alto nível de confiança reflete os laços sociais formados no âmbito da produção. Há, portanto, laços de solidariedade formados entre aqueles mais próximos, embora, a confiança nas demais instituições seja menor, o que reflete a existência de um capital social no âmbito dos compromissos familiares e produtivos. Por outro lado, a confiança, mais do que as qualidades profissionais, explica a escolha dos indivíduos que irão compor a tripulação do barco e compartilhar vários dias no mar. Neste sentido, há a necessidade de um estudo mais aprofundado para identificar a existência de redes anteriores à formação da tripulação, que orientam a escolha dos indivíduos que irão fazer parte do mesmo grupo

⁴³ Pegador é uma estrutura colocada no fundo do mar, feita geralmente de concreto e vergalhão, mas podendo também utilizar na sua composição cascos de navio e restos de plataformas. Ela funciona como um recife artificial utilizado para aumentar a produtividade Marinha. A instalação destas estruturas deve ser requisitada pelo IBAMA e serve tanto para aumentar a produtividade da pesca, quanto para danificar os materiais da pesca de arrasto, considerada pelos pescadores como um tipo de pesca “predatória”. Segundo depoimento dos pescadores de Arraial do Cabo no Grupo Focal de pescadores, os pegadores são utilizados também para cercar as traineiras que ao passarem sobre estas estruturas estão sujeitas a ficarem presas.

de pesca como, por exemplo, as redes familiares, de parentesco mais amplas e de vizinhança.

Os dados referentes à categoria “igreja” confirmam o que a literatura especializada no tema afirma: as religiões são portadoras de enorme capital social. O fenômeno do capital social nas igrejas é tratado por Putnam como um fator negativo de degeneração da vida cívica institucional. Putnam (2000) se concentra na análise da confiança como mecanismo causal do envolvimento dos indivíduos em questões comunitárias. No seu trabalho acerca da participação na Itália moderna, Putnam mostra que as regiões do sul e do norte possuem estoques de capital social, participação cívica, diferentes, apesar de apresentarem o mesmo desenho institucional e moderno das administrações estaduais, isto porque em regiões do sul a política continua sendo controlada por patrícios e o sistema de lealdade ainda gira em torno de compromissos assumidos nas estruturas familiares e do parentesco, dificultando a criação de um sistema de compromissos mais amplos, com a comunidade, à diferença do norte do país, onde há maior tradição de participação popular e maior envolvimento da população nas questões relativas à comunidade.

Por sua vez, Lehmann (2007) advoga que há uma tensão estrutural entre confiança e participação no capital social gerado pela religião, pois quanto mais institucionalizada se torna a estrutura religiosa, mais a confiança depende da impessoalidade das instituições. Assim sendo, quanto maior for a confiança dos fiéis, menos participativas e mais burocratizadas as igrejas serão, levando a níveis baixos de envolvimento pessoal e em casos extremos de participação virtual (forma de participação restrita a contribuições financeiras ou materiais sem o envolvimento direto das pessoas nas atividades da instituição) e pouco envolvimento nas questões da igreja. Já Putnam (2000) considera que o envolvimento e a confiança na religião não geram capital social, nos termos trabalhado por ele, pois embora haja uma forte coesão interna nas igrejas, o capital social produzido ali é, ao mesmo tempo, excludente, pois enfraquece os laços destes indivíduos com a sociedade.

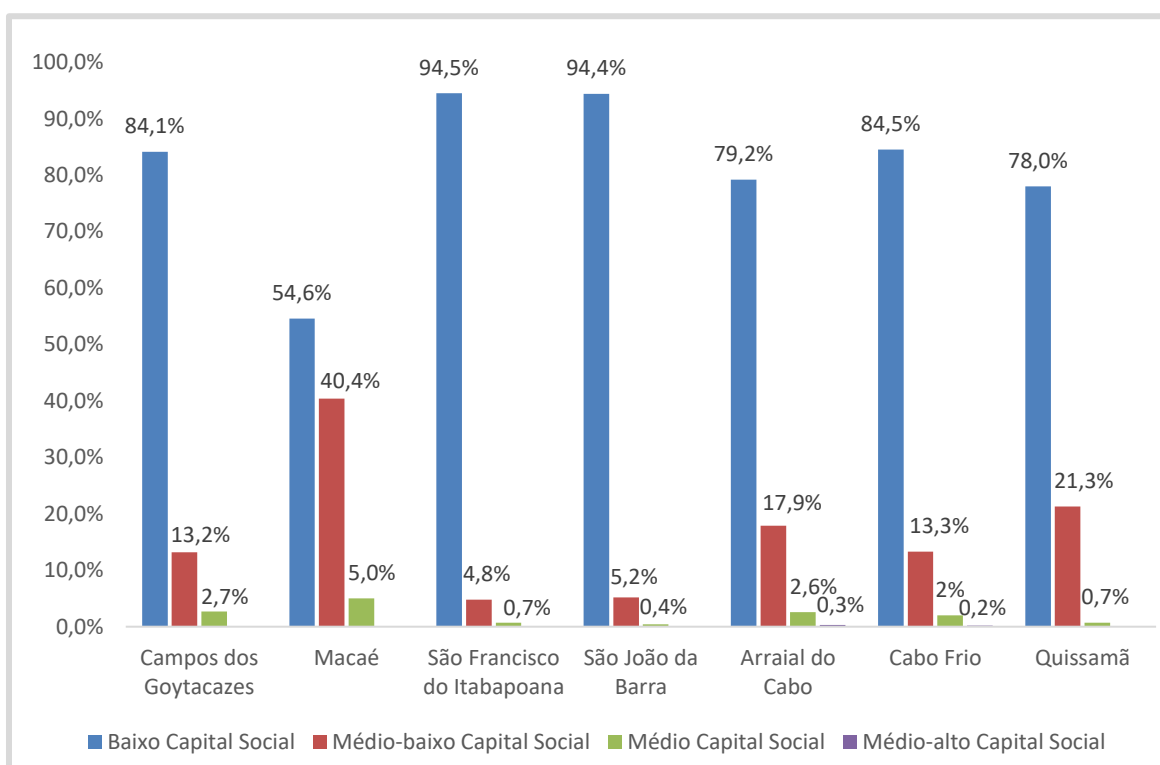
5.2.2. Participação dos pescadores nas organizações sociais da Pesca

A participação em grupos sociais e organizações que atuam nas comunidades pesqueiras não é relevante para análise como uma prática que se esgota em si, mas que deve incluir uma discussão mais ampla que inclui as motivações, objetivos e os impactos

que a mobilização produz. Neste sentido, esta tese considerou a participação em uma concepção mais ampla, como toda atividade que promove relações entre os indivíduos e que pode cumprir várias funções tanto individuais como coletivas.

Para análise da participação, consideraram-se as perguntas do Censo PEA-Pescarte que verificam os tipos e graus de participação dos pescadores nos grupos e organizações que atuam nas comunidades pesqueiras. Estas variáveis foram condensadas em um indicador criado para medir o grau de capital social individual. O indicador estabeleceu cinco níveis de capital social: baixo capital social, médio-baixo capital social, médio capital social, médio-alto capital social e alto capital social. A figura 1 apresenta os resultados por cada cidade que compõe o estudo.

Figura 1- Indicador individual de Capital Social por municípios.



Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

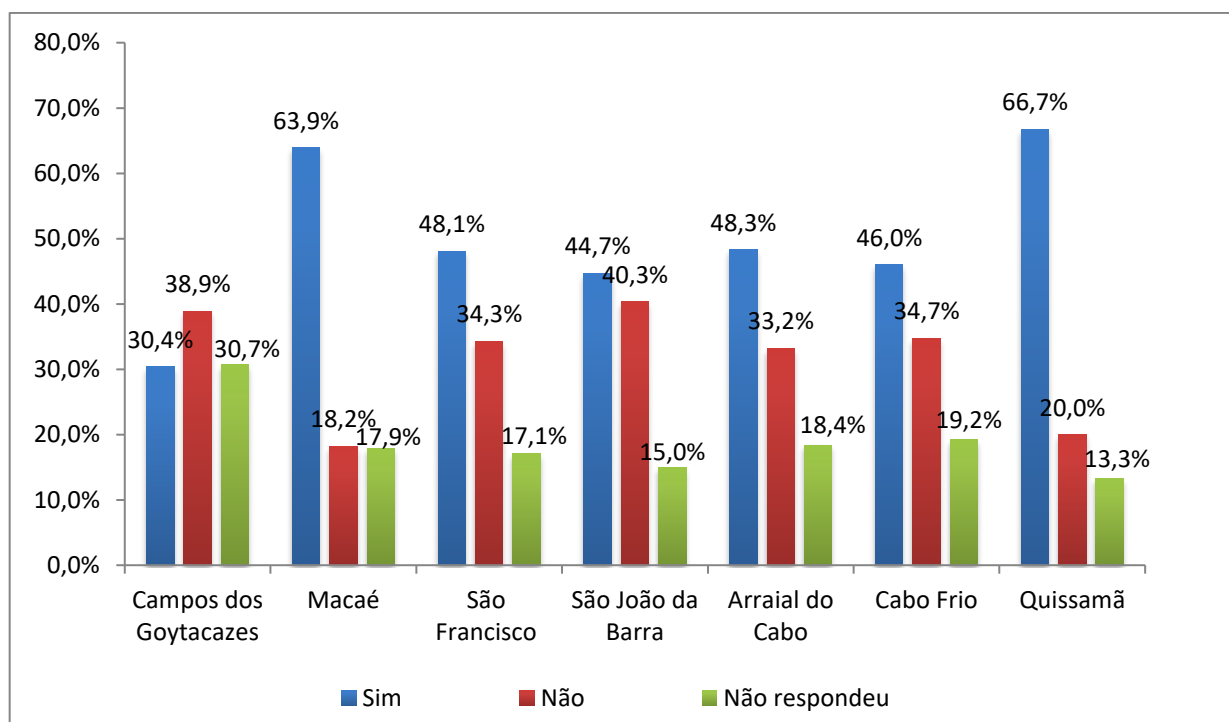
De acordo com os resultados da figura 1, é possível verificar que a grande maioria dos pescadores em todos os municípios estudados apresenta um índice de capital social baixo, que varia de 0 a 5. Macaé⁴⁴ é o único município que apresentou um percentual

⁴⁴ Ao analisar cada variável que compõe o indicador de capital social, percebe-se que Macaé se destaca dos demais municípios, com um percentual mais elevado de indivíduos com médio-baixo capital social,

mais significativo de pescadores (40,4%) que alcançaram um índice médio-baixo de capital social, em oposição aos 54,6% de pescadores que obtiveram baixo capital social. No entanto, apesar do maior desempenho de Macaé no indicador, estes dados expõem um cenário nebuloso para todos os municípios do estudo em termos do capital social acumulado, pois revelam fragilidades nos indicadores que compõem o capital social, como a participação cívica.

Neste sentido, ao desagregar as variáveis que compõem o indicador de capital social é possível identificar onde se encontram as fragilidades das comunidades pesqueiras em termos do aporte de capital social. Deste modo, foram analisadas inicialmente as variáveis que questionam aos pescadores se eles participam ou formam parte de um grupo ou organização social. Utilizaram-se inicialmente os dados referentes ao grau de filiação dos pescadores nas Colônias e nas Associações de Pesca, que se constituem como as duas organizações de representação de classe dentro das comunidades.

Figura 2 - Percentual de pescadores filiados à Colônia.



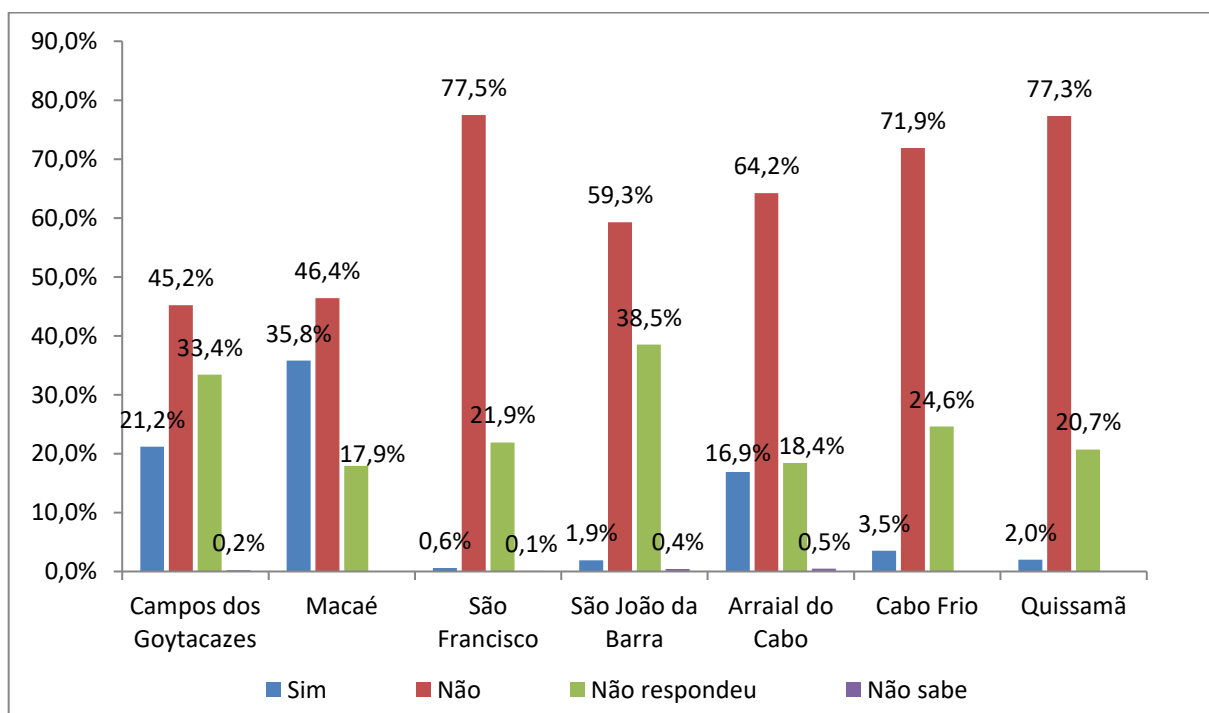
Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

nos dados de participação e frequência nas Associações de Pescadores. Neste município, os percentuais de participação e frequência nas reuniões das Associações são superior ao dos demais municípios, sendo que somente nestas variáveis que Macaé se distancia dos outros municípios.

Como pode ser observado na figura 2, o grau de filiação a Colônia é relativamente baixo em quase todos os municípios do estudo, sendo que somente em dois municípios a porcentagem de filiados ultrapassa a metade, Macaé (63,9%) e Quissamã (66,7%). O caso mais notório é o de Campos, que possui o menor percentual de filiação de pescadores à Colônia (30,4%) e um número alto de ausência de respostas (30,7%), o que pode ser explicado pelo receio que os pescadores possuem em tratar do tema, em razão da proximidade que possuem com as lideranças da Colônia, dado o fato de que eles estão inseridos em uma comunidade pequena onde o contato com estas lideranças é constante.

Já o nível de adesão as Associação de Pescadores é ainda menor que o das Colônias, como pode ser verificado pela tabela abaixo, corroborando, neste sentido, com os dados apresentados pelos Grupos Focais, que revelaram a existência de uma baixa confiança dos pescadores neste tipo de instituição.

Figura 3 - Percentual de pescadores filiados à Associação de Pescadores.



Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Quando analisados os dados por município, verificou-se que o percentual de adesão dos pescadores às Associações de Pescadores é baixo em quase todos os municípios estudados. Apenas os municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé registraram um percentual significativo de adesão, com 21,2% e 35,8%, respectivamente. Vale destacar

ainda os altos percentuais de ausência de respostas registrados em todos os municípios do estudo, com destaque para São João da Barra (38,5%) e Campos dos Goytacazes (33,4%), que registraram os maiores percentuais, fato este que dificulta a realização de inferências sobre o tema. Assim como nos dados sobre filiação à Colônia, a recusa em oferecer uma resposta pode estar relacionada ao receio que os pescadores possuem em tratar do tema em sua comunidade.

Por outro lado, os dados sobre filiação não são suficientes para compreensão do grau de associativismo dos pescadores artesanais, dado que o percentual de participação dos pescadores nas Associações é em todos os municípios maior que o percentual de filiação, como pode ser observado pelos dados da tabela abaixo em comparação com os dados da figura 3.

Tabela 4 - Percentual de entrevistados que participam da Associação de Pescadores.

Municípios	Participa	Não participa	Não sabe da existência	Não respondeu
Campos dos Goytacazes	32,0%	12,3%	55,8%	0,0%
Macaé	51,3%	35,1%	12,9%	0,7%
São Francisco de Itabapoana	1,7%	6,1%	92,3%	0,3%
São João da Barra	2,3%	9,1%	88,6%	0,0%
Arraial do Cabo	25,8%	41,9%	32,0%	0,3%
Cabo Frio	8,2%	35,2%	56,6%	0,0%
Quissamã	2,7%	6,0%	91,3%	0,0%

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Ao analisar os dados por municípios, verificou-se que Macaé possui a maior diferença entre os percentuais de participação (51,3%) e os de filiação (35,8%), significando um acréscimo de 15% na participação quando comparado com o quantitativo de filiados. Em Arraial do Cabo, verificou-se também uma elevada diferença entre o percentual de filiados (16,9%) e o de participantes (25,8%), assim como em Campos dos Goytacazes que registrou um acréscimo de 10% no percentual de participação em comparação ao de filiados. Em Cabo Frio o percentual de participação registrado é duas vezes superior ao de filiados, embora a participação dos pescadores nas Associações seja inferior a 10% do total de entrevistados. Embora os demais municípios tenham também registrado

um percentual de participação superior ao de filiação, a diferença entre os dados é insignificante do ponto de vista estatístico.

Os dados referentes à participação na Colônia também revelam um grau de participação que extrapola o quantitativo de pescadores filiados a esta instituição, isto é, há uma parcela dos pescadores que afirmam participar das atividades da Colônia, mas não declaram estarem filiados a esta instituição. Esta informação pode ser observada pela tabela abaixo na comparação com os dados da figura 2.

Tabela 5 - Percentual de entrevistados que participam da Colônia de Pesca.

Municípios	Participa	Não participa	Não sabe da existência	Não respondeu
Campos dos Goytacazes	50,3%	30,7%	18,4%	0,5%
Macaé	76,2%	19,9%	3,6%	0,3%
São Francisco de Itabapoana	56,3%	37,0%	5,4%	1,4%
São João da Barra	48,6%	45,1%	6,2%	0,0%
Arraial do Cabo	54,0%	40,4%	5,6%	0,0%
Cabo Frio	56,0%	31,8%	10,9%	1,3%
Quissamã	76,7%	17,3%	5,3%	0,7%

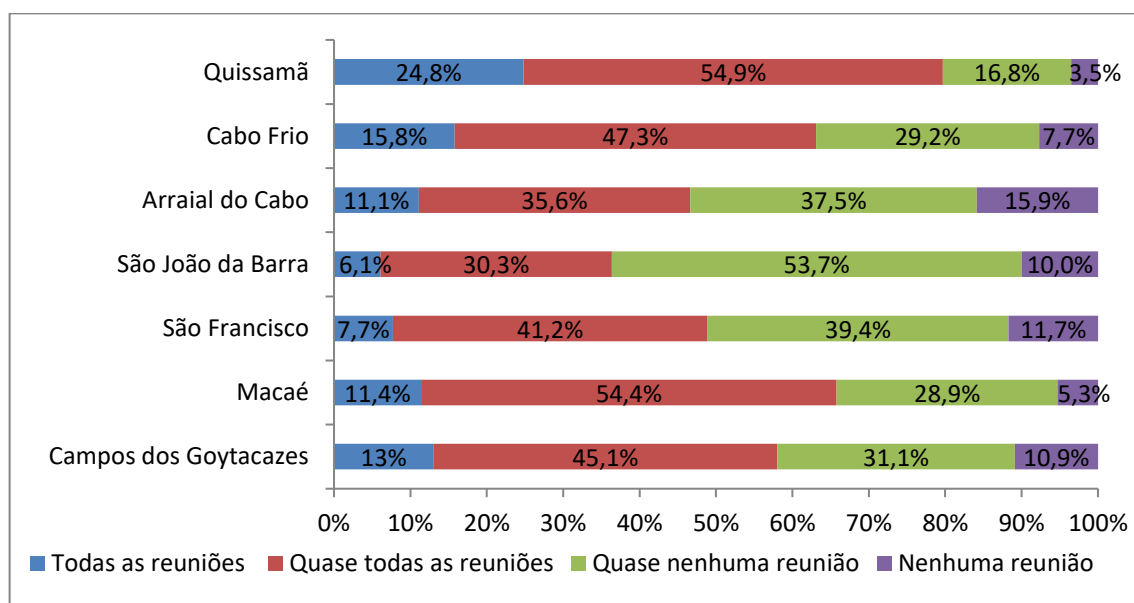
Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Ao examinar as respostas por município, verificou-se que Campos dos Goytacazes é o município que registrou a diferença mais significativa entre a filiação (30,4%) e a participação (50,3%), enquanto que São João da Barra foi o município onde o percentual de participação mais se aproximou do percentual de filiação, com uma diferença de apenas 4,3% entre os dados. Deste modo, é possível afirmar que a quase totalidade das pessoas que participam da Colônia em São João da Barra são membros registrados nos quadros de filiação. Já nos municípios de Quissamã, Macaé e Cabo Frio foi registrado um acréscimo de 10% no percentual de participação quando comparado com os dados de filiação. Por sua vez, nos municípios de Arraial do Cabo e São Francisco de Itabapoana a diferença entre a participação (54% e 56,3%) e a filiação (48,3% e 48,1%) foi menos significativa, como é possível notar pela comparação entre as duas tabelas. Estes dados revelam que há um certo grau de informalidade no engajamento participativo dos pescadores nas instituições corporativas da pesca, como as Colônias e

as Associações.

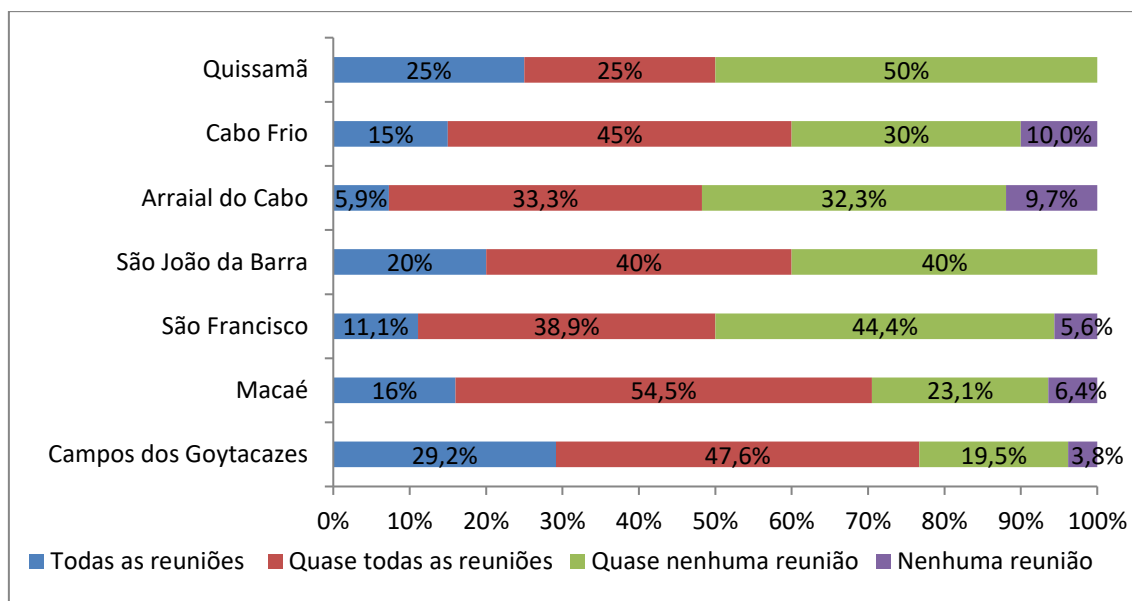
Para aprofundar a análise referente ao associativismo dos pescadores artesanais foi mensurada a intensidade da participação por meio da frequência nas reuniões realizadas pelas entidades associativas. Assim, solicitou-se aos que declararam participar das atividades da Colônia de Pesca e das Associações de Pescadores que indicassem a frequência com que participam das reuniões promovidas por elas. Os dados referentes a duas instituições estão apresentados nas figuras 4 e 5.

Figura 4 - Percentual de frequência nas atividades da Colônia de Pesca.



Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Figura 5 - Percentual de frequência nas atividades da Associação de Pescadores.



Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

A observação mais fundamental a ser feita diz respeito à comparação dos dados entre a Colônia e as Associações de Pescadores. Quando comparados os dados de frequência nas reuniões das duas instituições, notou-se que em cinco dos sete municípios a participação é mais intensa nas Associações de Pescadores do que nas Colônias. Este fato foi constatado quando somados os percentuais daqueles que declararam participar de todas as reuniões com aqueles que declararam participar de quase todas, considerando que estas duas categorias expressam alta frequência na participação. Sendo assim, os cinco municípios que apresentaram um percentual de frequência mais elevado nas Associações foram: Campos dos Goytacazes, onde 77% dos pescadores possuem uma frequência alta nas reuniões das Associações em comparação com os 58% de pescadores que possuem alta frequência nas reuniões da Colônia; Macaé que apresenta um percentual de 70,5% de pescadores com alta frequência nas Associações, ao passo que nas Colônias este percentual é de 65,8%; Arraial do Cabo, onde 58% dos pescadores possuem alta frequência nas Associações, frente aos 46,7% de frequência alta nas Colônias; São João da Barra que possui um total de 60% de pescadores com alta frequência nas Associações, em comparação com os 36,4% de pescadores que possuem alta frequência nas reuniões da Colônia; e por fim, São Francisco de Itabapoana, cujos percentuais de alta frequência nas Associações e na Colônia são de 50% e 48% respectivamente.

Nos municípios em que a frequência nas reuniões das Associações de Pescadores é

maior do que na Colônia, os dados confluem com a tese de Olson (2011), quanto à influência do tamanho do grupo na participação dos seus membros. O autor considera que em grupos pequenos os custos envolvidos na ação coletiva são menores, estimulando assim a participação maior dos membros do grupo. Neste sentido, a eficácia das Associações em manter um percentual maior de membros participativos pode ser explicada pelo custo menor da organização.

Segundo Olson (2011), o aspecto mais importante no que se refere aos grupos pequenos é que sua capacidade de mobilização para provisão do bem coletivo está na atração individual que o benefício possui para cada um dos membros. Em diversos casos há pescadores mais participativos nas Associações de Pescadores, porque o bem coletivo perseguido é do interesse individual dos que formam parte daquele grupo e estão mobilizados na provisão do bem desde sua criação. Deste modo, os interesses estariam mais bem alinhados nas Associações do que nas Colônias, porque as primeiras possuem um grau de homogeneidade maior quanto aos interesses individuais perseguidos. Assim, em grupos pequenos e mais homogêneos, onde os interesses são mais específicos há uma maior predisposição à ação coletiva.

No entanto, como bem lembrou Ostrom (2005), a tese de Olson sobre a relação entre o número de participantes e a capacidade de mobilização da ação coletiva não pode ser aplicada a todos os tipos de grupos. Para esta autora, há uma relação entre o tamanho do grupo e a capacidade de provisão do bem público, mas o aumento no tamanho do grupo tem, em vários casos, um efeito positivo sobre a probabilidade do bem ser fornecido, ou seja, quanto maior for o tamanho do grupo, maiores serão as chances do bem ser produzido. Ostrom cita o exemplo dos conselhos florestais que buscam a proteção das florestas. Neste caso quanto mais pessoas estiverem empenhadas na proteção das florestas, mais eficaz se torna a ação na provisão do bem.

Neste sentido, a autora agrega um conjunto de fatores que determinam a eficácia na mobilização da ação coletiva. São eles: o número de participantes; a quantidade de contribuição dos participantes; disposição do indivíduo em contribuir; a sequência dessas contribuições; a homogeneidade ou heterogeneidade dos grupos. Este último aspecto é especialmente relevante para se discutir a maior eficácia das Associações em mobilizar os pescadores em relação às Colônias de Pesca.

Estas questões, no entanto, registram apenas a participação dos pescadores nas duas instituições que mais influem no contexto social da pesca, a Colônia e a Associação de Pescadores. Destarte, os dados que serão analisados em seguida examinarão com

mais profundidade os distintos tipos de grupos e instituições associativas que podem intervir na participação social dos pescadores. Assim, com o objetivo de aprofundar o tema, se ofereceu aos pescadores uma lista de instituições associativas para que eles apontassem primeiramente aquelas instituições das quais eles possuíam conhecimento e posteriormente aquelas em que eles participavam. A tabela abaixo apresenta o percentual de pescadores que participam de diferentes instituições, sendo que esta pergunta é direcionada apenas àqueles que declararam possuir conhecimento acerca da existência destas instituições em sua comunidade ou município.

Tabela 6 - Grupos e Instituições que os pescadores participam.

Municípios	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Campos dos Goytacazes	50,3%	31,9%	0,3%	1,0%	7,0%	1,0%	0,2%	1,2%	3,1%
Macaé	76,2%	51,3%	1,7%	0,7%	20,9%	0,3%	1,0%	3,3%	6,6%
São Francisco de Itabapoana	60,4%	1,7%	0,6%	0,3%	9,9%	1,4%	0,8%	1,6%	2,2%
São João da Barra	48,6%	2,3%	2,5%	1,0%	2,5%	1,7%	2,1%	5,2%	1,9%
Arraial do Cabo	54,0%	25,8%	0,8%	2,3%	14,6%	3,6%	3,1%	7,9%	2,3%
Cabo Frio	56,0%	8,2%	0,4%	1,3%	11,5%	5,7%	2,4%	4,7%	3,6%
Quissamã	76,7%	2,7%	0,0%	2,7%	10,0%	0,7%	0,7%	1,3%	2,7%

Legenda: (A) Colônia de Pesca; (B) Associação de Pescadores; (C) Associação de Aquicultores; (D) Associação de Marisqueiras; (E) Associação de Moradores; (F) Sindicatos; (G) Cooperativas; (H) Partidos Políticos; (I) Associação de Pais e Filhos

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

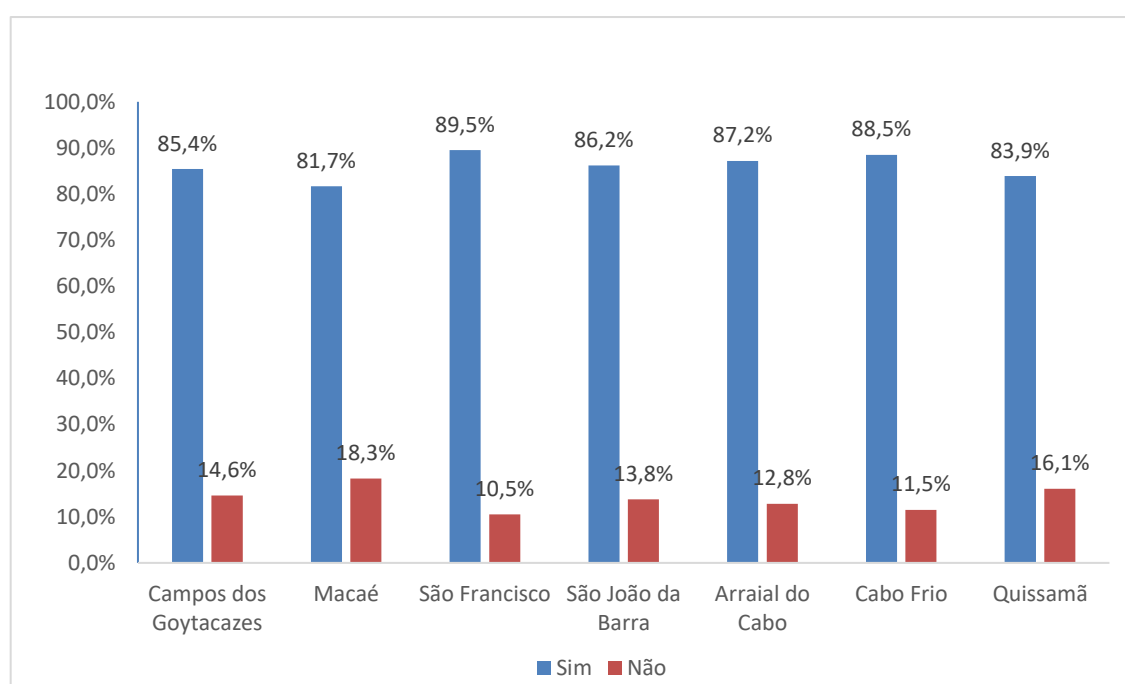
No tocante à participação dos pescadores artesanais em diferentes instituições associativas, os dados apontam que, à exceção da Colônia, nas demais instituições associativas o percentual de pescadores que participam é muito baixo. Os dados demonstram que entre os pescadores que possuem conhecimento acerca da existência destas instituições em seus municípios, uma parcela majoritária parece não possuir disposição para se envolver em práticas e atividades de cunho associativo.

É importante destacar a significativa participação de pescadores em Associações de Moradores nos municípios de Macaé e Arraial do Cabo, que obtiveram um percentual de 20,9% e 14,6%, respectivamente. Neste sentido, cabe ressaltar que a Associação de Moradores obteve o terceiro melhor desempenho no grau de participação dos pescadores, ficando atrás apenas da Colônia e das Associações, que agregam um número relativamente maior de pescadores artesanais.

Por outro lado, a baixa adesão dos pescadores em determinadas organizações, como

a cooperativa, não pode ser entendida como uma opção que considera mais efetiva as ações individuais do que as coletivas e participativas, visto que a participação dos pescadores em formas cooperadas de produção poderia ser maior caso houvesse um maior número de empreendimentos de produção coletiva nas comunidades pesqueiras. Esta afirmação pode ser comprovada na verificação dos dados da tabela abaixo que apontam para um elevado percentual de pescadores que afirmam apoiar o modelo de produção cooperada nas comunidades pesqueiras.

Figura 6 - Percentual de pescadores que aceitariam fazer parte de uma cooperativa caso fossem convidados.



Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Ao observar os dados da figura 6, nota-se que a grande maioria dos pescadores apoia empreendimentos produtivos de ação coletiva nas suas comunidades. Este dado é especialmente relevante, pois revela que as questões sobre participação não são suficientes para compreender todo o conjunto de motivações para a realização da ação coletiva. No caso específico da pergunta sobre participação em cooperativas, um elemento motivador pode ser a atuação de agentes externos, visto que a pergunta indica a UENF como ordenadora do empreendimento. Levando em consideração que a universidade possui uma média de confiança alta (8,1) dentro das comunidades pesqueiras, a aceitação da cooperativa pode estar ligada a alta reputação que este agente externo possui nas comunidades.

É preciso também destacar as diferenças básicas entre as organizações que estão sendo analisadas, pois grupos como as cooperativas se diferenciam das demais instituições analisadas por sua vinculação mais direta ao mundo produtivo. As demais instituições possuem uma vinculação maior com o mundo político e sua adesão demanda um maior comprometimento ideológico e compromisso cívico. Sendo assim, a vinculação à cooperativa pode ter motivações individuais como, por exemplo, o aumento da renda pessoal e o acesso facilitado ao mercado como pode ser observado pela tabela 7.

Tabela 7 - razões para fazer parte de uma cooperativa.

	CG	Ma	SFI	SJB	AC	CF	Qu
Porque permite a organização dos trabalhadores	19,9%	38,6%	18,2%	26,5%	39,4%	21,4%	12%
Barateia os custos da produção	1,3%	11,9%	1,1%	2,2%	1,0%	2,3%	1,1%
Garante o aumento da renda	63,9%	24,3%	51,1%	57,3%	34,9%	53,4%	63%
Facilita o acesso a linhas de créditos	0,3%	4,3%	1,0%	0,6%	2,6%	0,8%	1,1%
Facilita o acesso ao mercado	4,6%	6,2%	5,7%	6,7%	3,3%	2,5%	13%
Garante a competitividade no mercado	4,1%	4,8%	4,4%	3,6%	4,2%	1,8%	1,1%
Evitaria a venda para o (a) atravessador (a)	4,1%	9,5%	18,2%	3,1%	13,0%	16,4%	8,7%
Todas as opções listadas	0,5%	0,0%	0,3%	0,0%	1,3%	0,0%	0%
Não respondeu	1,3%	0,5%	0,0%	0,0%	0,3%	1,5%	0%

Legenda: (CG) Campos dos Goytacazes; (Ma) Macaé; (SFI) São Francisco de Itabapoana; (SJB) São João da Barra; (AC) Arraial do Cabo; (CB) Cabo Frio; (Qu) Quissamã.

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Segundo os dados da tabela 7, em cinco dos sete municípios estudados, a razão principal que motivaria os pescadores a aderirem o trabalho cooperado é o incremento na renda familiar. São eles: Campos dos Goytacazes (63,9%), São Francisco de Itabapoana (51,1%), São João da Barra (57,3%), Cabo Frio (53,4%) e Quissamã (63%). Já nos municípios de Macaé e Arraial do Cabo, a opção que teve o maior número de respondentes, com 38,6% e 39,4% respectivamente, é a que faz referência a possibilidade da cooperativa de promover a organização dos pescadores. Nestes dois municípios uma significativa parcela dos pescadores entrevistados manifesta o desejo de se unirem a uma cooperativa devido ao bem coletivo que ela oferece mais do que ao benefício individual que poderá ser extraído da sua participação. Em outros termos, a participação na cooperativa é a motivação em si para que uma ação coletiva seja

construída. Estes indivíduos manifestam grande importância ao bem coletivo quando afirmam que fariam parte desta organização coletiva, ou seja, nem toda ação de mobilização depende da concessão de incentivos seletivos, como postula Olson (2011). Há grupos que já se dispõem a mobilização para obter os benefícios coletivos da organização.

Em síntese, pode-se afirmar que, nos municípios estudados, o grau de associativismo entre os pescadores artesanais é extremamente baixo, mas o baixo grau de envolvimento participativo não é em todos os casos reflexo das motivações dos indivíduos. No caso da cooperativa ficou evidente que há uma ideia no horizonte dos pescadores de que a ação coletiva é um recurso eficaz para satisfação tanto de interesses individuais – ainda que positivos e socialmente justificados – quanto de fins coletivos. Entretanto, para que esta opinião declarada sobre a efetividade das ações coletivas possa se transformar em ações reais de cooperação é necessário que na comunidade esteja presente o que se pode chamar de “propensão à ação coletiva”, que nada mais é do que uma atitude aberta e disposta a cooperar com os demais. Esta propensão, no entanto, é somente um elemento cultural nas comunidades que pode ter maior ou menor raízes históricas, e que pode estar mais ou menos consolidado, mas não é capaz de determinar comportamentos futuros. Portanto, é preciso que esta convicção encontre elementos que facilitem a ação coletiva, como a atuação de agentes externos que viabilizam a organização dos pescadores.

Estas conclusões são fundamentais, porquanto permitem compreender a extensão do aporte de capital social existente nestas comunidades, pois se considera que o associativismo e a conformação de grupos e redes com componentes de confiança e solidariedade são fatores essenciais para a geração de capital social em uma dada comunidade de indivíduos.

Neste sentido, componentes do capital social, como a confiança, foram verificados na relação dos pescadores com as Colônias⁴⁵, no entanto, há uma parcela significativa dos pescadores, na maioria dos municípios estudados, em torno de 40% a 50%, que não participam das atividades da Colônia; não obstante a maioria dos pescadores, destes municípios, terem manifestado confiança nas ações desta instituição, como pode ser verificado pelos dados da primeira seção deste trabalho. Somente em Macaé e Quissamã a participação nas atividades da Colônia ultrapassa o percentual de 70% dos

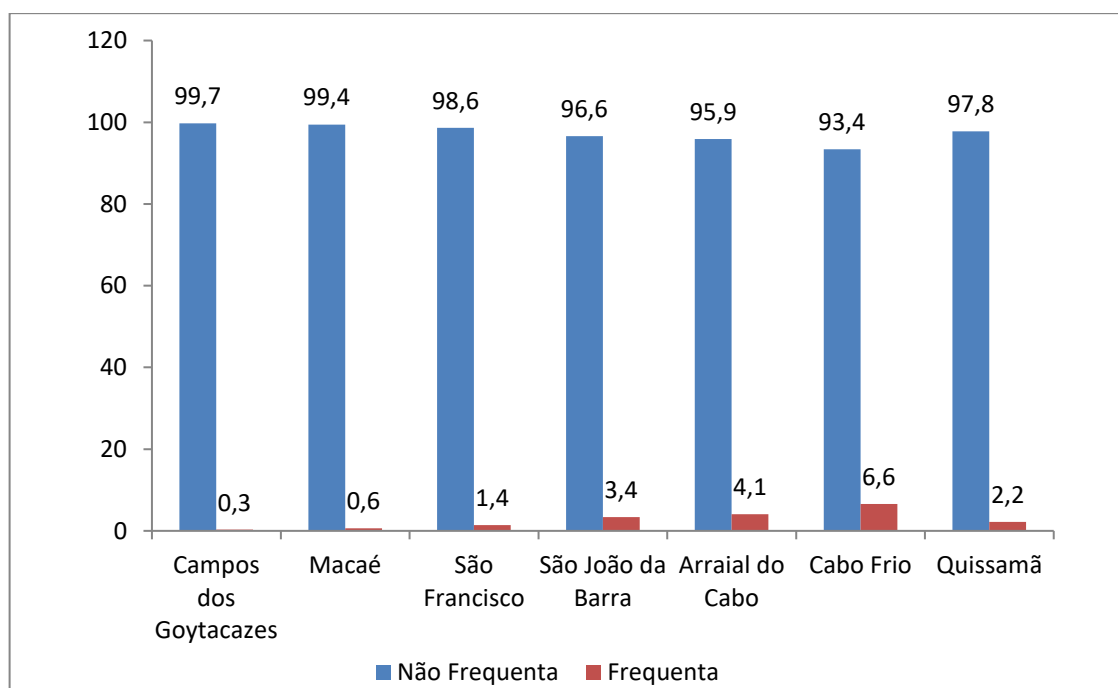
⁴⁵ Para verificação dos dados referentes à confiança nas instituições, em particular na Colônia, vide as informações da primeira seção da análise de dados.

entrevistados como foi relatado pelos dados da tabela 5.

Não obstante a isto, as instituições que foram listadas no Censo do projeto PEA-Pescarte para serem avaliadas quanto a sua presença nas comunidades pesqueiras possuem características de organizações político-gremiais e decerto não representam em sua totalidade o universo dos grupos e redes sociais que existem em uma dada comunidade de pescadores. Analisando outras variáveis do Censo PEA-Pescarte verificou-se que outros grupos e organizações sociais estão mais presentes na vida dos pescadores do que a maior parte destas organizações políticas e acabam sendo mais eficazes na tarefa de mobilização dos mesmos para o acesso a informações e bens de interesse coletivo e individual. É o caso dos grupos religiosos e de redes informais de trabalho. Neste sentido, as pesquisas que mensuram as diferentes dimensões do capital social em comunidades ou localidades atestam a presença predominante de grupos religiosos, assim como de outros grupos sociais de cunho cultural e esportivo. No Censo realizado pelo projeto PEA-Pescarte, embora a adesão a estes grupos não tenha sido captada pela pergunta sobre participação em organizações associativas, há uma série de outras perguntas que podem ser aproveitadas para verificação da presença de outros grupos e redes sociais nas comunidades pesqueiras.

Para verificar a presença de grupos culturais nas comunidades pesqueiras recorreu-se à pergunta do Censo que questiona aos entrevistados se eles participam de grupos culturais, como festas, danças típicas, grupos musicais ou de teatro etc. Os resultados da figura 5 apontam que assim como as demais organizações e instituições sociais, os espaços e eventos culturais não são efetivamente apropriados pelos pescadores ou são escassos nas comunidades pesqueiras.

Figura 7 - Percentual dos pescadores que participam de eventos culturais (festas, danças típicas, grupos musicais, teatro etc.).⁴⁶



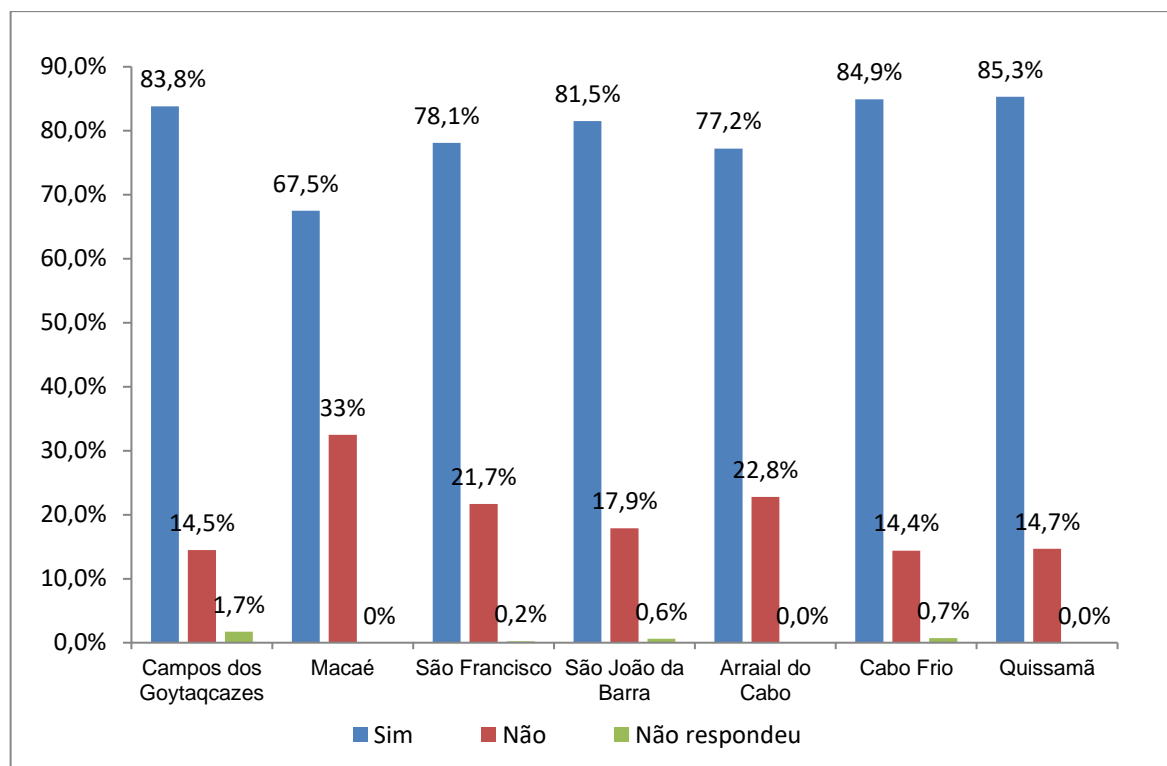
Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Deste modo, faltam incentivos e disposições para participar e trabalhar em formas coletivas de ação, que são o substrato da vida comunitária. Os dados até aqui analisados, mostram que as comunidades pesqueiras estudadas não dispõem de incentivos, como espaços culturais ou organizações sociais e gremiais, que apóiem à construção de um capital social de tipo comunitário que é recurso e bem coletivo ao mesmo tempo.

Por sua vez, a participação em grupos religiosos é constatada por meio da questão presente no bloco de características demográficas do Censo PEA-Pescarte que pergunta aos pescadores se eles possuem algum tipo de religião ou culto. As respostas estão expostas no gráfico da figura 8.

⁴⁶ Há um alto percentual de ausência de respostas nesta questão que não foi tratado nesta tabela, visto que este percentual alto deriva de inconsistências no banco de dados em razão de erros de preenchimento ou de respostas. Diante disto, optou-se por excluir da tabela a categoria “não respondeu” e trabalhar apenas com o percentual de pescadores que respondeu à questão. Sendo assim, os percentuais expostos na tabela se refere ao total de pescadores que ofereceram uma resposta a questão.

Figura 8 - Percentual de pescadores que possuem uma religião ou culto.



Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Como se pode observar pelos dados da figura 8, os índices de pescadores que possuem uma religião ou participam de cultos são altos para todos os municípios do estudo, sendo que o município que possui o maior índice é Quissamã, com 85,3% de respondentes que declararam fazer parte de um grupo religioso. Por sua vez, o município que apresentou o menor índice foi Macaé, com 67,5% de participantes de grupos religiosos.

Estes dados são corroborados com o nível de confiança que os pescadores depositaram na instituição religiosa, como pode ser verificado nos dados da tabela 2 da primeira seção deste trabalho. Neste sentido, os altos níveis de confiança depositados na igreja permitem inferir que o conjunto de pescadores entrevistado se sente de forma majoritária parte dos grupos religiosos existentes na sua cidade, com a única advertência de que nos dados sobre o nível de confiança se incluem toda e qualquer forma de participação e prática religiosa.

Ademais, a literatura que trata o fenômeno da religião constata que países pobres ou comunidades e bairros de baixa renda, como é o caso das comunidades pesqueiras, possuem altos níveis de observância religiosa. Analisando o crescimento do

pentecostalismo⁴⁷ no Brasil, por exemplo, Mariano (2014) percebe um crescimento desigual deste ramo religioso que se concentra nos estratos mais pobres do país (MARIANO, 2014, p. 12). Segundo este autor, as igrejas pentecostais funcionam como mecanismos de ajustamento e integração social dos mais pobres, recriando, com base em preceitos bíblicos, as formas de contato primário que constitui os laços sociais predominantes entre indivíduos empobrecidos, como é o caso dos pescadores artesanais que reproduzem um *ethos* familista (BANFIELD, 1958) que se opõe às práticas de associação comunitária.

Com propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento e esperança diante de situação tão desesperadora, os estratos mais pobres, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os mais marginalizados – distantes do catolicismo oficial, alheios a sindicatos, desconfiados de partidos e abandonados à própria sorte pelos poderes públicos -, têm optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais. Nelas, encontram receptividade, apoio terapêutico-espiritual e, em alguns casos, solidariedade material. (MARIANO, 2014, p. 12)

Por outro lado, os níveis de confiança não permitem avaliar a extensão e a qualidade da participação efetiva dos pescadores nas instituições religiosas, pois como bem ressaltou Lehmann (2007), em instituições religiosas com maior grau de institucionalidade, a confiabilidade depende da sua impessoalidade e não do carisma de líderes dotados de capacidades individuais. Nestes casos, o incremento da confiabilidade nas instituições reduz os níveis de participação, dado que a confiança se reflete no desempenho institucional e há a tendência do fiel em se envolver menos nas atividades da igreja, confiando na capacidade dos aparatos institucionais de regular o exercício da autoridade instituída. A confiança nestes casos não gera participação, mas delegação de poder ao líder, que não é reconhecido pelas suas capacidades pessoais, mas pela “sua qualidade de líderes produzidos e circunscritos pelo aparato

⁴⁷ O Pentecostalismo é definido por Mariano como “pentecostalismo clássico”, predominante no Brasil entre 1910 a 1950, com a implantação das igrejas Congregação Cristã no Brasil (1910) e Assembleia de Deus (1911). A segunda onda pentecostalista surgiu a partir de 1950 com as Igrejas do Evangelho Quadrangular (1953), Deus é amor (1962), Casa da benção (1964) entre outras. Estas enfatizavam a cura divina e utilização de meios mundanos para evangelização como os rádios; essa onda Mariano (2014) chama de deuteropentecostalismo. Por fim, a terceira onda surgiu na metade dos anos 70 com a Igreja Universal do Reino de Deus (1977), Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), Renascer em Cristo (1986) entre outras. Essas últimas, as neopentecostais, trazem como novo a guerra espiritual contra o Diabo, a Teologia da Prosperidade, que prega a consecução da prosperidade financeira e a liberalização dos costumes. A aliança com Deus vai significar então o gozo de uma vida próspera e feliz aqui na Terra (MARIANO, 2014)

institucional que regula o exercício de sua autoridade” (Lehmann, 2007, p. 75).

A leitura dos dados sobre confiança indica que existe uma participação dos pescadores em grupos religiosos que é superior a qualquer outro grupo ou instituição existente nos municípios estudados. Prova disto é que as igrejas obtiveram uma média de confiança superior a outras instituições associativas como a Colônia e as Associações de Pescadores e somente similar ao grupo de tripulantes da embarcação. Estes dois grupos conformam nas comunidades pesqueiras um modo de associação mais relevante no tocante à promoção dos interesses dos pescadores do que o associativismo de nível comunitário.

Estes dados expõem uma das dimensões do dilema da ação coletiva: a incapacidade dos pescadores de transitar da esfera privada para a esfera pública, o que se assemelha a um comportamento típico do “familismo amoral” retratado por Banfield (1958). No entanto, este comportamento, longe de significar uma resistência irracional à associação que está presente na descrição feita por Banfield de comunidades rurais do sul da Itália, tem relação mais forte com traços socioeconômicos presentes nas comunidades pesqueiras. Embora Banfield tenha se ocupado em compreender os traços morais e psicológicos de determinadas comunidades rurais que obstrui a prática da associação, a sua tese oferece involuntariamente alguns elementos que podem nos ajudar a compreender a influência de variáveis socioeconômicas na promoção do comportamento familista. Assim sendo, alguns elementos presentes no trabalho de Banfield apontam que a resistência a um comportamento mais cooperativo provém de questões socioeconômicas como a escassez de recursos, proveniente da pobreza extrema e da desigualdade excessiva, que podem corroer sentimentos de solidariedade cívica, ao obrigar os indivíduos a se voltarem para a busca da satisfação de necessidades básicas próprias e de sua família. É plausível pensar que diante da privação de recursos, comunidades e indivíduos não sejam capazes de estender os laços sociais de confiança para além das estruturas familiares ao ponto de criar sentimentos comunitários.

Contudo, como ressalta Reis (1995), a privação não é a única explicação plausível para o comportamento familista de comunidades empobrecidas. Em algumas situações de escassez, por exemplo, a experiência comum de privação e pobreza pode elevar os sentimentos de solidariedade e criar redes de ajuda mútua aos companheiros que vivenciam a situação de carência (REIS, 1995). Deste modo, é preciso buscar outras razões para entender por que determinadas comunidades que experimentam situações de privação de recursos não constroem ações coletivas como estratégia de superação

dos problemas vivenciados. Há possivelmente circunstâncias adicionais que colaboram na vinculação entre escassez de recursos e a falta de incentivos a participação em empreendimentos coletivos. Estas questões serão analisadas no decorrer deste trabalho que por meio das pistas analíticas oferecidas por Banfield (1958) buscará compreender os fatores de ordem social que promovem a manifestação de um *ethos* familista nas comunidades pesqueiras de municípios confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos.

Por outro lado, embora a participação em espaços coletivos de cooperação e integração social seja reduzida nas comunidades pesqueiras estudadas, a confiança, que é um dos elementos constitutivos do capital social, se mostra elevada em determinadas instituições como a Colônia, que integra, como foi verificado, em quase todos os municípios, um número relativamente baixo de pescadores, apesar da sua importância enquanto instituição de representação da classe pesqueira. Os dados que serão apresentados em seguida mostrarão que apesar de não haver uma participação mais ativa dos pescadores nas ações empreendidas pelas Colônias, existe uma tendência importante entorno da concordância com o modo como as Colônias, em quase todos os municípios estudados, executam as suas ações.

Assim, na tabela 8 foi perguntado aos pescadores a forma de condução da Colônia, para verificar a sua percepção acerca do desempenho institucional desta entidade. Na maioria dos municípios, foi verificado um alto grau de aceitação da forma como a Colônia vem sendo conduzida, ou seja, os pescadores afirmam, em sua maioria, que a Colônia é conduzida em benefício de todos. No entanto, estes dados estão em contradição com os resultados gerados pelos grupos focais de pescadores, que revelou um baixo grau de confiança nas ações empreendidas pela Colônia.

Em São Francisco de Itabapoana e São João da Barra a percepção de que a Colônia é conduzida em benefício de todos é menor, se comparado com outros municípios, entretanto, ainda é percebida pela maioria entrevistada. Somente no município de Arraial do Cabo, onde os dados divergem com os demais municípios, a percepção de que a Colônia é conduzida em benefício de todos é menor que 50% e mais baixa que a percepção de que a Colônia é conduzida em benefício de um número reduzido de pescadores. As razões para este fato se encontram no que já foi apontado pelo grupo focal deste município.

Tabela 8 - Forma que a Colônia de Pesca é conduzida.

Municípios	Em benefício próprio	Em benefício do presidente da Colônia	Em benefício de um grupo reduzido de pescadores	Em benefício de todos os pescadores
Campos dos Goytacazes	0,2%	6,2%	16,3%	76,8%
Macaé	0,4%	13,8%	15,6%	70,2%
Arraial do Cabo	0,3%	27,8%	39,0%	32,6%
Cabo Frio	0,7%	4,4%	12,2%	82,7%
Quissamã	0,7%	2,9%	17,6%	78,7%
São Francisco de Itabapoana	0,3%	12,1%	24,4%	63,2%
São João da Barra	1,7%	15,9%	23,0%	59,3%

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Em que pese à ampla aceitação que a Colônia possui entre os pescadores na forma como ela é conduzida, a participação dos pescadores nas decisões da Colônia é limitada a uma atuação passiva diante das decisões tomadas pelas lideranças da entidade. Neste sentido, ao se verificar a forma de participação na Colônia, notou-se que a alta aceitação que a entidade possui entre os pescadores não é decantada em um envolvimento mais direto dos pescadores nos processos decisórios dentro da Colônia, como é evidenciado pela tabela 9.

Tabela 9 - Forma de participação na Colônia de Pesca.

Municípios	Participo diretamente das decisões	Participo apenas como ouvinte	Não participa	Outras maneiras
Campos dos Goytacazes	7,8%	40,5%	50,8%	0,9%
Macaé	6,3%	57,0%	35,6%	1,1%
Arraial do Cabo	8,5%	23,1%	67,8%	0,6%
Cabo Frio	20,0%	38,0%	41,2%	0,9%
Quissamã	27,0%	48,2%	24,8%	0,0%
São Francisco de Itabapoana	0,0%	41,6%	51,4%	7,0%
São João da Barra	0,0%	35,1%	59,0%	5,9%

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Como revela os dados da tabela 9, a forma predominante de participação é a como ouvinte, evidenciando que há uma relação marcada por um forte verticalismo entre líderes e associados. Neste sentido, os dados comprovam a tese de que as Colônias não são espaços democráticos de participação, que promovam a inclusão dos pescadores nos processos decisórios. Assim, a confiança não está relacionada necessariamente a disposição para participação, não sendo um elemento, como considerava Putnam (2000), de fortalecimento das práticas associativas, gerando uma cultura da participação. Autores como Putnam consideram que a confiança esteja ligada a características socioculturais da sociedade, incorporadas no processo de socialização. Este autor considera que a confiança é resultado da densidade das redes horizontais existentes na sociedade civil, estabelecidas pela reciprocidade dos agentes e por normas que facilitam a cooperação. Da mesma forma, Moisés (2005) argumenta que valores sociais, tais como republicanismo cívico e solidariedade social, são a base que determinam o ato de confiar, mesmo que os agentes não tenham à sua disposição informações ou outros mecanismos sobre o comportamento do outro.

Moisés (2005) destaca ainda as diferenças entre a confiança nas instituições e a confiança interpessoal. A confiança interpessoal está inscrita nas relações de sociabilidade primária; relaciona-se aos compromissos assumidos com as redes sociais e as estruturas familiares. Já a confiança nas instituições é um produto da confiança

generalizada, ou seja, uma capacidade de confiar nos outros em geral, independente dos vínculos familiares ou de amizade. A confiança nas instituições está baseada, como explica Moisés (2005), na identificação com os princípios éticos e normativos que constituem a instituição e geram compromissos morais com a associação ou com a comunidade política e que são canalizados para a geração de ações coletivas eficazes. Neste sentido, a confiança depositada pelos pescadores às Colônias de Pesca não gera compromissos morais capazes de facilitar ações comuns, que podem gerar virtude cívica e reforço das práticas democráticas. A existência de associações formais ligadas à pesca na Bacia Sedimentar de Campos não é, portanto, um fator capaz de gerar cooperação e reciprocidade.

A confiança depositada nas Colônias remete a atuação dos líderes. Portanto, o desempenho dos líderes tende a reforçar os vínculos representativos com sua base social e aumentar a confiança na instituição. Mas esta confiança não gera um compromisso participativo no caso dos pescadores artesanais, isto porque a confiança se traduz, na maioria dos casos, na aceitação do líder, como figura capaz de intermediar, no interior das Colônias, a relação entre os indivíduos e o sistema político. A confiança é produto do que Lavallo et al., (2006) consideram ser um *compromisso representativo genuíno* que vincula representantes e representados. Na medida em que existe este compromisso representativo, a prática mais recorrente é a de delegar poder e confiar nos mecanismos da democracia representativa.

Neste sentido, o estudo de Cruz (2007) ajuda a esclarecer esta questão ao debater as possibilidades que o associativismo possui na construção de práticas democráticas. Para a autora, os fatores que influenciam a cooperação, a reciprocidade e a confiança entre os membros de uma associação são a estrutura organizacional interna destas associações e, sobretudo, o tipo de relação estabelecida entre as lideranças e os membros. Da mesma forma, a autora afirma que a definição de Capital Social que vincula confiança, associação voluntária e eficiência não é possível de ser generalizada para todos os contextos, mas apenas aplicável ao contexto em que ela foi formulada. Cruz (2007) faz referência à definição de Capital Social de Putnam, argumentando que esta relação foi construída para explicar o contexto do associativismo em regiões da Itália moderna. No caso do associativismo da pesca nos municípios estudados não foi possível observar tal vinculação, que transforme a dimensão subjetiva do capital social (confiança) em ações concretas de cooperação.

Portanto, a dimensão subjetiva do Capital Social (confiança e reciprocidade) não

explica a existência de associações e organizações formais ou informais na pesca artesanal destes municípios. Os dados dos Grupos Focais revelaram que a existência de um expressivo número de associações e o alto grau de organização das Colônias não contribui para práticas mais democráticas no interior destas organizações. Grande número de associações, como verificado em Arraial do Cabo - onde os conflitos envolvendo pescadores, Colônia e associações são mais evidentes - expressa a existência de múltiplos interesses políticos que orbitavam inicialmente em torno da Colônia, mas com as cisões provocadas pelos conflitos políticos originaram novas instituições, como as Associações de Pescadores, sem que isso tenha se traduzido em maior participação dos pescadores. Assim, fica patente que a força numérica do associativismo não se traduz em melhoria nas relações sociais e maior confiança mútua entre os pescadores. Longe de significar maior cooperação social, o expressivo número de associações, como observado em Arraial do Cabo, é produto da fragmentação política e da falta de articulação por parte dos líderes das instituições, no sentido de envolver toda comunidade nos assuntos geridos por estas instituições. Ademais, muitas destas associações existem somente no papel, com o intuito de angariar recursos públicos para os seus representantes.

Deste modo, as teses levantadas por Putnam em seu extenso trabalho na Itália moderna não são passíveis de serem utilizadas para analisar a realidade dos pescadores artesanais dos municípios estudados, no que concerne ao associativismo. Isto porque, a expressão numérica do associativismo na pesca não gera ações recíprocas baseadas na confiança.

5.2.3. Dimensões do Capital Social: confiança interpessoal e redes

A participação dos indivíduos em instituições associativas e em práticas comunitárias depende da densidade das relações sociais estabelecidas pelos indivíduos e dos níveis de confiança nestas instituições e no nível interpessoal. Em sociedades ou grupos sociais onde a cultura da participação é mais enraizada, as pessoas enfrentam menos obstáculos quando precisam se unir para atingir um objetivo comum. Assim sendo, a união e a cooperação pressupõem a existência de redes sociais baseadas na confiança mútua entre os agentes. Portanto, uma das variáveis que nos ajudam a entender as motivações dos agentes sociais em se engajar em ações colaborativas é a confiança interpessoal, que no Censo do PEA-Pescarte foi capturado pelo teste sociométrico. A sociometria ou teste sociométrico é uma ferramenta analítica capaz de medir as relações

interpessoais em geral e as relações em situação de escolha particular, refletindo a confiança dos agentes sociais nos demais indivíduos. Assim, é possível verificar as redes sociais estabelecidas pelos indivíduos, sua densidade e extensão, por meio de perguntas que pedem para que o indivíduo indique em situação de escolha particular a pessoa, ou as pessoas, que ele mais confia. No teste sociométrico realizado pelo Censo PEA-Pescarte foram apresentadas quatro situações de escolha pessoal, a primeira pedia aos pescadores que indicassem até cinco pessoas de sua maior confiança, a segunda pedia que fossem indicados, em ordem de importância, até cinco nomes de pessoas mais confiáveis para trazer algum tipo de benefício para a comunidade, a terceira apresentava como situação de escolha pessoal a indicação de até duas pessoas, em ordem de importância, para acompanhar o grupo de pesca no barco e a quarta situação pedia para que fossem indicados, em ordem de importância, em uma situação de problema grave na comunidade, até duas pessoas de maior confiança para resolver o problema.

Para averiguar o tamanho das redes sociais geradas por laços de confiança e a capacidade de interação dos indivíduos fora dos laços familiares, a primeira situação do teste sociométrico visou verificar as pessoas que são de maior confiança dos pescadores, pedindo-lhes que indicassem até cinco nomes de pessoas de sua maior confiança na comunidade. Os dados desagregados por município apontam que à exceção de São João da Barra (46,6%) e Cabo Frio (44,7%), os demais municípios possuem um percentual de abstinência de respostas superior a 50% dos respondentes. Portanto, os dados revelam que a capacidade de interação com outros indivíduos e, portanto, a capacidade de formação de redes sociais para além dos laços familiares é maior nestes dois municípios.

Tabela 10 - Pessoa que você mais confia.

Municípios	Nenhuma indicação	1 indicação	2 indicações	3 indicações	4 indicações	5 indicações
Campos dos Goytacazes	68,6%	15,0%	10,6%	4,9%	0,5%	0,3%
Macaé	61,9%	20,9%	10,3%	5,3%	1,0%	0,7%
São Francisco de Itabapoana	63,4%	23,9%	7,7%	4,0%	0,9%	0,0%
São João da Barra	46,6%	21,4%	15,2%	7,9%	3,1%	5,8%
Arraial do Cabo	61,1%	23,5%	9,7%	3,6%	0,8%	1,3%
Cabo Frio	44,7%	31,9%	16,8%	4,6%	1,3%	0,7%
Quissamã	59,3%	11,3%	12,0%	15,3%	13,0%	0,7%

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Na segunda situação apresentada pelo teste sociométrico, realizado para verificar a dimensão das redes sociais existentes nas comunidades pesqueiras dos setes municípios estudados, foi pedido aos pescadores que indicassem até cinco pessoas de sua maior confiança que poderiam trazer algum tipo de benefício para a comunidade. De acordo com os dados da tabela 11, em todos os municípios o percentual daqueles que não indicaram ninguém foi acima de 65%, revelando baixa confiança interpessoal pela incapacidade dos pescadores de apontarem um nome na comunidade que gere confiança para o grupo. Campos dos Goytacazes é o município com o maior percentual de abstinência de respostas, com 87,9% de pescadores que não indicaram nenhum nome para o teste. Por outro lado, o município onde houve maior número de indicações foi Macaé, ainda que o percentual de abstinência de respostas seja alto (67,5%), como nos demais municípios.

Tabela 11 - Pessoa que você mais confia para trazer algum benefício para comunidade.

Municípios	Nenhuma indicação	1 indicação	2 indicações	3 indicações	4 indicações	5 indicações
Campos dos Goytacazes	87,9%	10,2%	1,9%	0%	0%	0%
Macaé	67,5%	25,5%	6%	1%	0%	0%
São Francisco de Itabapoana	84,4%	12,9%	2,6%	0%	0%	0%
São João da Barra	73,6%	18,7%	6,7%	0,6%	0,2%	0,2%
Arraial do Cabo	77,5%	16,6%	4,9%	0,8%	0%	0,3%
Cabo Frio	79,6%	17,0%	3,3%	0,2%	0%	0%
Quissamã	80,0%	12,7%	4,7%	2,0%	0,0%	0,7%

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Em uma nova situação exposta pelo teste sociométrico, pediu-se aos pescadores que indicassem até duas pessoas de sua maior confiança, em ordem de importância, para acompanhar o seu grupo de pesca, em caso do seu barco precisar de um novo tripulante. De acordo com as informações da tabela 12, o município de Campos dos Goytacazes é, novamente, o município com maior percentual de pescadores que não indicaram ninguém no teste sociométrico (87,5%). Neste caso, há uma provável explicação para o alto percentual de abstinência de respostas neste município: o alto percentual de pescadores continentais (lagoas e rios) que, a diferença dos pescadores marítimos, não utilizam o regime de parceria no trabalho de captura do pescado. Da mesma forma, em

todos os demais municípios, uma considerável parte dos entrevistados que abstiveram de indicar um nome pode ser pescadores continentais.

Por outro lado, Arraial do Cabo é o município com o menor percentual de ausência de indicações (61,6%) e o município com maior indicação de dois pescadores (21,5%) - o número máximo de indicações solicitada pelo teste sociométrico nesta situação.

Tabela 12 - Pessoa que você mais confia para acompanhá-lo no seu barco.

Municípios	Nenhuma indicação	1 indicação	2 indicações
Campos dos Goytacazes	87,5%	6,8%	5,6%
Macaé	73,8%	17,5%	8,6%
São Francisco de Itabapoana	80,5%	13,2%	6,2%
São João da Barra	64,4%	17,7%	17,9%
Arraial do Cabo	61,6%	16,9%	21,5%
Cabo Frio	73,9%	15,3%	10,8%
Quissamã	84,0%	9,3%	6,7%

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

A última situação apresentada no teste sociométrico verificou o nível das relações interpessoais pela constituição de redes sociais em torno de uma situação problema na comunidade. Assim, foi pedido aos pescadores que indicassem até duas pessoas que eles considerassem mais confiáveis, em ordem de importância, para solucionar um problema grave na comunidade. Nesta situação, o percentual de abstinência de resposta é maior que nas situações anteriores para todos os municípios do estudo. Os dados por município, reunidos na tabela 13, apontam que, desta vez, o município que apresentou o maior percentual de abstinência de respostas foi São Francisco de Itabapoana (95,4%). Em todos os municípios estudados, o percentual de pescadores que não indicaram ninguém foi acima de 80%, percentual alto quando se considera que uma situação de problema grave na comunidade exige quase sempre a colaboração das redes sociais. Deste modo, os dados demonstram que os pescadores não utilizam o mecanismo das redes sociais para solução dos problemas que afetam a comunidade, buscando soluções individuais para problemas que em muitos casos são de ordem coletiva.

Tabela 13 - Pessoa que você mais confia para resolver um problema na comunidade.

Municípios	Nenhuma indicação	1 indicação	2 indicações
Campos dos Goytacazes	94,7%	4,9%	0,3%
Macaé	80,5%	16,9%	2,6%
São Francisco de Itabapoana	95,4%	4,1%	0,5%
São João da Barra	84,4%	12,7%	2,9%
Arraial do Cabo	90,3%	7,2%	2,6%
Cabo Frio	83,4%	15,3%	1,3%
Quissamã	91,3%	7,3%	1,3%

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Os altos percentuais de abstinência de respostas nas quatro situações do teste sociométrico revelam dificuldades na capacidade de formação de redes sociais, pelo baixo nível de interação grupal e comunicação interpessoal, fator que restringe o desenvolvimento de atividades coletivas voltadas principalmente para defesa dos interesses de classe nos conflitos com outras forças sociais, como as empresas de petróleo pelo uso e apropriação dos territórios marítimos.

Esta evidência empírica remete a ideia de comunidade, que comumente é relacionada com a união e confiança mútua. Contudo, no caso da pesca, a bibliografia que trata da dinâmica social das populações pesqueiras retrata ocorrência de conflitos no uso e apropriação dos espaços de pesca por diferentes usuários e problemas de relacionamentos entre pescadores por conflitos relacionados ao controle e acesso aos recursos, formas de manejo e controle da pesca (POTIGUAR JUNIOR, 2008; SANTOS, 2014; SOBREIRO, 2008) que dificultam a constituição de uma identidade grupal.

Percebe-se, ao analisar os dados dos sete municípios, ainda uma outra dimensão do conflito, que está expresso na classificação social que os pescadores realizam do “*ser pescador artesanal*”, que na fala de muitos pescadores reflete as diferenças socioeconômicas existentes no interior das próprias comunidades pesqueiras. Assim, a narrativa do que é ser pescador artesanal revela a oposição entre os pescadores mais pobres, geralmente de águas interiores (lagoas e rios) e os pescadores de alto-mar, que possuem maiores rendimentos e instrumentos de trabalho mais sofisticados. É comum ouvir dos primeiros que os pescadores de alto-mar não se enquadram na categoria de pescadores artesanais, por possuírem instrumentos de trabalho mais sofisticados, como os barcos traineiras e equipamentos eletrônicos como sonda, GPS e rádio. Assim, há uma identidade de pescador artesanal construída entre grupos de pescadores que passa pela diferença nas condições materiais de pesca. Como argumenta Woodward (2003) a identidade é construída em um processo de diferenciação que é demarcado ou pela

negação (exclusão do diferente) ou pela afirmação (valorização da diversidade). A demarcação da diferença pela negação ocorre pela exclusão ou marginalização do “outro”, do diferente, do “não integrado” ou “forasteiro”, enquanto que a demarcação da diferença pela afirmação se desenvolve por uma política de valorização da diversidade, da heterogeneidade e do hibridismo. No caso dos pescadores destes municípios, a autoimagem de pescador artesanal é construída por determinados grupos por meio da exclusão do outro, que é deslegitimado da condição de ser pescadores artesanais.

Os conflitos por vezes podem levar a atitudes de isolamento e competição por recursos que são escassos, enfraquecendo, deste modo, o sentimento comunitário e provocando a desorganização dos pescadores enquanto categoria. Por este motivo, foi comum ouvir dos pescadores, nos grupos focais, que eles não são uma classe unida ou que falta, por parte de todos, motivação para engajamento em atividades colaborativas. Tais observações corroboram com os postulados teóricos de Pedro Demo (2001) que considera que a cultura é um fator determinante da formação de uma identidade comunitária. Segundo o autor, um grupo social precisa possuir lastro cultural próprio que o identifique para se sentir uma comunidade, pois que “este lastro cultural próprio cristaliza a história da comunidade, os valores e símbolos culturais, os modos de ser e de fazer, bem como os modos de produzir” (Demo 2001, P. 55).

Por outro lado, os altos percentuais de ausência de respostas nas situações do teste sociométrico pode não ser representativos da realidade total da interação social dos pescadores, se considerarmos a atuação das redes familiares, apoiando os pescadores nos problemas da vida diária, como demonstra a tabela 14.

Tabela 14 - A quem o pescador recorre quando não consegue crédito no comércio local.

	CG	Ma	SFI	SJB	AC	CF	Qu
Família	46,7%	19,7%	48,3%	54,4%	30,2%	40,8%	30,1%
Amigos	8,4%	13,3%	10,9%	10,6%	15,8%	12,9%	20,5%
Nunca precisou de crédito no comércio local	2,4%	11,7%	12,3%	4,5%	27,9%	5,0%	26,5%
Atravessador	3,3%	16,5%	8,1%	1,5%	6,8%	9,0%	2,4%
Pessoas com quem pesca	3,9%	17,0%	3,6%	5,4%	0,4%	4,5%	1,2%
Instituições Financeiras	2,4%	5,9%	2,0%	2,1%	8,7%	3,5%	3,6%
Vizinhos	2,1%	0%	2,0%	2,4%	0,0%	1,0%	1,2%
Colônia	16,9%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Frigorífico e Fabrica de Gelo	12,0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Outras fontes	1,8%	7,1%	2,0%	2,1%	2,0%	3,0%	2,4%
Não respondeu	3,3%	5,3%	7,7%	7,3%	7,9%	19,9%	12,0%
Não sabe	3,9%	3,2%	3,2%	0,6%	0,4%	0,5%	0%

Legenda: (CG) Campos dos Goytacazes; (Ma) Macaé; (SFI) São Francisco de Itabapoana; (SJB) São João da Barra; (AC) Arraial do Cabo; (CB) Cabo Frio; (Qu) Quissamã.

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Os dados da tabela 14 revelam que para situações problemas, como a busca de alternativas à falta de crédito no mercado, a família é a instituição que os pescadores mais confiam, quando comparado a outras categorias de grupos sociais, como “vizinhos”, “pessoas com quem pesca” e “amigos”. De todos os padrões de respostas identificados, a categoria “família” apresenta os maiores percentuais entre os pescadores artesanais. Dos municípios estudados, São João da Barra é o município onde há maior número de pescadores que recorrem à família nessa situação (54,4%), enquanto que Macaé é o município onde há o menor percentual de pescadores que confiam na família para solução de problemas deste tipo, 19,7% do total de respondentes. Neste município é relativamente maior o número de pescadores que recorrem aos companheiros de embarcação, quando comparado com os outros municípios, revelando uma diversidade maior de redes sociais neste município. A partir destes dados é possível inferir que o sentimento de pertencimento, que forma uma identidade e unidade de grupo, está diretamente vinculado aos laços familiares e em menor proporção, aos laços de amizade, que se constituem em um elemento de solidariedade para uma parcela menor dos pescadores.

5.3. A lógica da cooperação: possibilidades e obstáculos na superação dos dilemas participativos

No último capítulo foi descrito e analisado um conjunto de componentes que formam o capital social em uma dada comunidade de indivíduos. Na descrição do capítulo observou-se que há fragilidade no tocante à presença de capital social para a promoção de empreendimentos coletivos, como os direcionados a produção e comercialização. Da mesma forma, a ausência de componentes do capital social de tipo comunitário bloqueia a capacidade dos indivíduos no que se refere à coordenação de ações para construção de uma gestão compartilhada do uso e apropriação dos recursos comuns explorados por estas comunidades.

Não foram encontradas diferenças substanciais entre as comunidades no tocante à presença de maior ou menor capital social. O índice de Capital Social revelou um baixo grau de capital social por indivíduos, não tendo sido possível notar diferenças de padrões entre os municípios. No entanto, é evidente que as comunidades pesqueiras e os municípios estudados se diferenciam em várias formas, pelas suas características socioculturais, pela trajetória de seu desenvolvimento econômico, pela presença de agentes (lideranças ou instituições) que em maior ou menor grau formam um centro energético de mobilização dos demais indivíduos, e até mesmo por sua configuração biofísica, que define a predominância de diferentes tipos de pesca e de conflitos. Contudo, as particularidades locais não decantam em uma diferenciação por município no que se refere aos indicadores de capital social analisados por esta tese.

Agora este capítulo tem como objetivo realizar um esforço no sentido de ampliar a análise acerca dos fatores e motivações que possam promover ações coletivas de cunho comunitário, de forma a superar os dilemas da ação coletiva que estão presentes nestas comunidades. Assim, foram verificadas as possibilidades e pré-condições para construção de ações coordenadas que visem à autogestão dos recursos comuns explorados, no que se refere ao ordenamento local de formas de uso e apropriação dos recursos e na construção de empreendimentos coletivos de produção, que demandam uma ação articulada dos pescadores, que extrapole os laços sociais restritos (familismo amoral), que são a forma de capital social predominante entre os pescadores artesanais de nosso estudo.

Sendo assim, um dos objetivos deste capítulo consistiu em descrever e analisar as possibilidades e as alternativas que estão sendo gestadas nas comunidades pesqueiras,

especialmente por meio da inserção de um PEA (Projeto de Educação Ambiental) da Petrobrás nestas comunidades, o PEA-Pescarte, para o desenvolvimento de um capital social de tipo comunitário, que supere as limitações que fazem com que estes indivíduos recorram e alimentem formas restritas de relação social, como aquelas próprias do familismo amoral.

5.3.1. Dilemas da participação social: o familismo como entrave a ação coletiva ou como mecanismo de resistência?

A pergunta que se faz nesta Seção se refere às motivações que condicionam os indivíduos a não participarem de ações coletivas. Para isto foram utilizados dados do Censo PEA-Pescarte, que captou estas motivações por meio de variáveis que expressam a participação em instituições associativas. No Censo PEA-Pescarte foi apresentado uma lista de instituições associativas e solicitou-se que os respondentes dissessem quais destas instituições eles possuíam conhecimento da sua existência e quais eles participavam. Quando o entrevistado afirmava não participar de uma instituição era instado a dizer os motivos pelos quais ele não participava. Dito isto, a análise se centrará nas duas instituições que mais agregam pescadores, segundo as informações do Censo PEA-Pescarte.

Inicialmente buscou-se entender os motivos da não participação dos pescadores na Colônia de Pesca de seu município. Diante disto, é preciso esclarecer que o banco de dados do Censo PEA-Pescarte apresenta algumas inconsistências com relação a erros de preenchimento e erros de respostas, porém a quantidade de erros que constam na base de dados é ínfima se considerado o total de respondentes, fato que não influencia na confiabilidade final da pesquisa. Sendo assim, o segmento dos pescadores que responderam por que não participam da Colônia de Pesca não corresponde em todos os casos ao mesmo percentual dos pescadores que responderam não participar. O segmento que respondeu por que não participa da Colônia de Pesca corresponde a 31% em Campos dos Goytacazes, 21% em Macaé, 35% em São Francisco de Itabapoana, 44,1% em São João da Barra, 40,1% em Arraial do Cabo, 31,8% em Cabo Frio e 18% em Quissamã. Assim, a tabela 15 mostra os motivos oferecidos pelos pescadores para não participar da Colônia.

Tabela 15 - Motivos da não participação na Colônia de Pesca.

	CG	Ma	SFI	SJB	AC	CF	Qu
Falta de Interesse	15,4%	31,1%	27,0%	30,2%	20,1%	31,6%	3,7%
Nunca foi convidado	40,1%	11,5%	24,8%	13,7%	10,1%	12,6%	22,2%
Falta de tempo	12,1%	18,0%	18,9%	33,0%	15,1%	35,6%	40,7%
Divergência com os líderes das organizações	6,6%	9,8%	3,9%	5,7%	15,1%	1,7%	11,1%
Descrença com esta instituição	4,4%	16,4%	5,1%	4,2%	32,7%	9,8%	11,1%
Aposentadoria	1,6%	1,6%	1,7%	1,4%	3,1%	0,6%	3,7%
Falta de documentos	11,0%	6,6%	8,2%	8,0%	0,0%	1,7%	7,4%
Outros motivos	1,5%	1,6%	5,3%	1,4%	1,2%	1,1%	0,0%
Não respondeu	4,9%	1,6%	2,0%	1,4%	2,5%	4,0%	0,0%
Não sabe	2,2%	1,6%	3,1%	0,9%	0,0%	1,1%	0,0%

Legenda: (CG) Campos dos Goytacazes; (Ma) Macaé; (SFI) São Francisco de Itabapoana; (SJB) São João da Barra; (AC) Arraial do Cabo; (CB) Cabo Frio; (Qu) Quissamã.

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Como se pode notar pelos dados da tabela 15, não há um padrão de resposta predominante para todos os municípios, isto é, cada município, dada as suas particularidades, apresenta um conjunto de motivos principais que condicionam a não participação dos pescadores na Colônia. Entretanto, há um conjunto de três motivações mais frequentes nestes municípios: falta de interesse, falta de tempo e “nunca foi convidado”. A alegação de falta de tempo para se envolver com as atividades da Colônia encontrou maior adesão de pescadores nos municípios de Quissamã (40,7%) Cabo Frio (35,6%) e São João da Barra (33%). Nestes municípios, esta motivação é a mais frequente entre os pescadores entrevistados pelo Censo. Ela é ainda a segunda opção mais frequente em Macaé, com 18% dos respondentes. Já a alegação de nunca ter sido convidado a participar é a mais frequente entre os pescadores de Campos dos Goytacazes, onde 40,1% alegam nunca terem sido convidados pelos dirigentes para se integrarem à Colônia. Esta alegação é ainda a segunda mais frequente em São Francisco de Itabapoana (24,8%), ficando atrás apenas da falta de interesse em

participar que obteve adesão de 27% dos respondentes. Esta motivação também possui o segundo maior percentual de adesão em Quissamã (22,2%), atrás somente da falta de tempo, que reúne um percentual maior de pescadores, 40,7% dos respondentes. Arraial do Cabo é a única exceção neste padrão, pois apresentou como motivo mais frequente entre os respondentes do Censo a descrença com a Colônia.

Quando analisado os motivos para não participação nas Associações de Pescadores, verificou-se que as motivações que agregam um maior número de pescadores são “falta de interesse” e “nunca foi convidado”. Esta questão foi respondida pelos pescadores que afirmaram saber da existência de Associações de Pescadores, mas não participam, segmento que corresponde a 12,8% em Campos do Goytacazes, 34,1% em Macaé, 5,8% em São Francisco de Itabapoana, 8,9% em São João da Barra, 41,9% em Arraial do Cabo, 34,7% em Cabo Frio e 6% em Quissamã⁴⁸. Neste último município, o percentual de não participantes corresponde a apenas 9 respondentes. Este número baixo de respondentes inviabiliza qualquer inferência acerca deste município.

Assim sendo, entre os motivos alegados pelos pescadores para não participar da Associação de Pescadores, a falta de interesse para participar é a motivação que reúne o maior número de pescadores nos municípios de Macaé (46,6%), São Francisco de Itabapoana (37,3%), São João da Barra (44,2%) e Cabo Frio (25,3%). Em Campos dos Goytacazes a motivação que teve maior adesão dos pescadores foi a alegação de nunca ter sido convidado para participar, com 28% dos respondentes do Censo, enquanto que 21,3% responderam que não participam por falta de interesse. Já em Arraial do Cabo a motivação que mais agregou respondentes do Censo foi a divergência com os líderes das Associações, que obteve um percentual de 26,8% do total de respondentes do Censo, enquanto que 25% declararam nunca terem sido convidados e 22% afirmam que não possuem interesse em participar das Associações de Pesca. O padrão de resposta em Arraial do Cabo é correspondente com o que foi encontrado para Colônia de Pesca e coerente com os padrões encontrados nos demais indicadores de capital social referentes à confiança, filiação e participação nas atividades destas instituições associativas. De todos os municípios estudados, o município de Arraial Cabo ostenta os menores níveis de confiança, de filiação e de participação em atividades associativas.

⁴⁸ Este percentual não corresponde em todos os municípios ao percentual dos respondentes que declararam não participar da Associação, em razão das mesmas inconsistências já apontadas para a pergunta referente à participação na Colônia.

Dados dos Grupos Focais, já analisados anteriormente, revelaram as causas para estes padrões de respostas.

Tabela 16 - Motivos da não participação na Associação de Pescadores.

	CG	Ma	SFI	SJB	AC	CF	Qu
Falta de Interesse	21,3%	46,6%	37,3%	44,2%	22,0%	25,3%	11,1%
Nunca foi convidado	28,0%	8,7%	32,2%	30,2%	25,0%	11,6%	11,1%
Falta de tempo	8,0%	13,6%	11,9%	14,0%	10,4%	11,1%	22,2%
Divergência com os líderes das organizações	14,7%	3,9%	1,7%	2,3%	4,3%	11,1%	11,1%
Descrença com esta instituição	6,7%	12,6%	5,1%	0,0%	26,8%	21,6%	11,1%
Outros motivos	17,3%	9,7%	3,4%	4,7%	9,1%	9,3%	11,1%
Não respondeu	2,7%	4,9%	5,1%	4,7%	2,4%	8,4%	0,0%
Não sabe	1,3%	0,0%	3,4%	0,0%	0,0%	1,6%	22,2%

Legenda: (CG) Campos dos Goytacazes; (Ma) Macaé; (SFI) São Francisco de Itabapoana; (SJB) São João da Barra; (AC) Arraial do Cabo; (CB) Cabo Frio; (Qu) Quissamã.

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

A alegação de falta de tempo para participar revela as dificuldades que o trabalho da pesca impõe aos pescadores para se envolverem em atividades extras, como a dedicação de tempo e esforço às ações de cunho associativo. Assim, esta dimensão revela que uma significativa parcela dos pescadores não possui condições objetivas para se dedicarem às ações coletivas, como participar das atividades da Colônia de Pesca e da Associação de Pescadores. As falas do pescador C. e do pescador G., ambos de Arraial do Cabo, expõem de forma objetiva as dificuldades que os pescadores vivenciam na pesca:

Se tiver uma Colônia forte, porque o pescador não tem tempo. O pescador, ele vive no trabalho, fica pescando. É só sábado as vezes que eles pára. (...) Porque eles (os pescadores) não têm condições, eles vivem de pesca. Chegam de manhã, uma hora têm que pescar de novo, como que o cara faz? (pescador C. de Arraial do Cabo)

Eles não têm tempo de ir pra uma reunião, porque esses caras pescam a madrugada toda. Quando chegam, pesam o peixe e já tá na hora de ir pra casa. Dormem um pouco e já tá na hora

de voltar. O que que acontece? Então, nenhuma dessas... nenhuma dessas (associações e colônia) funcionam do jeito que deveria funcionar. (pescador G. de Arraial do Cabo)

Estas falas expõem uma das dimensões do “familismo amoral” e como ele se manifesta nas comunidades pesqueiras. Antes de ser uma recusa irracional à participação, ou uma falta de compromisso moral, o “familismo amoral” é a estratégia encontrada para superar os problemas da vida cotidiana diante da falta de condições objetivas para participar. O “familismo amoral” se expressa entre os pescadores a partir de um conjunto de ações em rede e pequenas articulações entre vizinhos, parentes e colegas de embarcação que atuam de forma pontual na solução de problemas cotidianos, como doenças, dificuldade em obtenção de materiais de trabalho ou de acesso a crédito. Ainda que a dimensão da confiança interpessoal não tenha aparecido nos dados quantitativos (teste sociométrico), ela surge quando os pescadores, em espaços de interação como os grupos focais, são instados a revelar aspectos da sua vida e da sua profissão. Este é o caso do depoimento da pescadora M. L., de Quissamã, que revelou como se manifestam as relações de solidariedade na pesca, que segundo ela ocorrem no interior do barco, onde se forma um tipo de associação da pesca que extrapola os laços familiares.

Uma coisa que eu acho que são solidários na pesca são os pescadores do mar, mas lá dentro do mar. Se o barco do filho dela quebra, o marido dela que não tem nada a ver com o barco, mas ele vai lá e ajuda. Mas ai tudo bem (...) Mas na hora de unir força pra poder buscar uma coisa não tem. Falta isso na pesca. Não tem. (...) A pessoa faz protesto pra ganhar dinheiro, certo. Digamos assim. Por que se não fosse pra vim dinheiro certo, tipo assim: ‘vamos lá discutir, mostrar, tamos necessitando’ ninguém participava de manifestação, não. É a força da gente que faz acontecer, mas em outras situações que não entra dinheiro ninguém participa. (pescadora M. L. de Quissamã).

O barco não é para o pescador apenas a sua unidade de trabalho e produção ou meio de locomoção, mas é também uma unidade associativa, que une os pescadores em um tipo de laço social de natureza próxima ao “familismo amoral”, que se pode designar pelo nome de “barquismo amoral”, mas que cumpre as mesmas características do familismo, de formação de um conjunto de laços sociais primários que sustenta o pescador nas suas necessidades cotidianas. Na fala de M. L. e de outros pescadores ouvidos nos grupos focais, fica claro que as relações sociais na pesca não adquirem o caráter de uma

comunidade cívica (capital social de tipo comunitário) como aquele tipo de capital social que Putnam (2000) encontrou na região norte da Itália. Deste modo, outras falas dos grupos focais expressam a natureza restrita destas redes de solidariedade:

A ajuda vem dos próprios pescadores. Um ajuda o outro quando precisa. Da Colônia, mesmo, a gente não tem ajuda (pescador J. de São João da Barra)

Os pescadores se ajudam. Sobre isso (união e confiança entre os pescadores), os pescadores são unidos (Amaro, pescador de São João da Barra)

Se tiver uma família passando por necessidade, dificuldade, os pescadores ajudam (pescadora E. de São João da Barra).

Pescador que é pescador ajuda um ao outro, porque sabe a dificuldade que passa. Independente se é homem ou se é mulher, o pescador se junta quando um preciso. O pescador chega junto tanto homem quanto mulher. (pescador C. de Campos)

O pescador é tudo unido. Eu sou contra a rede, agora contra o pescador, eu não sou contra. eu sou contra a rede. (pescador J. H. de Campos).

Quando um barco quebra, como você falou (se referindo a pergunta do mediador) o pescador ajuda o outro... quando o barco quebra o outro fala assim: 'oh, estamos aqui pra apoiar vocês'. tá quebrado, as pessoas ajuda. Mas o bom seria se a Colônia ajudasse. (pescador J. de Arraial do Cabo)

Este padrão de resposta foi observado nos grupos focais de Campos dos Goytacazes, de Macaé e na maioria dos participantes do Grupo focal de São João da Barra. Em São Francisco de Itabapoana foi relatada à existência de uma rede informal organizada pelos pescadores, que compensam a ausência de colaboração da Colônia, denominada pelos pescadores de “união de amigos”⁴⁹, demonstrando, neste município, certo grau de organização comunitária. Tais redes são mecanismos de compensação, acionados quando as ações públicas são insuficientes para atender as demandas das comunidades e revelam fragilidades nos laços entre os órgãos representativos da pesca e a população de pescadores. Já no Grupo Focal de Cabo Frio, um pescador relatou a existência de ações coordenadas entre os pescadores na fiscalização dos recursos naturais explorados:

⁴⁹ Esta informação foi extraída do relatório do Grupo Focal de pescadores de São Francisco de Itabapoana, pois a pesquisa não encontrou nos bancos de dados do projeto o áudio referente aos Grupos Focais deste município.

Os pescadores fiscalizam uns aos outros. Se tiver alguém jogando óleo na lagoa a gente chama atenção dele: 'não joga óleo na lagoa, não. Não faça isso, não'. Eu já vi e vejo várias vezes isso ai. E chamo atenção. (pescador G. de Cabo Frio)

Entretanto, tais ações embora constituídas por fortes laços de solidariedade não são capazes de promover relações mais institucionalizadas, que gerem benefícios comunitários, como a melhoria na qualidade de vida das populações envolvidas nestas práticas. São, em sua maioria, ações acionadas em situações de crise e quando permanentes como é o caso da “união de amigos” e dos arranjos de fiscalização mútua, relatado pelo pescador G. de Cabo Frio, se mantém como arranjos informais que caracterizam nossas relações sociais desde os tempos coloniais: prevalece historicamente em nosso país a busca por soluções extraoficiais, formação de arranjos e acordos feitos de modo informal, que torna difícil qualquer esforço no sentido de institucionalização de práticas coletivas. Sendo assim, a prática de transpor para nossa realidade teorias e conceitos gerados em ambientes sociais distintos do nosso esbarra nesta dissociação encontrada no campo de estudo, que opõe a existência de trocas solidárias que envolvem estas populações com o acúmulo de capital social comunitário. Em outros termos, o baixo nível de acúmulo de capital social das comunidades de pescadores não corresponde à falta de solidariedade entre as pessoas, porque ela pode ser verificada nos fortes laços familiares, profissionais e de grupos religiosos.

Neste sentido, como explicar a coexistência entre baixos níveis de capital social registrados e a presença de laços de solidariedade entre as pessoas? Talvez esta pergunta só exista pela prática acadêmica de transpor para nossa realidade conceitos exógenos, como é o caso das teorias produzidas para explicar a associação entre comportamento cívico e desenvolvimento econômico na Itália moderna (BANFIELD, 1958; PUTNAM, 2000) que foram criadas em um contexto social e cultural distinto do nosso. Como já discutido anteriormente, nas comunidades pesqueiras não há a correlação que Putnam (2000) encontrou na Itália entre as duas dimensões do capital social: confiança e reciprocidade (dimensão subjetiva) e relações sociais horizontais e emancipatórias (dimensão objetiva). Dito de outro modo, o capital social de tipo comunitário não é condição necessária para o estabelecimento de laços de solidariedade entre as pessoas.

Uma pista importante que pode responder a esta questão foi dada pelo estudo realizado por Drummond e Fellipe (2003) entre moradores do entorno da Baía da

Guanabara no Rio de Janeiro. Na pesquisa realizada pelos autores acerca das relações de reciprocidade, confiança e solidariedade entre os moradores, foram encontrados diferentes estágios de capital social, o que parece corresponder com os achados deste estudo. Os estágios de capital social correspondem, segundo estes autores, a duas instâncias de manifestação dos laços de solidariedade. Uma que os autores chamaram de “imediate”, que nas palavras deles corresponde a “ações isoladas, de curto prazo e alcance, orientadas por relações de parentesco ou vizinhança, ou relações interpessoais mais gerais, como as ações de caridade promovidas pelas igrejas, de perfil verticalizado e assistencialista” (DRUMMOND; FELIPPE, 2003, p. 209). A outra foi denominada pelos autores de “mediate” e é caracterizada por ações coletivas de viés comunitário, fortemente institucionalizada e de perfil mais horizontal e emancipatório. A instância “imediate” é o tipo de solidariedade que caracteriza a maior parte dos laços sociais das comunidades pesqueiras dos municípios confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos.

Importante observar que nem todos os laços sociais mantidos nas comunidades pesqueiras se caracterizam por um tipo puro de familismo, porque em várias ocasiões eles ultrapassam os limites do ambiente doméstico e se constituem em alianças mais amplas que abrangem vários membros da comunidade, como é o caso da “união de amigos, embora não sejam intermediados por relações institucionalizadas, ao nível de constituírem uma comunidade cívica.

Diante do que foi aqui apresentado, pode-se afirmar que a maioria dos pescadores artesanais da Bacia Sedimentar de Campos não reconhece a ação comunitária e associativa como meio mais eficaz de solução dos problemas que afligem a pesca. Eles preferem se dedicar aos cuidados e necessidades da família. Deste modo, entende-se que este comportamento familista embora tenha um papel fundamental no sentido de excluir outras relações sociais, como tornar a vida associativa menos vibrante nas comunidades pesqueiras, não possui as características pretensamente amorais imputadas por Banfield (1958). Portanto, o termo “amoral” não se encaixa na descrição dos laços sociais destas comunidades, dado que as relações sociais de caráter familista são igualmente pautadas por normas de obrigação e reciprocidade. Ademais, este tipo de comportamento possui importância na vida destas pessoas por ser configurar na aquilo que Manuel Villa verde Cabral (2003) considera como sendo estratégias de sobrevivência e de melhoria das condições econômicas dos grupos domésticos, afetados, em sua maioria, pela precariedade de recursos materiais e simbólicos para fomentar formas de capital social de tipo comunitário.

Contudo, a tese de que os pescadores são solidários entre si não é consensual entre os pescadores. Um número maior de pescadores nos Grupos Focais é adepto da ideia de que o pescador não é solidário e de que há uma forte desconfiança interpessoal. Tal padrão de resposta foi encontrado em algumas falas dos grupos focais de Campos dos Goytacazes, Cabo Frio, Arraial do Cabo, São João da Barra e Quissamã:

Os pescadores não são unidos. Não tem união. (...) há muitos pescadores aqui em Cabo Frio, mas quando tem reuniões poucos comparecem. (pescador L. de Cabo Frio)

Cada um aqui vive a sua vida. O pescador... cada um vive por si. Se você quer 'panhar' isso (peixe), você 'panha'. Cada um vive por si, aqui. (pescador C. de Campos)

É isso que tá em falta ai: a união. As vezes dois ou três combina (para comprar insumos em conjunto), mas os outros não combina. Porque se o pescador tivesse união, não estava nessa situação que está ai. Se fosse unido a cooperativa não tinha acabado, a fábrica de gelo estava funcionando. A desconfiança existe. (pescador L. de São João da Barra)

O povo não se ajuda aqui. Agora, se o povo chegasse junto. Se o povo todo chegasse... o pescador chegasse e falasse: 'oh, ninguém pode mexer na nossa lagoa. Quem manda na lagoa somos nós que sobrevive dela. Não taria desse jeito, não. Se a gente chegasse... chegasse na porta da prefeitura e quebrasse mesmo, metesse o pau, mesmo e mostrasse que a gente é unido eles não fariam o que estão fazendo, jogando esgoto e mais esgoto. (pescador M. de Cabo Frio)

A prefeitura prometeu transporte e montar uma cooperativa, mas não teve união dos pescadores pra fazer, porque na hora de fazer um falava: 'ah, eu não posso ir, eu to cheio trabalho'. (...) Aqui não tem união. (...) Um quer passar na frente do outro. (pescador M. de Quissamã)

Você ta vendo esta reunião aqui, cadê os pescadores? Ninguém participa. (...) Quantas reuniões que vocês (PEA-Pescarte) estão fazendo e nós tamos acompanhando? Quantos participam? (pescador R. de Quissamã)

Isso ai (solidariedade) eu acho que não tem não. Pra ser sincera acho que não. (pescadora D. de Quissamã).

Pescador é uma classe muito desunida. Não tem união. É humilde, mas não tem união. (...) Um pescador tem que ser uma família. Porque na hora de resolver, vamos resolver; na hora de fazer, vamos fazer. Então, a pergunta é: onde está a união? Não tem essa união, porque na hora que a gente quer que essa união venha junto, ninguém comparece... chega junto. (pescador Z. C. de Quissamã)

Nós aqui somos afastados. Somos afastados como? Primeiro, o pescador é desunido. Se eu fosse resolver o meu problema, seu eu ganhar, todo mundo vai ganhar, mas se eu levar um soco na

cara, só eu que vou levar. Porque fica meia dúzia lá olhando, olhando e as vezes até dá raiva. Então, isso pra mim tem que ter união. (pescador F. de Arraial do Cabo)

Existe conflito. Existe conflito. Todo mundo vai buscar o seu interesse próprio. (pescador B. de Arraial do Cabo)

Por outro lado, a alegação de nunca ter sido convidado para participar é a motivação que mais evidencia um potencial de participação futura, pois bastaria um estímulo para se conquistar adesão do pescador à participação. Para esta parcela de pescadores há um problema de ação coletiva que pode ser superado com a ação de *empresários políticos*, dirigentes que assumem um papel de catalizadores da participação, promovendo e organizando a ação coletiva dos indivíduos (Taylor, 1991). Ou então faltaria a este grupo de pescadores um conjunto de incentivos que Taylor (1991) denomina de *incentivos sociais*, que se refere aos vínculos que as pessoas têm com outras pessoas (amigos, conhecidos, colegas de trabalho, familiares) que proporciona uma base de motivação para ação coletiva. Taylor (1991) explica que este tipo de incentivo existe quando “um indivíduo se une, contribui ou participa, porque tácita ou abertamente é pressionado por amigos, colegas, companheiros de trabalho, ou por companheiros da célula local da associação” (p.130).

No entanto, tendo ainda como base os postulados teóricos de Taylor (1991), a força dos incentivos sociais parece ser menor do que a dos incentivos materiais especialmente quando os destinatários destes incentivos são pessoas que apresentam um conjunto de carências materiais como os pescadores artesanais. Diante da privação de recursos e meios para alcançá-los, os incentivos materiais possuem uma força de atração mais eficaz que os sociais, por outro lado, sua aplicação pode ter para uma associação um custo maior, visto que são recursos que são normalmente procedentes de seus próprios membros e, portanto, há um limite na sua obtenção para utilizá-lo como incentivo seletivo na atração de membros para a instituição (Taylor, 1991).

O terceiro motivo mais frequente nos municípios foi a alegada falta de interesse na participação. Diferente daqueles que alegaram nunca terem sido convidados a participar, pois estes mostram uma atitude mais aberta à participação futura, a falta de interesse é, em outros termos, uma alegada falta de disposição em se envolver em ações de cunho associativo. Neste sentido, uma característica mais geral parece ser a das pessoas manterem atitudes mais passivas e de espera de soluções por parte de instituições externas, como o governo, do que adotar posturas mais proativas de participação

coletiva, pois isto implica uma enorme quantidade de tempo e um nível mínimo de consciência, quer dizer, vontade e disposição à ação coletiva, que permita estimular uma reflexão mais dinâmica acerca dos princípios que amparam as ações que se pretende executar em âmbito coletivo.

O envolvimento das pessoas em ações de cunho coletivo se dá em função de seus interesses pessoais e do conhecimento mínimo das ações dos demais indivíduos, sendo assim, pode-se afirmar que as lideranças da pesca, que teriam o objetivo de agregar interesses de uma classe produtiva, como a dos pescadores artesanais, falharam no exercício de integração social desta classe ao não estimular a difusão de uma concepção que reforce uma identidade produtiva capaz de agregar um conjunto de valores e interesses comuns dos pescadores.

Por outro lado, é evidente que a maioria dos pescadores não encontram incentivos para participar de ações coletivas e grande parte carece de condições objetivas para realizar o esforço de participação ativa. Na ausência de incentivos – sejam de natureza social ou material –, de condições objetivas e na falta de lideranças que sejam um centro catalizador para ações de cunho associativo resta a estes indivíduos a proteção da família, as relações de solidariedade no barco e a receptividade, o apoio material e espiritual que encontra nos grupos religiosos e, em alguns casos, o apoio de agentes externos, como a universidade e os PEAs. Na ausência de uma solidariedade cívica, como bem lembrou Reis (1995), os indivíduos preferem adotar uma concepção de solidariedade restrita que se assemelha ao familismo amoral de Banfield, mas que diante da ausência de condições objetivas e subjetivas para arriscar uma ação coletiva de caráter mais amplo, o familismo dos pescadores artesanais não assume um caráter negativo e não pode ser pensado como uma variável estrutural que explica o quadro social da pesca, mas é antes um mecanismo de resistência e sobrevivência dos pescadores artesanais.

A análise do Capital Social feita neste trabalho versou sobre as categorias de “confiança” e “reciprocidade” “redes” e “instituições”, seguindo os pressupostos teóricos de diferentes pesquisadores como Putnam (2000), Bourdieu (1980), Ostrom (2005) e Coleman (1988). Até o momento, foram analisadas as redes de relacionamentos entre os indivíduos e a natureza dos laços gestados no interior destas redes, assim como as redes de relacionamento dos pescadores com agentes externos e com instituições associativas presentes nas comunidades. No tocante aos agentes externos, foi analisado o grau de confiança das comunidades pesqueiras com os principais agentes que

interferem na realidade social da pesca, como organizações associativas, universidades, empresas de exploração de recursos naturais e agências governamentais. Constatou-se, no tocante a esta questão, que há nas comunidades pesqueiras mais fontes de desconfiança que ameaçam ações de cooperação para superação dos dilemas da ação coletiva do que parcerias e acordos entre os pescadores da comunidade, entre comunidades e entre os pescadores e os agentes externos.

Valendo-se destas categorias analíticas, foi realizada na subseção seguinte uma análise acerca da existência ou não de pré-condições e características que possam estar presentes nas comunidades pesqueiras para superação dos dilemas da ação coletiva. Esta análise permitirá visualizar quais os desenhos institucionais que podem ser pensados para as comunidades pesqueiras a fim de promover o fortalecimento das redes de cooperação e de confiança. Para tanto, foi analisado como marco teórico uma discussão que versa sobre os fatores e possibilidades que favorecem a promoção de uma gestão compartilhada dos recursos naturais explorados por estas comunidades. Em outras palavras, a discussão se centrará no potencial que estas comunidades apresentam à promoção de processos de *gestão compartilhada* da produção e da exploração dos recursos comuns. Analisou-se o potencial destas comunidades a partir dos princípios elencados por Ostrom (2005) para governança comum dos recursos, bem como foram utilizadas variáveis sistematizadas pelo estudo de Plummer e Fitzgibbon (2004) para avaliar as pré-condições, características e os resultados obtidos com as formas de gestão comum. Destacaram-se não somente as pré-condições e características existentes, mas as possibilidades de construção de novas condições por meio da intervenção realizada pelo Projeto PEA-Pescarte nestas comunidades.

Entende-se a *gestão compartilhada* de recursos comuns como um processo de regulação do uso e apropriação dos recursos que envolve a participação ampla de diferentes atores interessados, incluindo os usuários dos recursos naturais (SEIXAS et al., 2011, p. 23). Neste sentido, a gestão compartilhada pressupõe a construção de espaços democráticos de tomada de decisão e negociação, em que os usuários têm participação ativa nas decisões de cunho regulatório. Em diferentes casos, os processos de gestão compartilhada aproveitam os arranjos institucionais locais construídos e manejados pelos próprios usuários (SEIXAS et al., 2011, p. 23). Parte da literatura que debate as formas de gestão da exploração dos recursos comuns contempla a associação deste tema com o capital social, em virtude do crescimento constatado de processos de gestão que buscam formas de relacionamento dos usuários dos recursos naturais com

a sociedade civil e com diferentes atores da esfera pública e privada. Assim, emerge um novo tema na gestão dos recursos naturais, o da *gestão compartilhada, participativa e comunitária, cogestão ou cogerenciamento* (SEIXAS et al., 2011, p. 23).

5.3.2. Antecedentes e características de uma comunidade para o estabelecimento de ações coletivas.

A literatura consultada por esta tese destaca uma série de fatores que favorecem a promoção de uma gestão compartilhada dos recursos comuns. A característica que distingue a gestão compartilhada dos recursos comuns de outras formas de gestão é o “compartilhamento de poder e responsabilidades” entre os atores envolvidos na gestão e o estabelecimento de acordos e parcerias com atores que disputam o uso dos recursos naturais (SEIXAS et al., 2011, p. 23).

A partir destes referenciais teóricos será possível também pensar em mecanismos de fortalecimento da cooperação entre os pescadores para a solução de problemas comuns identificados por eles. Estes fatores e princípios podem ser pensados para compreender as possibilidades e limitações de qualquer empreendimento de ação coletiva, seja a gestão comunal de regras de uso e apropriação de recursos naturais, seja a criação de empreendimentos cooperados, como cooperativas. Destarte, Seixas et al.(2011) destacam quatro fatores fundamentais que favorecem o desenvolvimento da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros:

- *Aumento da organização e a capacitação das comunidades e suas respectivas instituições.* Para Seixas et al. (2011)), tal processo é conduzido de fora para dentro, por impulso de governos, organizações governamentais e ou pesquisadores. No entanto, em muitos casos isto tem gerado desafios na manutenção ao longo do tempo dos projetos, porque demanda a manutenção da parceria com o agente externo.
- *Existência de instituições locais normatizando o uso e acesso aos recursos pesqueiros.* Sobre este aspecto, Seixas et. al. (2011), baseando-se nos estudos de Kalikoski e Allison, questionam o trabalho das instituições governamentais no fomento de projetos de gestão compartilhado, ressaltando que elas apenas se apropriam do conceito, mas que na prática reproduzem um

modelo de gestão centralizada convencional, que distribui atribuições aos pescadores como, por exemplo, monitoramento e fiscalização, mas sem compartilhar aspectos importantes do processo de decisão como, por exemplo, a divisão de poder sobre o estabelecimento de regras de uso. Neste sentido, Ostrom (2005) demonstra que ordenações impostas de cima para baixo por agências governamentais podem comprometer os arranjos institucionais autônomos destas populações na regulação do uso dos recursos comuns. A autora cita os casos das legislações pesqueiras do Canadá e do Brasil que não reconhecem os sistemas de regras locais criados informalmente por populações pesqueiras para delimitar os espaços de pesca e a entrada de pessoas de fora. Em outro caso parecido, relativo à regulação do uso e apropriação dos recursos naturais nos bosques nacionais do Nepal, Ostrom (2005) relata que o governo deste país limitou o acesso às áreas florestais perturbando um sistema de controle comunal previamente estabelecido pelas populações locais. Neste caso, a ação do governo desestruturou um sistema comunal baseado na confiança e no respeito mútuo dos indivíduos para o uso e proteção dos bosques, gerando um reforço nas atitudes egoístas, como de depredação dos recursos, em razão da percepção da população de que elas haviam perdido o controle sobre os bosques e porque não acreditavam na capacidade do governo de preservar os recursos naturais.

- *Existência de espaços de negociação que reúnem diversos interesses envolvidos na pesca ou recursos naturais em geral.* Alguns exemplos são apontados pela literatura, que destacam o pioneirismo das comunidades pesqueiras da Lagoa dos Patos na implantação do Fórum da Pesca e os acordos de pesca na Amazônia, fomentados pelas populações ribeirinhas de pescadores, que se constituem como espaços de negociações onde reúnem diversos grupos de interesses (pescadores, agricultores, pecuaristas, fazendeiros e ribeirinhos em geral) (Seixas et al. 2011)).
- *Existência de monitoramento ambiental e/ou social.* Seixas et al.(2011) relatam casos de implementação de monitoramento pesqueiro com enfoque participativo como no Baixo-Sul Baiano, onde as famílias de pescadores são capacitadas para realização de tal monitoramento:

Assim, durante uma semana por mês, e por um período de um ano, os participantes do monitoramento registram suas capturas, artes de pesca utilizadas, tempo e local da pescaria, e realizam a biometria dos indivíduos capturados, por espécie. (Seixa et. al., 2011, p. 30).

Muitos destes fatores são características comuns às encontradas em outros trabalhos como os de Plummer e Fitzgibbon (2004) e de Ostrom (2005). Plummer e Fitzgibbon (2004) propuseram 14 variáveis para se pensar a configuração de um cenário de participação e cogestão dos recursos comuns e dos problemas que afetam o desenvolvimento de grupos sociais e dos seus recursos explorados. Estas 14 variáveis foram reunidas em três componentes criados pelos autores (antecedentes e condições; características; e resultados) como pode ser observado na tabela a seguir construída com base na tabela organizada pelos autores:

Tabela 17 - componentes e variáveis da gestão compartilhada segundo Plummer e Fitzgibbon (2004).

Antecedentes e condições	Características	Resultados
1. Crise real ou imaginada.	7. Pluralismo.	12. Equidade e eficiência na tomada de decisões.
2. Disposição em contribuir.	8. Comunicação e negociação.	13. Legitimação das ações.
3. Oportunidade de negociação.	9. Tomada de decisão negociada.	14. Capacidade aumentada.
4. Incentivos negociados e legalmente determinados.	10. Aprendizagem social.	
5. Lideranças ou centro energéticos.	11. Ação compartilhada e comprometimento.	
6. Existência de visão comum e redes		

Fonte: adaptado de Plummer e Fitzgibbon (2004)

Alguns destes componentes e variáveis sistematizados por Plummer e Fitzgibbon (2004) estão em consonância com os fatores apresentados por Seixas e seus colaboradores. Isto posto, com base nas 14 variáveis apresentadas por estes autores, verificou-se a presença destes componentes nas comunidades pesqueiras estudadas por esta tese.

Como demonstrado pela tabela acima, as primeiras variáveis de Plummer e Fitzgibbon (2004) são antecedentes ou pré-condições existentes na comunidade que facilitam a cooperação na gestão dos recursos comuns, bem como podem ser pensados para o fomento a empreendimentos a qualquer tipo de ação coletiva. O primeiro antecedente refere-se à *condição de crise real ou imaginada*, que pode ser pensada a partir das contradições dos pescadores com as formas convencionais de gestão dos recursos. Tais contradições foram percebidas nos Grupos Focais, como as críticas que os pescadores possuem quanto às formas de fiscalização impostas por órgãos governamentais, que têm, na visão dos pescadores, uma postura policesca frente às práticas de pesca dos pescadores artesanais. Foram comuns os relatos nos grupos focais do tipo “eu acho que só tem fiscalização pra gente que tá sofrendo” ou “o que mais nos atrapalha é esta discórdia ai de tanta proibição.”

A diminuição do volume e da quantidade do pescado relatados como a principal alteração causada no ambiente de pesca, pelos pescadores entrevistados pelo Censo, é uma representação da crise percebida como a causa mais eminente da deterioração das condições objetivas de vida na pesca e que pode fomentar ações conjuntas para superação dos problemas comuns, como pode ser observado nos dados da tabela 18.

Tabela 18 - Principais alterações percebidas pelos pescadores em sua área de pesca.⁵⁰

	CG	Ma	SFI	SJB	AC	CF	Qu
Diminuição do volume de pescado	79%	61%	64,0%	51,1%	67,2%	57,2%	72,5%
Assoreamento	30%	36%	32,5%	42,1%	26,3%	70,8%	43,1%
Poluição	27%	24%	29,1%	35,0%	19,0%	51,9%	38,2%
Redução do tamanho dos peixes	25%	15%	17,4%	11,3%	20,4%	47,3%	8,8%
Desaparecimento de espécies de peixes	25%	38%	31,8%	22,6%	42,7%	36,0%	15,7%
Fechamento da Boca da barra	51%	0%	17,4%	50,3%	0%	9,9%	21,6%
Disputa de espaço marinho	0%	15%	7,8%	7,4%	26,6%	13,5%	0%

Legenda: (CG) Campos dos Goytacazes; (Ma) Macaé; (SFI) São Francisco de Itabapoana; (SJB) São João da Barra; (AC) Arraial do Cabo; (CB) Cabo Frio; (Qu) Quissamã.

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

⁵⁰ A tabela não apresenta todas as categorias de respostas dadas pelos pescadores às principais causas das alterações provocadas em seu ambiente de pesca, mas somente aquelas respostas que obtiveram maior frequência. O intuito de apresentar apenas as respostas mais recorrentes é de caracterização dos problemas comuns enfrentados pela classe pesqueira.

Com base nos dados da tabela 18, pode-se inferir que há uma crise nos estoques de peixes pescado tanto nos ambientes continentais quanto nos marinhos. Nos ambientes continentais a principal razão para a diminuição do volume pescado está no contínuo processo de degradação ambiental ocasionado pela poluição urbana e pelos recorrentes acidentes industriais que alteraram profundamente o ecossistema destes ambientes aquáticos (BELO, 2009). No mar a principal razão relatada pelos pescadores nos grupos focais é a interferência das indústrias petrolíferas, que como consequência das atividades de implantação das plataformas criou áreas de exclusão da pesca. Tais áreas de exclusão, como já mencionado anteriormente nesta tese, concentram grandes quantidades de cardumes de peixes. Deste modo, há uma percepção por parte dos pescadores de que os peixes “fogem” para as áreas de exclusão em razão da concentração de restos de alimentos jogados das plataformas, reduzindo os estoques de pescado nas áreas “livres” para a pesca. No entanto, a percepção da crise é uma pré-condição a mobilização dos pescadores, sendo necessário avançar na articulação para mobilização dos pescadores para que espaços de decisão e negociação sejam criados e ocupados por uma lógica da participação social.

Outra pré-condição necessária à mobilização dos pescadores para autogestão dos recursos pesqueiros é a *disposição para contribuir*, isto é, em que medida os pescadores estão dispostos a contribuir em ações coletivas que visem a criação de espaços de ação, decisão e negociação coletivas? Embora haja algumas iniciativas de articulação entre os pescadores, como a “rede de amigos”, informada nos grupos focais por pescadores de São Francisco do Itabapoana e igualmente se percebe a existência de ações em rede de cooperação com vizinhos e parentes, e iniciativas de construção de empreendimentos cooperados (a maioria delas frustradas), a maioria destas ações não escapam do que Reis (1995) considera ser um comportamento análogo ao familismo amoral de Banfield (1958), por serem, na sua maioria, iniciativas restritas a esfera privada, ao não se configurarem como ações coletivas de caráter público.

Não obstante, Plummer e Fitzgibbon (2004) e Ostrom (2005) argumentam que a disposição para contribuir pode aumentar na medida em que espaços de interação sejam fomentados para a participação das populações locais. Tais espaços, se institucionalizados, podem promover encontros contínuos que geram interações repetitivas, fomentando o conhecimento mútuo entre os participantes e assim a confiança que facilita a cooperação. Há no projeto PEA-Pescarte incentivos à criação

destes espaços, que têm sido fomentados nas reuniões dos grupos gestores⁵¹ e em oficinas que foram conduzidas pelo projeto (processo de licenciamento ambiental, gestão de projetos e formação básica em economia solidária), que visam à elaboração de projetos de geração de trabalho e renda. Os espaços contínuos de integração entre os pescadores, promovidos pelo projeto, que fomentam a participação destes sujeitos, buscando construir alternativas para os problemas da pesca a partir das opiniões fornecidas por eles próprios, pode potencializar a confiança interpessoal pela interação contínua oferecida nestes espaços, assim como poderá modificar a reputação que as instituições que conduzem o projeto possuem nas comunidades pesqueiras.

Tais espaços criados pelo Projeto PEA-Pescarte seriam a principal *oportunidade de negociação*, outro antecedente importante do modelo apresentado por Plummer e Fitzgibbon (2004). Na medida em que o PEA-Pescarte é uma articulação entre entidades (Petrobrás, IBAMA e universidade – UENF) ele vem fomentando, ao longo de mais de dois anos, espaços de discussão entre os pescadores e os representantes destas entidades. Assim, o PEA-Pescarte atua na promoção de *incentivos negociados legalmente determinados*. O projeto é um espaço com reputação conquistada nas comunidades; a interação com os pescadores nos espaços promovidos pelo projeto permitiu perceber que eles acreditam no projeto como um caminho para a superação destes dilemas. Para muitos pescadores que se manifestam nestes espaços o projeto é a última esperança do pescador em dias melhores para a pesca - fala muito recorrente nos encontros promovidos com eles. Com esta reputação, o projeto é um espaço legitimado que pode receber todas as discussões inerentes à pesca. São escassas as experiências que incentivem a negociação entre pescadores e outros atores, como por exemplo conselhos consultivos e fóruns da pesca, como o que é realizado em Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul.

Já o quinto antecedente do modelo de Plummer e Fitzgibbon (2004) - *lideranças ou centro energético* - parece ser o principal gargalho na consolidação da cooperação para a construção de empreendimentos coletivos. Para os pescadores ouvidos nos Grupo Focais, a Colônia possui um papel estritamente assistencialista nas comunidades,

⁵¹ A formação dos Grupos Gestores foi um dos eixos de ação propostos pelo PEA-Pescarte para o primeiro ciclo do projeto (2014-2016) e consiste em um grupo de trabalho, formado, em sua maior parte, por pescadores eleitos pelas comunidades pesqueiras em um processo de eleição conduzido pelo Pescarte. A outra parte dos integrantes do Grupos Gestores é formada por representantes da pesca ou por indicados destes. Os Grupos Gestores de cada município de atuação do projeto são responsáveis pela elaboração de projetos de Geração de Trabalho e Renda para os pescadores artesanais. O trabalho de cada Grupo Gestor vem sendo assessorado pela equipe técnica do projeto.

possuindo um papel restrito à prestação de serviço social e de regularização de documentos. Vários pescadores relatam que as Colônias oferecem em alguns casos serviços como o de tratamento dentário e na maioria dos casos funcionam como uma espécie de facilitadoras para retirada de documentos, como garantia da carteirinha de pescador artesanal. Além disso, em muitos casos relatados, falta à Colônia transparência na gestão dos recursos financeiros.

“A Colônia disponibiliza tratamento dentário e médicos e a Associação Mista de Pescadores com material de pesca.”
(pescador A. C. de Macaé)

“A Colônia está no mesmo sistema de ajuda. O presidente dá autorização para ver se tem alguém acamado.” (pescador H. de Macaé)

“A colônia dos pescadores funciona como uma ‘espécie de INSS’
(pescador J. H. de Campos)

“A Colônia só ajuda no tempo de eleição. Só nesta época.”
(pescador R. de Macaé)

“(…) a colônia serve assim, para atender a um documento para o pescador.” (pescador A. de São João da Barra)

“Na verdade eu nem sei de que forma são os recursos que vem para ela, mas muita das vezes, o atendimento dela para o pescador não é 100%, porque vejamos agora esta situação de muitas pessoas ficarem pendente, de não receberem o defeso”
(pescador J. B. de Campos)

Deste modo, uma parcela significativa dos pescadores considera que a representação das Colônias está enfraquecida, no que diz respeito a sua representatividade na busca de meios para superar as questões que afligem a classe pesqueira. Há, no entanto, variações nos padrões de respostas apresentado por pescadores dentro de cada grupo e entre os grupos focais dos municípios sobre o papel desempenhado pelas Colônias de pesca. Alguns pescadores relataram os esforços da Colônia em buscar soluções para os problemas da pesca, enquanto outros revelaram a falta de representatividade destes órgãos. Ficou evidente que em determinados municípios a Colônia não é um órgão representativo, creditando a baixa participação junto a esta instituição à ausência de um trabalho de mobilização por parte deste órgão. Enquanto que em outros municípios os grupos focais revelaram uma alta confiança nas ações da Colônia, reconhecendo nelas um papel de fortalecimento da organização social e valorizando o trabalho de suas

lideranças, como é o caso de Cabo Frio. Vale lembrar também que há uma variação no padrão de respostas entre os dados dos Grupos Focais e do Censo, visto que no Censo a maioria dos pescadores creditou alta confiança no trabalho desenvolvido pelas Colônias, com a exceção de Arraial do Cabo.

O último antecedente e pré-condição do modelo é a presença nas comunidades pesqueiras de uma *visão comum e redes*. Na maioria dos casos, as visões dos indivíduos sobre os aspectos das realidades são distintas uma das outras, ainda mais quando se trata de dimensões subjetivas permeadas por experiências pessoais. Assim, é mais comum observar em discussões realizadas com os pescadores diferenças ideológicas, diversidades de visões de mundo e de metodologias de trabalho, que ajudam a separar e atomizar a participação das pessoas.

Deste modo, verificou-se que na pesca há grandes grupos que se caracterizam por sua heterogeneidade de interesses e horizontes culturais. Estas diferenças foram observadas nos grupos focais em diversos momentos; em determinadas falas ficou claro que há um conflito pela adoção de um comportamento preservacionista por parte de alguns pescadores contra ações e práticas predatórias de alguns de seus colegas. Em alguns relatos aparece esta dimensão do conflito quando alguns participantes da pesquisa relatavam o uso de práticas predatórias por parte de seus companheiros de pesca como, por exemplo, o uso de rede na pesca de lagoas e a utilização de malhas pequenas (em contraste com o tamanho permitido pela legislação) na pesca em rios e lagoas, que acaba por depredar os estoques de filhotes, inviabilizando a renovação do sistema ecológico.

“(...) você chega lá na lagoa dos Fidalgos tem uns moleques com rede panhando peixinho miudinho. Não tem fiscalização. Se tivesse fiscalização, botava esse povo na cadeia. Panha uns três, quatro anos de cadeia pra quem pescava com a rede. Tem que ser, porque panhar aqueles peixinhos miudinhos é crime. Pescar no defeso é crime inafiançável, só que quando a polícia panha quebra o galho do cara, porque é pior você pescar no defeso do que manter um cara. (pescador C. de Campos)

Eu lembro que a lagoa (lagoa de cima) deu tanto sairú, mais tanto sairú, numa época que os pescadores vendiam o que vendiam e o resto jogavam fora. Isso muitas pessoas já comprovaram isso. (...) eu já trabalhei na lavoura e já testifiquei pescador jogando caixa de sairú dentro dos canaviais, porque não venderam. Em tudo, em tudo o pescador tem culpa. A malha é pequena. Na época que pescava muito não vendia tudo e

jogava fora. Então tão colhendo o que plantou. (pescador J. B. de Campos)

A pesca tá fechada. Tá fechada, mas você vê três a quatro canoas pescando. E tem ai pescador no defeso pescando mais de dois dias pescando no mar. (pescador R. de Quissamã)

No meu modo de vê, o que prejudica mais é pescar peixe miúdo, porque eles botam aquelas redes de pegar isca e ai vai e pega peixinho miúdo. (...) agora eu acho que se não tivesse tantas redes como estas aqui na Barra... você chega... Você vê aquelas redes cheias de peixes estragados, peixes miúdos... todas as espécies de peixes têm na rede. Ai... faz... faz desperdiçar. Ai depois vai falta peixe pra nós. Se todo mundo pescasse direito, com número da malha (da rede) correto não faltaria peixe. (pescadora G. de Quissamã)

(...) e hoje o maior crime que existe dentro dessa lagoa nossa ai é dependente dessa rede de 25 (cm). A nossa rede começa de 35 pra cima. O povo continua usando a 25 pra pegar peixezinho miudinho. Como é esse crime do anzol de boia. E hoje o que está acontecendo com essa Lagoa Feia? A falta de fiscalização, porque nós que somos pescador profissional respeitamos os quatro meses do defeso, mas os outros pescadores que não é profissional não respeitam. (pescador J. C. de Quissamã)

Tais diferenças são observadas ainda pelos usos de distintas técnicas de pesca e pelo ambiente de pesca, isto porque os ambientes de pesca definem os distintos fatores que possam afetar a atividade de pesca. Enquanto a pesca de alto mar tem a interferência da indústria petrolífera e da pesca industrial, a pesca em ambientes costeiros e continentais sofre a interferência de outros fatores e agentes interpeladores como a poluição urbana e industrial causada nos repositórios de água doce, a construção de barragens ao longo de rios, o turismo e as práticas esportivas na costa. Dada estas diferenças, Ostrom (2005) sustenta que qualquer regra que se defina para limitar o uso de alguma técnica pode beneficiar um subgrupo em detrimento de outro, em lugar de buscar regras que gerem benefícios extensivos a todos os grupos de pescadores.

Os conflitos também variam em cada município de acordo com a realidade social dos grupos ali presentes. No município de Arraial do Cabo, por exemplo, Diegues (2007) relata a existência de uma série de conflitos de pescadores com outros grupos, como os surfistas. Este conflito foi parcialmente resolvido com o estabelecimento de um acordo de uso da praia para prática de surf em dias de mar alto e feriados. Diegues também relata a existência de conflitos entre pescadores de diferentes localidades como, por exemplo, o conflito entre a Praia do Forno e a praia da Marinha. Os pescadores da praia do Forno acusam os pescadores da praia da Marinha de terem colocado muitas pedras na praia dificultando a pescaria. Pescadores de diferentes localidades também acusam

os pescadores da Praia Grande de deixarem grandes redes de espera fundeadas na costa, bloqueando a passagem dos peixes para outras praias.

Os grupos focais realizados neste município relataram também a existência de conflitos entre pescadores de diferentes categorias de pesca como pode ser observada na fala do pescador L. C.:

(...) conheço alguns conflitos que tem da pesca de linha, de rede, de cerco, de malha e as outras categorias. (pescador L. C. de Arraial do Cabo)

Em vários momentos dos grupos focais de Arraial do Cabo foi apontado a existência de conflitos entre os pescadores e turistas que veraneiam especialmente nos finais de ano no município e ocupam com passeios de jet ski e lanchas os espaços que os pescadores utilizam para suas atividades. Neste contexto, uma das reclamações frequentes foi referente ao conflito instalado pelo uso e controle da marina que envolve pescadores, autoridades públicas e turistas. Os primeiros alegam que as autoridades públicas limitam o uso da marina por eles para reservar espaço para ocupação dos turistas.

Nós não temos uma secretaria de pesca, por não termos o livre acesso, até pelo direito de pescar. (...) hoje existe uma fundação que representa o turismo, não representa a categoria de pesca. Turismo esse que ganha o dinheiro aqui e vai pra fora. (pescador H. de Arraial do Cabo)

A pesca hoje tá difícil mesmo. Tá difícil demais, porque o turista tá apertando a gente cada vez mais. Ontem mesmo estava conversando com um amigo. O amigo chegou pra botar o carro dele no cais. O cara é pescador, o policia veio e multou o carro do cara. E ali sempre foi área de pescador. Sempre foi área do pescador. Ali a Marina é do pescador. O policial foi lá multou o carro do cara. Eu chamei o colega, falei: 'corre aqui que o cara vai chamar o reboque pra levar o seu carro'. (...) então tá cada dia mais difícil a pesca. Eles estão encurralando a gente. Estão encurralando a gente que qualquer dia eles vão colocar lá na frente da porteira lá que o pescador não entra, só turista. (pescador A. de Arraial do Cabo)

Primeiro que quem está mandando no cais não é mais pescador, é polícia. Agora eu tava no barco tirando a agua do barco, arrumando o barco lá, o cara não pediu permissão pra dá uma dura no rapaz que tava do outro lado. Ele pulou dentro do barco armado. Ele puxou um revolve deste tamanho assim, dez e meia da manhã. Ele pulou em três barcos pra dá uma dura no cara, já estava com arma em punho e gritou alto e disse que tinha que ter uma máquina pra filmar que a marina não é de pescador, a

marina é de turista. Ele mandou essa. (pescador C. de Arraial do Cabo)

Arraial do Cabo nunca foi capital do mergulho. Arraial do Cabo é, foi e sempre será a capital do pescado. Eles não vão consegui tirar o pescador daqui, porque nasceu o pescador aqui. Eles estão querendo botar esse grupo no turismo, mas não vão consegui. O próprio turismo quem fez foi o pescador, porque o turista confia na habilidade e no conhecimento do pescador. Ai introduziram empresa que hoje diz que nós que temos um turismo comunitário nós somos piratas, perante a ArraialTur, perante Alexandre. O que eu não entendo é isso, com que quesito, qual critério a Reserva adota depois de ter esses guerreiros, famílias tradicionais? Abre exceção pra empresas como é o Porto do Forno, como é a operadora de mergulho, como é a operador de turismo. (...) entra na cidade ali, do mapa nosso, do nosso costão, onde é o pesqueiro tá lá bandeirinha de mergulho. Onde é a Gruta Azul tá lá como mergulho. É patrimônio nosso. (pescador E. de Arraial do Cabo)

Nós somos o turista, nós somos os invasores hoje em dia. (...) aqui na Praia da Prainha a gente pesca e tem hora que a gente tem que recuar, porque vem os turistas com as lanchas, com jet ski. Então, nós temos que parar de pescar pra poder eles terem lanchas. Não, todo mundo pode fazer a mesma coisa, mas tem que ter horário, tem que ter regra. (pescadora C. de Arraial do Cabo)

Outra dimensão do conflito em Arraial do Cabo envolve os interesses dos grandes donos de canoa em contraposição aos dos pequenos pescadores artesanais. Este conflito foi observado por Diegues (2007, p. 28) em Arraial Cabo após a criação da Resex (Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo). Ameaças oriundas da pesca industrial estimulou, inicialmente, a união de diversas categorias de pescadores em torno da Resex. Contudo, o apoio dos diferentes grupos durou pouco tempo; quando os grandes donos de canoas perceberam que os seus interesses estavam sendo ameaçados em razão da equidade na distribuição do poder dentro da AREMAC⁵², retiraram o seu apoio à associação (Diegues, 2007). Nas palavras do autor:

O segundo grupo a retirar o apoio (o primeiro foi a Colônia de Pesca que não alcançou a influência que objetivava conquistar dentro da AREMAC) foi o dos grandes donos de canoas de pesca de arrasto que tem grande influência, sobretudo na Praia Grande. Como nas assembleias da AREMAC cada usuário da reserva com os documentos em ordem pode votar, os grandes donos de canoas (muitos dos quais são comerciantes) começaram a pressionar os pescadores de rede de arrasto a se afastar da AREMAC. Além disso, esses grandes proprietários começaram a desafiar o regulamento da Reserva que proibia o

⁵² A AREMAC é a associação formada por pescadores e entidades de pesca, criada com o intuito de atuar na preservação da Resex.

uso da rede de espera a não ser quando a companha estivesse pescando (DIEGUES, 2007, p. 28)

Outro conflito em Arraial envolve os interesses das traineiras e dos pescadores artesanais de canoa. Este conflito foi registrado em depoimentos coletados nos grupos focais de Arraial do Cabo. Os pescadores que oferecem estes depoimentos alegam que as traineiras invadem as áreas de pesca das canoas, ocupando os espaços próximos à costa onde as canoas realizam tradicionalmente, em razão do seu pequeno porte, a sua atividade. Os relatos que se seguem são uma configuração deste conflito:

Eu tenho participado das reuniões da ICMBio, da Colônia de tudo...há um ano e pouco o ICMBio fez um programa que seria das Traineiras que só poderia pescar a quinhentos metros da orla da praia pra fora e da Pedra também. Mas só que as traineiras não têm isso. Elas chegam em cem metros e já estão cercando tudo. Eu estava pescando aqui na entrada de... Eles (traineiras) cercaram os barcos da boca da pedra e tivemos que sair fora, porque o cara lá de cima (da traineira) falou: 'se não sai, vamos passar por cima'. Cadê fiscalização? Cadê o pessoal? O pescador de barco tem que sair fora e eles (traineiras) fazem o que querem. (...) o que que acontece? A noite... A noite você não dá nem pra ver a embarcação, traineira que tá cercando e você tá ali pescando. E eles vêm cercando no escuro e como que você vai saber que traineira é, da onde que ela vem? Não tem como. Eles vêm em cima de você. Você fica cego. E não pode nem ameaçar eles, porque senão você vai pro fundo. (pescador H. de Arraial do Cabo)

A gente trabalha na pedra... esse local não está sendo respeitado. Não está havendo respeito das traineiras, entendeu? Desses barcos industrializados, mais reforçados. Então, pra gente tá ficando difícil. A gente vai no pesqueiro e se limita a cem metros de pedra pra gente pescar. As vezes dez, quinze, vinte pescadores, como a turma de bote passa ali vê a gente pescando... a traineira chega ali na tarrafa e cerca o peixinho que a gente tá pescando. Eu acho sem necessidade a gente não respeitar a reserva, os limites, porque se há um limite: 'oh, vai cercar a quatrocentos metros da pedra'. Eu acho que não atrapalharia ninguém, mas infelizmente não tá tendo este respeito. Ai fica difícil. (pescador C. de Arraial do Cabo)

O que o pescador pode fazer é o que fazia antigamente. Esquecer estes órgãos competentes e fazer por ele mesmo. No nordeste eu vi outro dia coisa que vocês lembram aqui. Antigamente a traineira chegava na área... cercava na área de canoa da Praia Grande, as canoas amarravam ela e puxavam pro cerco. Outro dia eu vi isto lá no nordeste, os caras amarraram uma traineira grande de uns vinte metros, enfiando pescador e botando ela no cerco. Fizeram o que? É o tribunal da praia. Resolve na praia, condena na praia e pune na praia. (pescador A. C. de Arraial do Cabo)

Por sua vez, em Quissamã, os Grupos focais, tanto de pescadores quanto o misto, revelaram a existência de conflitos entre os pescadores e fazendeiros locais pela regulação das comportas do rio e da Lagoa Feia. Segundo os pescadores, os fazendeiros que possuem propriedade à beira da lagoa controlam o uso das comportas e quando as abrem, a água da lagoa escoar para o mar, reduzindo a profundidade da mesma.

Lá na lagoa feia o que que acontece? A água quando sobe um pouquinho, os fazendeiros vai lá e abrem as comportas quase todas. Ai o que que acontece? A água vai embora, vai embora. Ai como que mantem a quantidade de peixe? Não tem como. (pescador A. de Quissamã)

Como este rio aqui da comporta está cheio demais, eles (fazendeiros) abrem esta comporta e manda sair pra dentro do mar. É um crime! Por que esta água não se desvia pra Lagoa Feia pra encher a Lagoa Feia? Porque se você enche a Lagoa Feia você tem a produção de peixe aqui. (pescador L. de Quissamã)

(...) quem comanda estas comportas aqui não somos nós pescadores que necessitamos da pesca, não... da água, não. São os fazendeiros que subtraem a água de lá pra molhar abacaxi, pra fazer coisinha dentro da propriedade tomando conta das margens. Ta acontecendo muito e não é de hoje é de anos. Todo mundo sabe disso, né. Por isso também que a Lagoa encontra-se nas condições que encontra-se. Não é só por falta de chuva, não. (pescador J. C. de Quissamã)

Os conflitos pelo uso e apropriação dos recursos da Lagoa Feia são intensificados por um processo contínuo de redução do perímetro da lagoa, que tem suas causas, segundo os pescadores, na construção de diques e canais executados por fazendeiros que vivem nas áreas limítrofes da lagoa. Não obstante, Valpassos (2006) argumenta que obras de cunho sanitárias executadas pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS – foram as responsáveis diretas pela drástica redução da área original da Lagoa Feia. As obras de dragagem construídas pelo DNOS que resultou na construção do Canal das Flexas⁵³ associado à construção de diques ao longo da Lagoa Feia pelos proprietários de terras resultaram em uma acelerada redução do espelho d'água da lagoa, intensificando os conflitos entre os pescadores e o Estado, assim como elevou a tensão entre pescadores e fazendeiros da região em razão da construção de

⁵³ Como relata Valpassos (2006), o Canal das Flexas faz a comunicação das águas da Lagoa Feia com o mar e foi construído pelo DNOS em 1949.

diferentes canais que desviam as águas lacustres para o interior das propriedades rurais. A construção destes canais é denunciada no grupo focal de pescadores de Quissamã como pode ser observado no relato abaixo:

Hoje tem um fazendeiro aqui de beira de lagoa que ele hoje está puxando... ele tem um canal (...), mas ele bota a bomba dia e noite puxando a água de dentro da lagoa pra encher o canal de dentro da fazenda dele. (pescador J. C. de Quissamã)

Os componentes próprios do capital social como solidariedade, associativismo e cooperação se assentam sobre um pilar que não é neutro, mas que constituem um conjunto normativo, onde se articulam elementos como valores pessoais, tradições locais e dispositivos religiosos e ideológicos. Normalmente os dispositivos ideológicos apontam para uma direção oposta aos valores coletivos que conformam a confiança, a solidariedade e a tendência a acreditar em soluções de ordem coletiva para os problemas vivenciados. Algumas opiniões pessoais apostam em soluções que estão na direção contrária a uma visão compartilhada dos recursos explorados, como é o caso da opinião manifestada pelo J. B., pescador de Campos dos Goytacazes, que defende empreendimentos na área de aquicultura para resolução dos problemas vivenciados pelo pescador e dos conflitos pelos espaços de pesca:

É uma solução viável (aquicultura). E o pescador... ele ia ter o esforço, porque ele ia ter que cuidar do que era seu. Ele teria que cuidar do que é seu. E você não teria mais disputa: 'não, amigo eu tenho que sair mais cedo, porque ele vai pro mesmo lugar que eu, então eu tenho que chegar lá ou junto com ele ou primeiro que ele, porque senão ele vai ocupar o lugar melhor e eu vou ficar pra trás. Essa ética da pesca tem isso. O pescador... eu acho que ele deve ser companheiro do outro, mas na pesca tem essa ética: 'eu tenho que sair primeiro e ter aquela visão'. Se você tem ali cinco tanques de redes, é só seu. Você vai cuidar e ninguém vai tomar o que é seu. Ai o companheiro ali tem mais cinco, e cada um com seu pescado ali. (...). Seria uma solução. (pescador J. B. de Campos dos Goytacazes).

O pescador J. B. fala de uma "ética da pesca", que ordena os espaços de pesca em disputa pelos pescadores e que se traduz por uma "ética" da competição, que reproduz na prática exploratória dos recursos pesqueiros uma relação concorrencial e competitiva, que acaba por estimular o conflito. A exasperação do conflito pela concorrência e a percepção que esta "ética" pode exacerbar práticas predatórias e opor grupos de pescadores acaba por reforçar uma visão individualista sobre a solução mais eficaz para

o problema, como apontado na fala de João Batista. Outros depoimentos nos grupos focais de Campos ajudam a entender a dimensão desta relação competitiva na pesca.

O cara que sai na frente tem a sabedoria maior do que o cara que sai atrás. Lá na Lagoa eu “dimbrei” (driblei) muito. Eu ia pescar sairú; onde eu ia os pescadores me acompanhavam. Onde eu ia me acompanhavam. Eu era o pescador lá que botava menos lança a noite. Tem um camarada sabido que desequilibra você com a sabedoria. (pescador C. de Campos dos Goytacazes)

Tem pescadores que vão pra lagoa (Lagoa Feia) e ficam a noite todinha, é onde ganham mais. E quem ganha menos... quem chega primeiro ganha mais. (...) Isso é desde quando a pesca existe. Não é de hoje. (pescadora M. L. de Quissamã)

Teve uma vez que eu não fechei e as minhas redes sumiram tudo. Você deixa a rede lá com peixe, você chega lá não tem as redes nem o peixe. (pescadora G. de Quissamã)

De fato, é pouco provável que os indivíduos que não possuem ideias similares dos problemas que enfrentam e não reconhecem a legitimidade dos diversos interesses tenham capacidade de coordenação de ações para resolverem seus problemas, mesmo quando os meios institucionais para fazê-los estão a sua disposição (Ostrom, 2005, p.240). Neste sentido, componentes culturais podem explicar a maior ou menor disposição à participação ativa de pescadores artesanais para fomentar ações coletivas de gestão e proteção dos recursos comuns. Em outras palavras, a gramática política predominante ao longo da história social de cada comunidade e região possui influência no seu grau de organização social. Assim, vale lembrar que a história da pesca no Brasil é fortemente marcada por um centralismo na gestão política, com o predomínio da gramática política do clientelismo na relação dos pescadores com os órgãos de representação, notadamente as Colônias de Pesca. Tal dependência clientelar e o histórico de centralismo ofuscam a construção de uma perspectiva própria enquanto atores capazes de construir sua própria representação. Os resultados dos grupos focais corroborados com os do Censo sustentam que o entendimento, por parte dos pescadores, de que eles próprios possam ser sujeitos no processo de tomadas de decisões relativos aos problemas vivenciados pelas suas comunidades é escasso, predominando uma postura de que a decisão sobre os rumos da pesca deve ser de responsabilidade de governos e lideranças das entidades locais vinculadas ao setor pesqueiro.

O pescador se ajuda, mas pra melhorar, pra que tudo que ela falou venha a funcionar (cooperativa) o pescador precisa da colônia do lado dele, e o pescador ser do lado da colônia. Precisa do ICMBio tirar a máscara e tomar vergonha na cara e se voltar pra pesca. Precisa da AREMAC, seu presidente botar nova eleição para escolher nova diretoria da AREMAC. Que a AREMAC sirva para atender ao pescador e a pesca. Precisa que o governo municipal ajuda a pesca e o pescador, porque na família dele tem gente que também pescou. (...) Então precisa disso, porque se isso não acontecer nada do que ela falou vai acontecer. (...) porque o pescador vai formar, mas eles (governo e lideranças da pesca) vão destruir. (pescador M. de Arraial do Cabo)

Se tiver uma Colônia forte, porque o pescador não tem tempo. O pescador, ele vive no trabalho, fica pescando. É só sábado as vezes que eles pára. Então, se não tiver uma Colônia que foca em ajudar eles, porque tem recursos próprio já dela, porque vai trabalhar com dinheiro deles. (...) Colônia forte, focada em ajudar, porque eles (os pescadores) não têm condições, eles vivem de pesca. Chegam de manhã, uma hora têm que pescar de novo, como que o cara faz? (pescador C. de Arraial do Cabo)

Eles (pescadores) não têm tempo de ir pra uma reunião, porque esses caras pescam a madrugada toda. Quando chegam, pesam o peixe e já tá na hora de ir pra casa. Dormem um pouco e já tá na hora de voltar. O que que acontece? Então, nenhuma dessas... nenhuma dessas (associações e colônia) funcionam do jeito que deveria funcionar. Inclusive a mais importante e que hoje tem recursos que poderia dar uma estrutura maior pra eles (pescadores) que é a Colônia. Ela que deveria estar de frente combatendo essas situações. Está na linha de frente. Ela é pra isso. Ela é a mais antiga de todas e tem a estrutura e atende todas as categorias. E da pesca deles... ela atende a todos os pescadores profissionais. E hoje totalmente nula, não faz nada, não marca reunião, não defende direitos de nada. (pescador G. de Arraial do Cabo)

O estabelecimento de redes sociais é outro importante gargalo no fortalecimento da cooperação entre os pescadores. Como se pôde inferir a partir dos dados do teste sociométrico, os pescadores possuem baixa confiança entre os indivíduos de sua comunidade. Ademais, as ações conjuntas e as redes de ajuda-mútua quando existentes não ultrapassam os laços de solidariedade do mundo doméstico (“familismo amoral”), como já havia sido inferido anteriormente.

Ausência de vários destes antecedentes na pesca dos municípios estudados dificulta o estabelecimento dos princípios elencados por Ostrom (2005) que caracterizam instituições locais de gestão dos recursos comuns. Os princípios observados pela autora em casos analisados por ela (tendência comunal na Suíça, projeto de irrigação de hortas na Espanha e nas Filipinas) se configuram como: limites claramente definidos, coerência

entre as regras de apropriação e provisão, arranjos de eleição coletiva, supervisão, sanções graduadas, mecanismos para resolução de conflitos e reconhecimento mínimo de direitos de organização e entidades.

Na quase totalidade dos municípios analisados não há um esforço na criação de ações coletivas para solução de conflitos como observado no município de Arraial do Cabo, onde os conflitos pelo uso do espaço costeiro geraram uma forma de manejo constituído por um conjunto de regras que regula o uso de cada praia para a pesca de arrasto (Diegues, 2007). Diegues (2007) e Brito (1999) descrevem este arranjo instituído pelos pescadores de Arraial do Cabo e denominado de “corrida das canoas” como sendo um mecanismo criado pelos próprios pescadores para resolver os conflitos no uso do espaço costeiro, que ordenou a pesca de arrasto, e foi instituído desde a criação da Colônia de Pesca de Arraial do Cabo em 1921. Rosyan Brito (1999) descreveu, em obra seminal sobre o tema, a “corrida de canoas” nos seguintes termos:

A regra básica desse *regime* consiste num rodízio diário e sistemático de pares distintos de canoas no acesso à praia, tendo em vista a prática da pescaria de arrasto sob um sistema de trabalho consorciado, denominado de *sociedade*, onde o produto, ao término da pescaria, é repartido igualmente entre todas as companhias que tenham participado da *corrida*. As pescarias (...) cumprem um calendário simbólico do direito de pescar. De acordo com as regras (...) é conhecido previamente o *dia de cercar* ou da *vez de pescar*, que compete a cada casal de canoas, constituído um verdadeiro programa de uso do espaço, que obedece a uma rigorosa cronologia. Este calendário, no caso da pescaria da Praia Grande, compreende ciclos contínuos de 21 dias corridos, dentro dos quais, cada pares fixos de canoas, em igual número, se sucedem no *direito da vez* de pescar (BRITO, 1999, p. 180;181).

Este tipo de arranjo institucional tem relação estreita com a criação da Resex em Arraial do Cabo. Precisamente, o objetivo na criação da Resex foi o de proteger este sistema de manejo tradicional da pesca (Diegues, 2007). A Resex também ofereceu um espaço para participação ativa dos pescadores durante a aprovação do Plano de Utilização, em 1999, onde diferentes categorias de pescadores puderam se reunir para discutir os problemas comuns que afligem o setor produtivo da pesca (Diegues, 2007). No entanto, as dificuldades operacionais da Resex e os conflitos entre os diferentes usuários (pescadores, donos de embarcações, entidades de pesca, turistas, operadores de agência de mergulho, corretores de imóveis, empresas *off shore*) têm criado entraves na consolidação de uma gestão compartilhada dos recursos comuns nesta área. Na verdade, tais conflitos estão na origem da paralisação da Resex (Diegues, 2007).

As razões para os conflitos registrados, sobretudo na gestão da Resex, e a ausência de experiências como a “corrida das canoas” de Arraial do Cabo nos demais municípios advém da frágil capacidade dos pescadores para coordenação de ações comuns, em razão dos motivos supracitados: baixa disposição para contribuir em ações coletivas; poucos espaços de negociação (os únicos espaços que geram incentivos a negociação legalmente instituída são a experiência da Resex em Arraial do Cabo e alguns PEAs que atuam nesta região, como o PEA-Pescarte); inexistência de lideranças que assumam um papel ativo na mediação das relações entre os indivíduos, para coordenação de ações comuns; dificuldade de se estabelecer um diálogo homogêneo e heterogeneidade de interesses e horizontes culturais; e a presença de um forte *ethos familistas* (laços sociais de solidariedade restritos ao ambiente doméstico) em razão das limitações de cunho material e simbólico, que dificultam o estabelecimento de redes sociais de caráter comunitário.

Isto posto, Realizou-se uma análise que verificou a presença ou não de antecedentes e pré-condições nas comunidades pesqueiras dos municípios confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos ao fomento de empreendimentos coletivos. A análise seguinte versa sobre as características que Plummer e Fitzgibbon (2004) elencaram, a partir da literatura estudada por eles, que distinguem uma instituição de gestão compartilhada dos recursos de outras formas de gestão de recursos naturais. Tais características possuem relações com os fatores abordados por Seixas et. al. (2011) e os princípios observados por Ostrom (2005) em casos empíricos. A maioria dos princípios de Ostrom (2005) podem ser entendidas como consequências das características que Plummer e Fitzgibbon (2004) apontam para gestão compartilhada dos recursos naturais.

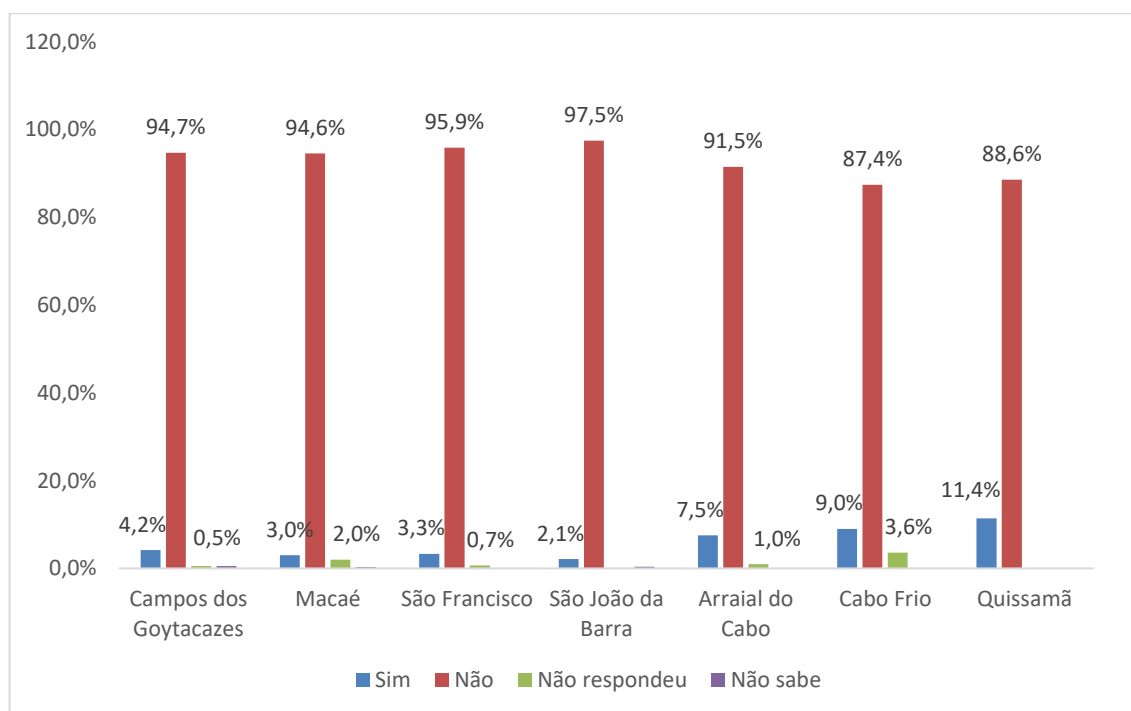
A primeira característica de uma gestão compartilhada é a *pluralidade dos atores e interesses*. Todo empreendimento ou ação coletiva deve prezar pelo respeito à pluralidade de ideias e pela legitimidade de todos os atores envolvidos nos projetos.

No caso das comunidades pesqueiras situadas nos municípios confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos, o PEA-Pescarte se apresenta potencialmente como um espaço onde diferentes interesses poderão ser negociados, em razão da disposição horizontal que o projeto oferece para o diálogo. De fato, o projeto oferece um espaço onde os interesses e projetos dos pescadores poderão ser negociados com outros atores, que conformam o projeto. Neste sentido, o projeto, a partir dos Grupos Gestores, celebram interesses multifacetados, tanto dos pescadores quanto das entidades de pesca ali representadas, na construção participativa de projetos de geração de trabalho e renda,

que terão a mediação de outros atores que conduzem e financiam o projeto (Petrobrás e UENF), bem como do IBAMA que exigiu a realização do projeto como condição do Licenciamento Ambiental Federal. Sendo assim, a miríade de interesses presentes nos espaços de discursão fomentados pelo projeto poderá ser um fator que potencialize a criação de um ambiente para a *tomada de decisão negociada* (outra característica apresentada no modelo de Plummer e Fitzgibbon), especialmente, durante o processo de elaboração dos projetos de geração de trabalho e renda que estarão sob a condução dos Grupos Gestores.

Neste sentido, a *comunicação e negociação* são características fundamentais para fomentar a cooperação entre os pescadores e para estabelecer a confiança em processos de cogestão. A comunicação é um elemento relevante para conformação do capital social, pois possibilita e amplia as possibilidades das pessoas e lhes dão um maior número de alternativas para tomada de decisões. Não obstante, esta tem sido também uma fragilidade que se impõe historicamente nas comunidades pesqueiras pelos reduzidos espaços de interação entre os pescadores para além das relações familistas e pelas dificuldades de diálogo entre eles. Ademais, é escasso também o diálogo entre os pescadores de diferentes comunidades, como pode ser notado pelos dados da tabela abaixo, que mostram que mais de 87% dos pescadores não demonstram tendência a se envolver em atividades fora de sua localidade com os outros pescadores. Sendo assim, as práticas de intercâmbio e conhecimento mútuo são escassas entre os pescadores.

Figura 9 - Percentual de pescadores que participaram de alguma atividade em outras localidades que concentrem pescadores, nos últimos seis meses.



Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Com o estabelecimento de espaços de negociação entre os diferentes interesses presentes na realidade social da pesca, como o projeto PEA-Pescarte, que ademais, vem fomentando espaços de construção participativa de ideias e projetos de melhoria das condições sociais dos pescadores, é possível estimular a formação de processos de *aprendizagem social* e de *ações compartilhadas* e o *comprometimento* entre os atores.

A aprendizagem social é outra característica fundamental para cogestão que está sendo fomentada pelo Projeto PEA-Pescarte a partir da criação dos Grupos Gestores nos municípios que conformam o projeto. Para formação dos Grupos Gestores o projeto vem executando oficinas de formação e capacitação vinculadas ao processo de licenciamento ambiental, à gestão de projetos, ao letramento digital e aos princípios da Economia Solidária⁵⁴, com a finalidade de proporcionar aos integrantes dos Grupos Gestores acesso às informações fundamentais para o desenvolvimento dos projetos de geração de trabalho e renda (PEA-PESCARTE, 2013).

⁵⁴ O projeto optou pelo marco teórico-conceitual da Economia Solidária como diretriz básica no delineamento dos projetos de ação comum que os Grupos Gestores deverão desenhar e executar nas comunidades pesqueiras.

Segundo Plummer e Fitzgibbon (2004), a cogestão dos recursos comuns é produto ou consequência de um arranjo institucional⁵⁵, que pode ser também pensado para a promoção de empreendimentos coletivos como os que o PEA-Pescarte vem fomentando a partir das ações dos Grupos Gestores. Tal arranjo institucional se constitui pela combinação das características enumeradas por Plummer e Fitzgibbon (2004) e devem atender aos princípios elencados por Ostrom (2005). No entanto, como evidencia Pomeroy e Berkes (1997), nem todas as comunidades pesqueiras possuem instituições locais apropriadas para a cogestão dos recursos comuns. Nestes casos, afirma os autores, nenhuma iniciativa de cogestão terá início com a criação de instituições. A institucionalização (criação de regras para regular as atividades) é, segundo os autores, um processo de longo tempo e dispendioso para um grupo social vulnerável e com baixos recursos materiais e simbólicos como os pescadores artesanais. Nestes casos, a construção de instituições locais deve ser mediada por agências externas para que uma organização comunitária autossuficiente possa ser instalada nas comunidades pesqueiras. Ao mesmo tempo, Pomeroy e Berkes (1997) chamam atenção para o fato de que a construção de um arranjo institucional não pressupõe, necessariamente, o estabelecimento de uma organização comunitária autossuficiente, uma vez que a organização coletiva pressupõe uma série de pré-requisitos (disposições para ação coletiva), como uma maior homogeneidade de interesses e interações repetitivas que fomentam a confiança e a reciprocidade para que se estabeleçam acordos comuns, sistemas de supervisão e de sanções e mecanismos de resolução de conflitos (Ostrom, 2005).

Sendo assim, embora o projeto PEA-Pescarte se proponha, a partir de seu plano de trabalho, fomentar as condições necessárias à organização comunitária para promoção de empreendimentos de ação coletiva, somente um estudo prospectivo poderá avaliar ao longo do tempo quais foram as transformações introduzidas pelo projeto nas comunidades pesqueiras. Monitorando as possíveis mudanças nos padrões de respostas, em estudos prospectivos, será possível conhecer as mudanças de opiniões e os eventos responsáveis por estas inflexões (PEIXOTO; BELO; NOGUEIRA, 2016), para então avaliar se os arranjos institucionais construídos a partir das propostas do Grupo Gestor promoveram os resultados apontados por Plummer e Fitzgibbon (2004): *equidade*

⁵⁵ Arranjos institucionais devem ser entendidos como sendo um conjunto de regras utilizadas (regras em uso) por um grupo de indivíduos para organização das suas atividades (POMEROY E BERKES, 1997)

e eficiência na tomada de decisões, legitimação das ações e a capacidade aumentada ou empoderamento dos pescadores e das comunidades de pesca.

5.3.3. *Motivações para participar: por que alguns pescadores participam mais que outros?*

A questão tratada nesta subseção corresponde às motivações que fazem com que algumas pessoas tenham maior inclinação que outras para participar ativamente e assumir posições de liderança na comunidade. Nesta Seção foram analisadas as respostas oferecidas por algumas lideranças da pesca que se destacaram no índice de capital social que foi projetado para avaliar o nível de acúmulo pessoal de capital social. As lideranças ouvidas pela pesquisa obtiveram os maiores níveis neste índice, muito acima da média dos demais pescadores o que suscitou a questão que se propõe responder: por que estes indivíduos possuem maior inclinação para participação social do que a maioria dos pescadores?

Um aspecto importante neste trabalho é compreender as motivações que determinados sujeitos possuem para integrar organizações, grupos, comissões, e em muitos casos cargos de lideranças, ainda que na maioria das vezes esta tarefa – que somam a estes indivíduos grande esforço e tempo – é feita sem nenhuma remuneração financeira.

Uma primeira investigação realizada objetivou saber se o nível educacional é um elemento relevante para explicar a diferença nos níveis de participação dos sujeitos. Sendo assim, buscou-se nos dados do Censo aspectos sociodemográficos dos pescadores que possam explicar a variação nos níveis de capital social dos sujeitos. Para tanto, realizou-se uma comparação entre as médias de escolaridade (variável explicativa) e as médias entre o índice de capital social (variável dependente) como forma de identificar a correlação entre nível de escolaridade e capital social. Pretendeu-se verificar se os níveis de capital social de cada indivíduo possuem relação com os níveis de escolaridade. Assim, parte-se do pressuposto que quanto maior for o nível de escolaridade, maior será o capital social acumulado pelo indivíduo na forma de participação social. Deste modo, como pode-se observar na tabela 19, não há significativa variação na média de capital social por escolaridade. Portanto, é plausível afirmar que a premissa inicial de que o capital social acumulado por cada indivíduo estava determinado pelo seu grau de escolaridade é falsa.

Tabela 19 - Comparação de média entre grau de escolaridade e o indicador de Capital Social.

Grau de escolaridade	Média do indicador de Capital Social	N	Desvio padrão
Nunca estudou e não sabe ler nem escrever	1,1	272	0,3
Nunca estudou, mas sabe ler e escrever	1,2	98	0,4
Ensino fundamental incompleto	1,2	2.140	0,4
Ensino fundamental completo	1,2	253	0,5
Ensino médio incompleto	1,2	228	,05
Ensino médio completo	1,2	299	0,4
Ensino superior incompleto	1,0	25	0,2
Ensino superior completo	1,3	21	0,6
Pós-graduação	1,5	2	0,7

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Por meio da análise da tabela anterior não foi possível encontrar uma correlação de variáveis que explicasse a variação nos índices de capital social dos pescadores. Assim, foi testado outra correlação, por meio da comparação de médias, desta vez, com a variável renda, para saber se a variação nos indicadores de renda determina a variação nos índices de capital social. Mais uma vez, como demonstrado pela tabela 20, não foi possível estabelecer uma correlação significativa.

Tabela 20 - Comparação de média entre nível de renda e o indicador de Capital Social.

Renda em salários	Média do indicador de Capital Social	N	Desvio padrão
Até um salário mínimo	1,19	1851	,444
De 1 salário mínimo a 3 salários	1,17	1434	,422
De 3 salários mínimos a 5 salários	1,14	133	,404
De 5 salários a 10 salários	1,12	52	,427
Mais de 10 salários mínimos	1,13	8	,354

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

Por fim, verificou-se também o nível de variação entre a variável “tempo de residência na comunidade” e o indicador de capital social para tentar estabelecer uma possível correlação entre o tempo de residência na comunidade pesqueira e os níveis de capital social acumulados pelos pescadores. O tempo de residência determina a frequência da

interação entre os indivíduos, fator este que permite gerar maior confiança interpessoal e por fim maior disposição para cooperar. O padrão de variação encontrado nesta tabela é idêntico ao das outras tabelas de comparação de média, sendo assim a evidência estatística sustenta que não há correlação entre a variação do tempo de residência em uma mesma comunidade com o capital social acumulado pelos indivíduos.

Tabela 21 - Comparação de média entre o tempo de residência na comunidade e o indicador de Capital Social.

Quanto tempo reside (anos) nesta comunidade?	Média do indicador de Capital Social	N	Desvio padrão
Menos de 5 anos	1,25	12	,452
De 5 a 10 anos	1,36	14	,633
De 11 a 25 anos	1,32	53	,547
Mais de 25 anos	1,18	3399	,430

Fonte: Produção do próprio autor com base nos dados do Censo PEA-Pescarte

As comparações de médias não ofereceram evidências estatísticas que permitisse identificar os fenômenos que determinam a variação nos índices de capital social acumulados pelo indivíduo e, assim, permitir remontar as possíveis causas do baixo capital social registrado nestas comunidades pesqueiras e os fatores que determinam que alguns pescadores tenham obtido um desempenho elevado no indicador de capital social. Sendo assim, a pesquisa recorreu a outras fontes de dados como análise qualitativa das entrevistas realizadas com os pescadores que obtiveram o melhor desempenho no indicador para entender as motivações que o impulsionaram a um maior engajamento participativo.

Um apontamento importante que se pode fazer por meio da análise de discurso dos entrevistados é que eles reconhecem em sua própria trajetória de vida um primeiro estímulo para participar em organizações e compor quadros de liderança. Deste modo, é mais sensível para eles perceber nas suas necessidades individuais ou de seus familiares um motor para o engajamento participativo, porque as necessidades individuais são mais fáceis de serem identificadas por eles do que os processos gerais de mudanças e logros que podem ser gerados pela atuação deles como impactos positivos na comunidade. Assim, as necessidades e dificuldades próprias e de seus

familiares são o primeiro estímulo a participação, como expressa o pescador C.B., representante de uma associação de pescadores do município de Cabo Frio:

Meu pai é pescador e sofreu muito, ralou muito aí... Meu pai ralou muito nessa vida da pesca, eu mesmo acompanhei ele várias vezes por esse mar aí; esse marzão a fora aí pra ir pescar e eu via muito o empenho dele e eu sempre pensava assim: --'Poxa, meu pai dá tanto duro aí, ele rala tanto, entendeu? e eu vejo que não é nem valorizado o pescado, o pescado chega não tem tanto valor, apanhava tanto peixe e ganhava tão pouco'. E eu falei: --'Bom isso aí vai ter que começar a mudar, isso aí, alguém vai ter que começar a gritar mais alto aí pelos pescadores do segundo distrito aqui, pra mostrar pro mundo que a gente existe, nós estamos aqui e somos pescadores artesanais, somos produtores de alimento, também e estamos aqui queremos atenção, queremos apoio, precisamos que alguém nos'. Então foi a onde me incentivou... por causa dele mesmo, por causa dele mesmo (pescador C.B., do município de Cabo Frio)

No seu discurso, C. B. articula duas dimensões que para ele favoreceram o seu engajamento participativo: uma de ordem objetiva que está expressa na sua trajetória de vida e que parece ser o primeiro estímulo à sua participação; e outra de ordem subjetiva que ele expressa como sendo a crença em suas capacidades que, na sua opinião, o preparou para exercer as atividades de liderança. Dentro deste conjunto de motivações de ordem subjetiva se inclui também outros fatores como a madureza e as fortes convicções por aquilo que faz e acredita. É assim que C. B. se expressa, quando manifesta que iniciou um movimento que culminou na construção da associação que preside, para, segundo ele, atender as necessidades dos pescadores de sua comunidade, que estavam sub-representados pela Colônia de Cabo Frio.

Na verdade, eu tenho vontade de ver as coisas acontecerem. Eu sou muito articulador, sou muito agitador e eu goste de ver as coisas acontecerem, eu gosto de ver fluir o trabalho dos pescadores, ser reconhecido, eu gosto de ver o pescador artesanal sendo valorizado e ser representado, seja lá onde for, ir lá discutir pelo direito, defender o direito do pescador, então eu sentia necessidade de ver isso aí, estava faltando pessoas com mais determinação pra fazer isso, entendeu? Aí foi onde, na época nós resolvemos formar essa associação de pescadores e durante o período que eu fiquei, ainda como secretário da instituição, na época, nós passamos indo as reuniões, representamos, brigamos muito pelos direitos do pescador (pescador C.B., do município de Cabo Frio)

Assim sendo, mais do que incentivos de ordem econômica, foram os incentivos de ordem social e ideológica que formaram a base das motivações que favorecem a integração de certas lideranças na associação. Deste modo que C. B. se expressa quando é questionado se alguém ou algum grupo o incentivou a se engajar na participação social. Ele assim se manifesta, ao revelar que o maior incentivo que teve de alguém para participar veio do seu pai que já estava engajado em lutas sociais.

Ele (o pai) fazia parte do movimento da associação de pescadores, na época, antes d'eu ser presidente e depois que eu passei a ser presidente eu vi... eu vi o quanto... a importância de eu ter tomado essa atitude. Ele me incentivou muito, ele falava muito na época pra mim: -- 'Poxa... alguém tem que começar a fazer alguma coisa pelo pescador, a gente não tem ninguém que representa a gente, não tem ninguém que vai lá na prefeitura brigar pelos nossos direitos'. E isso eu ficava ouvindo e foi quando aí logo depois que ele morreu e foi onde eu assumi a associação dos pescadores.

Existe uma importante dimensão na análise do capital social que são as ações e articulações que além de gerar maior capital social, promovem o exercício da cidadania por meio da participação ativa dos sujeitos. Estes tipos de ações possibilitam a aprendizagem do sujeito e os ensinam a demandar efetivamente seus direitos. Por este motivo, que o engajamento participativo foi para C. B. transformador no sentido de garantir maior conhecimento e amadurecimento como ele revelou durante a entrevista. Neste sentido, a ação coletiva tem um papel fundamental na formação social e cidadã dos sujeitos, ao promover um redirecionamento ético que impulsiona o indivíduo a adotar posturas mais solidárias com as outras pessoas. Esta resignificação cultural ocorrida com C. B. é expressa por ele quando questionado sobre os benefícios individuais da experiência como liderança de movimentos e entidades sociais.

O que me beneficiou muito... o maior crescimento que eu tive, em tudo isso aí, em toda essa convivência aí, foi, sabe, foi conhecimento. Tive conhecimento. Isso me amadureceu muito, entendeu? Muita experiência. Ganhei muita experiência nessa luta, entendeu? Aprendi muito, um pouco de humanidade, ser humano, mais humano com as pessoas. A gente aprendeu muito, ser humano, entendeu? A fazer o bem a aquelas pessoas que precisam da gente. Então isso foi um fator muito, muito, muito, importante pra mim, entendeu? Nessa minha jornada de representante de pescadores aprendi e enriqueci muito os meus conhecimentos. Aprendi muito também que a gente aprende também a ser humilde com as pessoas, entendeu? A gente aprende a ser humilde.

Não obstante, o discurso de C. B. possui uma ambiguidade, pois ele considera, ainda que implicitamente, que seu papel na Associação não possui o mesmo potencial transformador para o pescador que teve para ele quando iniciou sua trajetória de participação e liderança. Assim, quando C. B. se dedica a expressar os benefícios que a participação na Associação possui para os demais pescadores, ele acaba por reforçar o papel assistencialista e burocrático destas entidades.

(...) para os pescadores o que eles conseguem... o que eles têm de retorno em participar da colônia, em ser associado da colônia é no momento em que eles precisam da gente pra representá-los. A colônia busca cursos pra fazer e realiza outras coisas, digamos, a carteira de pescador, a POP que é a carteira da Marinha, que é a Marinha que libera pra pescador profissional da Marinha. Então esse aí é um curso que a colônia solicita da Marinha. Eles dão a data e a colônia prepara a turma que tiver com todos os documentos corretos, pra se enquadrar dentro do curso, dentro sistema. Aí a gente dá oportunidade, chama os pescadores – ‘vamos fazer esse curso’ - então esses pescadores que são associados, nós damos a preferência aos associados, eles vêm e participam do curso. (...) Então isso aí são coisas que a colônia sempre traz, procura buscar e trazer. Esse é o objetivo da colônia. Buscar cursos, trazer cursos de capacitação, de orientação e trazer pra comunidade e para os pescadores participarem. Então isso aí é um dos retornos que eles têm como associados da colônia. E no decorrer do tempo, quando chega o período da aposentadoria deles, para a colônia encaminhar. Faz toda documentação necessária e encaminha eles para a previdência social, pra eles serem aposentados como pescador artesanal. Também é um dos trabalhos da colônia que beneficia o pescador e muitas outras coisas que as vezes eles não dão muita importância.

O discurso de C. B. revela um aspecto importante na organização social destas comunidades: os vínculos de representação construídos na relação destas lideranças com a comunidade não são capazes de promover uma efetiva democratização nas relações políticas no interior da pesca, mas acabam por reforçar relações verticais e autoritárias e na melhor das situações delegativas e assistencialistas. Em geral, os pescadores artesanais possuem pouco acesso a informação, a redes e grupos que promovam incentivos sociais à participação, o que portanto, limita seu aporte a geração e a apropriação de capital social comunitário. Os vínculos representativos que o trabalho de mobilização das Colônias realiza está associado ao fomento de uma participação passiva que é melhor expresso na frase de C. B. “o benefício em ser associado da

Colônia é no momento em que eles precisam da gente pra representá-los.” Esta concepção de participação acaba por reforçar a prática de “pedir” o que se necessita.

Não obstante a isto, tais formas de participação passiva, ainda que limita as formas de exercício da cidadania, garantem um mínimo de funcionamento democrático dentro destas comunidades. E ainda que estas formas de relacionamento de entidades de representação da pesca com pescadores limitem uma forma de participação mais ativa dos mesmos, não se pode descartar que a associação à Colônia e às Associações possa se converter em ganhos aos pescadores, porquanto a formalização da sua atividade, viabilizada por estas entidades, possibilita o acesso à direitos e benefícios concedidos pelo Estado e pode se converter em melhoria econômica e social dos grupos familiares ligados à pesca. Outrossim, é sabido que o trabalho é gerador de identidades, ademais de articular a vida das pessoas e das famílias. Portanto, não é um feito menor o acesso aos documentos de formalização da profissão, onde se está registrado a sua identidade produtiva e a partir do qual se garante um reconhecimento social, que pode realmente funcionar como mecanismo de efetivação da cidadania. É, então, um direito assegurado e importante que promove um reconhecimento legal dos pescadores e acesso a direitos previdenciários. Mas também é evidente que o conhecimento dos seus direitos não é suficiente; é necessário que as organizações deem um passo à frente no sentido de assegurar mecanismos para que o exercício dos direitos possa realmente efetivar-se.

Nas demais entrevistas surgem uma série de motivações que também estão relacionadas a dimensão subjetiva, de ordem pessoal, como ideias, valores de tipo religiosos, motivos de cunho ideológico, que parecem ser um motor fundamental no momento de decidir se tornar parte de um grupo e mais ainda de se tornar parte da direção deste grupo.

Na perspectiva do Sr. O. M., pescador aposentado que já integrou a direção de diversas entidades como Cooperativa, Colônia e Associação de bairros, assumindo responsabilidades em diferentes espaços e grupos organizados, a motivação para participar advém da natureza própria da pessoa, pois para ele algumas pessoas são mais competentes para exercer determinadas funções do que outras.

Agora eu sou suspeito em falar assim, que eu sou competente. E tem que ter competência pra fazer o que eu fiz. Uma coisa eu digo a você, o que eu não aprendi numa carteira de colégio, a escola da vida me ensinou. Eu sou um bom aluno da escola da vida.

Ao se diferenciar dos demais pescadores que não possuem estímulo próprio para participar ativamente em um grupo organizado ou presidir uma associação, o Sr. O. M. acredita que seus saberes e motivações são dons naturais, e que a força de suas convicções quanto ao trabalho que realiza está na religião.

Meu pai nunca fez parte de nada desses movimentos, nunca me incentivou a fazer parte. Nunca recebi incentivo de ninguém, parece que eu nasci com esse dom que Deus me deu.

Como já discutido anteriormente neste trabalho, a religião possui uma forte influência sobre as motivações dos indivíduos e reconstrói internamente laços sociais típicos de uma solidariedade familiar. Neste caso as falas resgatam os traços subjetivos e da personalidade de cada um.

Dentro deste conjunto de motivações de ordem subjetiva, na qual se inclui a trajetória de vida, a crença em suas capacidades e dons, se inclui também as fortes convicções que os sujeitos declaram possuir como um estímulo a participação. Esta perspectiva o Sr. O. M. manifestou possuir quando foi interrogado dos motivos que o fizeram se associar a Colônia e a partir daí se integrar na direção da entidade.

Por que primeiro a gente faz parte da classe, pertence a classe, e segundo que a gente podendo dar a nossa pequena contribuição ajuda a entidade e ajudando a entidade está ajudando a nossa classe também. E eu tenho certeza que com o pouco que eu sei, com pouco que eu aprendi, eu ajudo a essas entidades. Não vou dizer que ajudo as outras, mas a pesca... eu preciso fazer alguma coisa pra pesca.

Este pacote de motivações de ordem subjetiva que está expresso no discurso dos entrevistados, como ideias, valores, dons pessoais e habilidade autodeclaradas parece exercer nos depoimentos uma função de legitimação das ações dos sujeitos. Sem embargo, quando estes entrevistados contam sobre a sua trajetória dentro das organizações sociais que participam, revelam um aspecto fundamental que permite entender as reais motivações que os indivíduos possuem para se engajarem na participação social: a existência de incentivos sociais, que é em última instância o capital social, na perspectiva que Bourdieu (1980) apresentou, como a posse de uma relação social que favorece a obtenção de recursos materiais ou imateriais. Sendo assim, quando o Sr. O. M. conta traços da sua trajetória como liderança no âmbito da pesca,

revela a força que os incentivos sociais possuíram na determinação de sua trajetória enquanto liderança da pesca. Neste caso, os contatos e as relações que se estabelecem ao longo da vida estão na base das oportunidades que tem certos sujeitos para se engajar na participação social.

Sr. O. M. conta, em sua entrevista, que nasceu em Atafona, no distrito de São João da Barra e viveu lá até os 11 anos quando se transferiu com a família para Macaé. Neste período, começou a pescar com o pai e aos quinze anos voltou a Atafona onde passou a pescar com um tio até completar dezessete anos, quando ingressou na carreira militar. Após sair do exército, com dezenove anos, Sr. O. M. relata que foi chamado a participar da diretoria de uma cooperativa de pescadores em Macaé, por um pescador amigo seu que já era presidente da entidade. Por meio deste convite, o Sr. O. M. iniciou sua trajetória de liderança da pesca, como ele revela no depoimento abaixo:

(...) depois que eu dei baixa do exército... no final de 72, quando recebi a baixa do exército e que eu voltei a pescar, (...) eu recebi um convite para participar da diretoria, que ia haver uma reunião, uma assembleia geral na cooperativa dos pescadores, e eu fui convidado a ser um dos diretores, que na época éramos três suplentes do conselho fiscal. (...) O convite veio por meio do presidente da época; ele ia concorrer à reeleição e me chamou para fazer parte da chapa dele. (...) eu já o conhecia como presidente de cooperativa, assim que eu entrei no exército ele já era presidente, eu já o conhecia de antes, anteriormente. Ele como presidente de cooperativa e eu pescando, só que aí eu fui servir o exército e ele continuou. Aí veio a reeleição dele e eu já tinha recebido a baixa do exército e ele foi e me convidou para fazer parte da chapa dele, e nós fomos vencedores e eu era um dos três suplentes do conselho fiscal. (...) Depois do conselho fiscal eu subi para o conselho de administração. Depois do conselho de administração, não sei que período que foi, mais ou menos dois anos, eu fui para a vice-presidência e de 81 a 84/85, acho que 85, eu fui presidente. Saí com 29 anos de idade. (...) Agora não vou dizer que foi competência minha, alguém me achou uma peça fundamental para preencher no trabalho da pesca. E tô aí.

Por outro lado, não são somente as motivações de ordem subjetivas e os incentivos sociais que determinam à vontade de participar e se organizar politicamente, há também uma percepção de que as situações de crises geralmente motivam as pessoas a se agruparem e se organizarem, buscando mecanismos de solidariedade que são mais efetivos em períodos de crises do que em períodos de bonança. Foi em razão de uma situação de crise, eclodida por conflitos com atores que estão interferindo de modo deletério nos espaços tradicionais de pesca, que pescadores artesanais como o Sr. C. F. e o Sr. F. C. se sentiram motivados a formar uma associação em Arraial do Cabo para

defender os pescadores da comunidade de Praia dos Anjos. Na entrevista realizada com eles, o Sr. F. C. (presidente) e o Sr. C. F. (vice-presidente) relataram os motivos da criação da Associação de Pescadores Artesanais das Canoas de Rede da Praia dos Anjos (APESCARPA) em Arraial do Cabo.

O que nos motivou a criar a associação foi o seguinte. Nós somos pescadores artesanais, então o que aconteceu: o turismo começou a ocupar um pouquinho do nosso espaço. E nós fizemos o seguinte: formamos a nossa associação, para ele respeitar o nosso espaço. Porque senão, daqui a pouquinho, nós, pescadores da reserva, vamos sair, para ele (o turismo) tomar conta. Por isso nós formamos a associação: para eles respeitarem o pescador. (C. F., vice-presidente da APESCARPA)

Estes episódios de crises e conflitos geralmente marcam um antes e um depois na vida destas pessoas e de comunidades inteiras e toda a sua gente. A expansão do turismo e da indústria petroleira na região em torno à Arraial do Cabo ocasionou uma mobilização dos pescadores no município para proteger sistemas tradicionais de acordo de pesca, como a “corrida das canoas”, relatada na subseção anterior, e que resultaram na criação da AREMAC, uma associação criada para defender e preservar a Reserva Extrativista de Arraial do Cabo e que reúne diversas entidades e associações. Foi no contexto de atuação da AREMAC para impedir a instalação de plataformas de petróleo no município que a Associação conduzida pelo Sr. F. C. e pelo Sr. C. F. iniciou os seus primeiros movimentos.

Aqui em Arraial do Cabo só tinham quatro grupos: Colônia, AREMAC e FIPAC. De pescadores do Arraial do Cabo, então ela englobava toda a região do pescador. Quando começou a vir essa parte de empresas de petróleo pra cá, trouxeram uma plataforma. Então, para essa plataforma não entrar aqui em Arraial do Cabo, a AREMAC fez um abaixo assinado. E, nesse abaixo assinado, podíamos ir nos locais e nos representarmos como associações. E nós não tínhamos associação formada. Então, nesse impacto desse interesse financeiro, criou-se esse tipo de associação, porque daria um quinhão para cada entidade. Foi por isso que se começou essas coisas: foi Associação do Morro, Associação da Praia dos Anjos, Associação da Praia Grande, criaram mais esse monte de entidades: de barqueiro, de caiaqueiro, caiçara. Um monte de coisas foram feitas assim, por interesse em benefício financeiro. E também pelo impacto que isso ia trazer. Nós, na associação (PESCARPA), sempre fomos de outro lado: nós nunca ganhamos centavo nenhum. Nunca pedimos nada. Nós só brigamos pelo nosso espaço ali, que é a orla da praia, que a gente quer preservar.

A motivação por associar-se e buscar um engajamento participativo mais ativo é reforçada quando estes sujeitos não encontram apoio e parceria em outros grupos e instituições. Estes fatos influenciam nas decisões de quando e por que tomar a iniciativa de associar-se para defender os interesses de sua própria classe.

Por isso que nós criamos a nossa associação: para poder representar o pescador. Porque antigamente a Colônia representava o pescador. Hoje a Colônia representa o turismo. Tem-se preocupado com o turismo, porque ela ganha 30% do turismo que passa ali na Marina. (...) ela se preocupa mais com o turismo e esqueceu do pescador. (C. F., vice-presidente da APESCARPA)

(...) nós não tivemos incentivo, não tivemos nada, apoio de ninguém. Foi a obrigação de procurar se defender. Nós estamos vendo (...) o turismo se expandindo de forma agressiva e nós nos formamos para proteger o nosso espaço. Está sendo muito difícil. Muito. (F. C., presidente da APESCARPA)

Há diferentes motivações que induzem o indivíduo à cooperação como é possível inferir a partir dos relatos aqui expostos e que convergem com os apontamentos teóricos de Elster (2007) quando este agrega no inventário das motivações para cooperar um conjunto de diferentes motivos que consideram o ato de cooperar com os demais não somente uma postura racional, mas também passional e normativa. Neste caso, a motivação por associar-se está na relação inversa aquela da força dos incentivos sociais, que parece não possuir nenhuma influência na decisão destes sujeitos. Sem a garantia dos incentivos de ordem social e institucional, a motivação inicial que estimulou o comportamento participativo do Sr. C. F. e o Sr. F. C. pode estar na força do interesse próprio que, como bem especificou Elster (2007), pode se referir tanto à busca por vantagens pessoais quanto por vantagens grupais ou comunitárias. No entanto, este comportamento cooperativo motivado por interesse individual pode estar permeado de valores e de um certo nível de consciência política, como pode ser notado pelos relatos abaixo:

Eu tenho o maior orgulho do que eu faço. (...) Esta foi a escolha que eu fiz. Fizemos reunião dez horas da noite, hoje de novo a uma e meia, e estamos agora com você aqui. Essa tarde toda a gente está passando muito bem. (...) eu considero isso como isso um trabalho enorme, estar aqui protegendo o pescador, é uma honra grande estar trabalhando sem nenhuma remuneração (F. C., presidente da APESCARPA)

A gente quer... quer ajudar o pescador, queremos... digo com sinceridade: eu vou levando até enquanto eu puder continuar. Quando não tiver mais condições, só Jesus! (C. F., vice-presidente da APESCARPA)

Em síntese, nas várias entrevistas realizadas foi possível encontrar um conjunto de experiências que refletem as diferentes motivações que conduzem os sujeitos a um engajamento participativo. Entre elas está a força dos vínculos sociais e dos contatos que o indivíduo constrói durante sua trajetória de vida e que possibilitam a estes indivíduos se empoderarem diante dos demais. O alto valor que estes incentivos possuem dentro de uma comunidade ou de uma sociedade decorre de sua escassez, o que torna sua distribuição limitada dentro de um dado grupo (GUIMARÃES, 2003). Esta pode ser uma das explicações para o fato de poucos indivíduos alcançarem empoderamento dentro de um dado grupo, sendo capaz de fomentar uma participação ativa, como é o caso de certos indivíduos que alcançam prestígio e empoderamento nas comunidades de pescadores artesanais estudadas. Outro aspecto fundamental dos incentivos sociais é sua força de atração que nos casos aqui revelados é maior do que a dos incentivos materiais. Assim, nas declarações dos entrevistados não foi possível perceber se há formas de compensação material pelas atividades que eles exercem, sendo que em nenhum caso foi possível identificar a influência dos incentivos materiais sobre a disposição de participar ativamente nos grupos organizados.

Há também um conjunto de motivações relacionado à presença de incentivos ideológicos entre os entrevistados e fazem parte de estímulos de ordem subjetiva, onde se agrega valores, ideias, trajetórias de vida, crença em dons e capacidades próprias. As pessoas que se guiam por estes incentivos estão geralmente motivadas por um dever ou por preocupações concernentes ao bem comum ou a direitos e benefícios individuais e que podem arriscar uma cooperação inicial sem a preocupação quanto aos custos pessoais da sua ação (Elster, 2007). São em todos os casos sujeitos imparciais que se orientam por valores normativos e são influenciados por fatores de ordem cognitiva e/ou social (processos de socialização que influenciaram nas escolhas acerca de sua postura participativa), que constituem dentro de um grupo ou em uma comunidade uma “massa crítica” (OLIVER e MARWELL, 1988) e que encontram em episódios de crise o “gatilho” que termina por determinar a decisão de cooperar, associando-se para a defesa de um bem comum.

Considerações finais

Os dados registrados pelo Censo PEA-Pescarte em sete municípios do litoral fluminense permitiram realizar algumas reflexões e considerações com respeito aos componentes do capital social presentes nas comunidades pesqueiras. Se procurou indagar sobre os elementos básicos constitutivos do capital social, como solidariedade, confiança, participação em organizações e grupos dentro das comunidades pesqueiras, ingredientes que permitem – por meio de certas ações e mecanismos sociais – sua transformação em formas de cidadania e um exercício prático da efetivação de direitos. Deste modo, os dados coletados apontaram que estes mecanismos funcionam de forma irregular nas comunidades, com acentuada presença de um componente, como a confiança em instituições associativas como a Colônia, e baixa presença de outros componentes como a participação que promove práticas democráticas.

De um modo geral, os pescadores dos setes municípios não se sentem imersos, em sua maioria, em uma comunidade solidária, onde eles podem ter confiança em outras pessoas, como ficou bem comprovado pelos dados do teste sociométrico. Neste sentido, ficou demonstrado que é restrita a capacidade de construção de redes sociais para fora dos laços familiares, como pôde ser observado no comportamento majoritário de pedir ajuda aos familiares em casos de necessidade, como a falta de crédito no mercado local. Neste sentido, é frágil as relações de confiança e solidariedade em relação aos vizinhos.

A análise da integração dos pescadores a grupos e organizações mostrou que é extremamente baixa a taxa de participação em quase todos os coletivos mencionados pelo Censo. As taxas mais baixas estão naquelas instituições que possuem um perfil político, que podemos definir como essencialmente de “ideias” ou de militância, como é o caso dos grêmios, sindicatos, cooperativas, associações corporativas e organizações político partidárias. Nas instituições associativas foi encontrado um percentual mediano de pescadores que participam das atividades das Colônias, na maioria dos municípios estudados, e baixo percentual de pescadores que participam das Associações. No entanto, nestas últimas foi possível perceber uma intensidade na participação dos membros maior que nas Colônias. Esta diferença se explica pelo fato de as Associações nuclearem indivíduos com grau mais alto de homogeneidade e concordância com os interesses que elas carregam, permitindo um alinhamento maior dos interesses individuais. Entretanto, a expressão numérica de associações formais não é um fator de

fortificação destas instituições e da cultura de participação, pela ausência de espaços democráticos de decisão coletiva no interior destas instituições.

Além das organizações de tipo político, foram também analisadas a participação social em organizações que podem ser chamadas de “tradicionais” ou clássicas, como é o caso das Igrejas e dos grupos culturais (festas típicas, danças, grupos musicais e teatrais etc.). As primeiras nucleiam um número bem maior de pescadores e se orientam para fins mais assistencialistas além de se enquadrarem naquilo que se denomina de *ethos* familista (Banfield, 1958), por reproduzirem laços de solidariedade típicos dos contatos sociais primários. No que se refere à participação em eventos culturais, a presença é quase nula.

Pode-se inferir que a baixa participação nas organizações sociais e grupos coletivos pode ser explicada pela inexistência destes espaços de participação coletiva no seio das comunidades pesqueiras, o que demonstra que são poucos os espaços institucionalizados de participação cívica, levando a necessidade de uma intervenção de governos e organizações sociais para fomentar a criação destes espaços.

Um importante gargalo na consolidação do capital social pode ser verificado na qualidade da participação. A qualidade na participação foi medida por meio da questão que perguntava aos pescadores a forma como eles participam das atividades das Colônias e das Associações de Pescadores. A pergunta ofereceu três formas de participação: não participa, participa apenas como ouvintes e participa diretamente das decisões. Os dados comprovam que a forma predominante de participante é a como ouvinte, demonstrando que o pescador possui pouca influência sobre as decisões tomadas pelas lideranças da pesca, restringindo-se apenas ao poder de escolha dos representantes nas eleições da entidade. O comportamento passivo dos pescadores nas atividades destas instituições revela que estas não se consolidaram como espaços coletivos de decisão e negociação e que a presença dos pescadores, na maioria dos casos, se restringe apenas ao ato de colher informações, especialmente de cunho burocrático. Isto posto, é sabido que a emissão e regularização dos documentos da pesca, necessários para obtenção de benefícios sociais, como o defeso, é feita pelas Colônias, que utilizam o controle destes procedimentos burocráticos como objeto de barganha em relações políticas de uso clientelista.

Como afirma Putnam (2000), a confiança social nos contextos modernos e complexos deriva de duas fontes conexas: as regras de reciprocidade, que não existem quando não há interação social ou baixa participação em ações coletivas, e os sistemas de

participação cívica, que dependem destes espaços coletivos. Neste sentido, a ausência de uma participação ativa dos pescadores nas decisões tomadas pelas Colônias e a ausência de eventos culturais que envolvam a comunidade, considerando que muitas destas são comunidades com tradições religiosas, demonstram que os sistemas de participação cívica nestas comunidades são frágeis.

Em suma, encontrou-se nos sete municípios estudados uma tendência orientada a posições mais delegativas e menos participativas. Em síntese, se pode afirmar que nos municípios estudados as comunidades pesqueiras possuem um grau de associativismo extremamente baixo, onde a tendência a ações coletivas de tipo comunitário é escassa.

Outra forma de medir o capital social entre os indivíduos é analisar os níveis de confiança dos pescadores nas instituições associativas, em organizações e grupos sociais. Para teoria do capital social a confiança é o elemento causal da participação, que explica o comportamento político dos agentes. A confiança que as pessoas depositam umas nas outras e nas instituições é fundamental, como explica Putnam (2000) para a cultura cívica. A cultura cívica depende da confiança dos agentes, porque ela reforça as ações coletivas, e minimizaria o comportamento familista, como defende Putnam (2000), que envolve o desejo de maximizar os benefícios para sua família nuclear em detrimento dos interesses públicos. De forma complementar, ações cívicas produzem laços de cooperação horizontais que limitam o abuso de poder de lideranças. Por outro lado, quando há baixa confiança, a disposição para participar e acreditar nos resultados da associação política é menor, favorecendo relações de poder autocráticas e personalistas, que trabalham para minar as relações de cooperação horizontais, desestimulando a ação de cooperar.

A confiança dos pescadores nas organizações e instituições foi medida a partir de três grupos: a confiança a partir dos laços de parentesco e amizade; a confiança nas instituições associativas, notadamente as Colônias e Associações da pesca; e a confiança nas instituições promotoras de políticas públicas. A baixa confiança em empresas e instituições públicas como a Prefeitura (4,0), Petrobrás (5,5), INEA (5,6), FIPERJ (5,9) e IBAMA (5,9) deve-se ao baixo desempenho do trabalho realizados por estas organizações nas comunidades pesqueiras. Assim, a confiança em instituições públicas depende do seu desempenho institucional, ou seja, da capacidade de responder satisfatoriamente às demandas da comunidade. Destarte, outras instituições como o Ministério da Pesca e Aquicultura (6,7), Capitania dos Portos (7,3) e Universidade (8,1)

apresentaram avaliações altas em razão da aprovação do seu desempenho junto a esta população.

No caso específico da Petrobrás, a desconfiança revela os conflitos existentes pelo uso do espaço marinho, em razão da criação das zonas de exclusão em torno das Plataformas que estão deslocando as embarcações para regiões afastadas da costa, imprimindo maior custo de operacionalização da atividade; e pelos acidentes causados por embarcações da empresa em barcos de pescadores, acentuando os conflitos entre a indústria do petróleo e a comunidade pesqueira.

Por outro lado, os altos níveis de confiança nas tripulações da embarcação e na igreja revelam que o maior estoque de capital social nestas comunidades está presente nas relações de compromissos com estruturas familiares, de parentesco e de trabalho. No caso das tripulações, a confiança, mais do que as qualidades profissionais, explicam a escolha dos indivíduos que irão compor a tripulação do barco, o que verifica a necessidade de um estudo mais aprofundado para identificar a existência de redes anteriores à formação da tripulação, que orientam a escolha dos indivíduos que irão fazer parte da tripulação dos barcos. Por meio destes dados é possível inferir que os laços de solidariedade mais comuns nestas comunidades ocorrem entre grupos menores, como igrejas, família e grupos de trabalho, onde a confiança é mais alta, o que reflete a existência de um estoque relativo de capital social no âmbito de compromissos familiares e produtivos.

Já a confiança na Colônia é relativamente alta (7.0), em que pese o baixo envolvimento dos pescadores na participação política nesta instância de representação. Assim, os dados mostraram que embora estas organizações formais da sociedade civil sejam um fator fundamental na geração de práticas mais participativas, a participação política é afetada pelo tipo de relações desenvolvidas no interior destas entidades. Nas Colônias de Pesca e em várias Associações de Pescadores as atividades e decisões se concentram nas mãos das lideranças, atomizando as práticas participativas no seu interior e reforçando a tendência observada nas democracias representativas de delegar poder e função a um grupo de pessoas que se apresentam como lideranças da comunidade. A preferência pelo mecanismo da democracia representativa é o que mantém os pescadores afastados das decisões e dos espaços de diálogo nestas entidades e, na medida em que as lideranças se dispõem a atender às necessidades imediatas dos seus membros a confiança no líder tende a se reforçar, o que explica o alto grau de confiança nas Colônias.

As motivações que determinam a não integração dos pescadores em ações coletivas, como a não participação das atividades das Colônias e das Associações de Pescadores, são inúmeras dentro das comunidades pesqueiras, mas as principais alegações dos pescadores foram a falta de interesse para participar, a falta de tempo e a alegação de nunca terem sido convidados a participar. Quando os pescadores alegam não possuir tempo para se dedicar a atividades cívicas revelam a carência de condições objetivas para se alcançar um nível de participação social típica de uma comunidade cívica. Por outro lado, há, além da falta de condições objetivas, uma revelada falta de disposição para participar de ações coletivas que poderiam impelir estes indivíduos na direção de uma integração social maior, que ultrapassassem os laços sociais familiares. Mas há também entre certos indivíduos uma disposição para participar. São aqueles que alegaram não participar porque nunca foram convidados. Estes possuem uma motivação que evidencia um potencial de participação futura, que pode ser efetivado por meio de incentivos sociais (Taylor, 1991), concedidos na forma de vínculos sociais entre pessoas já motivadas que exerceriam o trabalho de estimular nos desmotivados a disposição para participar de ações coletivas. Mas a oferta de tais incentivos esbarra na fragilidade do capital social existente nas comunidades pesqueiras, sobretudo em razão das precárias conexões entre os indivíduos da pesca.

A fragilidade do capital social revelada pela escassez de conexões sociais é um gargalo importante na consolidação de empreendimentos coletivos como o de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. Notadamente, a ausência de características fundamentais para consolidação de ações coletivas impede o estabelecimento de formas de apropriação e produção coletiva dos recursos naturais. Tais características estão na base do capital social de tipo comunitário e integram as variáveis que Plummer e Fitzgibbon (2004) e compilaram como características de uma dada comunidade que facilitam as ações comuns e que os autores estudaram para compreender as possibilidades na criação de formas de gestão comum dos recursos naturais explorados por comunidades tradicionais.

O estudo realizou o esforço de analisar a presença destas variáveis nas comunidades pesqueiras dos municípios confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos e constatou a ausência destas características como, por exemplo, a baixa disposição para contribuir em ações coletivas; a insuficiência de espaços de negociação e decisão coletiva; a presença de lideranças personalistas que não foram capazes de assumir um papel de catalizadores da mobilização social; os obstáculos na promoção de um diálogo

homogêneo o que reflete em heterogeneidade de interesses e horizontes culturais distintos, além de inúmeros conflitos no uso dos espaços de pesca pela limitação dos recursos explorados; e a forte presença de um *ethos familista* que torna menos vibrante a vida associativa e comunitária.

Ademais, o processo de formação das Colônias de Pesca limitou o entendimento dos pescadores no que se refere ao papel representativo destas entidades e comprometeu a capacidade de organização popular. Ao mesmo tempo a criação das Associações de Pescadores, ao menos nos municípios confrontantes à Bacia Sedimentar de Campos, não significou um reforço no compromisso representativo de organizações formais, o que impõe dúvidas acerca da sua capacidade de representar os reais interesses dos pescadores e de resgatar os princípios de uma sociedade civil na pesca. Na maioria dos casos observados, estas associações se constituíram para legitimar as ações de lideranças políticas adversárias das lideranças que controlam as Colônias.

Diante deste quadro de fragilidades nos componentes do capital social entre os pescadores artesanais, a questão se volta para a ação dos agentes externos, para que estes realizem um trabalho de mediação de ações direcionadas ao fortalecimento da organização comunitária. Contudo, para que a intervenção de agentes externos não se torne um pretexto para reprodução de modelos convencionais de gestão vertical de projetos é preciso que, no processo de planejamento e execução de ações, o protagonismo advenha dos membros das comunidades e não dos coordenadores dos projetos. Nas comunidades estudadas o projeto PEA-Pescarte se insere como um agente externo que se propõe a incentivar a criação de espaços de integração entre os pescadores e fomentar a participação ativa dos mesmos, buscando construir alternativas a partir do protagonismo destes atores para os problemas que afligem a pesca. Assim, a meta de intervenção social dos agentes externos deve ter como escopo a consolidação da emancipação social do sujeito, por meio de seu protagonismo na construção de ideias e no planejamento de ações necessárias a superação dos problemas.

Na medida em que a intervenção do PEA-Pescarte nas comunidades pesqueiras se orienta por um viés participativo, construído em parceria com os sujeitos da ação, resultados poderão ser alcançados no que se refere ao fortalecimento da organização comunitária, ainda que seja preciso ter em mente que as mudanças pretendidas não ocorrem em um horizonte a curto e médio prazo, ainda mais considerando o histórico da pesca, acerca da ausência de uma cultura da participação. É preciso considerar ainda que a dinâmica de desenvolvimento da organização comunitária evolui em um ritmo

distinto das necessidades dos sujeitos, que por apresentar múltiplas carências quase sempre pressionam os agentes externos a oferecer soluções imediatas aos problemas que os afligem, o que desmotiva em boa parte o interesse pela via do fortalecimento comunitário, que demanda um desenvolvimento a longo prazo. Ainda resulta difícil a toda intervenção externa reunir os sujeitos em um objetivo comum, quando se trata principalmente de comunidades heterogeneas como as de pescadores artesanais, onde há interesses difusos, necessidades diversas e horizontes culturais distintos.

Em suma, os achados empíricos desta pesquisa descartaram a relação que a teoria de Putnam apontou entre as dimensões subjetivas do capital social (confiança e reciprocidade) e objetivas (participação e práticas democráticas). Nas comunidades pesqueiras há uma enorme ambiguidade na capacidade de organização comunitária; por um lado, há um conjunto de ações de ajuda mútua e solidariedade entre os pescadores, notadamente aqueles que formam grupos de trabalho, como companheiros de embarcação, vizinhos e parentes, que se ajudam nos assuntos cotidianos imediatos da vida ordinária, nas questões de “aperto”, como eles mesmos dizem e que se configuram em um tipo de solidariedade próxima ao familismo amoral de Banfield (1958). Tais redes sociais geradas por laços de confiança raramente ultrapassam as fronteiras das estruturas familiares ou das relações de solidariedade no barco, porquanto estas recriam, no barco, as formas de contato primário que constituem os laços familiares. Por outro lado, as comunidades pesqueiras demonstraram possuir uma forte desconfiança com a maior parte dos agentes externos que atuam nestas comunidades como o poder público, associações e empresas privadas. Dos agentes externos, apenas a universidade possui alta aceitação entre os pescadores artesanais, o que explica a reputação conquistada pelo PEA-Pescarte nestas comunidades, visto que o projeto é carregado pela UENF.

Esta ambiguidade reforça a tese de que há uma dissociação entre modelos teóricos e os resultados que a pesquisa alcançou tanto nos dados quantitativos quanto nos qualitativos. Esta dissociação capturada pelos resultados da pesquisa se refere a uma correlação defendida por modelos teóricos entre o acúmulo de capital social e a existência de laços de solidariedade entre as pessoas. Em outras palavras, para estas teorias a condição necessária para se alcançar níveis de participação social institucionalizadas, o que Putnam chamou de comunidade cívica, é a existência pretérita de solidariedade e confiança entre as pessoas. O que se pode inferir, a partir dos elementos empíricos encontrados no campo, é que a solidariedade é uma condição

necessária, mas não suficiente para construção de capital social, que permita a estas comunidades superar as condições precárias de existência.

Contudo, não é somente a população de pescadores aqui analisada que registra esta ambiguidade na capacidade de organização coletiva; populações pobres, de um modo geral, manifestam enorme senso de solidariedade entre seus membros, que atua como mecanismo de compensação pela ausência de outras fontes de obtenção de recursos que não sejam a ajuda dos vizinhos e dos parentes em situações de crise ou de “aperto”. Assim, as populações de pescadores estão inseridas em um contexto social mais amplo onde a ausência de condições objetivas de vida pode degradar a capacidade de organização coletiva, mas não torna estes indivíduos menos solidários e mais individualistas, ao contrário, a solidariedade ao nível do familismo é uma estratégia racional de sobrevivência e, como afirma Cabral (2003), resulta na sustentação e melhoria dos grupos domésticos. Por fim, este trabalho considera que os achados empíricos são fundamentais também para se repensar a prática de transpor para a realidade brasileira modelos teóricos construídos para compreender contextos sócio histórico distintos daqueles nos quais estão imersos os grupos e comunidades estudadas, como os pescadores artesanais e suas comunidades.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, F (1991). *la logica de la cooperacion*. In: *Intereses individuales y acción colectiva*. Madrid: Fundación Pablo Iglesias.
- ALLUT, A. G. (2000). O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. In: DIEGUES, A. (Ed.). . *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: NUPAUB- USP, p. 101–124.
- ANDRIANI, L. (2013). Social Capital: a Road Map of Theoretical Frameworks and Empirical Limitations. *Working Papers in Management*, p. 1–26.
- ARRETCHE, M. (1996) “Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 11, p. 44–66.
- AXEROLD, R. (1984). *La evolución de la cooperación*. Madrid: Alianza.
- BACKES, D. S. et al. (2011) Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. *Mundo da Saude*, v. 35, n. 4, p. 438–442.
- BANFIELD, E. C. (1958). *The Moral Basis of a Backward Society*. New York: The Free Press.
- BAQUERO, M.(2003). Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 83–108.
- BASSO, D. (2006). CAPITAL SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Eds.). *Capital Social: teoria e prática*. Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), p. 193–211.
- BELO, D. C. (2009). Degradação ambiental e escassez de recursos: análise comparada das mudanças socioambientais ocorridas entre os pescadores dos municípios de São Fidélis e São João da Barra após o acidente da Cataguases Papel. [71 f.] Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).
- BOURDIEU, P. (1980). *O capital social: notas provisórias*. Escritos de educação.

_____. (2002) *O poder simbólico*. 5ª ed. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand.

_____. (2005). O campo econômico. *Política e sociedade*, v. 6, p. 81–82.

_____. (2009) estrutura, habitus e práticas. In: *O senso crítico*. Petrópolis: Editora Vozes.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. (2005). *Una invitacion a la sociología reflexiva*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, v. (0)

BRASIL. (1934). *DECRETO Nº 23.672, DE 2 DE JANEIRO DE 1934*. Rio de Janeiro, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>>

_____. (1938). *Decreto-lei nº 794, de 19 de outubro de 1938*, Rio de Janeiro, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-794-19-outubro-1938-350346-norma-pe.html>>

_____. (1942). *Decreto nº4.890, de outubro de 1942*, Rio de Janeiro, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4830-a-15-outubro-1942-414832-republicacao-1-pe.html>>

_____. (1975). *Portaria Ministerial nº 323 de junho de 1975*, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/legislacao/portaria/247-1975.html>>

_____. (1988). *Constituição de 1988*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>

_____. (2008). *Lei nº 11699/08*. Brasília, DF. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/93557/lei-11699-08#art-3--inc-II>>

_____. (2009). *Lei 11.959, de 29 de Junho de 2009*, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm>

BRESSER PEREIRA, L. (2009). Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. *Revista de Economia Política*, vol: 29 (114) pp: 163-190.

BRITO, R. C. DE C. (1999). *Modernidade e tradição: Construção da identidade social*

dos pescadores de Arraial do Cabo. Niterói: EdUFF.

CABRAL, M. V. (2003). O Exercício Da Cidadania: Política Em Perspectiva Histórica (Portugal E Brasil). *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 31–60.

CAILLÉ, A. (1998). Nem holimo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38.

CALLOU, A. (2006). Extensão rural: polissemia e resistencia. IV CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. *Anais...Fortaleza: SOBER*.

_____.(2010). Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. *Ciências do Mar*, v. 62, n. 3, p. 45–48.

COLEMAN, J. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American journal of sociology*.

_____. (1990). Social Capital. In: *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Massachusetts, Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, p. 300–321.

CRUZ, G. DOS R. (2007). Associativismo e democratização da sociedade: limites e possibilidades. *Comunicação e política*, v. 24, n. 3, p. 89–114.

D’ARAUJO, M. (2003). *Capital Social. Primeiros passos*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.

DEMO, P. (2001). *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Editora Cortez.

DIAS NETO, J. (2010a). *Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil*. Brasília: IBAMA.

_____. (2010b). Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais - um registro para o futuro. *Revista CEPSUL-Biodiversidade e Conservação ...*, v. 1, n. 1, p. 66–80.

DIEGUES, A. C. (1983). *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Editora Ática.

_____. (1995). *Povos e Mares: Leituras em Sócio- Antropologia Marítima*. São Paulo: NUPAUB- USP.

_____. (2000). Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. (Ed.). *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. 2ª ed. São Paulo: NUPAUB- USP, p. 1–46.

_____. (2007) *Cultura marítima, conhecimento e manejo tradicionais na Resex Marinha do Arraial do Cabo*. São Paulo Programa Petrobrás Ambiental.

DRUMMOND, J. A.; FELIPPE, C. A. (2003). Capital social à beira da Baía da Guanabara. *Redes*, v. 8, n. 3, p. 155–215.

ELSTER, JOHN. (2007). *la explicación del comportamiento social*. Barcelona: Editorial Gedisa.

_____. (1991). *El cemento de la sociedad: las paradojas del orden social*. Barcelona: Editorial Gedisa, pp. 349.

EVANS, P. (1997). Government action, social capital and development. In: EVANS, P. (Ed.). *State-society synergy: government and social capital in development*. Berkeley: University of Califórnia, p. 178–210.

FERNANDES, A. (2002). O capital social e a análise institucional e de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 3, n. 36, p. 375–398.

FOLEY, M. W.; EDWARDS, B. (1998). Beyond Tocqueville : Civil society and social capital in comparative perspective. *The American Behavioral Scientist*, v. 42, n. 1, p. 5–20.

FOX, J. (1996). How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico. *World development*, v. 24, n. 6, p. 1089–1103.

GAMBETTA, D. (2000). Mafia: the price of distrust. In: GAMBETTA, D. (Ed.). . *Trust: making and Breaking Cooperative Relations*. [s.l.] Department of Sociology, University of Oxford, p. 158–175.

_____. (2005). *La mafia siciliana: el negocio de la protección privada*. México DF: Fondo de Cultura Económica.

GRANOVETTER, M. (1991). Modelos de umbral y de conducta colectiva. In: *Intereses individuales y acción colectiva*. Madrid: Pablo Iglesias.

- GROOTAERT, C.; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M. (2003). *Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)*. Washington, D.C.
- HARDIN, G.(2001) The Tragedy of the Commons. *The Social Contract*, v. 162, n. Dezembro, p. 1243–1248.
- HIGGINS, S. S. (2005) *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argós Ed. Universitária.
- IBAMA. (2009). *Estatística da Pesca 2007 - Brasil: Grandes regiões e unidades da Federação*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/biodiversidade-aquatica/gestao-pesqueira/estatistica-pesqueira>>.
- KALIKOSKI, D. C.; SEIXAS, C. S.; ALMUDI, T. (2009). Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. *Ambiente & sociedade*, v. 12, n. 1, p. 151–172.
- KOLLOCK, P.(1998). SOCIAL DILEMMAS: The Anatomy of Cooperation. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 183–214.
- LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. (2006). Representação Política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 43–66.
- LAVALLE, P. et al. (2006). DEMOCRACIA, PLURALIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL. *Lua Nova*, n. 67, p. 49–103.
- LEHMANN, D. (2007). A milagrosa economia da religião: um ensaio sobre capital social. *Horizontes Antropológicos*, v. 13, n. 27, p. 69–98.
- LEITÃO, W.; MANESCHY, M. C. (1996). Pesquisa, desenvolvimento e movimentos sociais de pescadores: experiências no Pará. *Agricultura familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento*, v. 1, n. 1, p. 81–98.
- MALDONADO, F.; SANTOS, A. DOS. (2006). Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 8, n. 3, p. 323–333.
- MARIANO, R. (2014). *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*.

São Paulo: Edições Loyola.

MARRERO, A. (2006). La teoría del capital social. Una perspectiva latinoamericana. *ARXIVUS de Ciências Sociais*, n. 14, p. 73–90, 2006.

MAUSS, M. (2003). Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Marcel Mauss: sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 185–314.

MCGOODWIN, J. R. (2002). Comprender Las Culturas de Las Comunidades Pesqueras: Clave para la Ordenación Pesquera y la Seguridad Alimentaria. *FAO Documento técnico de Pesca*, n. 401, p. 25.

MENDONÇA, G. M. DE. (2015). *O Brasil licenciado e andando: as relações da política pública ambiental brasileira com a produção e a expansão capitalista do território*. [s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MENDONÇA, S. DE; VALENCIO, N. D. S. (2008). O papel da modernidade no rompimento da tradição: as políticas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal. *Boletim do Instituto de Pesca*, v. 34, n. 1, p. 107–116.

MILANI, C. (2004). Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). *Organizações & Sociedade*, v. 11, p. 94–113.

MILLÁN, R. (2015). capital social: su papel en los dilemas de cooperación y la coordinación de acciones. *Estudios Sociológicos*, vol. 33, nº 98, pp. 259-283.

MILLÁN, R.; GORDON, S. (2004). Capital social: una lectura de tres perspectivas clásicas. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 66, n. 4, p. 711–747.

MOISÉS, J. Á. (2005). A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, v. XI, n. 1, p. 33–63.

MOURA, F. D. B.; MARQUES, J. G. W. (2007). Conhecimento de pescadores tradicionais sobre a dinâmica espaço-temporal de recursos naturais na Chapada Diamantina, Bahia. *Biota Neotropica*, v. 7, n. n3, p. 119–126.

NOGUERA, J. A. (2007). racionalidad y deliberación en la acción colectiva. *Revista Internacional de Sociología*, v. 65, n. 46, p. 107–129.

OFFE, C.; WIESENTHAL, H. (1984). Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional. In: OFFE, C. (Ed.). . *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 56–119.

OLSON, M. (2011). *A lógica da ação coletiva*. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

OSTROM, E. (2005). *El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

OSTROM, E.; AHN, Y. K. T. (2003). Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 65, n. 1, p. 155–233, 2003.

PEA-BC. (2012). Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-BC referente ao Plano de Trabalho para continuidade do Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos. Rio de Janeiro: SOMA/PETROBRÁS.

PEA-PESCARTE. (2013). *Plano de Trabalho do Projeto de Educação Ambiental PESCARTE*. Campos dos Goytacazes: UENF.

_____. (2015). Relatório de análise crítica dos Grupos Focais - PEA-Pescarte. Campos dos Goytacazes: UENF.

PEIXOTO, V. DE M.; BELO, D. C.; NOGUEIRA, M. (2016). Análise quali-quantitativa e Produção de Indicadores do Projeto PESCARTE – EA. In: TIMÓTEO, G. M. (Ed.). *Educação Ambiental com Participação Popular: avançando na gestão democrática do ambiente*. 1. ed. Campos dos Goytacazes: Fundenor: Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional, p. 151–173.

PLUMMER, R.; FITZGIBBON, J. (2004). Co-management of Natural Resources: A Proposed Framework. *Environmental Management*, v. 33, n. 6, p. 876–885.

PLUT, S. (2005). pulsion social y acciones colectivas. *subjetividad y procesos cognitivos*, n. 7, p. 179–198.

POMEROY, R. S.; BERKES, F. (1997). Two to tango: The role of government in fisheries co-management. *Marine Policy*, v. 21, n. 5, p. 465–480.

PORTES, A. (1998). Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. *Annual Review of Sociology*, 1998.

_____. (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, problemas e práticas*, 2000.

PORTES, A.; SENSENBRENNER, J. (1993). Embeddedness and Immigration : Notes on the Social Determinants of Economic Action¹. *The University of Chicago Press*, v. 98, n. 6, p. 1320–1350.

PORTILLO, I. G. (2013). *la evolución de la cooperación y el origen de la sociedad humana*. [s.l.] Universitat Autònoma de Barcelona.

POTIGUAR JUNIOR, P. L. T. (2008). *Caminhos e (des) caminhos do associativismo entre os “Povos das Águas”: associação beneficente dos pescadores de Marudá, Pará*. [s.l.] Universidade Federal do Pará.

PUTNAM, R. (2000). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

RAMALHO, C. W. N. (2014). Estado, pescadores e desenvolvimento nacional: da reserva naval à aquícola. *Ruris*, v. 8, n. 1, p. 31–62.

RATTNER, H. (1996). *Prioridade : construir o capital social*.

RECUERO, R. (2009) *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Editora Meridional, v. 2

REIS, B. (2003). Capital social e confiança: questões de teoria e método. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 35–49.

REIS, E. (1995). Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, p. 35–48.

RENNÓ, L. R. (2001). Confiança Interpessoal e Comportamento Político : microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião Pública*, v. VII, n. 1, p. 33–59.

SAMUELSON, P. (1954). the pure theory of public expenditure. *The Review of Economics and Statistics*, v. 36, n. 4, p. 387–389, 1954.

- SANTOS, V. B. (2014). Acordos de Pesca e “capital social ribeirinho” na Amazônia Oriental: a dimensão cultural em concepções contemporâneas de desenvolvimento e sustentabilidade. Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS. *Anais...Caxambú*. MG.
- SEIXAS, C. et al. (2011). Gestão compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: elementos para. *Ambiente e Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 23–44.
- SERRA, R.; TERRA, D.; PONTES, C. (2006). Os municípios petrorentistas fluminenses: gênese e ameaças. *Revista Rio de Janeiro*, v. 18, p. 19.
- SILVA, C. N. DA; CARDOSO, E. S. (2015). Fishermen and Territorial Trends in the Brazilian Fisheries Policies. *International Journal of Geosciences*, v. 6, n. 6, p. 339–349.
- SILVA, P. DE C. M. DA. (1972). O problema da pesca no Brasil. In: *Estudos do mar brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Renes, p. 9–44.
- SIMON, H. (1986). De la racionalidad sustantiva a la procesal. *Filosofía y teoría económica*, p. 130–171.
- SOBREIRO, T. (2008). Conflitos e territorialidade no uso de recursos pesqueiros do Médio rio Negro. Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS. *Anais...Brasília*, DF.
- SOUZA, J. DE; TERRA, D. C. T.(2015). Indústria petrolífera, mercado de trabalho e nível de dependência da mão de obra exógena nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos, RJ. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 17, n. 1, p. 123–143.
- TAYLOR, M. (1987). *the possibility of cooperation*. New York: Press Syndicate of the University of Cambridge.
- _____. (1991). Racionalidad y acción colectiva revolucionaria”,. In: *Intereses individuales y acción colectiva*. Madrid: Pablo Iglesias.
- TONNIES, F. (1973). Comunidade e Sociedade como unidades típico-ideais. In: *Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: EDUSP Nacional, p. 96–116.
- TSEBELIS, G. (1998). *Jogos ocultos*. São Paulo: EDUSP Nacional.

WALTER, T. (2004). Interferência da Atividade de Petróleo na Pesca: Aspectos do Licenciamento Ambiental. *Anais do I Seminário de Gestão Sócio-ambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca no Brasil–I SEGAP, Rio de Janeiro (RJ)*, v. 25.

WARREN, M. (2004). E. Social Capital and Corruption. *Democracy & Society*, n. Inaugural, p. 16–19.

WOODWARD, K. (2003). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Ed.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 7=70.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. (2015). Capital social : Implicaciones para la teoría , la investigación y las políticas sobre desarrollo. *The World Bank Research Observer*, v. 15, n. 2, p. 225–249.

ANEXO I - Censo PEA-Pescarte

Bloco identificação socioeconômica e caracterização demográfica



**Diagnóstico socioeconômico das comunidades
pesqueiras da Bacia de Campos**

Data de Preenchimento:

Hora de Início:

Hora de Término:

Nº

Nome do Entrevistador:

Identificação Socioeconômica / Características Demográficas

**IS.1. Município do estudo
(Preenchido pelo Entrevistador)**

- Campos dos Goytacazes (1)
- Macaé (2)
- São Francisco do Itabapoana (3)
- São João da Barra (4)
- Arraial do Cabo (5)
- Cabo Frio (6)
- Quissamã (7)



IS.11. Localidade/comunidade do estudo (Preenchido pelo Entrevistador)

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> Figueira (1) <input type="radio"/> Prainha (2) <input type="radio"/> Porto Do Forno (3) <input type="radio"/> Praia Dos Anjos (4) <input type="radio"/> Gamboa (5) <input type="radio"/> Praia Do Siqueira (6) <input type="radio"/> Barra De Macaé (7) <input type="radio"/> Barra Do Furado (8) <input type="radio"/> Centro Quissamã (9) <input type="radio"/> Caxias (10) <input type="radio"/> Ribeira (11) | <ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> Farol De São Tomé (12) <input type="radio"/> Terminal Pesqueiro (13) <input type="radio"/> Coroa Grande (14) <input type="radio"/> Parque Prazeres (15) <input type="radio"/> Lagoa Do Vigário (16) <input type="radio"/> Ponta Grossa Dos Fidalgos (17) <input type="radio"/> Atafona (18) <input type="radio"/> Açú (19) <input type="radio"/> Gargaú (20) <input type="radio"/> Guaxindiba (21) <input type="radio"/> Barra De Itabapoana (22) <input type="radio"/> Outros: _____ |
|--|--|

IS.2. Qual o seu nome? (apelido se tiver)

IS.3. Qual o endereço da sua residência (com ponto de referência)?

IS.4. Por favor, nós iremos anotar um número de telefone somente para que a supervisão da pesquisa possa confirmar a realização da entrevista. Por favor, qual o telefone para contato?

IS.5. Qual é o seu estado civil?

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> Solteiro(a) (1) <input type="radio"/> Casado(a) no civil e no religioso (2) <input type="radio"/> Casado(a) só no civil (3) <input type="radio"/> Casado(a) só no religioso (4) <input type="radio"/> A união é consensual (5)
(vive junto sem ser casado(a)) | <ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> Desquitado(a)/divorciado(a)/separado(a) judicialmente (6) <input type="radio"/> Separado(a) sem ser judicialmente (7) <input type="radio"/> Viúvo (8) <input type="radio"/> Outro. Especifique: (9) _____ |
|---|--|

IS.6. O(A) senhor(a) tem filho(s)?

SIM ➔ Quantos? _____ NÃO

IS.7. O(A) senhor(a) tem religião/culto?

SIM NÃO ➔ IR PARA ITEM 9

IS.8. Qual sua religião/culto?

- | | | |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> Evangélica (1) <input type="radio"/> Umbanda (2) <input type="radio"/> Candomblé (3) <input type="radio"/> Espírita Kardecista (4) | <ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> Católica (5) <input type="radio"/> Judáica (6) <input type="radio"/> Budista (7) <input type="radio"/> Acredita em deus, mas não tem religião. (8) | <ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> É ateu/ não acredita em deus/ é agnóstico (9) <input type="radio"/> Outros. Especifique (10): _____ |
|---|---|--|

IS.9. Em que estado o(a) Sr.(Sra.) nasceu? _____

IS.10. Em que cidade o(a) Sr.(Sra.) nasceu?

IS.11. Em qual comunidade o Sr/a Sra passou mais tempo de sua vida até a idade de 15 anos?

IS.12. Quanto tempo reside, sem interrupção, nesta comunidade? ANOS _____ MESES _____



A realização do projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

IS.13. Qual foi a principal razão que o (a) levou a permanecer / mudar-se para cá?

Oportunidade de trabalho (1)

Estar com a família (2)

Melhor educação (3)

Para tratar da saúde/bem-estar (4)

Ter acesso à políticas públicas / programas sociais locais (5)

Porque gostei do local (6)

Por falta de outras opções (7)

Outros (8). Anote: _____

IS.14. Onde o(a) Sr.(Sra.) morava há 5 anos atrás (em outubro de 2002)?

Neste bairro (1) _____

Outro bairro neste município. Qual? (2) _____

Outro município? (3) _____

Outro Estado? (4) _____

Bloco de Investigação Familiar

Explicar para o entrevistado: Todos esses dados serão usados estatisticamente e os nomes não serão divulgados.

Neste bloco nós faremos um pouco sobre todas as pessoas que moram na sua casa e que compõem a sua família.

CF.1 Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo o (a) Sr. (Sra)?

Nome Completo	Qual o grau de parentesco de ?	Qual o sexo de ?	Qual a idade de ?	Qual a cor?	Qual o último grau/curso/área em que foi aprovado?
cf11	cf1a	cf1a	cf1a	cf1b	cf1a
cf2	cf2a	cf2a	cf2a	cf2b	cf2a
cf3	cf3a	cf3a	cf3a	cf3b	cf3a
cf4	cf4a	cf4a	cf4a	cf4b	cf4a
cf5	cf5a	cf5a	cf5a	cf5b	cf5a
cf6	cf6a	cf6a	cf6a	cf6b	cf6a
cf7	cf7a	cf7a	cf7a	cf7b	cf7a
cf8	cf8a	cf8a	cf8a	cf8b	cf8a
Nome Completo	Atualmente frequenta a escola?	No ou há como profissionalista? Qual?	graduação de nível superior, qual?		
cf11	cf12	cf12	cf12	cf12	cf12
cf2	cf22	cf22	cf22	cf22	cf22
cf3	cf32	cf32	cf32	cf32	cf32
cf4	cf42	cf42	cf42	cf42	cf42
cf5	cf52	cf52	cf52	cf52	cf52
cf6	cf62	cf62	cf62	cf62	cf62
cf7	cf72	cf72	cf72	cf72	cf72
cf8	cf82	cf82	cf82	cf82	cf82
Nome Completo	Qual a situação de no mercado de trabalho?	Qual a ocupação principal/profissão de ?	Qual o rendimento mensal de nesta ocupação principal?	possui outro o.c.u.p. e q. b. o? Qual?	qual é o rendimento de neste outro ocupação?
cf11	cf13	cf13	cf13	cf13	cf13
cf1a	cf13a	cf13a	cf13a	cf13a	cf13a
cf1b	cf13b	cf13b	cf13b	cf13b	cf13b
cf1c	cf13c	cf13c	cf13c	cf13c	cf13c
cf1d	cf13d	cf13d	cf13d	cf13d	cf13d
cf1e	cf13e	cf13e	cf13e	cf13e	cf13e
cf1f	cf13f	cf13f	cf13f	cf13f	cf13f
cf1g	cf13g	cf13g	cf13g	cf13g	cf13g

Legenda para CF.111 a CF.118

- Pescador (narrada) (1)
- Mestre (2)
- Catador (3)
- Aquicultor (4)
- Manutenção de barco e peixes de pesca (5)
- Dono do barco (6)
- Cozinheiro (7)
- Galador (8)
- Marinheiro (9)
- Dessecador (10)
- Flotador (11)
- Dono de Barco Pescador (12)
- Pescador de Canoa (13)
- Outro (10). Especifique: _____

Legenda para CF.113 a CF.118

- Pescador (narrada) (1)
- Mestre (2)
- Catador (3)
- Aquicultor (4)
- Manutenção de barco e peixes de pesca (5)
- Dono do barco (6)
- Cozinheiro (7)
- Galador (8)
- Marinheiro (9)
- Outro (10). Especifique: _____



A pesquisa Acupia-Formosa é um resultado de esforço conjunto entre Universidade Estadual Paulista, Conselho para Pesca.

Bloco Capital Social e laços fracos

14

Bloco Capital Social e Laços Fracos

CSLF.1. Eu vou citar algumas instituições associativas e gostaria de saber se elas existem, se o (a) Sr. (Sra.) ou algum familiar participa de alguma delas, quando aconteceu a última reunião, se participou dela, se não, porque não participou, e com que frequência o (a) Sr. (Sra.) participou das reuniões. **(Múltipla)**

	Sabia da existência?	Participa?	Quando aconteceu a última reunião que o(a) Sr.(Sra.) ficou sabendo?	Frequência?	Por que não participa?
CSLF.1.1. Colônia de Pesca	1 SIM 2 NÃO	1 SIM 2 NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CSLF.1.2 Associação de Pescadores	1 SIM 2 NÃO	1 SIM 2 NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CSLF.1.3 Associação de Aquicultores/ Pescadores	1 SIM 2 NÃO	1 SIM 2 NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CSLF.1.4 Associação de Marisqueiras	1 SIM 2 NÃO	1 SIM 2 NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CSLF.1.5 Associação dos Moradores	1 SIM 2 NÃO	1 SIM 2 NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CSLF.1.6 Sindicato	1 SIM 2 NÃO	1 SIM 2 NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CSLF.1.7 Cooperativa	1 SIM 2 NÃO	1 SIM 2 NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CSLF.1.8 Partidos Políticos	1 SIM 2 NÃO	1 SIM 2 NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CSLF.1.9 Associação de pais e alunos	1 SIM 2 NÃO	1 SIM 2 NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CSLF.1.10 Grêmio Estudantil	1 SIM 2 NÃO	1 SIM 2 NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CSLF.1.11. Outros. Especifique:	1 SIM 2 NÃO	1 SIM 2 NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Legenda: Quando aconteceu a última reunião (1=neste mês 2=mês passado 3=Há mais de 2 meses 7=Não fiquei sabendo de nenhum reunião) Frequência de participação (1=vou a todas as reuniões 2=vou a quase todas as reuniões 3=não fui a quase nenhuma reunião 4=não fui em nenhuma reunião) Porque não participa (1=não tenho tempo 2=divergência com os líderes das organizações 3=não acredito nessas instituições 4=falta de interesse 5=nunca fui convidado 6=outros. Especifique.)

CSLF.2. Entre as instituições listadas na pergunta acima qual melhor o/a representa?" _____

CSLF.3. O Sr. (Sra.) participa de algum grupo cultural (festas, danças típicas, grupos musicais, teatro)? **S** → Especifique _____ **N**

CSLF.4. Pensando nessas instituições/grupos, qual o seu grau de confiança nelas numa escala de 0 a 10, onde 0 (nada confiável) e 10 (muito confiável). **(Ler as opções)**

Instituição / Grupos	Grau de Confiança	Instituição / Grupos	Grau de Confiança
CSLF.4.1 Associação de Pescadores	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	CSLF.4.2 Na colônia de Pescadores	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
CSLF.4.3 Nos tripulantes da mesma embarcação	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	CSLF.4.4 Prefeitura	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
CSLF.4.5 Igreja	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	CSLF.4.6 Universidade	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
CSLF.4.7 Petrobras	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	CSLF.4.8 STATOIL	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
CSLF.4.9 OGP/AR	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	CSLF.4.10 Shell	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
CSLF.4.11 Chevron	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	CSLF.4.12 IBAMA	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
CSLF.4.13 Capitania dos Portos	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	CSLF.4.14 Ministério da Pesca e Aquicultura	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
CSLF.4.15 INEA	NS 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10		



A realização do projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

<p>CSLF.5. Em termos gerais, o(a) Sr. (Sra.) diria que a associação de pescadores é conduzida: (Ler as opções)</p> <p><input type="radio"/> Em benefício do Sr. (Sra.) (1)</p> <p><input type="radio"/> Em benefício do presidente da associação (2)</p> <p><input type="radio"/> Em benefício de um grupo reduzido de pescadores (3)</p> <p><input type="radio"/> Em benefício de todos os pescadores (4)</p> <p><input type="radio"/> Ns/Nr (5)</p> <p><input type="radio"/> Outros (6). Especifique: _____</p>	<p>CSLF.6. Em termos gerais, o(a) Sr. (Sra.) diria que a colônia de pescadores é conduzida: (Ler as opções)</p> <p><input type="radio"/> Em benefício do Sr. (Sra.) (1)</p> <p><input type="radio"/> Em benefício do presidente da colônia (2)</p> <p><input type="radio"/> Em benefício de um grupo reduzido de pescadores (3)</p> <p><input type="radio"/> Em benefício de todos os pescadores (4)</p> <p><input type="radio"/> Ns/Nr (5)</p> <p><input type="radio"/> Outros (6). Especifique: _____</p>
--	--

<p>CSLF.7. De que maneira o (a) Sr. (Sra.) participa das decisões da associação de pescadores? (Ler as opções)</p> <p><input type="radio"/> Participo diretamente das decisões (1)</p> <p><input type="radio"/> Participo apenas como ouvinte (2)</p> <p><input type="radio"/> Não participa (3)</p> <p><input type="radio"/> Outro (4). Especifique: _____</p>	<p>CSLF.8. De que maneira o (a) Sr. (Sra.) participa das decisões da colônia de pescadores? (Ler as opções)</p> <p><input type="radio"/> Participo diretamente das decisões (1)</p> <p><input type="radio"/> Participo apenas como ouvinte (2)</p> <p><input type="radio"/> Não participa (3)</p> <p><input type="radio"/> Outro (4). Especifique: _____</p>
--	---

<p>CSLF.9. O (a) Sr. (Sra.) participou de alguma atividade em outra localidade que concentre pescadores nos últimos 6 meses?</p> <p style="text-align: right;"> <input type="radio"/> S <input type="radio"/> N </p>	<p>CSLF.10. Em qual localidade foi realizada esta atividade?</p> <p>Anotar: _____</p>
--	---

CSLF.11. Qual foi o motivo da participação nessa atividade? **(Ler opções, Múltipla)**

Audiências públicas (1)

Devolutivas (2)

Oficinas de integração (3)

Eventos políticos das associações/colônias (4)

Festas religiosas (5)

Evento educativo/escolar (6)

Outro (7). **Especifique.** _____

Agora, gostaria de falar um pouco sobre sua rede de amigos e companheiros de trabalho. Vou citar algumas situações e gostaria que o (a) senhor (a) me dissesse...

Pensando em sua comunidade, quando há algum problema ou dificuldade, quais são as pessoas mais consultadas para encontrar uma solução? Mencione até cinco nomes, pode mencionar apelidos.

CSLF.12.1 Primeira Indicação	CSLF.12.2 Segunda Indicação	CSLF.12.3 Terceira Indicação
<p>CSLF.12.1.1 Nome?</p> <hr/>	<p>CSLF.12.2.1 Nome?</p> <hr/>	<p>CSLF.12.3.1 Nome?</p> <hr/>
<p>CSLF.12.1.2 Apelido?</p> <hr/>	<p>CSLF.12.2.2 Apelido?</p> <hr/>	<p>CSLF.12.3.2 Apelido?</p> <hr/>
<p>CSLF.12.1.3 Organização/Ocupação</p> <hr/>	<p>CSLF.12.2.3 Organização/Ocupação</p> <hr/>	<p>CSLF.12.3.3 Organização/Ocupação</p> <hr/>
<p>CSLF.12.1.4 Telefone</p> <hr/>	<p>CSLF.12.2.4 Telefone</p> <hr/>	<p>CSLF.12.3.4 Telefone</p> <hr/>
<p>CSLF.13.4 Quarta Indicação</p>		<p>CSLF.13.5 Quinta Indicação</p>
<p>CSLF.12.4.1 Nome?</p> <hr/>	<p>CSLF.12.5.1 Nome?</p> <hr/>	
<p>CSLF.12.4.2 Apelido?</p> <hr/>	<p>CSLF.12.5.2 Apelido?</p> <hr/>	
<p>CSLF.12.4.3 Organização/Ocupação</p> <hr/>	<p>CSLF.12.5.3 Organização/Ocupação</p> <hr/>	
<p>CSLF.12.4.4 Telefone</p> <hr/>	<p>CSLF.12.5.4 Telefone</p> <hr/>	

Pensando em sua comunidade, quais pessoas você procuraria para trazer alguma ajuda em benefício de todos (por exemplo, equipamento para o posto de saúde, pavimentação de uma rua, dotação de uma escola, limpeza de algum lixão, etc.).

CSLF.13.1 Primeira Indicação	CSLF.13.2 Segunda Indicação	CSLF.13.3 Terceira Indicação
CSLF.13.1.1 Nome?	CSLF.13.2.1 Nome?	CSLF.13.3.1 Nome?
CSLF.13.1.2 Apelido?	CSLF.13.2.2 Apelido?	CSLF.13.3.2 Apelido?
CSLF.13.1.3 Organização/Ocupação	CSLF.13.2.3 Organização/Ocupação	CSLF.13.3.3 Organização/Ocupação
CSLF.13.1.4 Telefone	CSLF.13.2.4 Telefone	CSLF.13.3.4 Telefone
CSLF.13.4 Quarta Indicação	CSLF.13.5 Quinta Indicação	
CSLF.13.4.1 Nome?	CSLF.13.5.1 Nome?	
CSLF.13.4.2 Apelido?	CSLF.13.5.2 Apelido?	
CSLF.13.4.3 Organização/Ocupação	CSLF.13.5.3 Organização/Ocupação	
CSLF.13.4.4 Telefone	CSLF.13.5.4 Telefone	

<p>CSLF.14. Se em seu barco precisasse de um novo pescador para acompanhar o grupo na pesca, quem o senhor, indicaria?</p> <p>Anotar: _____</p>	
<p>CSLF.15. Em uma situação de grave problema que atinja a sua comunidade quem mais ajudaria/contribuiria para resolver essa situação?</p> <p>Anotar: _____</p>	<p>CSLF.16. Em uma situação de grave problema que atinja a sua comunidade quem menos ajudaria/contribuiria para resolver essa situação?</p> <p>Anotar: _____</p>
<p>CSLF.17. Em caso de um eventual trabalho coletivo, como por exemplo, um mutirão, por quem o senhor aceitaria ser dirigido?</p> <p>Anotar: _____</p>	<p>CSLF.18. E, por quem o senhor não aceitaria ser dirigido nesta situação?</p> <p>Anotar: _____</p>
<p>CSLF.19. O(A) Sr.(Sra.) está afiliado(a) a alguma Associação de Pescadores?</p> <p><input type="radio"/> N <input type="radio"/> S Qual(is) _____</p>	<p>CSLF.20. O(A) Sr.(Sra.) está afiliado(a) a alguma Colônia de Pescadores?</p> <p><input type="radio"/> N <input type="radio"/> S Qual(is) _____</p>

ANEXO II – Roteiro de perguntas do Grupo Focal

Eixo temático – trabalho renda

1º A sua família consegue viver somente da pesca?

2º E todos os outros pescadores, é possível que todos daqui da região vivam somente da pesca?

3º vocês acham que a divisão da produção e da renda do barco é justa?

4º como o atravessador interfere a atividade da pesca, o trabalho na pesca?

5º como a indústria do petróleo interfere na atividade da pesca?

6º e como é feita a fiscalização do espaço pesqueiro?

Eixo temático – organização social

1º vocês participam de alguma associação ou colônia ligada à pesca? Como e por que participam? E se não participam, por que não participam?

2º A associação que vocês pertencem incentiva ou pede a sua participação? Como (passando informações, marcando reuniões de eventos etc.)?

3º A participação na associação e/ou colônia trouxe benefícios para você e para os demais pescadores da região? Quais benefícios a associação proporciona a vocês?

Você conquistaria os mesmos benefícios sem a existência da associação e/ou colônia?

4º vocês acreditam que os pescadores se ajudam, que são solidários? Como?

5º Existe ou já existiu alguma experiência de trabalho coletivo (cooperativa, fábrica de beneficiamento) envolvendo os pescadores (a) daqui da região?

6º se não, vocês acham que seria possível ou vocês têm interesse em realizar algum trabalho coletivo entre os pescadores (a) da região? Para quem acha que não seria possível, quais as dificuldades para a realização de um trabalho coletivo entre os pescadores?

Eixo temático – avaliação dos projetos

1º vocês já participaram de algum projeto de educação ambiental? Caso tenha participado, comente um pouco sobre a sua experiência?

2º caso não tenha participado, vocês acham que estes projetos são importantes? E gostariam de participar?

3º como vocês acham que estes projetos podem ajudar a região?

4º você acha que alguém da sua família, seu marido, seus filhos, gostariam de participar? Quais cursos eles teriam interesse? E qual curso você tem interesse?

ANEXO III – Roteiro entrevista para pescadores que obtiveram os maiores índices de Capital Social

- 1- O senhor está associado a alguma instituição da pesca? Quais?
- 2- O senhor está associado a alguma outra instituição? Quais?
- 3- Como o senhor participa destas instituições?
- 4- Participa diretamente das decisões ou participa apenas como ouvinte? Por que?
- 5- Em alguma destas instituições, o senhor já fez parte de algum cargo na diretoria?
- 6- Em alguma destas instituições, o senhor já fez parte da elaboração de algum projeto?
- 7- Desde quando o senhor é associado a estas instituições?
- 8- Por que o senhor decidiu se associar a estas instituições?
- 9- Conte-me os motivos e os fatos que levaram o senhor a se associar a estas instituições?
- 10-O senhor teve algum incentivo para participar destas instituições?
- 11-Este incentivo veio de alguma pessoa próxima ao senhor?
- 12-Seus pais foram ou são trabalhadores da pesca?
- 13-Eles participavam de alguma instituição igual a que o senhor participa?
- 14-O senhor teve algum incentivo vindo dos seus pais para participar destas instituições?

15-O senhor considera importante a participação em instituições que representam os pescadores?

16-Na sua opinião, quais benefícios o senhor recebeu estando associado a estas instituições?

17-E quais benefícios os pescadores em geral podem receber estando associados a estas instituições?

18-Está associado proporciona ao senhor algumas facilidades em relação ao seu trabalho na pesca?

15- Por favor, o senhor poderia me contar um pouco como foi a sua infância e sua juventude?

16- E como o senhor começou a trabalhar na pesca?